ESTUDOS

BNP
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

ESTUDOS

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

Coordenação
Ângela Correia
Carlota Pimenta

Biblioteca Nacional de Portugal
Lisboa, 2023

Antes e depois de editar
Estudos filológicos

COORDENAÇÃO
Ângela Correia
Carlota Pimenta

CAPA
«Sal», fotografia de Ângela Correia

DESIGN
TVM Designers

PRODUÇÃO EDITORIAL, REVISÃO E PAGINAÇÃO
Serviço de Atividades Culturais
e Comunicação da BNP

ISBN
978-972-565-709-6 (Ed. eletrónica)

Biblioteca Nacional de Portugal e autores, 2023

APOIOS

Centro de Linguística
da Universidade de Lisboa

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FLUL LETRAS LISBOA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

O Centro de Linguística da Universidade de Lisboa é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00214/2020.

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Antes e depois de editar. Estudos Filológicos
What's in a name? 9
Ângela Correia

Um estudante de 40 anos 13
Ivo Castro

Sob o sol. Sobre repetições e descobertas filológicas 69
João Dionísio

O amor é complicado (no galego-português) 91
Ângela Correia

Emendas extensivas no *Romance de um Homem Rico*,
de Camilo Castelo Branco 115
Cristina Sobral

Filologia e curadoria textual: reflexões sobre uma aproximação possível 141
Sílvio de Almeida Toledo Neto

Para uma nova edição do *Livro de Linhagens do Deão*. Análise da tradição
manuscrita e da edição Mattoso/Piel 163
Filipe Alves Moreira

Sobre a transmissão da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* 183
Elena Lombardo

Arrumar as gavetas antes de editar um espólio
(Bernardo de Passos, 1876-1930) 201
Marta Louro Cruz

Perceval y la Cortesía 223
Carlos Alvar

Antes e depois de editar. Estudos Filológicos
What's in a name?

Ângela Correia
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Poderia ver-se um *statement* no nome (e na apresentação) do colóquio Antes e Depois de Editar. Estudos Filológicos, decorrido em 2021, por iniciativa do Grupo de Filologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Isto é, que a Filologia existe para lá da operação de estabelecimento do texto; que existe antes e depois da edição de textos. Ou, se quisermos, que existe para lá da Crítica Textual, que à Filologia pertence e mais propriamente se ocupa do estabelecimento (fundamentado) de textos.

Contra tal *statement* poder-se-ia argumentar que editar não é atividade redutível ao estabelecimento do texto e que, portanto, tudo quanto se estude antes, por amor às palavras do texto (tomando um dos sentidos etimológicos do termo «filologia»), visa servir o estabelecimento do texto. E poder-se-á acrescentar a este mesmo argumento que todo o estudo provocado pelo amor às palavras do texto estabelecido visará servir, no futuro, o estabelecimento de outros textos. Poder-se-ia argumentar, portanto, que os estudos filológicos anteriores ao estabelecimento do texto e os que se lhe sigam são, também eles, motivados pela edição de textos, se quisermos ver no termo «edição» mais do que o estabelecimento do texto. Ou se quisermos ver em «texto» mais do que a letra a fixar, e abrangermos o espírito pela letra transportado; o espírito a captar por meio de interpretação e contextualização.

Em suma: contra o *statement* poder-se-ia argumentar nada haver antes nem depois de editar, por, na verdade, todos os estudos filológicos, mais imediata ou mais mediatamente, visarem a edição, entendida como o processo de estabelecer, interpretar e contextualizar textos, com apoio em sólida argumentação. Sendo o texto entendido não apenas na dimensão do signo (letra, som...), mas também na do espírito (sentido, evocações voluntárias e involuntárias, propósitos...).

O contra-argumento é forte: editar não se resume a estabelecer texto; nem estabelecer texto, filologicamente, se faz sem edição, isto é, sem argumentação: prévia, paralela, posterior. Porém, se retirarmos o texto a editar ao estudo filológico, impõe-se, no resultado, a autonomia disciplinar ou a autorreflexão. Prova-o este mesmo volume de estudos filológicos, cujos autores, provocados com o repto da abstinência editorial, ou seja, com o repto da abstinência de texto a editar, responderam precisamente destas três formas: mantendo o texto nos seus estudos e

assim declarando não haver, para a Filologia, nem antes nem depois da edição; voltando-se para a reflexão sobre os seus métodos, princípios e história; desviando-se para uma das disciplinas filológicas. Ou respondendo de várias destas formas, no mesmo estudo.

O termo «filologia» foi, como se sabe, cunhado por Platão, que o usou na aceção de «amigo do raciocínio» e «da argumentação», além de outras aceções mais conhecidas (admiração pela palavra, erudição)[1], a que também já aludi neste texto. A Crítica Textual inscreve-se no conjunto das disciplinas de índole científica, na medida em que trata o seu objeto de acordo com métodos reconhecíveis, obtendo resultados escrutináveis, em ambos os casos do ponto de vista científico. Os textos editados pela Crítica Textual não são, portanto, apenas hipóteses de trabalho, mas teorias dos textos editados, porque filologicamente argumentadas. Pode a argumentação ser mais ou menos sólida, pode a teoria ser ou não refutada, mas encontra-se a edição no fim de um caminho científico que começa na hipótese. Assim procedem as outras ciências, nomeadamente as que, como a Filologia e, mais especificamente a Crítica Textual, lidam com o tempo: a História, a Arqueologia, a Psicologia, o Direito...

Foi o diálogo entre ciências, e todo o seu potencial de benefício que motivou, em 2021, o convite feito a especialistas de diversas áreas científicas a participarem no colóquio Antes e Depois de Editar. Estudos Filológicos. Dos seus pontos de vista, alheios à Filologia, aceitaram questionar os filólogos reunidos em colóquio, que aceitaram ser questionados por cientistas mais ou menos distantes das suas áreas de especialidade. E cada debate começou assim, graças às perguntas de Ana Sebastião, Professora de Neurociências da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Isabel Pires, Professora no Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa; Márcia Vilarigues, Professora no Departamento de Conservação da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; Irene Pimentel, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa; Catarina Prista, Professora no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; Inês Duarte, Professora do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; António Duarte, Professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa; António Feijó, Professor do Departamento de Estudos Anglísticos e do Programa em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Alexandra Alegre, Professora de Arquitetura no Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos do Instituto Superior Técnico; Pedro Moniz Lopes, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

---

1 Cunha, Celso (2004) – «O ofício de filólogo». *In* Cunha, Celso, *Sob a Pele das Palavras. Dispersos*, org. introd. e notas de Cilene Cunha Pereira, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 341-359 e 341.

O debate prosseguiu com as questões que os filólogos na assistência quiseram levantar depois. A organização do colóquio, assegurada por Ângela Correia, Carlota Pimenta, Joana Serafim e Elsa Pereira, disponibilizou previamente os *papers* em debate a todos os inscritos no Colóquio, além dos participantes e convidados, para que nada obstasse ao aprofundamento do diálogo. Considerando esta opção, a habitual apresentação pelos autores foi substituída por um vídeo, preparado por filólogos, resumindo o conteúdo de cada *paper*.

Os estudos filológicos reunidos no presente volume, inicialmente apresentados no colóquio Antes e Depois de Editar. Estudos Filológicos, em 2021, foram posteriormente revistos pelos respetivos autores, e depois submetidos a um processo de *double blind peer review* e edição. Chegam agora à leitura de todos os que queiram dar à Filologia um dos melhores sentidos que o termo pode ter em âmbito científico: o de argumentação.

Um estudante de 40 anos[1]

Ivo Castro
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

No *mixing* disciplinar que caracteriza a obra e a vida de Leite de Vasconcelos, uma constante sobressai: podem chamá-lo a si, com razão, geógrafos, etnógrafos, folcloristas ou arqueólogos, mas isso não apaga o facto de que, academicamente, ele foi um linguista. Doutorou-se na Sorbonne em Linguística, foi professor de Linguística na universidade e, bem antes, já era de Linguística a tese com que se licenciou em Medicina e uma parte significativa da obra que publicou. Por Linguística entendia-se, no seu tempo, diversas disciplinas hoje autónomas, entre as quais se destacavam a Linguística Histórica e a Crítica Textual. É este o ângulo escolhido neste estudo: que tipo de crítico textual era Leite de Vasconcelos?

São revisitadas as suas edições, mas são também revelados os apontamentos das lições de Gaston Paris e de Antoine Thomas, a que assistiu durante os seus estudos parisienses de 1900-1901, bem como outras peças autógrafas que ajudam a reconhecer um pensamento filológico consistentemente ortodoxo, como era de esperar desse «estudante de 40 anos que entrava na Sorbonne», com obra feita e reputação estabelecida.

Como se fazia Crítica Textual em Portugal no tempo de Leite? Como se alinhou a crítica de impressos ao lado da crítica de manuscritos? Como se aceitou que a literatura moderna merecia cuidados antes exclusivos da literatura greco-latina e medieva? As respostas a perguntas como estas ultrapassam em muito a sombra deixada pela figura de Leite de Vasconcelos.

A meio do caminho da sua vida, José Leite de Vasconcelos inscreveu-se como estudante na Universidade de Paris, que frequentou durante três anos até se doutorar em 1901. A singularidade não reside na idade do doutorando, pois durante muito tempo os doutoramentos de Estado franceses eram alcançados por candidatos de meia-idade, geralmente docentes universitários que assim progrediam significativamente na carreira. Reside antes no facto de Leite de Vasconcelos não ensinar em qualquer universidade, e não ter por isso carreira a avançar. E reside também na circunstância de em Portugal, nas áreas de estudo em que Leite militava, nenhum

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

dos seus parceiros ou rivais ter procurado obter um grau académico equiparável, além de não haver, no País, instituição que o pudesse conceder nas mesmas áreas. Sendo assim, face a instituições nacionais largamente dominadas por autodidatas pouco mais velhos que ele (o bastante para o tratarem como júnior, mas não como sucessor)[2], achou Leite que o recurso a um doutoramento estrangeiro lhe serviria de alavanca social e pessoal. A prazo, foi o que aconteceu. Mas no imediato, e na perspetiva do seu crescimento científico, os estudos parisienses serviram-lhe para adquirir em ambiente curricular e em convívio os conhecimentos e as maneiras que outros apenas adivinhavam através de livros importados. Era, nas circunstâncias do tempo, a eterna questão do mérito do ensino presencial.

Através das matérias que estudou em Paris, das companhias que cultivou e das atividades que desenvolveu aí e desde aí, torna-se possível assistir a momentos reveladores da formação profissional de Leite e, por aí, dos percursos seguidos pela introdução de ciências como a Linguística e a Crítica Textual no palco português entre fins do séc. XIX e inícios do XX. É particularmente interessante observar, através da dificuldade que Leite sentia em desenhar os limites de cada disciplina no chão que pisava, como se enfrentavam em Portugal, na época, as noções instaladoras da Filologia e da Linguística, ambas modernas, ambas de proveniência germânica, mas divergentes quanto ao objeto de estudo que elegiam: os glotólogos interessados em todas as formas de manifestação comunicativa humana, os filólogos preferindo o ouro vertido da pena dos escritores à voz de prata do povo. E nem uns nem outros deixando espaço de intervenção autónoma aos que pensavam que não há escritos sem papel, nem fala sem registo – o mesmo é dizer, sem suportes físicos do texto, cujo tratamento e disponibilização requerem técnicas próprias, uma deontologia e uma axiologia a que não eram sensíveis os glotólogos e os filólogos de então (e, quem sabe, os de hoje?). Por vezes, Leite parece querer pisar esses terrenos da mediação textual, mas seria abusivo, face aos elementos que são conhecidos, propô-lo como antepassado direto dos críticos textuais de hoje.

Para o acompanhar no período e nas ações em causa, não faltam fontes publicadas pelo próprio e seus contemporâneos; além disso, começam a ser explorados os inéditos avulsos reunidos nos dois espólios lisboetas de Leite de Vasconcelos (os espólios leitianos do Museu Nacional de Arqueologia e da Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa são, em larga medida, complementares); e, como se verá, há frutos a colher da intensa atividade de Leite como correspondente epistolar de sábios e como viajante estudioso. É por esta sua última faceta de inveterado viandante que vamos começar.

---

2 Epifânio Dias era 17 anos mais velho, Guilherme de Vasconcelos Abreu, 16; Teófilo Braga, 15; Adolfo Coelho, 11; Carolina Michaëlis, sete anos mais velha.

1.

As «viagens lá fora» ocupam lugar dominante no quadro da produção científica de Leite de Vasconcelos. Não eram passeios de vilegiatura, nem de turismo cultural, mas sim expedições planeadas para angariar materiais de que necessitava para trabalhos futuros – livros que adquiria para si, ou que lia em bibliotecas e de que laboriosamente transcrevia passagens (revelando por essa seleção que tinha em mente o texto em que as iria encaixar, se porventura o passasse a papel), ou manuscritos que identificava e resgatava de arquivos em que jaziam ignotos. Equipamento bibliográfico básico, diríamos hoje; muitos de nós ainda procedíamos desse modo no tempo em que não havia livros digitalizados *on-line*, que estavam por inventar; então, a modernidade traduzia-se em já não precisarmos de transcrever páginas (depois de as ler), bastando fotocopiá-las para ler mais tarde (se por acaso). Equipamento básico, de facto, mas definido por um programa de aquisição e gestão de conhecimento que ajuda a compreender a biografia científica de Leite de Vasconcelos e, através dele, das entradas da ciência europeia em Portugal, na segunda metade do séc. XIX.

As viagens serviam também para Leite conhecer pessoalmente ou reencontrar os sábios com quem se correspondia: nesses encontros, como nas cartas e postais que lhe enviavam (hoje fazendo parte do grande corpo epistolográfico do Museu Nacional de Arqueologia, de Lisboa, doravante MNA), havia troca muito ativa de publicações, pedidos de informação e suas respostas, comentário e correção de publicações recentes, inquirições sobre terceiros (sua saúde?, onde se encontravam?, porque não respondia fulano a cartas?, quem sabe mais sobre determinado assunto?). Em suma, *shoptalk* não ocioso.

Além disso, certamente, as viagens proporcionavam experiências interessantes ao etnólogo, ao historiador e ao arqueólogo que Leite nunca cessava de ser. No MNA, há três caixas de arquivo cheias de bilhetes postais ilustrados com paisagens, edifícios, peças de museu, retratos, que Leite escolheu e adquiriu durante as suas visitas. Não têm texto e não foram enviados por correspondentes, não fazendo parte, portanto, da epistolografia; foram colecionados por Leite para servirem de prova iconográfica dos sítios onde esteve e do que aí viu, e podemos imaginar que foram guardados para atestação de escritos futuros. Num lembrete escrito para si próprio, lê-se:

> Viagens – adornar a minha narração com desenhos dos objectos que adquiri para o Museu Etnologico e com uma curta vista de monumentos ou cidades, tirada de albuns e de postais (sobretudo o Egito, os tumulos etruscos de Italia etc.)[3].

---

3 Devo a notícia desta coleção de postais à Dr.ª Lívia Cristina Coito, bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia. O apontamento transcrito, por seu lado, encontra-se num papel solto do espólio da Faculdade de Letras (caixa 05, maço 08). Não assinalei na transcrição o desenvolvimento de abreviaturas, que abundam

Preocupações da mesma ordem – registar flagrantes que mais tarde serviriam para atestar ou «adornar» os seus trabalhos – se encontram nos resumos itinerários das viagens e em breves diários e descrições de ambientes, que transcrevo no suplemento final.

Por mais espontâneas e voláteis que pareçam («Tudo trabalha. Não se vê um garoto na rua por um recado, nem um ocioso à porta de uma tabacaria a fumar»)[4], essas pinceladas de sabor etnográfico tinham para Leite valor equivalente ao dos seus esquissos da fachada de uma casa rústica ou de instrumentos agrícolas, ao registo de uma expressão popular ouvida de passagem, de uma quadra, de uma etimologia que lhe ocorrera passeando: testemunhavam a sua presença em sítios onde tinha estado, escutado e observado, e ficavam reservadas para serem usadas mais tarde nos seus escritos, uma ou mais vezes. São, na imediatez criteriosa da sua recolha[5], «dados puros», sobre cuja acumulação seria possível construir descrições, que serviriam de base à interpretação. Átomos de conhecimento.

Há, nos dois espólios leitianos, massas ainda pouco exploradas de material gráfico prenhe de dados desta natureza, que foram usados, ou não o chegaram a ser, nos seus escritos; prenhe igualmente de textos éditos, eloquentes quanto aos processos de escrita científica, e inéditos, uns merecidamente, outros talvez não. Vamos, nas páginas que seguem, dar uso a alguns deles.

2.

O quadro disciplinar em que Leite estava inserido, e que partilhava em Portugal com alguns, mas não todos os homens de letras, era moderno, otimista e dependente de uma recolha contínua, ainda que não sistematizada, de dados. Isso era verdade para qualquer uma das múltiplas ciências que coabitavam em Leite: todas elas, durante o século XIX, tinham sofrido reformulações cientificantes, em que um quadro teórico de natureza evolucionista e historicista implicava a pesquisa e colheita de amostras do passado e a sua classificação e integração em corpos de dupla função: preservação museológico-arquival (os chamados monumentos) e definição de regularidades passadas e futuras.

Uma dessas ciências interessa-nos aqui mais que as restantes: a Filologia, renomeada Glotologia por alguns e, mais tarde, Linguística; afinamentos terminológicos

---

nos manuscritos de Leite; continuarei a proceder assim nas transcrições que se seguirão, salvo em casos de interpretação discutível.

4 Ver adiante, Suplemento 1922, 4.

5 Criteriosa na seleção inteligente dos materiais encontrados, não sistemática por ausência de programa prévio de busca e colheita, só sistematizada *a posteriori*.

que se foram fazendo à custa de divórcios no âmbito do objeto e da mão-de-obra, e de refundições do conceito. Mas isso passou um pouco ao lado de Leite, embora ele se tenha esforçado por participar na delimitação das áreas de conhecimento, nem sempre com nitidez. Talvez sentisse que tais compartimentações iam ao arrepio da sua natureza. Se era incapaz de separar em si o numismata do epigrafista e este do onomatologista, e assim por diante, como iria estabelecer fronteiras internas ao estudo histórico das línguas, tomadas ora como instâncias individuais, ora como sistema comunicativo geral, e das literaturas que se erguem a partir dessas línguas, e das culturas que ressumam de tais línguas e literaturas? A equação da ciência filológica com as ciências da natureza obrigava a um programa de constituição de inventários de dados, sempre escassos e evanescentes, que permitissem a construção de panoramas e de movimentos evolutivos, a depreensão de regularidades não atribuíveis a acaso e a formulação de regras de comportamento que harmonizassem o maior número possível de peças do passado. Tão importantes eram as peças que permitiam completar um canto do tabuleiro – por exemplo, o seu primeiro mapa dialetológico tinha em branco certas zonas do ocidente de Trás-os-Montes e da Beira Baixa, por uma razão simples: Leite ainda não tivera ocasião de visitar essas zonas (VASCONCELOS 1897) – como importante era algum facto anómalo que punha em causa uma regra evolutiva prematuramente fixada, assim forçando a sua reformulação. Os dicionários etimológicos não queriam depender de intuições aventurosas quanto à origem das palavras e ansiavam por atestações sérias de elos lexicais imprescindíveis; os manuscritos que podiam fornecer essas atestações tinham de ser encontrados, decifrados, editados; a arte de os editar estimava-se científica e, para o parecer, recorria a modelos das ciências da natureza; a literatura oral, as tradições populares, os dialetos de atrás da montanha podiam, como arquivos de ar livre, suprir uma parte das necessidades de atestação através de remanescências do passado que pouco mais tempo teriam de vida, dependendo da saúde dos seus recitadores.

A fé estava na ciência filológica construída por alemães, aplicada por Friedrich Diez às línguas românicas, trazida por Gaston Paris para as universidades francesas, introduzida por Adolfo Coelho (1868) em Portugal, aprendida nesse livrinho por Leite de Vasconcelos e destinada, supunha-se então, a resolver os problemas de vez. Bastava ter mais textos, escritos e orais, ir a mais províncias e a mais bibliotecas, perceber melhor as conexões, ter mais respostas. Em resumo, ter mais dados.

Adiante voltaremos ao assunto, para tentar averiguar um pouco mais sobre o quadro teórico em que Leite assentava as suas convicções, enquanto se afanava na colheita de dados.

3.

Ao contrário de Adolfo Coelho, que observava o mundo da sua mesa de trabalho, Leite de Vasconcelos favorecia o trabalho de campo, sem deixar por isso de ter uma banca de trabalho, em que lia e escrevia de pé[6], e uma opulenta biblioteca que se acha bem conservada (parte em Belém, parte em Letras). Mas a tónica distintiva era ambulatória. Quem o diz é Silva Neto (1952: 28), falando de Leite: «Dele não se pode dizer que foi um *Schreibtischlinguist* [um linguista de secretária]: ao contrário durante toda a vida fez excursões proveitosas por todos os cantos de Portugal».

Manifestava-se isso, antes de mais, nas excursões etno-arqueológico-dialetais com que foi mapeando o território nacional (nunca Madeira, tarde Açores e partes do Alentejo, quase nem pensar em Brasil ou África ou Ásia, que conhecia apenas de leitura e escassos testemunhos). De muitas dessas excursões, concentradas na fase da vida em que a barba ainda era preta, publicou relatos descritivos particulares, muitos deles retomados em estudos subsequentes de maior fôlego ou reunidos nos *Opúsculos.*

As viagens «lá fora», que rigorosamente distinguia destas excursões pela província, eram, a outra escala, grandes operações de recolha de dados. Sobre algumas delas escreveu copiosamente. Uma viagem de dois meses, em 1913, que sucessivamente o levou a Paris, Londres, Oxford, Edimburgo (e de aí à abadia escocesa de Melrose), e de novo Londres, Amiens, Paris e Poitiers, deu origem a um relatório oficial e este a um livro de 183 páginas: *De Campolide a Melrose* (VASCONCELOS 1915).

Mas as viagens mais importantes da sua carreira foram, sem dúvida, as três que realizou entre 1899 e 1901. Embora pelos itinerários se perceba que foram viagens com muitas escalas, têm em comum permanências prolongadas em Paris. Onde se ocupou de quê? Além de visitas a monumentos e a sábios, e de longas tardes em bibliotecas[7], como seria de esperar, nesses meses parisienses Leite de Vasconcelos ocupou-se principalmente de ser estudante.

---

6 Essa banca, que figura numa das fotografias mais famosas de Leite, é idêntica a uma que Gaston Paris usava em Göttingen e de que fala numa carta: «L'ameublement est convenable, et une chose assez commode, qu'on ne trouve pas en France et dont je fais usage en ce moment même, c'est un pupitre à hauteur d'appui pour écrire ou lire debout, ce qui repose d'avoir été longtemps assis» (BÄHLER 2004: 49).

7 Recorde-se o caso de *La chanson de Sainte Foy*, um manuscrito provençal dos sécs. XI-XII, que Leite descobriu na biblioteca da universidade holandesa de Leiden, em 1901, durante a terceira das viagens que estamos a examinar. Permanecia inédito, como garantiu Antoine Thomas, que era o mentor dos seus estudos parisienses; urgia publicá-lo antes que a prioridade da descoberta escapasse; mas Leite estava instalado em Paris, ultimando o doutoramento; conseguiu, por isso, que Leiden emprestasse o manuscrito à biblioteca da Sorbonne, onde fez a sua transcrição e preparou a quase imediata publicação: «Canção de *Sancta Fides* de Agen», *Romania*, XXXI, 1902, 177-200+2, e «Noticia bibliographica do poema provençal de *Santa Fé*», *O Instituto*, XLIX, 1902.

4.

O suplemento que remata este artigo contém os relatos dessas viagens nas palavras do próprio viajante. Antecipemos aqui o essencial.

Em 1899, passou três meses em Paris – abril a junho –, assistindo, a título particular, a cursos e seminários de praticamente todos os grandes filólogos que então ensinavam na Sorbonne, na École Pratique des Hautes Études e no Collège de France. Os nomes dos seus professores – Gaston Paris, Henri d'Arbois de Jubainville, René Cagnat, Henri Gaidoz, Héron de Villefosse, Antoine Thomas, Jules Gilliéron, Paul Meyer – constam de uma garbosa crónica que Leite fez publicar pouco depois[8] uma crónica talvez menos motivada pelas aulas que recebeu do que por aquelas que ali ministrou.

Leite participou inicialmente das aulas como ouvinte e não como aluno regular. É o que se depreende de um cartão de Antoine Thomas a conceder autorização para que assistisse às suas aulas: «J'autorise M. Leite de Vasconcellos à assister à mes cours du lundi. P. le 27 avril 1899. A. Thomas»[9]. Só no ano 1900-1901 foi aluno inscrito, conforme o seu cartão de matrícula na École Pratique, bem como um livre-trânsito que lhe dava acesso às salas de trabalho da mesma escola, passado em abril de 1901[10].

No espólio do MNA encontra-se um curioso *Diario da minha viagem fóra de Portugal em 1899*, na caixa 12 de Filologia, que cobre a parte inicial da viagem, inclusive a estadia em Paris. É na entrada relativa ao dia 10 de abril que se pode ler: «Pela manhã entrava na Sorbonne um estudante de quasi 41 anos, com pasta de baixo do braço, para assistir à 1.ª lição de celtico com Jubainville».

Este diário interrompe-se quando Leite sai de Paris para o restante percurso europeu, que no suplemento será reconstituído com outras fontes: a viagem prosseguiu pela Bélgica, Holanda (onde descobriu o manuscrito de Leiden) e Alemanha, só em outubro tendo regressado Leite a Portugal.

No ano seguinte, 1900, nova viagem de desenho idêntico: um resumo itinerário informa, sem especificar o mês, «Cheguei a Paris no dia 12, de manhã»[11]. Seria abril ou o mais tardar maio, ali permanecendo até julho, mês em que inicia novo circuito pela Alemanha, Áustria, Suíça, com regresso pelo sul de França e Catalunha. Foi nessa viagem que visitou em Praga Jules Cornu e, em Graz, Hugo Schuchardt, dois dos seus mais densos correspondentes. Não dispomos de informação sobre as

---

8 *Revista Lusitana* (VI, 1900-1901: 855)

9 MNA, correspondência, maço 3638, n.º 23834.

10 FLUL, caixa 05, maço 08; nesta caixa se encontram muitas outras recordações dessas viagens.

11 FLUL, caixa 05, maço 07.

atividades parisienses desse ano, mas, além de frequentar seminários, Leite ocupava-se já certamente da redação final e tradução da tese de doutoramento que preparava sob a direção de Antoine Thomas, a *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Desta obra, são conhecidas apenas a edição de 1901 e a de 1970, que incorpora alguma *marginalia* autógrafa. Sobreviveram, no entanto, dois originais autógrafos, um em português e outro em francês, que descobri recentemente no espólio do MNA, onde estavam ocultos sob títulos despistantes. Não são idênticos: são muito substanciais as diferenças de redação que se observam entre eles, o que sugere uma transposição trabalhosa e demorada. Isso deve ter acontecido em Paris, porque o original francês está revisto e corrigido, no estilo e na língua, por uma caligrafia francesa ainda não identificada, tudo apontando para um processo de colaboração local.

Em 1901, terceira viagem com início em 2 de abril. São de então os cartões de matrícula académica atrás mencionados. A composição tipográfica da tese decorreu em Paris, nas oficinas da casa Aillaud (que também tinha raízes lisboetas), e foi acompanhada de perto por Leite: acham-se dispersas pelos dois espólios numerosas provas tipográficas da tese, em duas séries (provas de granel e provas paginadas), cujas emendas comprovam que Leite estava por perto[12]. Ao mesmo tempo, recorde-se, parte do seu tempo era ocupado a transcrever, na biblioteca da Sorbonne, o manuscrito da *Canção de Sancta Fides*.

A tese foi admitida a provas na Sorbonne em 14 de maio, quando a impressão dos exemplares ainda não estava concluída; de facto, o prefácio de Leite está datado de «juin 1901». Seria interessante averiguar se este *timing* era normal na época, ou se Leite beneficiou de tratamento *vip*, mas não encontrei até agora indicações num ou noutro sentido. A defesa da tese ocorreu em 15 de julho e, no dia seguinte, um jornal português dava a notícia, fornecida por Trindade Coelho, que terá assistido ao ato. Trindade era grande amigo de Leite desde o tempo de estudante no Porto e um dos raros correspondentes que o tratavam por «tu».

Estava assim alcançado o objetivo principal das mais recentes viagens lá fora de Leite de Vasconcelos. Não uma simples e habitual angariação de dados, mas a obtenção de um título académico após frequência de cursos e apresentação de uma tese original na Universidade de Paris. Para conseguir tal, Leite de Vasconcelos dispôs-se, aos 40 anos de idade, a voltar a ser estudante e a defender uma dissertação perante um júri que, bem vistas as coisas, já o considerava como primeira autoridade internacional no tema escolhido: a dialetologia portuguesa.

---

12 Ao passo que estas provas, que sobreviveram porque foram recicladas para outros usos (capilhas, notas avulsas), se encontram dispersas pelos dois espólios, os originais português e francês da *Esquisse* estão no MNA. Preparo com Fernando Brissos uma sua nova edição.

5.

Duas linhas de inquirição se abrem a partir daqui, entre outras mais que seriam possíveis.

A primeira inquirição pode formular-se assim: – O que terá levado Leite de Vasconcelos, que já tinha um título académico (era médico, embora não-praticante) e uma posição estável em instituições do Estado (era primeiro-conservador da Biblioteca Nacional e diretor do Museu Etnológico, hoje MNA), além de uma considerável reputação científica internacional, ao trabalhoso esforço de frequentar cursos e de redigir uma dissertação original na Universidade de Paris?

A segunda inquirição, naturalmente, será: – Que matérias estudou Leite em Paris e que impacto terão tido na sua obra subsequente?

Deixo a primeira questão para o final do artigo e passo a examinar a segunda.

6.

Sabe bem recordar a arqueólogos, que têm Leite por um dos seus, que a tese de licenciatura em Medicina, defendida perante a Escola Médica do Porto, em 1886 (VASCONCELOS 1886)[13], era em larga medida uma tese de Linguística e que já antes, em 1882, ele se tornara conhecido internacionalmente pela identificação e primeira descrição da existência, em território português, de um dialeto leonês até então desconhecido, o mirandês (VASCONCELOS 1882)[14]. Isso mesmo ele reivindica na tese de licenciatura:

> em quasi toda a *Terra de Miranda* e em duas freguesias do concelho de Bragança não se falla o português, mas sim três linguas irmãs ou co-dialectos, que eu descobri e pela primeira vez esbocei nos meus opusculos (VASCONCELOS 1886: 27, n. 1).

Por isto, e porque talvez tivesse os olhos postos em ensinar Filologia Portuguesa no Curso Superior de Letras, o que lhe faltava era um doutoramento, e em Linguística. Visto que Leite lia diligentemente o alemão, mas decerto o falava

---

13 Não por acaso, foi reimpressa num dos volumes de Filologia dos *Opúsculos* (vol. I, parte II, Coimbra, 1928, 3ss). A dissertação compõe-se de três partes: I. Physio-psychologia (A Voz; A Loquella; A Falla), II. Glottologia, III. Pathologia, e de dois apêndices (Os Gestos, A Escrita). Na introdução, Leite escreve: «Tendo-me consagrado mais ou menos ao estudo da Linguistica, tentei alliar os conhecimentos que colhi nessa sciencia aos que o meu curso medico me forneceu, e elevar-me assim a uma comprehensão philosophica e total da linguagem...» (p. XI).

14 Leite dedicou ao mirandês numerosas publicações durante os vinte anos seguintes, culminando com os *Estudos de Philologia Mirandesa* (VASCONCELOS 1900-01).

muito pouco[15], a universidade francesa era local mais propício para obter esse grau que a Alemanha, pátria da Linguística (assim se pensava).

Vimos já que professores teve em Paris. Vejamos agora o que lhe ensinaram. Segundo a crónica da *Revista Lusitana* (VI, 85s),

> No 2.º semestre lectivo de 1899 estive em Paris frequentando cursos de philologia romanica e celtica, e de archeologia romana, em varios estabelecimentos scientificos. No Collegio de França segui os cursos dos srs. G. Paris (lingoa francesa da idade-media), D'Arbois de Jubainville (phonologia celtica geral, e traducção de textos irlandeses antigos), R. Cagnat (epigraphia e archeologia romanas), e assisti a algumas experiencias no laboratorio phonetico do rev. Rousselot; na Eschola dos Estudos Superiores segui os cursos dos srs. G. Paris (philologia romanica), H. Gaidoz (irlandês antigo), Héron de Villefosse (epigraphia romana), A. Thomas (latim vulgar), e assisti a algumas lições do sr. Gilliéron sobre dialectologia gallo-romanica; na Eschola Diplomatica segui o curso do sr. P. Meyer (philologia provençal e francesa); na Universidade segui o curso do sr. A. Thomas (philologia provençal).

Isto em 1899. É natural que, nos anos seguintes, tenha seguido os mesmos cursos, ou apenas alguns deles. Muitos seminários decorriam de modo bastante informal, alguns mesmo em casa dos professores, e assumiam por vezes o caráter de prolongadas discussões circulares sobre um verso ou uma palavra, quando não se transviavam atrás de uma associação com outro assunto distante; tudo isso intelectualmente estimulante mas difícil de traduzir em poucas frases, que cem anos depois parecem indecifráveis a quem tenta dar sentido às notas soltas tomadas então por Leite. A documentação que os dois espólios guardam relativa a esses períodos é abundante, formada em parte por apontamentos tirados em aula, em parte por citações de leituras, por esquemas e listagens de deslocações, tarefas e contactos, mas nem sempre está datada e não permite reconstituir seguramente e passo a passo o que foi a sua vida de estudante parisiense. Talvez o presente texto ajude a identificar melhor as lacunas e os remédios para as colmatar. Por exemplo, escapa-nos a boa razão que terá levado Leite a aprofundar tanto os estudos sobre o irlandês antigo e as literaturas célticas em geral, temas que suporíamos arredados das suas preocupações: não só frequentou o curso de D'Arbois de Jubanville sobre Fonologia

15 As primeiras cartas que Hugo Schuchardt lhe escreveu vinham em português assaz pitoresco, mas logo que percebeu que Leite entendia alemão, foi nessa língua que o mestre de Graz lhe passou a escrever. Porém, quando se encontraram em 1900, foi em francês que conversaram. Sabemos isso por um papel em que Leite tomou notas durante esse encontro, no qual igualmente se reconhece uma intervenção em francês da mão de Schuchardt (MNA, arquivo Leite de Vasconcelos, caixa de Filologia 4, env. 4/5).

céltica e tradução de textos irlandeses antigos e o de H. Gaidoz sobre Irlandês antigo, como investiu em extensas leituras. No MNA, a caixa 11 de Filologia tem três grossos maços contendo apontamentos sobre línguas célticas, nomeadamente irlandês e galês, um caderno intitulado «Glosas irlandesas sec. VIII-IX», um exemplar anotado da *Irische Grammatik* de Ernest Windisch (1879), e ainda abundantes notas de leitura, organizadas e bastante mastigadas dessa mesma gramática.

Em contrapartida, não causa estranheza que se tenha interessado por epigrafia e arqueologia romanas, matérias de que quotidianamente se ocupava nas suas escavações, e muito menos que tenha bebido da fonte o melhor que a escola francesa podia oferecer então sobre filologia francesa, provençal e românica. Nenhuma destas linhas de estudo, no entanto, iria ser de aplicação imediata na redação da *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, que seria a sua dissertação de doutoramento. Dela não falarei muito aqui, porque me falta perceber bastante do modo e tempo como foi escrita; mas parece lógico que, assentando ela em trabalhos de campo que Leite desenvolvera durante os anos 80 e 90, e que fora publicando em parcelados artigos, tenha viajado para Paris com um texto redigido e sistematizado, que outro não seria que o manuscrito português do MNA. A tradução desse original para francês, revista por amiga mão gálica[16], teria sido realizada em Paris, talvez em 1900: como antes disse, não é uma tradução direta e literal, mas uma reescrita aprofundada e muito aumentada do original português; talvez que a avaliação da natureza dessas adições e enriquecimentos diga algo mais sobre as condições em que o trabalho foi feito, e sobre eventuais influências que os seus estudos do momento inspiraram. Em 1901, até quase ao dia da defesa da tese, Leite reviu provas tipográficas, em que não deixou de melhorar o texto com dados novos. Este cenário parece coerente, mas é provisório, porque não tive ainda oportunidade de o confrontar com todos os dados disponíveis.

Uma coisa essencial, contudo, se torna evidente: para escrever esta tese, de tema português e baseada em materiais predominantemente nacionais, Leite não precisava de se deslocar a Paris.

7.

É certo que há um lado social a não menosprezar. Leite não era homem de salão, mas as estadas parisienses (tal como em geral as suas viagens «lá fora») davam-lhe a possibilidade de entrelaçar com o intenso trabalho científico (em bibliotecas e nos cursos) alguma convivialidade com sábios que o tratavam como igual.

---

16 Mão ou mãos, tendo em conta o agradecimento plural que Leite lhes deixa no prefácio: «Je remercie les amis qui ont bien voulu relire avec moi les épreuves de mon travail, pour en améliorer le style.» (VASCONCELOS 1901: 6). Em verdade, esses contributos acham-se apenas no manuscrito francês; as provas tipográficas conhecidas foram revistas apenas pela mão do autor.

O seu grande suporte pessoal e institucional deve ter sido Antoine Thomas, professor de Linguística Românica na Sorbonne e na École Pratique, que orientou os passos de Leite e se tornou um dos seus mais assíduos correspondentes (98 missivas no maço 3638 do epistolário do MNA, mais uma missiva na FLUL, trocadas desde a época de Paris até 1934, quase até à morte de Thomas). Dele disse Leite: «Apraz-me declarar que me honro de ter ouvido as suas lições em Paris, de 1899 a 1901, e de ser um dos seus amigos mais respeitosos e mais fervorosos» (VASCONCELOS 1927: 276).

Os apontamentos tirados por Leite nas aulas de Thomas estão reunidos no MNA, caixa 12 de Filologia, maços 2 e 3: versam matérias de pelo menos dois cursos independentes, um de Provençal e outro de Latim Vulgar, mais concretamente de Derivação. São bastantes dezenas de folhas manuscritas, nem sempre numeradas, para mais intercaladas com apontamentos de outros cursos (Italiano antigo, por Morel-Fatio, algo de Gaston Paris, umas poucas folhas de Louis Havet). A distinção entre as várias séries de apontamentos terá de ser procurada através da lógica interna do discurso didático, pois muitas folhas não estão numeradas, nem identificadas, todas afinal tratando problemas de romanística; quer isto dizer que a ordenação dos apontamentos escolares de Leite de Vasconcelos em Paris constituirá só por si uma empresa editorial exigente. Mas seria pena não dar aqui alguma ideia do tipo de notas que Leite tirava, como este parágrafo do curso de Derivação do latim vulgar, de Thomas, interessante por nele Leite registar as suas próprias intervenções:

> *sub*
> O gallo-romano não fórma palavras novas com *sub*; substitue-o por *subtus*; os que tem *sub* são hereditarios. Ao contrario noutras linguas romanicas. – O fr. *souhait* não terá *sub*, porque *sub* desappareceu em gallo-romano antes da introdução das palavras germanicas; será palavra germanica. – O fr. *sombre* é difficil[17]; talvez *emprunté* [resposta á minha pergunta se será *sub umbra*. Pelo contrario o portug. e o hespanhol explicam-se por *so-l'ombra*].

O curso de Italiano de Morel-Fatio, no Collège de France, foi dedicado em 1901 ao *Inferno* de Dante e consistiu, pelas poucas folhas restantes no mesmo envelope[18], numa explicação de particularidades lexicais. Ainda nesse envelope avulta uma longa série de folhas cobertas com a transcrição corrida de um curso de Literatura Romana, infelizmente truncado.

---

17 Elle diz que não ha fórmas em francês antigo em *-u-*; mas creio que deve tomar-se a preposição, na fórma *su-*, *so-*. MNA, Filologia, caixa 12, maço 2, 006a.

18 MNA, Filologia, caixa 12, maço 2.

Não constam desta localização apontamentos das aulas de Paul Meyer sobre francês antigo e provençal, a menos que estejam entre as muitas folhas anónimas dessa temática.

8.

Mas um lugar especial neste conjunto de documentos cabe aos apontamentos dos cursos de Gaston Paris, alguns dos quais se acham no mesmo envelope MNA 12/2, outros no envelope seguinte, MNA 12/3/1.

A cena da romanística francesa, em particular nos ambientes em que Leite se movimentava, era dominada pelo vulto de Gaston Paris, que ainda adolescente fora a Bona conhecer Friedrich Diez, fundador da linguística românica, cujos trabalhos mais tarde introduziria em França. Discute-se se Paris terá ido até Bona atraído pela aura cultural de Diez (mais ou menos como este, segundo versão atribuída ao próprio Paris, teria viajado até Jena para conhecer Goethe em 1818 e dele receber o mandato de se ocupar das literaturas românicas medievais); serão lendas, como demonstrou Ursula Bähler[19], mas que histórica genealógica não tem algo de ficcional? Importa mais que são suas as traduções francesas das obras seminais de Diez: *Introduction à la grammaire des langues romanes* (1863) e os três volumes da *Grammaire des langues romanes* (1872-74). E que fundou com Paul Meyer uma revista fundamental, a *Romania*, que ainda hoje floresce. E que, mais próximo do caminho que estamos seguindo, foi o introdutor em França e o primeiro utilizador, na edição de 1872 da *Chanson de Saint Alexis*, do método de Lachmann. A este respeito, ouçamos o relato do seu discípulo Joseph Bédier, relato insuspeito, pois, na altura em que o fez, Bédier já tinha sofrido o seu peculiar acidente damasceno contra uma floresta de árvores bífidas.

> Or, vers 1830, en Allemagne, dans l'école de ces érudits à bon droit illustres, les Immanuel Bekker, les Karl Lachmann, les Orelli, les Ritschl, avait été imaginée et bientôt façonnée et mise au point une méthode moins subjective, celle qu'on appelle aujourd'hui communément la méthode de Lachmann. Appliquée d'abord à l'étude des textes de l'Antiquité classique ou du moyen âge allemand, elle s'était peu à peu accréditée. Dès 1866, Gaston Paris l'avait recommandée à l'attention des romanistes; dès 1868, il s'en était servi dans ses cours pour préparer cette édition de la *Chanson de saint Alexis* qui, publiée en 1872, devint

19 Abundam as apreciações e retratos de Gaston Paris, quase sempre hagiográficos, mas sobre a maioria eleva-se a biografia científica que Ursula Bähler lhe consagrou (BÄHLER 2004).

> aussitôt célèbre; et depuis, à l'exemple des hellénistes, des latinistes et des germanistes, les éditeurs d'anciens textes français y avaient recouru à l'envi (BÉDIER 1929: 4s).

As relações de Leite com Gaston Paris eram antigas e, a fazer fé nos postais deste guardados no epistolário do MNA (env. 2560)[20], não se tinham iniciado de forma muito auspiciosa. Em dois postais de 1882 e 1883, Paris responde com fria cortesia ao que se adivinha serem insistentes pedidos de Leite para que trabalhos seus fossem sinalizados na *Romania* (os artigos sobre a descoberta do mirandês, etc.). Passados mais de dez anos de silêncio (?), Paris responde em 1894 a uma consulta sobre certos topónimos franceses. Mas, nesse mesmo intervalo, não deixou de distinguir Leite (como decerto multidões de outros contactos seus) com o envio de extravagantes cartas de participação motivadas pelos seus dois casamentos, celebrados respetivamente em 1885 e 1891 com senhoras viúvas.

O tom muda com a viagem de 1899. Ficamos a saber que Leite, nessa visita, esteve com Gaston Paris, pois este, em carta de 3 de novembro, dirige-lhe cumprimentos de mais cálida cortesia («ma bien vive sympathie pour votre personne») e dá conta da próxima saída de um artigo de Leite na *Romania*, com provas revistas por si próprio[21].

Em 1901, um bilhete de 8 de junho convida Leite para um jantar em casa dos Paris, poucas semanas antes do doutoramento da Sorbonne. Leite refere-se algures a esse jantar, frisando que o anfitrião lhe deu a honra de pedir que acompanhasse Madame Paris até à mesa.

Pouco mais tarde, em 20 de agosto, Paris felicita Leite pela descoberta do manuscrito de *Sancta Fides*, abre-lhe novamente as portas da *Romania* para a publicação, que se concretizou (VASCONCELOS 1902a), e convida-o para uma visita ao seu *château* de Cerisy, na Mancha, visita que será várias vezes evocada para a frente.

Quase todos os postais seguintes, até ao último em 1 de dezembro de 1902 (Paris faleceria três meses depois), se ocupam da revisão e da impressão do artigo de *Sancta Fides*, de que voltarei a falar adiante. Em vários desses postais, faz-se menção a uma carta de Leite a Schuchardt, que Paris demora a encontrar entre os seus papéis. Não era uma carta, mas a famosa Epístola a Schuchardt (VASCONCELOS 1902c).

Não são poucas, como se verifica, as provas de deferência que Gaston Paris tem para com Leite, que, afinal, era aluno inscrito nas suas aulas.

---

20 É possível que as correspondentes missivas de Leite se encontrem na Biblioteca Nacional de França: BNF, Fonds Gaston Paris, n. acq. fr. 24430-24466. «Ces volumes contiennent la plupart des lettres reçues par Gaston Paris ainsi qu'un certain nombre de missives rédigées par lui» (BÄHLER 2004: 663-664).

21 Tratava-se de «Phonologia mirandesa», *Romania*, XXVIII, 1899, 598ss, artigo que não é referido por Cepeda (1960).

9.

Vem a propósito, portanto, reproduzir as páginas iniciais dos apontamentos que Leite tomou durante a primeira aula dada por Gaston Paris no Collège de France, em 1901 (dos cursos assistidos em 1899 e 1900 não foram encontrados, ou identificados, equivalentes apontamentos)[22].

[**1**] Gaston Paris

College de France: 1901, 2º semestre

EVOLUTION DU LATIM VULGAIRE EN GAULE

Un tableau dos pontos essenciaes do latim vulgar na Gallia, desde as origens do latim vindo para a Gallia até hoje. *Evolution du latin en Gaule*, mas sumario.

Evolução não deve dar ideia falsa; esta palavra, ha uns 30 anos para cá, depois dos estudos de historia natural (Darwin), significa: serie de phenomenos progressivos que se geram e condicionam um ao outro, cujos caracteres e successo são determinados pelas leis da vida dos sujet: ovo – chenille – chrysalide – insecto: Lei na successão dos phenomenos. Nada ha igual na linguistica. As linguas não são organismos, não nascem, ou pelo menos não assistimos ao nascimento de nenhuma; elles sont dans un eternel devenir. A morte não existe nellas. Lingua morta quer dizer que não se falla. Lingua: ensemble de sinaes phoneticos e seguida por um grupo de homens para se entenderem. Forão naturaes na origem estes sinaes? Convencionaes? Não sabemos. Mas em todas as linguas que conhecemos os sinaes são tradicionaes (nem naturaes, nem convencionaes). As crianças aprendem oralmente. Lingua: conjuncto de sinaes tradicionaes para exprimir o pensamento. A manutenção d'estes sons tradicionaes é essencial para haver entendimento mutuo entre os homens. Parece que devia haver constante identidade de sons e sentido. Mas o que se verifica é que nas linguas os sinaes se alteram na fórma e no sentido, de epocha para epocha; caẽ em desuso, são substituidos. A causa das alterações (a que se junta a mudança de ordem syntactica) nous échappe, ou pelo menos nenhuma das explicações propostas satisfaz. Esta alteração não constitue evolução organica; não podemos saber, determinar, quaes as alterações futuras (o que é o contrário na história natural, onde se sabe de ante-mão as alterações);

22 No verso de uma das folhas (MNA, caixa 12/3/1/075B), Leite anotou uma frivolidade talvez relacionada com algum incidente ocorrido durante a aula: «Cette demoiselle porte le bois de Boulogne dans son chapeau!».

nem se sabe se certas alterações estão em relação com as condições anthropologicas (cranio, orgão phon[ador], modo de vida, clima, alimentação): é provavel que haja, mas nada se sabe ao certo.

[**2**] Não se sabe também o que pertence ao elemento psychico e physiologico. *A* lat. em certas condições dá *e*: *cantare* > *chanter*. Qual é a causa? Nos orgãos dos Gauleses do Norte? no espirito? Nous ne le savons pas.

Ha ainda outra questão. Certas alterações de todas as linguas estão na parte phonetica (como alguns crêem, outros não) sujeitas a leis rigorosas, sem excepção? Todo o *a* nas condições indicadas dá *e*, na mesma epocha? Esta questão fez correr rios de tinta nos ultimos anos. G. P. é absolutamente partidário da regularidade das alterações phoneticas contemporaneas umas das outras (*regularidade*, não *lei*). Se ha excepções são apparentes, ou devidas a cruzamento de outras regras. Os phenomenos nas mesmas condições dão os mesmos resultados [23].

O curso intitulava-se *Evolução do latim na Gália*, mas essa evolução, apressa-se Gaston Paris a esclarecer, nada tem a ver com o evolucionismo natural de Darwin, que August Schleicher procurava então, com metáforas, traduzir para a vida das línguas. Esse era um dos principais pontos de debate da época, e em que Paris tinha partido tomado. A sua afirmação «As línguas não são organismos, não nascem» evoca uma outra sua de 1887 («il n'est pas exact de dire que les langues naissent, croissent, vieillissent et meurent», PARIS 1905: 283). Nessa recensão a um livro de Darmestester, Paris visava sobretudo o papel, logo anunciado pelo título *La vie des mots*, que nele desempenhavam as ideias darwinistas de Schleicher[24].

Devem-se a Schleicher vários conceitos e instrumentos que resistiram ao tempo e à crítica, e de que os linguistas fazem uso quotidianamente, como sejam o asterisco para indicar formas não-atestadas, ou o uso de diagramas genealógicos em forma de «árvore» invertida. E é oportuno intercalar aqui que também os filólogos usam diariamente estes dispositivos e o racional que os justifica na colação, na reconstituição e na estemática dos textos. Maior grau de resistência encontrou a ideia de que as línguas funcionam de modo estritamente regular, tal como os organismos vivos com as suas fases de desenvolvimento, maturidade e declínio, de onde poderem ser sujeitas aos métodos de observação e análise experimentados nas ciências naturais

---

23 MNA, Filologia, caixa 12, maço 3, 1/001

24 Que Leite conhecia e citara já na tese de licenciatura (VASCONCELOS 1886: 84) pela tradução francesa: A. Schleicher, *La théorie de Darwin et la science du langage*, Paris, 1868. Original alemão: *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft*, Weimar, 1863.

(COLLINGE 1995: 196s)[25]. Igualmente provocou debate a sua distinção entre Filologia e Linguística, vendo na primeira uma ciência histórica e cultural, que apenas pode tomar por objeto línguas dotadas de escrita, ao passo que a Linguística examinava os movimentos orgânicos de qualquer língua, movimentos que escapavam à vontade consciente dos indivíduos.

Que a refutação de algumas destas proposições surja no curso inaugural de Gaston Paris de 1901 dá a medida da sua atualidade (ou perdurabilidade), facto a que Leite de Vasconcelos não podia ficar alheio.

10.

São bem conhecidas as dificuldades exegéticas com que se depara quem lê o capítulo preliminar das suas *Lições de Filologia Portuguesa*[26], que talvez tenham sido produzidas, ou não, na lição inaugural do curso de 1903 que Leite ofereceu na Biblioteca Nacional, a pouca distância temporal, portanto, do seu tempo de estudante em Paris. Nem sempre se percebe bem de que lado da barricada Leite se encontra, quase parecendo que deseja estar em ambos. Mas este texto importa sobretudo por fornecer primeiras atestações portuguesas para os principais termos do negócio:

> *Linguística* – Alexandre Herculano, 1844;
> *Glótica* «importada directamente da Alemanha (Schleicher)» – A. Coelho, 1868;
> *Glotologia* – 1881, Coelho e Gonçalves Viana *ex aequo*.

Entre os inéditos de Leite, em arrumação próxima mas distinta dos apontamentos parisienses que venho usando, acha-se uma folha manuscrita, que visualmente impressiona pelo esforço caligráfico que requereu ao autor, de par com o esforço de sistematização de terminologias e conceitos disciplinares. Não partilha dos vários estilos de apontamentos de aulas, em que transparece a influência do estilo de cada docente: fichas bem individualizadas nas aulas de morfologia de Thomas, discursos corridos e fluentes nas de Paris e de Morel-Fatio. E muito menos se aproxima dos seus rascunhos habituais, apressados e repetidamente emendados. Inicia-se com uma leitura de obra italiana posterior a 1893, segue com a discussão da mesma e termina com esquemas sistematizadores. Parece uma cuidadosa partitura destinada a exposição oral.

---

25 Não deixa de ser curioso notar, no entanto, que esta faceta da obra de Schleicher passe sem menção, a não ser bibliográfica, no artigo que lhe dedicou Theodora Bynon (1992: 382s).

26 O curso decorreu entre 1903 e 1909, mas só foi publicado em 1911: (VASCONCELOS 1911); 2.ª ed. Lisboa, 1926; 3.ª ed. Rio de Janeiro, 1959; 4.ª ed. 1966. As Noções Preliminares acham-se na p. 4-9 desta 4.ª ed.

[**1**] Philologia e Glottologia
Na Allemanha, a Philologia comprehende:
estudo da lingua;
estudo da litteratura (e metrica)

G. de Gregorio[27], *Per la storia comparata delle letterat. neo-latine*, Palermo 1893, encosta-se a Schleicher, e considera:

a) *Linguistica ou Glottologia*, sciencia natural, estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das fórmas e funcção das palavras;

b) *Philologia*, no sentido italiano, sciencia historica, estudo da lingua como meio ou instrumento de litteratura.
Ao philologo pertence: inventariar, classificar, examinar o material litterario; estudo das funcções e construcções gramaticaes, desenvolvimento historico do lexico, uso peculiar dos escriptores.
Ao glottologo: deduzir as leis phoneticas que regulam a vida e desenvolvimento da linguagem.

Op. cit. pag. 7-8.

Não estou bem de accôrdo. Em verdade a linguagem tem base natural; o estudo d'esta base pertence ao physiologista ou anthropologista; ao glottologo deve pertencer mais alguma cousa. O estudo dos sons, modo de producção, combinação e producção é do dominio da historia natural (Physiologia ou Anthrop.); mas desde o momento que se trata de deduzir leis, é preciso comparar sons antigos com sons modernos, e entra-se no dominio da historia (glottologia). Se Gregorio diz que ao philologo pertence o desenvolvimento historico do lexico, como ha-de estudar-se este desenvolvimento sem deduzirem leis phoneticas? Elle attribue ao philologo o que em parte pertence antes ao grammatico. Creio que na *Evolução da linguagem* delimitei o terreno natural da [**2**] linguagem.

No meu entender:

27 Giacomo de Gregorio (1856-1936), romanista, professor na Universidade de Palermo.

o *physiologista ou anthropologo* estuda os elementos naturaes da linguagem; é por ex. *phoneticista* e póde dar as razões anatomicas, histologicas, etc. de certos sons. E a psychologia.
o *grammatico* estuda uma lingua em si, sem comparação com outras linguas, ou com outras phases ou aspectos da mesma lingua;
o *glottologo*, estuda as leis da linguagem, quer recorrendo á litteratura, quer não, conforme as circumstancias.
Não querendo dar-se á palavra *philologia* o sentido allemão, indicado acima, chame-se *philologo* ao que desempenha as funcções de simples *grammatico* ou de *glottologo*. Pela necessidade de conglobar os resultados da sciencia um mesmo individuo tem de exercer o papel de *phoneticista*, *grammatico* e *glottologo*. A glottologia é mais complexa do que a grammatica ainda mesmo do que a grammatica historica. Uma grammatica historica da lingua portug. não tinha de entrar em consideração com a origem da lingua, os dialectos, o onomastico; uma *Glottologia Portuguesa* ou *Historia da Lingua Portug.* comprehenderia estas questões todas e ao mesmo tempo a grammatica no seu conjuncto. Historia da Lingua portug. pode ainda ser mais lato do que Glottologia, pois póde entrar mais em considerações historicas, evolução de povos, de linguas d'esses povos; uso da escrita; se a lingua é orgão ou não da litteratura; mas uma glottologia completa abrange necessariamente a grammatica.

Anthropologia (Physio-Psych.):

voz: { acustica / phonação } phenomeno physico e physiolog.

loquella
falla
caracteres da lingua

Philologia:
Grammatica (estudo de uma lingua em si): sua anályse.
Grammat. hist. (estudo historico ou comparado de uma lingua em todas as suas phases)
Glottologia é grammatica historica e ao mesmo tempo entra em consideração com as origens, linguas preexistentes, influencias d'estas, dialectos, onomastico, etc.

> *Historia de uma lingua*, abrange todas as questões de uma lingua: uso popular, uso litterario; lingua não escrita e escrita; epochas; caracteres de cada epocha. O glottologo parte dos phenomenos da lingua mãe e segue-os na sua evolução; o historiador da lingua considera epochas, e os caracteres de cada epocha; refere-se aos monumentos litterarios da lingua, etc.[28]

11.

A olhos modernos impressiona, mais que a caligrafia esbelta e as raras emendas deste manuscrito, a ausência, entre as competências atribuídas ao filólogo, do mais ligeiro aceno a matérias de crítica textual. Este manuscrito, de que não conhecemos data nem circunstâncias, deve apesar disso ser examinado no quadro dos escritos da época de Paris. Toma como inspiração uma obra decerto recente (1893), da autoria de um linguista siciliano que publicava na *Romania* e seria, por isso, próximo do ambiente em que Leite se movia. O esquema dos territórios disciplinares que Leite delineia debate-se, entre traçar de fronteiras e identificação de zonas de sobreposição, com problemas que o preocupavam nessa época, como preocupavam Gaston Paris na sua lição inaugural.

Pergunta-se, então: nessa mesma época, terá escrito Leite algo que respeite ao que hoje consideramos como «crítica textual»?

A resposta é afirmativa. Antes de mais, na mesma caixa 12, maço 2, do MNA, em que se encontram os apontamentos das lições de Gaston Paris, acham-se duas folhas não datadas e inumeradas, uma delas escrita a tinta, intitulada *Critica do texto* e com origem registada no canto superior direito: *Collegio de França / Havet*, e a outra escrita a lápis nas duas faces, sem título, mas identificada *Havet, Coll. de Fr.* Resulta claro que são notas de duas aulas de Louis Havet, professor de Filologia latina e helénica no Collège de France e dirigente da Associação Guillaume Budé. Esta associação patrocina a célebre coleção de clássicos gregos e latinos publicada pela editora Les Belles Lettres, de Paris, cujos protocolos editoriais foram definidos precisamente por Havet nas *Règles et Recommandations Générales pour l'Établissement des Éditions Guillaume Budé*, Chartres [1924][29].

Mas Havet ficou conhecido principalmente pelo seu *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins* (Paris, 1911). Este manual é sem dúvida uma obra de crítica textual, embora passe ao largo das questões de maior fôlego e se foque no erro praticado durante a escrita da palavra por autor, por copista ou por revisor; apoia-se num

---

28 MNA, Filologia, 12/1/6

29 Mais recentemente foi publicada uma nova versão muito atualizada, a partir de apontamentos de Alphonse Dain (1972).

lachmannismo ortodoxo e toma por objeto não o *textus*, mas o *verbum*, de onde ser apropriada a designação que prefere: *crítica verbal*. Também por isso, o crítico verbal precisa mais frequentemente de recorrer a instrumentos linguísticos que de metodologia e de teoria editoriais. Os horizontes assaz limitados deste manual e, ousaríamos dizer, do seu autor ficam aliás claramente desenhados nas suas palavras preliminares:

> J'avais songé à intituler mon livre *Fautes et retouches latines*. Un tel titre en eût exprimé tout l'esprit; le livre a pour matière les altérations des textes, tant les lapsus, qui les gâtent d'abord, que les mauvais raccommodages, qui achèvent de les corrompre.
> Il ressemble à une *Pathologie* plutôt qu'à une *Thérapeutique*. La maladie seule est intéréssante, là où le malade ne court aucun risque (HAVET 1911: xi).

Não faltaria a um projeto assim enunciado – as doenças é que são interessantes –, matéria que despertasse a curiosidade do médico Leite. No entanto, merece ser registado que o nome de Havet não figura nas duas listas que Leite elaborou com os nomes dos seus mestres parisienses. Questão a ver.

Os apontamentos que Leite colheu nas duas aulas de Louis Havet são estes:

[I]
Critica do texto

Collegio de França

Havet
Palavras substituidas por outras, em virtude da semelhança de sons ou graphias:

CI < > TI + vog.
B < > V cons.
bidens < > *videns*
P < > F

Porque é que *imbecillus* tem *b*? Primitivamente tem *imvecillus*. A palavra significa «celui qui chancelle»; *vacillare* é a boa orth.; tornou-se *văcillare* com ă, palavra que no composto se tornou *in-uecillus*, como *in-fectus*. Horacio ainda *inveccillus*. Como Isidoro explica por *bacillus*, *baculus*, introduziu-se *b* na palavra.

Confusão de B < > V nos fins do imperio romano e epocha merovingea.
Erro da epocha carolingea, desconhecida na epocha byzantina: CI < > TI
então CI não seria KI, mas era differente da de TI + vogal; qual era je n'en sais rien. Palavra typica: *condicio* escrita *conditio*; as 2 coexistem e são diversas uma

da outra. A palavra *societas* e *satietas* são distintas em *ci* e *ti*. No sec. IX-X, *sotietas*; depois *sacietas.*
amiciorem escrito *amicitiorem*, tambem por influencia de *amicitia*.
Outro ex. *amiciciorem*.
Na idade-media *coepi* soava *cēpi*, encontra-se escrito.
Confusão entre *prensus* e *prehensus.*
Palavras começadas com *ex* + *s* imp[uro] não differiam na pronuncia de palavras começadas por *s-* impuro, ex. *expectare* < > *spectare*.
Confusão de ordem graphica: ressemblance de jambages.
Exs. Λ (= A) e metade de M. Esta confusão é uma das condições de muitas confusões. Epocha byzantina. PRIMVM e PRIAMVM. SIMPVIVM < > SIMPVLVM.

[II]

[**1**] Havet, Coll. de Fr.

Uma orth[ographia] rara, geralmente archaica, dá origem a erros. Ella não é familiar ao copista. Nos mss. de Plauto *quem*, *-ei-* facilmente seriam substituidas.
Accid[entes] a que podem dar origem as orth[ographias] ant[igas], genet[ivo] *-ai* = 1.ª decl.
Nomes com *familiai* são estranhos aos copistas, familiares com *-ae*. Cf. nomes de *-ia* em *-iae* com os da 5.ª *-iei*. Nomes alternam nas 2 decl[inações]: *materia*, *materies* (*-ia*, *-ies*).
Amphytrião: *Sosia*, *Sosiae* é de outra categoria. Tratarem só dos substantivos femininos em *-ia*. Terem certas regras: No fim de certos versos (1): *ignaviae, sapientiae*, τραγοεδιαι, *filiae*

(1) *senarios* e *trochaicos* que não podiam acabar em *-ai.*

Poenulus: conservam os copistas *-ai*.
Amphytrião: 359 v. trochaico.
noutro v.: *familiai*
Amphytrião 367:
Pers[a] 409
Aulul[aria] ha 3 vv. que terminam, 372, 540, 690: *filiae* por *filiai.*
Socius, *socia*. Os mss. tem *sotius* e *sotia*. Na epocha carolingea é vulgar *-tius* por *-cius* nos Mss.
Miles 424 ha *comoediae* por *comoediai*.

Os copistas substituem uma palavra banal a uma palavra relativamente rara, mas não o inverso. Principio geral, sobre que versa esta lição.
tibi substituido por *cibi* em certo verso.

Mercator 276: excepção: é preciso ler *simiae* e não *simiai*. Os copistas modernizaram a orth[ographia] de *-iai* por *-ae*.

[*anotado na margem*: Havet lê o latim á *kikera*, com *k* = *c*, aspirando *huius*, etc. *u* cons. = u; *i* cons. = i. O acc[ento] é que ás vezes elle o faz á francesa: *hic* aspirado mas *apúd, diés*. Mas *súmus*.]

[**2**] Ha muitos outros archaismos: *quoi, quom* (conj.), *quei*, ainda no tempo dos 1.os imperadores. Os copistas substituiram: *cui* < > *quoi*, que é o dativo normal da orth[ographia] vergiliana. No ms. F de Vergilio, da idade byzantina. Quasi todos os palimpsestos são byzantinos.

Cicero, *Cat. Maior*: Cicero decerto tinha *quoi*, e os Mss. dos sec. IX e X..... Verg. *Georg*. IV, 103: *cum* conjunção cujas orth[ographias] são: *cum* e a archaica *quom* ainda no tempo de Vergilio e depois, para distinguirem a conjunção da preposição (a orth[ographia] *quum* é uma bizarria très rare, quasi sem ex. nos bons mss.) Dativo *mi* por *mei*. – Outro archaismo: Plauto tinha o prefixo *ec-*, que se usava antes de *f* (*ecficio, ecfero*); os copistas ficaram embaraçados, por só conhecerem *ef-*: os copistas instruidos substituiam-no por *ef-*, os não instruidos substituiam-no por *haec*.

Archaismos d'outro genero: o texto plaut[iniano] tinha *tettuli*, que foi substituido por *det tuli* (?). Em Fulgencio o imperativo *ausculta* é escrito por *absculta*: o verbo deu em romanço *ascultare*, fr. arc. *ascolter*; o verbo écouter assenta em *ex-cultare*. E *ascultare* foi substituido por *abscultare*. [Non credo!]»

Esta exclamação final de ceticismo talvez ajude a compreender a distância que Leite parece ter mantido em relação a Louis Havet. Talvez pertencessem a estratos académicos diferentes; seguramente, não pronunciavam o latim da mesma maneira.

Mas o mais significativo nestas transcrições é a perceção de que em Paris, no Collège de France, o que no tempo de Leite estudante se ensinava como crítica de texto era basicamente gramática histórica. Quem se espantará, então, por Leite não atribuir à crítica de texto um lugar distintivo no elenco das disciplinas filológicas? Por vezes, historiar a formação e crescimento das disciplinas científicas obriga a segui-las por ruas sem saída ou fazer-lhes companhia enquanto estão paradas sem rumo.

Matizando um pouco o juízo antecedente: é de reconhecer que ambas as aulas versam sobre problemas da cópia manuscrita (erros de leitura e decifração num caso, trivializações no outro). São, portanto, problemas familiares ao crítico textual, mas aqui abordados mais na perspetiva da sua produção que do seu remédio. Percebe-se por que dizia Havet que o seu manual era mais de patologia que de terapêutica.

E a matéria-prima das aulas, imaginando nós o discurso implícito ou inferido que se apoiaria nos exemplos e evoluções registados por Leite, é mais de linguística histórica que de filologia, como modernamente a entendemos.

Tudo isto ajuda a reconhecer a justeza da opinião de Antoine Meillet na necrologia que dedicou a Havet (1925: 108s): «Aussi la linguistique historique qui, au moment où L. Havet venait à la philologie, devenait une science précise, l'a-t-elle fort intéréssé», logo acrescentando: «L. Havet avait tout ce qu'il faut pour demeurer l'un des maîtres de la linguistique. Mais, par conscience, il s'est détaché de l'étude des langues». O motivo de afastamento foi, segundo Meillet, a sua nomeação para o Collège como professor de *Filologia latina*, uma opção de carreira que, a julgar pelo ensino que os apontamentos de Leite desvendam, em nada o impediu de continuar a tratar de fenómenos linguísticos nas suas aulas.

12.

Repetindo a pergunta de há pouco: e Leite, que escreveu ele com respeito ao que hoje consideramos «crítica textual»? Pouco de publicado e algumas notas manuscritas, tomadas de leituras.

Dando primazia a impresso sobre manuscrito, recordemos um parágrafo das *Lições de Filologia Portuguesa*, publicadas no mesmo ano do manual de Havet. Falando de edições críticas, diz Leite isto:

> [...] em Portugal, com raras exceções, não se sabe como elas se fazem, pois se alteram os textos antigos que se publicam. Não me parece inútil insistir no assunto, e incitar os moços a informarem-se da maneira como os filólogos procedem. Estes, quando editam uma obra ainda não publicada, ou reeditam uma antiga, o que procuram é dar ao leitor um texto que corresponda o mais exactamente possível ao que saíu das mãos do autor: caso haja mais de um manuscrito, ou mais de uma edição, constituem o texto comparativamente, ou escolhem a melhor lição, apresentando em nota as variantes, quer todas, quer as necessárias, segundo pertencem ou não a manuscritos ou edições de valor. Em notas se inscrevem analogamente as lições que o editor tem por defeituosas, e que ele corrige. Não se fazendo assim, o leitor pode ser enganado (VASCONCELOS 1911: 243).

Assim falaria um discípulo de Lachmann: editar um texto antigo consiste, não em o alterar, mas em recuperar na medida do possível (constituir) o texto final do autor. Como? Comparando as versões existentes (colacionar), escolhendo a «melhor lição» entre as que se oferecem e registando as restantes lições em aparato positivo ou negativo (ou todas, ou as necessárias), bem como as emendas

introduzidas. Em Portugal, dizia Leite, isso usualmente não se faz, o que significa que as práticas da crítica textual deviam figurar entre as novidades científicas que ao tempo aguardavam introdução no País.

Neste caso concreto, talvez fosse melhor dizer «Assim falaria um discípulo de Gaston Paris», pois a formulação usada por Leite evoca de muito perto um fragmento manuscrito[30], contendo uma citação de Paris que certamente foi a fonte de Leite. Esta citação, por estar traduzida para português, talvez se destinasse a entrar em texto de Leite, que não consegui identificar:

> edição crítica
> mss. plus minus contemporaneos. «[1)] O primeiro dever de um editor é compará-los, constituir, se quer fazer uma edição critica, o texto por esta comparação, ou [2)] (processo commodo), dar uma simples cópia, escolher para base d'esta cópia o modêlo que lhe parecer melhor, e indicar as variantes importantes das outras[31].

Este fragmento faz parte de um pequeno grupo de papéis de índole temática semelhante, que se acham reunidos no espólio do MNA. A ele estão colados mais dois fragmentos com transcrições de G. Paris e de Paul Meyer, de interesse mais limitado e que por isso não transcrevo. Quanto às restantes peças deste grupo, não é possível determinar se aí se acham devido a organização leitiana, ou a boa intuição arquivística. No espólio da FLUL, porque menos tratado, é mais frequente encontrar-se maços que visivelmente foram constituídos pelo próprio Leite.

Superior é o interesse de duas folhas de índole semelhante, contendo esquemas de normas de transcrição, que devem ter sido produzidos em épocas diferenciadas, mas são em larga medida complementares. Preconizam um sistema de transcrição de textos antigos, tanto manuscritos como impressos, que hoje classificaríamos como semidiplomático, na medida em que recomenda soluções de índole conservadora, visando uma representação de nível virtual (fonológico e grafemático) mais do que paleográfico. E evitam, claro, «alterar» os textos. São estas as duas folhas:

> [I]
> Num ms. que se imprime a 1.ª vez:
> – Devemos conservar a ortografia geral da epoca:
> *u* = *v*

30 MNA, caixa 12 de Filologia, como tudo o resto.

31 G. Paris *in Journal des Savants*, 1899, p. 210.

i = *j*
y em ditongo
excepto ∫ por *s* (por dificuldade tipografica)
– Com relação às nasais, poderá:
ou conservar-se como lá está, õ, *om*, *on*,
ou, se houver predominio de uma fórma, adoptá-la, porque o til ás vezes resulta de se querer abreviar, sobretudo em fim de linha. A abreviatura é do escriba, e não do A., como dos tipografos o é nas obras impressas.
– E deve pontuar-se, e devem pôr-se maiusculas.
– Na transcrição de uma obra já impressa, poderemos mudar; p. ex. pôr:
ss por *s*
est'é (com apostrofe e acento)
v por *u*
j por *i*
e uniformizar a nasal.
Separar as procliticas e encliticas.
NB. A dificuldade na nasal é sempre ã, *am*, porque póde soar ã ou ão, e o mesmo em relação a *ẽ*, *em*, *en*.

[II]

Na reprodução de um texto antigo creio que se deve fazer isto:
– conservar as nasaes como lá estiverem: *ẽ*, *andã*, *cãpo*, etc.
– desfazer as abreviaturas segundo as normas seguidas: *q̃* por *que*; attenção para *g* = *-os* ou *-us-*
– Deixar *R-* ou *rr-*
– Deixar *j* por *i*, por causa de *dessejo*
– Escrever *a · ora*, *de · ti* quando estiver *aora*, *deti*
– Pôr apostrofes *d'antre* e encliticas com hifen.
– Marcar <u>dialogo</u> com traço
– Deixar *u* por *v*
– substituir ∫ por *s*, pois é mera calligrafia.

É oportuno confrontar estes embriões com as normas seguidas por Leite na sua edição do *Livro de Esopo* (VASCONCELOS 1906)[32]. Como se verifica, as normas são aí bastante mais desenvolvidas, justificadas e exemplificadas, mas a identidade dos

32 Antes desta edição em separata, tinha saído em dois tomos da *Revista Lusitana*: VIII, de 1903-1905, 99-151, e IX, de 1906, 5-109 e 384-387. As normas desta edição foram redigidas, portanto, entre 1900, ano em que Leite descobriu o códice na Biblioteca Nacional de Viena (então Palatina), e 1903, ou seja pouco depois do período de estudo parisiense.

critérios é completa e torna-se bastante visível a prática editorial seguida por Leite quer na descrição dos pormenores do manuscrito, quer nas decisões tomadas durante o estabelecimento do texto:

> [...] Na transcrição sigo sempre o ms., exceto no seguinte: emprégo lettra maiuscula inicial nos nomes proprios, e depois de ponto final; substituo o *s* longo, ou *ſ*, por *s*; substituo por *rr* um sinal que no ms. representa o *r* forte (quasi sempre inicial)[3]; escrevo *i*, *ij*, por *ı*, *ıj* accentuados; *j* por *J*; *y* por *y* pontuado; separo as palavras procliticas, quando (por ex., a conjuncção *e*, a preposição *a* e *de*, o artigo definido singular, etc.) vem unidas á palavra principal; separo por traço de união, como hoje se faz, as encliticas que no ms. vem unidas á palavra antecedente (escrevo, por ex., *tornauan sse* por *tornauansse)*; uso de apostropho para indicar a omissão que na pronuncia se fazia de certas vogaes (por ex. escrevo *lh'o* por *lho*); desfaço as abreviaturas, regulando-me pela maneira ordinaria como as mesmas palavras estão noutros passos, quando escritas por inteiro[4]; separo os §§; noto por travessões os dialogos; pontuo[5] e accentuo moderadamente[6]. Com relação ás nasaes, observa-se no ms. que estas estão representadas por tres maneiras: por *m*, por *n* e por til. O *m* e o *n* alternam indifferentemente no corpo da palavra *(emveja, omde, homrra, ssenbramte, paamcadas, enpeecer)*, mas o *m* é muito mais frequente que o *n*; no fim de palavra raras vezes se encontra *n*. O til usa-se principalmente no fim de linha, ou proximo do fim, para abreviar a palavra, e esta não ultrapassar a margem; tambem nas mesmas condições se usa ás vezes *n*. Ha porém casos em que o til se usa sem regra: *correrõ*, *mũdo*, longe do fim de linha. É tambem frequente *nõ*, *my* com til (= *mim*) e *tpo* com til (= tempo). Os ditongos ou digraphos são quasi sempre notados com til: *homẽes, rãas, coraçõoes, hũu, hũa*. Pela minha parte, faço a respeito das nasaes o seguinte: substituo o til por *m*, quando eu vir que elle representa abreviatura; deixo-o nos casos em que é evidente que elle se adota sistematicamente (ditongos, etc.)[7]; conservo sempre o *n*, mesmo quando elle está no fim de linha. – Como no ms. se usa *ç*, mesmo antes de *e* e *i*, restituo a cedilha quando ella faltar, pois vê-se que falta por engano. – Em todos os outros casos em que eu me afastar do original, indica-lo-hei em nota. Os accrescentamentos, incluindo os titulos do prologo e das fabulas, serão postos entre colchetes.
>
> Notas: 3 Faço sem hesitação esta mudança, porque algumas vezes o tal signal alterna com *rr* no manuscrito. Podia, tambem, em vez de *rr*, adoptar R.
>
> 4 A abreviatura *nhũ* por *nenhum* ou *nem hum* é sistematica, e por isso deixo-a. Tambem hoje adoptamos sistematicamente certas abreviaturas, que nunca desfazemos, por ex.: «V. Ex.ª», «D.», «Fr.» e outras. No ms. não se adopta porém a este respeito regra constante. Convém notar o seguinte. No ms. encontra-se frequentemente *dc̃co*,

fc̄co, *dc̄cor*, por *dc̄to*, *fc̄to*, *dc̄tor* etc., latinismos orthographicos tradicionaes por *dicto* (dictus), *fecto* (factus), *doctor* (doctor); transcrevo essas palavras, e outras analogas, com *ct*. Quando estiver por extenso *autor*, *douctor*, *doutor*, transcrevo assim mesmo. Não ha duvida que na pronúncia o *c* não se fazia ouvir. – No ms. oscillam *pollo*, com *o*, e *pella*, com *e*, etc., oscillação que correspondia, como hoje, á pronuncia; como muitas vezes se encontra escrito *pllo*, *plla* etc., com *ll* cortados, é impossivel saber se quem escreveu queria representar *e* ou *o*: para a transcrição regulo-me pela fórma mais proxima d'esse logar, quando escrita por extenso. – Outras particularidades vão assinaladas nos seus logares.

5 No ms. o ponto final está frequentemente indicado por dois pequenos traços verticaes e paralellos (»). Ha ainda outros sinaes de pontuação: por exemplo um ponto (.) serve de virgula ás vezes.

6 Com estas alterações, que em nada modificam a pronuncia, torno o texto mais facil de ler.

7 No ms. o til abrange geralmente mais de uma lettra. Quando as lettras são vogaes, não se póde saber a qual d'ellas propriamente pertence; comtudo escrevo *rãa, hũu, coraçõoes* etc., com o til na primeira (VASCONCELOS 1906: 6s).

Contemporânea desta edição do *Esopo*, mas permitindo outra ordem de observações sobre o método de Leite de Vasconcelos como editor de texto, é a sua edição da *Canção de Sancta Fides de Agen*, várias vezes mencionada. O manuscrito por ele descoberto na biblioteca universitária de Leiden em 1901, no decurso de um daqueles périplos europeus com que rematava as suas estadas parisienses, foi rapidamente preparado para publicação na *Romania* em 1902. Nem o tempo disponível nem o espaço facultado pela revista eram amplos, o que explica a singeleza do peritexto leitiano.

As normas de transcrição merecem dois parágrafos apenas (p. 6) e pouco têm em comum com as normas que acabamos de ver, o que não surpreende demasiado, porque se tratava de editar um texto em provençal e não em português antigo. Isso explica também a intervenção, que se adivinha considerável, que tiveram na resolução de certos problemas editoriais três mentores de Leite – Thomas, Meyer e Paris –, a quem ele por esta ordem agradece.

O aparato é constituído por 89 notas, a maior parte das quais consiste em comentários textuais e explicações linguísticas (p. ex. «35 – Agen, na margem direita do Garona, capital do depart. de Lot-et-Garonne» ou «47 – *fan* < fanum.»), e mesmo em interpretações que Leite atribui a um ou outro dos mentores («363 – Ou *vos* por *uns*? P. Meyer»).

Apenas 15 dessas notas podem ser consideradas filológicas, no sentido em que examinam dificuldades do manuscrito e se interrogam sobre a mais correta forma de estabelecer o texto (em opção geralmente conservadora, como no v. 338, onde Leite julga detetar uma hipometria e levanta várias hipóteses, que no entanto não passam da nota para o texto). Ou seja: confrontado com uma edição de manuscrito único, Leite usa o aparato para dar informações destinadas a facilitar a leitura e para identificar

dificuldades do manuscrito, que transcreve conservadoramente e sem emendar. Vistos os companheiros que teve neste trabalho, poderia concluir-se que *Sancta Fides* acabou por ser o mais proveitoso seminário de crítica textual que seguiu em Paris.

13.

Como tantas vezes acontecia, Carolina Michaëlis foi mais hábil que Leite de Vasconcelos a captar e a definir de forma lapidar o espírito do tempo e as suas manifestações, em que aliás ambos estavam geralmente de acordo, desde que pelo meio não houvesse prioridades pessoais a defender. É assim que se torna útil, para mais amplamente entender as relações de Leite com a teoria e a prática da filologia, e sobretudo para entender as suas complicadas definições e as omissões, recorrer ao discurso paralelo que, quase contemporaneamente, Carolina Michaëlis desenvolvia. Encontramo-lo especialmente nas suas três primeiras lições do curso 1912-1913, ministradas na Universidade de Coimbra (VASCONCELOS 1945)[33]. O curso anterior, 1911-1912, em que Carolina Michaëlis se estreara como professora de Coimbra, fora dedicado à língua portuguesa antiga. O segundo curso, que aqui nos interessa, era intitulado *Filologia Portuguesa* (precisamente a designação de uma cadeira que Leite havia proposto para o Curso Superior de Letras em 1888, e que Adolfo Coelho vetara, como veremos adiante). As duas primeiras lições são festivais de erudição: as origens greco-latinas da terminologia filológica e a história da disciplina desde os gregos até aos alemães da véspera.

A Lição III é a que mais interessa para a presente discussão. Intitulada *Glotologia*, consiste num ataque aberto às definições de filologia e de glotologia expressas por Adolfo Coelho em livro de 1881, portanto, não muito recente[34]. Começa assim D. Carolina: «Um erudito português [*que só nomeará três páginas mais adiante*] quis restringir demasiadamente o campo da *filologia* nacional, reduzindo-o ao estudo de textos literários, e separando dêle o exame da língua. Só a este quis aplicar essa nobre designação [*i. é, glotologia*]» (VASCONCELOS 1946: 146). Com efeito, vão nesse sentido as palavras com que Adolfo Coelho (1881: 1ss)

---

33 Recorde-se que D. Carolina se tornou professora em Coimbra ao mesmo tempo que Leite em Lisboa, após a República. Ao passo que Leite publicou em 1911 as lições dos cursos que tinha dado na década anterior na Biblioteca Nacional, D. Carolina deixou em forma de sebenta coimbrã as suas, que só foram publicadas postumamente. A edição, sem responsável conhecido, pertenceu à *Revista de Portugal*, de Lisboa, que fez outras publicações póstumas suas.

34 Este livro não tem data de edição; D. Carolina situa-o em 1880, mas o prefácio está datado de 1 de outubro de 1881. Não deve ser confundido com o seminal volume de 1868, também intitulado *A Lingua Portugueza*, com que Adolfo Coelho introduziu em Portugal a ciência da linguagem. A obra de 1881 teve 2.ª ed., muito modificada, em 1896.

iniciava o seu livro: «*Philologia* propriamente dicta é o conjuncto de conhecimentos que se referem á litteratura d'um ou mais povos e á lingua que serve de instrumento a essa litteratura...».

E prosseguia: «Por *philologia portugueza* deve pois entender-se o estudo dos monumentos litterarios da lingua portugueza sob todos os pontos de vista».

E rematava: «A *linguistica*, ou *glottica* ou *glottologia*, a que tambem se chamou *philologia comparada*, é o estudo scientifico das linguas. [...] a glottologia estuda as linguas por ellas mesmas» (COELHO 1881: 1ss).

Como se torna claro, Adolfo Coelho ia à frente do seu tempo e batia-se por um claro distanciamento disciplinar que, visto de hoje, estava a muitas décadas de ser reconhecido. Era contra isso que Carolina Michaëlis militava um quarto de século mais tarde (o que dá ideia do arrastar da discussão):

> Depois do que deixei dito é quási supérfluo assentar ainda em resumo que para mim *filologia portuguesa* é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional (VASCONCELOS 1946: 156).

Estas são, provavelmente, as posições mais extremadas no debate que envolveu o processo de autonomização da linguística para fora da esfera dos estudos literários, processo a cujos inícios assistimos com Schleicher e que foi tão prolongado que ainda tive oportunidade de tomar parte em muita discussão académica, nos anos 1970-1980, em que o ponto quente era se, na universidade, se justificava a existência de grupos de investigação e docência estritamente linguísticos e distintos dos de literatura. Recordo, por exemplo, que as minhas provas de Agregação na Universidade de Lisboa foram prestadas perante um júri constituído na maioria por professores de Literatura. É neste quadro de protelada individuação que tem de ser apreciado o esforço de Leite de Vasconcelos para se situar, e compreendidas as hesitações que marcam os seus textos.

14.

Mas a Lição III de Carolina Michaëlis reservava ainda, para o ataque às posições de Adolfo Coelho, uma arma suplementar – mais um sabre que o habitual estilete –, a qual tem por efeito trazer-nos de volta a Leite e ao seu labor de crítico textual.

Referindo-se a anos próximos do momento em que proferia a lição (1912), pois cita um artigo recente de Coelho («Casos de analogia na lingua portuguesa»,

de 1907), observa D. Carolina que Coelho «Nos últimos tempos pouco tratou de filologia» (VASCONCELOS 1946: 151). E logo desfecha:

> Que eu saiba nunca editou textos [...].
> Mas fizemo-lo nós. E sempre incluimos nos nossos trabalhos filológicos o estudo histórico e comparado da língua com investigações etimológicas, dialectológicas, semasiológicas, etc., muito embora para êle fossem privilégio ou alçada exclusiva da *glotologia* (VASCONCELOS 1946: 151).

Nós, quem?

> Nós, isto é, Leite de Vasconcelos na *Sancta Fides*, no *Esopo*, nos *Textos Arcaicos* e em algumas das suas *Lições*; eu, na *Prática dos Tres Pastores*, no *Mestre Giraldo*, nas *Poesias de Sá de Miranda*, nas de *Pedro de Andrade Caminha*, nos meus estudos camonianos e no *Cancioneiro da Ajuda* [e ainda Epifânio Dias, José Joaquim Nunes, Henry Lang, Oscar Nobiling] (VASCONCELOS 1946: 151).

Neste verdadeiro contar de espingardas, para manter a toada das metáforas bélicas, Carolina Michaëlis pretende isolar o caso de Adolfo Coelho, o glotólogo puro, recorrendo ao exemplo de, virtualmente, todos os filólogos portugueses, que estudam a língua dos monumentos literários, estudam esses monumentos histórica e literariamente e, ainda por cima, os editam com esforço próprio. É certo que isola igualmente Teófilo Braga, mas por outras razões: também ele editava textos, mas sem que isso beneficiasse nem os textos, nem o respeito dos seus pares, nem os fins desta argumentação.

Ao destacar Leite como «o mais activo dos cultores da filologia portuguesa, [...] que visou e combateu de caso pensado as definições e o procedimento de Coelho, chamando sempre e resolutamente *filologia* ao estudo científico da língua e não *glotologia*» (VASCONCELOS 1946: 150), Carolina Michaëlis serve os seus propósitos polémicos e até certo ponto ajuda-nos a ler o texto que Leite intitulou «Philologia e Glottologia», e a que temos regressado várias vezes. Será essa sua a melhor interpretação do pensamento de Leite?

Do que parece não restar dúvida é de que, para esses filólogos que editavam textos antigos, e até mesmo para Adolfo Coelho, que (permita D. Carolina) também editou textos, ainda que não medievais (COELHO 1879 e 1883), a crítica textual era uma atividade auxiliar e essencialmente prática, um conjunto de procedimentos e de regras de transcrição, revisão e anotação, que tinha por finalidade última preparar versões verificadas dos monumentos literários e históricos, para depois serem inteligentemente lidos pelos especialistas. Atividades próprias de um preparador de laboratório.

15.

Duas perguntas foram feitas atrás: uma delas, sobre a influência que terá tido na obra de Leite o seu tempo de estudante em Paris, fica assim mais ou menos tratada. A outra questionava as motivações que terão estado na origem dessa fase, custosa e tardia, da sua vida.

As motivações foram decerto plurais, mas, como sugeri, a meu ver uma avulta sobre as restantes: o desejo de se afirmar num ambiente cultural caracterizado por extrema competitividade, primeiro no Porto, em que Leite de Vasconcelos se criou e desenvolveu, e em seguida em todo o País. Nas polémicas intelectuais e políticas, que facilmente ganhavam estatuto de grandes questões nacionais (como as Conferências do Casino), nas inimizades duradouras, no afinco de reivindicar para si a primazia das ideias e dos achados e de ocupar presença assídua na imprensa, Leite de Vasconcelos não terá sido o mais feroz defensor de si mesmo, mas por lá perto andou. A resistência com que atravessou os difíceis anos de juventude no Porto, estudando e ganhando a vida, como Viegas Guerreiro (1994: 53ss) bem retratou, deu-lhe músculo para se afirmar nos anos seguintes. Mas não recebeu nada grátis. Alcançou uma licenciatura em Medicina pela Escola Médica do Porto, que apenas lhe serviu para ser colocado num posto de província, onde abundavam doentes e escasseavam as oportunidades de ler. Mais oportunidades dessas lhe terá dado o posto seguinte, de conservador da Biblioteca Nacional, mas aí leria por ofício e não por gosto. Para as ocupações que verdadeiramente lhe interessavam carecia de títulos, de recursos e de reconhecimento. Descobrira, ainda estudante, um dialeto dos confins transmontanos, que o tornou conhecido no estrangeiro; estudava abnegadamente, na esteira de Epifânio Dias, os recantos da língua portuguesa antiga e moderna, reconhecendo na voz do povo das províncias ecos seguros dos séculos passados; criou uma revista dedicada à linguística e a etnografia, a *Revista Lusitana*, que lhe garantiu um considerável papel de mediador editorial; angariou, em termos que se conhecem melhor graças à publicação da sua abundante correspondência com o amigo Bernardino Machado, os apoios políticos suficientes para criar uma entidade nova no País, um museu do povo português segundo modelo germânico, já se vê, que fundou, recheou de «dados» etnográficos e arqueológicos e que depois foi mudando de nome na esteira das cambiantes avaliações do seu conteúdo (Etnológico > Etnográfico > Arqueológico); fundou uma revista irmã da *Lusitana*, voltada para as existências deste museu, *O Arqueólogo Português*, que ainda se publica. Mas, apesar do grau académico que possuía, do emprego estável na função pública, e da direção *pro bono* do museu, e de numerosas e apreciadas publicações, faltava-lhe o reconhecimento que, em termos europeus, vinha associado ao título de professor. Seria preciso esperar pela mudança de regime e pela criação da Universidade de Lisboa em 1911, para finalmente se tornar professor universitário: um professor de 53 anos.

Na altura, recebeu do seu amigo Jules Cornu uma carta de felicitações muito elogiosa, mas de sabor levemente condescendente:

> Je n'ai pas besoin de vous dire que je vous félicite de tout mon coeur que vous soyez maintenant professeur à l'Université de Lisbonne. Tous vos travaux y compris le dernier «Lições de philologia portuguesa» vous donnaient un droit à cet appel. La philologie portugaise est entre bonnes mains. La jeune Université peut s'enorgueillir d'avoir un homme tel que vous pour l'enseignement historique de la langue portugaise[35].

Como quem diz: *maintenant* você é um dos nossos. A esse respeito, Cornu sabia talvez coisas que nos escapam. Recordemos: 23 anos antes, em 9 de outubro de 1888, ele tinha escrito uma longa carta a Leite[36] com conselhos e comentários à sua monografia *A Filologia Portuguesa,* desse mesmo ano (VASCONCELOS 1888)[37]. Adivinha-se (porque as cartas que Leite lhe escreveu não são conhecidas) que fora consultado por Leite em relação aos antecedentes e motivações da monografia. Esta, que hoje continua a ser usada como bem documentada história da filologia em Portugal, fora publicada por Leite com as vistas postas numa projetada reforma do Curso Superior de Letras e na possível criação de novas cadeiras (e correspondentes postos de ensino). A história filológica que hoje apreciamos pela sua erudição e informação bibliográfica não era, dentro da monografia, mais que um preâmbulo de cerca de 40 páginas ao que a Leite mais importava, e se acha sintetizado nas páginas finais com que a obra encerra:

> Apesar do renascimento que se operou nos estudos filológicos em Portugal, estes são apenas quási só conhecidos de pouco mais de meia dúzia de indivíduos, que escrevem, em regra, uns para os outros e para os romanistas, seus colegas, lá de fora. A Filologia ainda não penetrou bem no espírito do público, [...]
> Não aconteceria assim, se a Filologia disfrutasse no ensino superior maior preponderância oficial do que a que disfruta. [...]
> Numa reforma radical e séria [do Curso Superior de Letras] precisava de se atender à criação de outras cadeiras de Filologia (românica, germânica e semítica, pelo menos) imensamente importantes para a resolução de muitos

35 MNA, Epistolário, maço 871, n.º 5458; carta de 23-XII-1911.

36 MNA, Epistolário, maço 871, n.º 5439.

37 Inicialmente publicado em fascículos no jornal *O Correio da Noite*, de Lisboa (1888), foi republicado nos *Opúsculos*, vol. IV (Filologia), parte II, Coimbra, 1929, 839-919.

> dos nossos problemas etnológicos, e outros; mas, se querem ir por partes, e atender primeiro ao indispensável, não esqueçam a de Filologia Portuguesa. Com esta cadeira, estabelecida independentemente, e entregue a um especialista, lucrava a sciência portuguesa, que tinha assim mais um auxílio para conhecimento da sua história, e lucrava o público em geral, que, pelo estudo scientifico da lingua materna, em tôdas as fases e aspectos dela, desde a idade-média até o presente, chegaria à compreensão segura de uma das manifestações mais belas da vida natural e social, e adquiriria por êste lado, como já ponderei, maior consciência da nacionalidade. [...]
> Ao passo que na Alemanha, na Itália, na França, na Suíça, na Áustria, e em quási tôdas as demais nações civilizadas, há escolas superiores onde se ensinam as línguas neo-latinas, e portanto a nossa, nós não temos ainda êsse ensino especial. Embora se crie no *Curso de Letras* uma cadeira de Filologia românica, o estudo do português ficará necessàriamente acanhado. Para as outras nações, o lugar que o português ocupa ao lado das diversas línguas neo-latinas é suficiente, porque não se tem em mira senão fazê-lo entrar num quadro geral; mas para Portugal não, porque aqui o português é a lingua materna; de mais a mais essas nações têm tôdas uma aula superior e independente para as respectivas línguas nacionais, e nós não, o que é grande vergonha.
> De tudo isto resulta a necessidade urgente da criação de uma cadeira especial de Filologia Portuguesa no *Curso Superior de Letras* de Lisboa (VASCONCELOS 1929: 898ss).

Assim se inculcava Leite em 1888 (a versão de 1929 por que cito não diverge) como a pessoa indicada para lecionar a nova cadeira de Filologia Portuguesa. A reforma do Curso Superior de Letras não avançou então, mas a ideia não morreu, pois dez anos mais tarde era discutido e rejeitado no Parlamento um projeto de lei que propunha suprimir a cadeira de Literatura Grega e Latina do Curso Superior, substituindo-a precisamente por essa cadeira de Filologia Portuguesa. Refere-se a esta segunda tentativa Adolfo Coelho muito criticamente, atribuindo-a a «tristes et aveugles ambitions» e a «inavouables intentions», sem revelar de quem falava, aliás omitindo qualquer menção da proposta de Leite de 1888 (COELHO 1900: 63). Nesse texto, uma memória sobre o Curso, destinada à representação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1900, Coelho alega que uma cadeira de Filologia Portuguesa seria supérflua, uma vez que a matéria já era ensinada em duas outras cadeiras: a de Literatura Portuguesa e a de Filologia Comparada, «cujo professor – traduzo – consagra o melhor do ensino à língua nacional, sem omitir, claro está, os princípios gerais da ciência da linguagem e os elementos das outras línguas românicas que mais importam para esclarecer o problema da respectiva formação» (*ibidem*). Coelho falava de si mesmo, pelo que as suas opiniões não eram propriamente isentas.

A cadeira que Leite propunha em 1888 iria invadir os terrenos da sua própria cadeira, que era a única de linguística que havia no Curso Superior, e portanto no País.

Recordando os antecedentes. O Curso tinha criado em 1878 duas novas cadeiras: uma de *Línguas e Literaturas Védicas, Sânscritas e Clássicas*, concebida à medida de Guilherme de Vasconcelos Abreu, um licenciado em Matemática que em França e na Alemanha adquirira especialização orientalista, e outra de *Filologia Comparada*, ou *Ciência da Linguagem*, que ficou a cargo de Adolfo Coelho. A criação desta segunda cadeira fora preconizada – e o seu titular indigitado – por uma espécie de abaixo-assinado a que compareceram mais de 30 intelectuais portugueses e meia dúzia de renomados romanistas alemães, que se faziam representar, ou que tinham sido convidados, por Carolina Michaëlis, acabada de chegar a Portugal por via matrimonial, mas já ativa influenciadora (COELHO 1900: 44s). Seria exagerado condenar esse pronunciamento como um ato de colonialismo científico, a não ser na medida em que a maioria dos signatários portugueses não fazia ideia do que estava propondo. Afinal, tais pronunciamentos eram correntes na época. Como vimos, por esse terceiro quartel do séc. XIX, também em França, Itália e Inglaterra se difundia o modelo alemão de reconstituição para montante da evolução das línguas e de descoberta tanto das afinidades genealógicas entre línguas, como das divergências que as personalizam. Num mesmo ano, 1863, eram publicadas duas traduções da introdução à grande obra de Friedrich Diez, a *Grammatik der romanischen Sprachen*: a tradução francesa de Gaston Paris, já citada, e uma tradução inglesa. Como generaliza Paiva Boléo (1948: 649ss),

> se excetuarmos a Alemanha, iniciadora dos estudos de linguística em moldes científicos, […] pode afirmar-se que a linguística indo-europeia e românica só na segunda metade do século [XIX] fez reais progressos em vários países, designadamente na própria Inglaterra e França.

Esta onda de ciência germânica não tardou a chegar a Portugal: em 1868, com 20 e poucos anos de idade, Adolfo Coelho publicava o livro que estabeleceria a sua reputação: *A Lingua Portugueza: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, já várias vezes referido nas páginas anteriores. Nesse livro Coelho, quase autodidata, pois frequentara desencantado a Universidade de Coimbra e o Curso Superior de Letras, toma como fundamento os

> trabalhos que na Allemanha, Inglaterra e França, mas sobre tudo na primeira d'essas nações, fundaram a *glottica*, ou sciencia da linguagem, trabalhos de que no presente livro se acham expostos alguns resultados, e que pela sua importancia, pelas questões de primeiro interesse sobre que lançaram uma luz inesperada, de dia em dia vão chamando mais a attenção do mundo civilisado (COELHO 1868: VI).

Foi este entusiasta que os linguistas alemães arregimentados por Carolina Michaëlis indigitaram para professor da cadeira de *Ciência da Linguagem* do Curso Superior de Letras nestes termos:

> A ciência estrangeira, a mais competente para julgar dos métodos por ela criados, reconhece num linguista português, Francisco Adolfo Coelho, a competência necessária para professar aquela disciplina (SILVA NETO 1952: 3).

Compreende-se bem que Coelho se sentisse incomodado ao ver a cadeira de que era proprietário cobiçada por apetites alheios. Mas este episódio, no conspecto das relações pessoais e profissionais de Coelho e Leite[38], tem provavelmente contornos que mereceriam mais demorada e especializada inquirição, bastando aqui para enquadrar o que pode ser interpretado como uma tentativa em que Leite revela a sua ambição de ser professor do Curso Superior de Letras. Até 1911, teve de se contentar em adornar as capas de alguns dos seus livros com o título, abaixo do nome, de «Professor do Curso de Bibliotecário-Arquivista», curso em que, a partir de 1903, deu as aulas que veio a reunir em livro com o título *Lições de Filologia Portuguesa*.

Se matemáticos podiam ser professores de sânscrito, e autodidatas professores de linguística, se Teófilo Braga era advogado, que portas não se abririam a Leite com um doutoramento em linguística atribuído pela primeira universidade de França? Num universo de equiparados, algum valor acrescido haveria de caber a quem fosse titular por direito próprio.

Não muito diverso deste era o raciocínio de Carolina Michaëlis quando, em nota de rodapé das suas próprias *Lições de Filologia Portuguesa*, publicadas a partir das sebentas das suas aulas de Coimbra, escrevia com suprema auto-ironia:

> No frontispício da impressão desta Sebenta de Lições, figuro – conforme hoje vi, – como *Doutora em Filologia*. Sorrindo lhes digo que tal título ainda não existe. Sou Dr.ª em *Filosofia, honoris causa*, pela Universidade de Friburgo – como F. A. Coelho o é pela Univ. de Goettingen[39].

Nesta nota não faz menção, nem teria como fazer, do nome de Leite de Vasconcelos. *Et pour cause*.

---

38 Essas relações são examinadas, com abundante documentação, em Boléo 1948: 60s.

39 Aliás, D. Carolina viria a receber mais dois doutoramentos *h.c.*: Coimbra em 1916 e Hamburgo 1923.

Suplemento

Principais viagens ao estrangeiro de Leite de Vasconcelos

As viagens que Leite de Vasconcelos realizou a países estrangeiros e as atividades que aí desenvolveu foram por ele descritas em numerosas publicações, umas vezes sob a forma de apontamento incidental, outras com maior extensão (caso, por exemplo, do livro *De Campolide a Melrose*, que começou por ser o relatório oficial da sua viagem de 1913 a Inglaterra e Escócia). Além disso, ficaram nos seus espólios (do Museu Nacional de Arqueologia e da Biblioteca da Faculdade de Letras) bastantes apontamentos manuscritos, uns mais organizados que outros, além de recortes de imprensa, maços de imagens e postais, que aparentemente eram destinados a servir para um *Livro das Viagens* que Leite projetava escrever, como se deduz de uma sucinta lista que abaixo reproduzo e anoto.

Como esse livro das viagens não chegou a ser escrito, ficaram inéditos os apontamentos manuscritos nos espólios, o que não quer dizer que não tenham sido conhecidos e utilizados por algum pesquisador. O facto de muitos deles se encontrarem reunidos num mesmo conjunto de maços, hoje na caixa 05-08 da Biblioteca da Faculdade de Letras, sugere que houve um esforço de concentração das peças soltas que só parece possível de atribuir ao próprio Leite. Tal hipótese é consistente com um traço que ressalta do contraste entre os dois espólios, dado o mais intenso tratamento arquivístico de que beneficiou o espólio do MNA, por exemplo distribuindo os materiais de acordo com tipologias (correspondência para um lado, originais de obras inteiras para outro, materiais soltos reunidos segundo a sua temática, etc.), enquanto o espólio da Faculdade de Letras, além de consideravelmente menor, durante muitos anos apenas foi usado pelos editores da *Etnografia Portuguesa* e volumes anexos de literatura tradicional, o que teve como consequência que caixas inteiras fossem deixadas intocadas, por não interessarem aos fins da edição póstuma. Quase de certeza, os cordéis de alguns maços foram agora desatados pela primeira vez desde que Leite de Vasconcelos os juntou, titulou e atou.

Na edição do documento abaixo, e dos restantes que se vão seguir, conservo as grafias de Leite, mas desenvolvo as abreviaturas de menos fácil interpretação e anoto com parcimónia. A começar, veja-se a lista já referida, que constitui uma espécie de inventário dos textos e materiais em que Leite se ocupa das suas viagens.

[FLUL, caixa 05, maço 08]

Para o meu livro das Viagens tenho:
– carteiras
– postais ilustrados
– apontamentos varios em maços
– coisas que já publiquei, *Sta. Fé* e *Noticia*, *Fabulario*, *No Reno*, *Epistola*, *In Germania*, *O Dr. Storck*, *Adagiario* etc. nos *E. Etnogr.*, muito nas *Religiões*, as secções estrangeiras do ME.
– cartas de Sabios
– *De Campolide a M*[elrose]
– cursos na Sorbonne (*RL*)
– Catalogo dos mss. no *Instituto*
– Vid. *Defensão*.

As referências contidas neste inventário de fontes ganham em ser esclarecidas, de tão económicas que são (em sinal de que se destinavam a uso interno).

a) As *carteiras*, noutros lugares designadas por *canhenhos*, eram pequenos livros de apontamentos de que Leite sempre andava munido para registar coisas ouvidas, desenhar objetos de interesse arqueológico ou artesanal, bibliografia a consultar ou adquirir, nomes de pessoas ou lugares, e tudo o mais que a sua inquirição caminhante apanhava na rede. As carteiras eram o alforge onde guardava os frutos que ia colhendo. Devia andar com uma em cada algibeira, pois na célebre fotografia da ilha do Corvo segura duas ao mesmo tempo, além do lápis, para não falar do guarda-chuva. Restam bastantes destas carteiras nos dois espólios leitianos, algumas soltas, outras formando sequências temáticas e com volumes numerados pela mão de Leite. Também abundam noutros escritos remissões para essas carteiras numeradas, onde jaziam dados à espera de ser transcritos e inseridos em redação futura. Aliás, nem sempre chegavam a ser transcritos: muitas vezes as folhas eram arrancadas do caderno e coladas ou presas com alfinetes, formando grandes lençóis de fragmentos de papel por onde o texto ia escorrendo, a que Leite chamava *bandeiras*. Devido a esta técnica de canibalização, com que o suporte inicial era desmembrado para alimentar novos suportes, sem que o autor tivesse de passar pela corveia de tudo reescrever (assim evitando lapsos de copista), é de crer que grande número de carteiras tenha desaparecido ou, pelo menos, emagrecido, de onde termos capas sem miolo, ou apenas com as folhas em branco ou escritas com coisas para que não foi encontrado aproveitamento. Mas uma sequência de carteiras que se mantém intacta diz respeito à série de prolongadas viagens pela Europa que

Leite realizou entre 1899 e 1901, 1905 e 1912. Encontra-se nas caixas 05 e B10 do espólio da Faculdade de Letras.

b) *Postais ilustrados* abundam nos maços da correspondência passiva recebida por Leite de centenas de interlocutores com que manteve comunicação, mas esses são postais escolhidos e escritos pelos correspondentes, ao passo que os postais aqui mencionados devem ser outros, adquiridos pelo próprio Leite durante as viagens e guardados para fins de documentação iconográfica. No espólio do MNA, como já foi dito no artigo que precede este suplemento, há três caixas repletas de postais destes, que não pertencem à secção de epistolografia por não terem texto e não terem sido transmitidos por via postal.

c) *Apontamentos vários em maços* designa, propriamente, a massa documental de que são feitos os espólios leitianos.

d) Ao lado desse corpo autográfico, existe um outro vastíssimo corpo de correspondência recebida da parte de familiares, informadores, colaboradores e, principalmente, colegas nacionais e estrangeiros, a que Leite, pensando na última categoria, dá o nome de *cartas de sábios*. No presente contexto, adivinha-se que tinha em mente cartas preparatórias das visitas que fez a alguns desses colegas, úteis para recordar datas e locais de encontro, e tópicos de discussão, de que são bom exemplo as cartas que trocou com Hugo Schuchardt antes e depois de o visitar em Graz no ano 1900: 'Como o hei de reconhecer na estação?', perguntava Schuchardt, recebendo em resposta não uma fotografia, mas um autoretrato em verso (CASTRO/RODRIGUES-MOURA 2015, 59-73).

Passemos agora às fontes impressas.

e) por *Defensão* deve entender-se o opúsculo polémico *Defensão do Museu Etnológico Português contra as arguições que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento*, Lisboa, 1913, republ. na *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa, 1915, p. 125-168. Trata-se de um texto densamente documentado com o objetivo de defender a gestão que Leite dava ao Museu Etnológico (hoje MNA), e em particular de justificar a utilidade das suas deslocações ao estrangeiro. As datas, os locais e atividades aí compilados seriam de grande serviço para o futuro livro.

f) O mesmo se dirá do já mencionado livro *De Campolide a Melrose*, Lisboa, 1915, livro que teve origem no relatório oficial de uma viagem de dois meses, que em 1913 sucessivamente levou Leite a Paris, Londres, Oxford, Edimburgo (e de aí a Melrose), e de novo Londres, Amiens, Paris e Poitiers. O título do livro vem de ser Campolide «o bairro em que moro em Lisboa» e Melrose o extremo setentrional que a viagem atingiu.

g) As duas curtas menções *Sta. Fé* e *Noticia* indicam os artigos «Canção de *Sancta Fides* de Agen», *Romania*, XXXI, 1902, e «Noticia bibliographica do poema

provençal de *Santa Fé*», *O Instituto*, XLIX, 1902, ambas decorrentes da descoberta realizada por Leite na biblioteca universitária de Leiden do manuscrito de *La chanson de Sainte Foy*. Também para isso serviam as viagens: para em bibliotecas distantes achar documentos que ainda não tinham captado o interesse de quem os vira.

h) A uma situação idêntica se refere a menção seguinte: na mesma viagem, agora na biblioteca de Viena, Leite descobriu o manuscrito português quatrocentista que designou inicialmente *Fabulário Português* em dois números sucessivos da *Revista Lusitana* (VIII, 1903-05, e IX, 1906), mas depois publicou em separata como *O Livro de Esopo* (Lisboa, 1906).

i) Dois poemas de sua autoria, inspirados nas digressões alemãs, foram publicados em folhetos: *No Reno* (Lisboa, 1899), e *In Germania* (Lisboa, 1903).

j) O camonista alemão Wilhelm Storck, com quem manteve longa e intensa relação epistolar, e que visitou em Münster, mereceu-lhe um longo ensaio biográfico e crítico, intitulado *O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1910).

k) Na linha dos manuscritos achados em bibliotecas estrangeiras, e suas publicações, suponho que a menção «Adagiario» refira a nota «Adagiário manuscrito de Roma», relativa a uma coleção de adágios portugueses da Biblioteca Nacional de Roma, descoberta por Leite em 1903 (*Opúsculos*, VII, 685-713).

l) É vaga a referência aos *Ensaios Ethnographicos*, série de quatro volumes miscelâneos (Esposende 1891 e 1903, Lisboa 1906 e 1910), e às *Religiões da Lusitânia* (3 volumes, Lisboa, 1897-1913), vaga porque não é fácil identificar a que parte de tão vastas e ramificadas obras pensava Leite ir colher materiais para o seu projetado livro.

m) Já a menção «Catalogo dos mss. no *Instituto*» deve referir-se ao artigo «Os manuscritos portugueses da Biblioteca de Munich», publicado em *O Instituto*, XLVIII, 1901, cujo interesse para o tema das viagens de Leite é patente.

Na mesma caixa da Biblioteca da FLUL, encontra-se um apontamento tão esquemático como o anterior, que elenca de forma incompleta as principais viagens realizadas entre 1897 e 1913, datas que não cobrem todo o período em que Leite viajou pelo estrangeiro, mas talvez identifiquem aquelas a que atribuía mais importância. Esta listagem deve ter sido feita de memória e com algumas hesitações, que aparecem em topónimos emendados, ordens alteradas e dúvidas confessadas.

[**FLUL, caixa 05, maço 08**]

1897 Madrid / Paris / Liege / Bruxellas / Malines / Paris

1899 Madrid, Barcelona, Gerona / Tolosa, Paris – cidades varias / Namur, Liege, Bruxellas, Antuerpia, Limburg / Leiden – Amsterdam / Münster – Bonn

– Colonia – Berlin / Hamburgo – Kiel – Dinamarca / Berlin – Leipzig – Dresden / Francfort – Homburgo – Wiesbaden – Muguncia / Coblenz – Trier – Estrasburgo / Suiça / Sul da França / Gerona / Barcelona / Madrid.

1900 Paris / cidades varias / Metz / Karlsruhe – Stuttgart – Munich e arredores / Praga – Wiena – Graz – Innsbruck / Suiça / Sul da França / Gerona – Barcelona – Madrid.

1901 Bayonne, Biarritz / Paris / cidades do Norte da França / Bruxellas / Rotterdam – Leiden – Amsterdam / Münster – Aix la Chapelle / Paris – Grainville etc. Chalons sur Marne 5.v.1901

1905 Madrid – Barcelona – Marselha – Ventimiglia – Bolonha – Brindisi – Corfu – Grecia – Brindisi – Napoles – Roma – etc. (salvo erro)

1909 Egipto – Italia – França

1912 França – Italia

1913 França – Inglaterra

Apresento agora por ordem cronológica, e com algumas informações intercaladas, os itinerários registados por Leite de Vasconcelos das suas viagens ao estrangeiro. Como já foi dito, 1897 não pode ter sido o primeiro ano em que Leite saiu do País. Pelo menos uma vez esteve anteriormente em Madrid, em 1890. Em apontamento solto da FLUL (mesma localização), lê-se: «quando fui a Madrid a 1.ª vez: em 1890». Isto é corroborado no artigo «Estudos de Philologia Gallega» (*RL*, VII, 1902, 199): «Havendo eu encontrado em 1890 na Bibliotheca Nacional de Madrid um manuscrito intitulado *Vozes gallegas*, obtive cópia d'elle, etc.».

1897

[**FLUL, caixa 05, maço 08**]

É uma folha singela, com os nomes das cidades de Espanha, França e Bélgica dispostos em coluna. Junto à data, uma confirmação inscrita a lápis em momento posterior: «As minhas viagens | 1895 (exacto) | Madrid – Bordeus – Paris – Liège – Malines: congresso – Bruxellas – Namur – volta a Paris – Saint Germain en Laye – Madrid – Salamanca». Também nesta viagem, e na Nacional de Madrid, Leite fez uma descoberta bibliográfica, o manuscrito da tenção entre Afonso Sanches e Vasco Martins: «Numa das minhas viagens a Madrid (1897), tive ocasião de compulsar na Bibliotheca Nacional d'essa cidade um codice do séc. XVII, etc.» (*RL*, VII, 1902, 145).

1899

Neste ano, a viagem foi mais extensa, incluindo, além de Espanha, França e Bélgica, a Holanda, a Alemanha e a Suíça. Leite registou-a em itinerário idêntico ao da viagem anterior, e igualmente confirmado pela nota «exacto», que se encontra no mesmo maço da FLUL. Além disso, dedicou a esta viagem uma descrição bastante detalhada

em outro documento, hoje no espólio do MNA. Ocupa três páginas (fls. 51-52) de um caderno escolar e tem por título *Diario da minha viagem fóra de Portugal em 1899*, mas ficou incompleto. A narração da viagem interrompe-se com a chegada a Berlim. O caderno servira, antes disso, para recolher notas de aulas de Paris (Irlandês, Arqueologia e Epigrafia, Latim Vulgar, Mitologia Celto-Germânica) e resumos de leituras. Enquanto o primeiro itinerário é, de toda a evidência, tardio e construído de memória, este segundo parece ter sido feito durante a viagem.

Na biblioteca da FLUL existe mais documentação sobre esta viagem, na caixa B10, maço 02, designadamente em pequenas capilhas intituladas pelas principais cidades visitadas. Dentro, apontamentos bibliográficos, cartas, descrições de museus, folhas possivelmente arrancadas das «carteiras», etc.

Reproduzo agora os dois relatos principais, aproveitando para inserir no segundo alguns aditamentos fornecidos pelos materiais das capilhas, marcados por parênteses retos, e principalmente para reconstituir o resto da viagem após Berlim:

[**FLUL, caixa 05, maço 08**]
1899, viagem de J. L. de V.:
Madrid – Barcelona – Gerona – Tolosa de Fr. – Paris – Saint Germain en Laye – Ruão – Namur – Liège – Tongres – Bruxellas – Antuérpia – Leiden – Münster – Bonna – Colonia – Berlim – Hamburg – Kiel – Copenhague – Leipzig – Dresden – Frankfurt – Saalburg – Homburg – Wiesbaden – Moguncia – Treveris – Estrasburgo – Zurich – Constança – Neuchatel – Lausana – Genebra – Lião de Fr. – Orange – Avignon – Arles – Marselha – Nimes – Narbona – Gerona – Barcelona – Madrid

[**MNA, Esp. Leite, Filologia, caixa 9, livro 1, fls. 51-52**]

Diario da minha viagem fóra de Portugal em 1899

Março

25 – Parti da estação do Rocio de Lisboa. Segui sem novidade.

26 – Cheguei a Madrid. Visitei os meus conhecidos. Vi novamente o Museu arch. Colhi apontamentos da lingua do Aragão e importantes do asturiano. Adquiri varios livros dialectaes de Hespanha, e entre elles a rara Gaita gallega tocada per o gaiteiro, que me custou 4 duros. Visitei outra vez a Bibl. Nac., impressos e ms. Fallei com D. Vives[40]. Estive até 29.

29 – Parti para Barcelona.

---

40 Deve tratar-se do numismata Antonio Vives, de Madrid, que se correspondia com Leite desde 1898.

30 – Cheguei às 11 da manhã à capital da Catalunha. Visitei os museus e os meus conhecidos. A Soc. Arch. Barcelonesa, de que sou membro, enviou um dos seus membros ~~cumprimentar-me~~ a ver-me no hotel.

Abril

1 – Visitei o Archivo da Coroa de Aragão, cujo chefe é Bofarull. Outros apontamentos na Carteira, p. 4-v.
Tomei muitas notas de catalão, e adquiri diversos livros sobre essa lingoa.
Casades, Jovany, Cels Gomes[41] foram meus cicerones.

2 – Visitei a Bibl. do Povo de Barcelona com D. Cels Gomes.

3 – Estudos e visitas diversas.

4 – Parti para Gerona. Notas diversas na Carteira, 5-6. (D. Ramon Fon; catedral).

5 – Parti para Tolosa[42]. Comprei na estação um jornal em dialecto. A patria dos trovadores.

4-8 – Congresso das Soc. Savantes. Banquete. Carteira, p. 6-7v. [«Do meu brinde no banquete (onde me relacionei com o da Finlandia, o Baer etc.) vem noticia na *Rev. des Pyrenées*. Nesta ocasião de estar em Tolosa conheci pela 1.ª vez: Prou, Villepelet, G. Paris, P. Meyer, Cartailhac, Chauvet, Coutil. Assisti a discursos por ocasião da visita do Ministro da Instrução Publica», FLUL B10-02.]

8 – Cheguei a Paris. Esperava-me Delbosc[43].

9 – Visitas várias.

10 – Pela manhã entrava na Sorbonne um estudante de quasi 41 anos, com pasta de baixo do braço, para assistir à 1.ª lição de celtico com Jubainville. O sympathico e amavel velho foi para mim de inexcedivel bondade enquanto estive em Paris, dando-me explicações em sua casa, ministrando-me os seus apontamentos.

11 – Assisti à 1.ª lição de Epigraphia do Cagnat.

12 – sqq. até Junho

Segui os diversos cursos: P. Meyer (provençal), Thomas (provençal e latim vulgar), G. Paris (francês antigo), Villefosse (Epigrafia), Gaidoz (irlandês).

Visita com a Soc. de Anthropologia aos Museus de S. Germain e Guimet em dias diversos. Visita a Montlery e Châteaudun (carteira p. 13).

---

41 Pelegrin Casades y Gramatxes, arqueólogo e historiador de arte; José Balari y Jovany, historiador; Cels Gomes não apurei quem fosse.

42 Toulouse.

43 Raymond Foulché-Delbosc.

[Maio

21 – Excursão arqueológica a Montlhéry (FLUL B10-02): «Motte de Montlhéry – Estive cá em 21.V.99 por occasião de uma excursão da Soc. de excursões de Paris. É uma elevação de terra semelhante, na fórma e no tamanho, a uma mamoa; destaca-se em meio de campos, coberta de arbustos rasteiros. A poucos hectometros fica a torre senhorial de Montlhéry, de que levo photographia. Sobre tudo isto uma carga de agoa! A 2h de Paris, em comboio».

22 – Excursão arqueológica a St. Denis-les-Ponts (Eure-et-Loir). Mapa do sítio e croquis de monumentos, com anotação: «Assisti. Leite». Também: «Vi-o em 22.V.99» FLUL 05-09.

23 – Châteaudun: foto do rio, com esta anotação: «Chateaudun – Vista do *dunum* e rio – Levo nota na Carteira – Estive cá em 23.Maio 99» (FLUL 05-08). Em B10-02, durante a visita, Leite escreveu esta descrição: «O passeio de Mail (pron. *máil*), onde se admira o mon. da defesa da cidade contra os Allemães, constitue o extremo da cidade, e está numa elevação; d'este lado ha rochedos e vestigios de exploração ant. de calcareo; em baixo corre o rio *le Loir* (não *Loire, la Loire*). É um verdadeiro «castro», tão alto plus minus como Conimbriga. (desenho topogr.)

Na extremidade do planalto está o castello feudal. Do lado do rio ha uma linda vista; o faubourg de St Jean estendido entre a verdura. O declive do dunum sobre o rio tambem todo verde. O dunum tem declive dos lados de N. S. e O.; pelo E. continua com a planicie.]

A convite do prof. Morel-Fatio fiz um curso de Philologia port. em 6 lições na École des Hautes Études de Paris[44].

Visitei Versailles, Rouen, e arredores de Paris em excursão archeologica. Estive mais 2 vezes em S. Germain.

Visitei novamente os museus de Paris. Adquiri muitas reliquias, livros e objectos archeologicos.

Toda a gente, prof. e estudantes, me trataram muito bem.

A convite de alguns membros da Soc. des Antiquités de France fiz uma comunicação sobre archeologia portuguesa.

Junho

28 – Deixei Paris, cheio sim de trabalho, mas com alguma saudade do meu tempo de estudante (!) que lá passei.

No mesmo dia cheguei a Namur-Bequet, *Oeger, o museu, a cidade: carteira p. 23v.

---

44 V. adiante a crónica dessas lições, publicada por Leite na *Revista Lusitana*, VI, 1900-01, 85-86.

29 – sqq. – Cheguei a Liège. Maximiano. Conhecimentos ant. e novos. Museus. Ida a Tongres (notas nos papeis).

Julho

3 – Parti para Bruxellas.
4-6 – Museus. Antigos conhecimentos, e outros novos.
6 – Parti para Antuerpia.
7 – Parti para Leiden, onde fiz anos! Klinguer. Museu (notas num papel).
8 – Parti para Amsterdam.
10 – Parti para Münster: carteira p. 26. (Notas em papel). [«Cheguei a Münster em 10.VII.99» FLUL, B10-02. Primeria visita a Wilhelm Storck.]
11 – Cheguei a Bona: carteira p. 26. Muitas notas.
14 – Fui a Colonia: carteira p. 27v. Notas em papel. Voltei a Bona.
15 – Passeio no Rheno: carteira p. 27. Versos *No Rheno* às minhas gatinhas.
18 – Que saudades que levo de Bona! Linda terra, sossegada, cheia de sabios, e com um rico Museu provincial. Lehner, Löschcke, Bucheler. Bibl. da Universidade. No dia 18 cheguei a Berlim: nem quero crer! Cá estou eu na capital da Allemanha.
19 – Passeio pela cidade. A impressão primeira é menos agradavel que a de Paris. Respira-se por toda a parte ar militar: photographias, estatuas, etc.[45]
[21 (e segs.) – Berlim. Visita ao Königl. Museum.
25 – Berlim. Visita ao Museum f. deutsche Volkstrachten.
31 – Berlim. Visita ao Märkisches Provincial Museum

Agosto

11-12 – Kiel. Visita ao Museu Ellectoral. (factura Bahnhofs Hotel, FLUL 05-08)
12 – Travessia marítima para Copenhaga.
13-18 – Copenhaga. Visita ao Museu Prehistor. e ao Dänisches Volks Museum.
19 – Travessia marítima: «De Corsör a Kiel. 19-VIII-99. Leite» (FLUL 05-08)
26-28 – Berlim (ficha de leitura na Biblioteca Real: FLUL 05-08)
... – Leipzig
... – Dresden
... – Frankfort

Setembro

4 – Homburg vor der Höhe. Visita ao Museu das Antiguidades de Saalburg: «Fui às ruinas romanas de Saalburgo, a 1h a pé de Homburgo, e vi a *villa*,

45 Interrompe-se aqui o *Diário*, sendo a continuação reconstituída com materiais das capilhas da biblioteca da FLUL.

os banhos, e uma grande muralha de terra como a da Cava do Viriato, que circumda o *castellum*. Vid. Jacobi».

5 – Wiesbaden. Visita ao Museu Arch.
6 – Moguncia [Mainz]. Visita ao Museu.
8-10 – Treveris (Trier)
.. – Estrasburgo.
18-20 – Zürich
21 – Constança
22 – Neuchâtel
23 – Lausanne
23 – Genebra
25 – Lyon
26 – Orange
27 – Avignon, Arles
28 – Marselha

Outubro

1 – Narbona
... – Gerona
... – Barcelona
... – Madrid

[*RL*, VI, **1900-01, 85-86**]

CHRONICA

I

Curso de Philologia Portuguesa em Paris

No 2.º semestre lectivo de 1899 estive em Paris frequentando cursos de philologia romanica e celtica, e de archeologia romana, em varios estabelecimentos scientificos. No Collegio de França segui os cursos dos srs. G. Paris (lingoa francesa da idade-media), D'Arbois de Jubainville (phonologia celtica geral, e traducção de textos irlandeses antigos), R. Cagnat (epigraphia e archeologia romanas), e assisti a algumas experiencias no laboratorio phonetico do rev. Rousselot; na Eschola dos Estudos Superiores segui os cursos dos srs. G. Paris (philologia romanica), H. Gaidoz (irlandês antigo), Héron de Villefosse (epigraphia romana), A. Thomas (latim vulgar), e assisti a algumas lições do sr. Gilliéron sobre dialectologia gallo-romanica; na Eschola Diplomatica segui o curso do sr. P. Meyer (philologia provençal e francesa); na Universidade segui o curso do sr. A. Thomas (philologia provençal). Nas aulas em que os alumnos costumam ser chamados à lição,

fui-o tambem, como os mais, com excepção da Eschola Diplomatica, onde eu era apenas ouvinte.
Por occasião d'esta minha estada em Paris, o sr. A. Morel-Fatio, professor de philologia romanica na Eschola dos Estudos Superiores, teve a lembrança e a amabilidade de me convidar para eu fazer aos seus alumnos algumas prelecções sobre philologia portuguesa, o que fiz da melhor vontade, embora conscio de que o ter de fallar de memoria, porque todas as minhas notas, apontamentos e livros estavam em Lisboa, e o ter de me exprimir numa lingoa estranha, não deixavam desempenhar-me cabalmente do meu encargo. Em todo o caso a bondade do sr. Morel-Fatio e a dos seus alumnos desculparam tudo.

Os assuntos que tratei foram os seguintes:

Parte I. Historia Externa do Português.

1. Epochas da lingoa portuguesa. Fontes linguisticas. textos. Lingoa archaica e moderna; popular e litteraria.
3. [*lapso por:* 2.] Dialectologia portuguesa. Dialectos continentaes, insulanos e ultramarinos. Geographia da lingoa portuguesa. Co-dialectos: gallego; mirandês e outros idiomas raianos.

.... Vous voyez, Messieurs, que la langue portugaise, quoique parlée par un petit peuple, qui aujourd'hui joue un rôle peu important dans l'histoire du monde, soulève plusieurs questions de remarque. Je serais heureux si grâce à ces entretiens j'avais pu éveiller en vous l'amour de cette langue, et le désir de l'étudier.

3. Bibliographia. Trabalhos nacionaes e estrangeiros, antigos e modernos, sobre philologia portuguesa.

Parte II. Grammatica Portuguesa.

1. Phonetica. Sons portugueses (vogaes, ditongos, consoantes). Orthographia. Syllabas e accentos. Phonologia historica: sons latinos e portugueses (vogaes; semi-vogaes; consoantes simples, dobradas e agrupadas); phenomenos geraes (dissimilação, etc.). Excepções apparentes às leis phoneticas.
2. Morphologia. Factos summarios da declinação e conjugação latino--portuguesas.

Parte III. Leitura e Traducção de um Texto Português.

Foi este o magnifico soneto de Anthero de Quental, *Mors-amor*, cuja traducção fiz prosaicamente assim:

Ce noir coursier dont j'entends les pas en rêve, quand l'ombre nocturne descend, et qui passant devant moi au galop m'apparaît sur les routes fantastiques de la nuit,
d'où vient-it? Quelles régions mystérieuses et terribles a-t-il traversées, qu'il semble si ténébreux e si sublime, et que sa crinière toute agitée frissonne d'horreur ?
Un chevalier, à l'aspect hautain, effroyable, mais d'allure paisible, revêtu d'une armure étincelante,
monte sans peur l'étrange bête. Le noir coursier dit: – Je suis la Mort. Le chevalier répond: – Je suis l'Amour.
J. L. de V.

1900

Viagem de características muito semelhantes à do ano anterior, e percorrendo quase os mesmos países, com exceção do Benelux. Foi desta vez que visitou Jules Cornu em Praga e Hugo Schuchardt em Graz. Da viagem resta um itinerário, seco como os anteriores, e uma breve descrição da viagem até Paris. Apesar de pormenorizados, estes relatos omitem o mês em que a viagem começou: ou foi março, o que parece cedo, ou abril. A visita a Graz começou em 25 de julho.

[**FLUL, caixa 05, maço 08**]

1900 – Viagem de J. L. de V.

Paris – Wideville – Mantes – Sens – Metz – Karlsruhe – Stuttgart – Munich – Praga – Viena em Carnuto – Graz – Innsbruck – Zurich – Canton d'Argovie – Lucerna – Berna – Lião de Fr. – Valence – Tarascon – Gerona – Barcelona – Madrid.

[**FLUL, caixa 05, maço 07**]

Sahi do Rocio no dia 9 às 10 ½ noite (1900). Cheguei a Hendaya no dia 11, de manhã. Cheguei a Paris no dia 12, de manhã. Dormi: 1.ª noite em Portugal, 9. 2.ª noite em Hespanha (no comboio), 10. 3.ª noite em França (no comboio), 11, de Bordeus a Paris.

1901

Esta é a mais importante das viagens de Leite a Paris, pois é durante ela que conclui e defende na Sorbonne o doutoramento que esteve na origem destas deslocações anuais. Permanece em Paris até ao verão, seguindo depois para Holanda e Alemanha, onde repete visitas a Leiden e ao Dr. Storck, em Münster. Para a viagem inicial até Paris, contamos com um circunstanciado diário, que logo cessa. Nos maços da FLUL, acham-se reunidos bastantes papéis soltos que respeitam a esta fase parisiense e têm interesse

quase anedótico (despesas feitas, lista de artigos pessoais e roupas, etc.). Também há notas incidentais, que ajudam a reconstituir as fases ulteriores desta viagem.

O diário encontra-se na mesma caixa da FLUL onde está a maior parte do material até aqui citado, e ocupa quatro pequenas folhas dobradas, escritas a lápis, provavelmente durante o percurso; por vezes, Leite engana-se nas datas, escrevendo *91* em vez de *901*.

[FLUL, caixa 05, maço 08]

2.IV.[901] – Às 10 ½ n. parti pela 4.ª vez para Paris. Pela manhã cheguei às terras da Beira. Cá vou, à vista das montanhas verdes, e coroadas de nevoeiro. O sol vae e vem. Rebanhos de gado. Olivaes. Castanheiros. Casas melancolicas, não caiadas, à beira do comboio. Ao longe porem alvejam muitas povoações nas fraldas e nas encostas dos montes.

3.IV.[901] – Cheguei à estação da Guarda ás 11h. No restaurante a classica braseira. Villar Formoso às 4h. Lá ao longe num plano um montão de casas negras, só alveja em parte o campanario: é Villar Formoso. Às 4 e tanto cheguei às terras de Hespanha, não perdendo de vista as areias de Portugal! Fuentes de Oñoro.

4.IV.901 – Pelas 6h. da manhã passei à vista da cathedral de Burgos, cujas agulhas de pedra se confundiam no ar com as arestas das arvores que povoam o sitio. Ao ½ dia menos ¼ passei por S. Sebastião à beira do Mar Cantabrico, e junto de montanhas do alto das quaes se ha-de gozar bella vista. Terra alegre: palacios, jardins, uma excellente e ampla gare. Nem parecia Hespanha! É verdade que França fica a menos de 1 hora de distancia... Perto da 1.ª h. entrei pela 4.ª vez em França. Às 2 ½ cheguei a Bayonna. Parti para Biarritz. O caminho lembra em parte o do Pinhal-Novo a Setubal. A cidade no interior tem por vezes o aspecto de Cintra (da villa) neste tempo. Muitos hoteis: grandioso o de Inglaterra. Muitas lojas de *coiffeur*. Pouca vida actualmente. Estive à vista do pharol, junto do mar de Bizcaia. Volto a Bayonna. Vi a cathedral, as praças, o château, ruas interiores, etc. Às 6.43 parto para PARIS.

5.IV.901 – Às 9 cheguei à gare de Orleans, Paris.

A partir daqui o diário interrompe-se e é substituído, na mesma página, por notas soltas em várias canetas e lápis, relativas a passos iniciais da vida em Paris:

a) A primeira diz respeito a aulas:
Mardi 2-3: Derivation
3-4: Prov. Appel
Jeudi 2h: Chrétien de Troyes

Chréstomathie de G. P.
Commence au v. 248 e a p. 153 (Fabliau)

b) A segunda a tesouraria, um depósito de valores feito no livreiro Aillaud, que ia publicar o volume da sua tese, a *Esquisse*.
«5.IV.901 – ~~Deixei a guardar no Aillaud 500 fr. (quinhentos)~~»

c) Despesa que se póde fazer de Lisboa a Paris, com os fr. a 260, e as pesetas a 200, e levando merenda: ..... 32.685 rs.
Pour des détails voir p. 7.
De Lisboa Fuentes de Oñoro e Medina: aqui toma-se o rapido (2.ª cl.) que vem de Madrid para Hendaya.

Segue-se uma página com detalhe de mais despesas.

Abril

15 – Cartão de leitor na Ecole Pratique des Hautes Etudes, Paris, assinado por Emile Chatelain.
21 – Excursão a St. Germain-en-Laye, organizada pela Société d'Excursions Scientifiques (FLUL, 05-07)
28 – Reunião da Société Normande d'Etudes Préhistoriques, Pacy sur Eure [FLUL, 05-08].

Maio

5 – «Visita a cemiterio perto de Châlons-sur-Marne (fíbulas de La Tène).» [FLUL, 05-07].
11 – «Jantar chez M. Prou, Paris» [FLUL, 05-08]
14 – Admissão da tese na Sorbonne: «Vu et admis à soutenance | le 14 Mai 1901,| par le Doyen de la Faculté des Lettres | de l'Université de Paris | A. Croiset.», lê-se no final da *Esquisse*.

Junho

O prefácio da *Esquisse* está datado *Paris, juin 1901*, o que indica que a impressão do livro é desse mês.

Julho

15 – Doutoramento na Sorbonne. A data figura no diploma (MNA) e em notícia de um jornal português não identificado (recorte na FLUL):

Portugal no estrangeiro – O nosso presado e distincto amigo sr. dr. Trindade Coelho, que se encontra em Paris, enviou-nos hontem o seguinte telegramma:

> *Paris, 15* – T. – Defendeu hoje these na universidade de Paris sobre dialectologia portugueza o sr. Leite de Vasconcellos. Recebeu o grau de doutor com menção muito honrosa e teve calorosas referencias dos professores a Portugal e aos srs. Gonçalves Vianna, Adolpho Coelho e Carolina Michaelis.

27 – Visita ao Gabinete Numismatico de Leide: moedas portuguesas do s. XVI [FLUL, 05-07].

..... – Haya: Sempre me acompanharam recordações portuguesas: de um lado os Judeus, – o cemiterio com inscr. em port., o Pimentel todo satisfeito a contar-me a sua *prosapia*; do outro lado o Rouffaer, do Instit. Colonial, que conhece a hist. indiano-port., que entende e falla um pouco port., e que conhece *de visu* o nosso país. [FLUL, 05-07]

Agosto

9-11 – Münster: rascunho do poema *Münster na Westphalia* [FLUL, 05-07]. [Segunda visita a W. Storck, para com ele aprender alguns rudimentos de gótico: cf. J. L. Vasconcelos, *O Doutor Storck e a Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1910, 10-11.]

Outubro

2 – Regresso a Lisboa: «Estive ausente de Lisboa durante 6 meses, e só cheguei ontem» LV24.

1905-1913

Nos anos seguintes, e até à Grande Guerra, Leite realizou pelo menos mais quatro viagens ao estrangeiro.

1905

Março a agosto

Grécia, Itália, Suíça, França.

1907

Espanha.

1912

Setembro-outubro

Itália

1913

França

1922

Agosto-setembro

– «Missão do Ministério da Instrução Pública» a Espanha, França, Alemanha e Checoslováquia. Na FLUL, caixa 05, maço 04, encontra-se um passaporte diplomático em nome de Leite, emitido especialmente para esta viagem, em 24 de julho de 1922, com selos de diversas embaixadas e consulados do percurso. No mesmo maço, encontram-se duas pequenas crónicas de viagem: uma ocupa as costas de um envelope com carimbo português de 20.7.22 e a outra dois papéis soltos e sem data, mas presumivelmente escritos durante a mesma viagem (e por isso recolhidos no mesmo maço).
Leite esteve em Berlim: Cartão de leitor na Preussischen Staatsbibliothek entre 25 agosto e 4 setembro. Foto com dedicatória «Dr. Johannes Bolte. Berlin 29.8.22». E depois esteve a águas na estância de Karlsbad (hoje Kárlovy-Vary): Hotel Weisses Kreuz. Dois recibos de farmácia: Adler--Apothek, nas datas de 2 e 12 de setembro.

O primeiro texto respeita a Berlim e a Karlsbad, o segundo apenas a esta cidade checa.

[1] **Berlim**
Observações várias.
Casas de pedra negra. O grande monumento de Guilherme I pouco brilha por isso. Rio preto, que parece do Inferno.
Quando se faz uma pergunta, respondem às vezes apontando, sem dizer palavra.
Mais de uma vez me aconteceu no eletrico uma senhora nova levantar-se para me dar o seu lugar (que eu, já se vê, nunca aceitei). Respeito da idade!
Não é raro encontrar gente na rua a comer, como em Estocolmo.
As casas têm quasi sempre um pouco de arte: na porta, na janela, nos muros. Uma sacada, um arco.
Na rua, vende-se muita fruta, e tambem flores. O que têm menos é o que vendem mais! Frutos do Sul.
O chapeu alto quasi desapareceu! Vi apenas uma pessoa com ele.
Damas de mostra-pernil como em Lisboa.
Pouco uso de barba. Cara rapada, ou bigode. Gente do povo muito em cabelo.
Explicações por toda a parte, em papelinhos ou chapas. Às vezes até confundem!

[2] *(escrito em dois momentos, em segundo papel)*
Continuação das observações
É frequente ver na rua pessoas descobertas com o chapeu na mão, mesmo a chover: hh. e rapazes.
Nos jornais politicos, alem de secções comerciaes, fala-se constantemente de musica, arte (sobretudo pintura), religião: concertos, exposições, reuniões.

[3] Em Karlsbad toca às 7 h. da noite a orquestra. O regente está de chapeu alto, os musicos em cabelo.
É frequente andar pelas ruas gente em cabelo.
Muita gente com sacos às costas. Mulheres com cestos às costas, passando a correias sob o braço (nunca à cabeça ou ombro).

[4] **Observações varias àcerca da Europa Central**
Outra concepção da vida. («Tudo trabalha. Não se vê um garoto na rua por um recado, nem um ocioso a porta de uma tabacaria a fumar»).
Às 7 h. passam os estudantinhos para as aulas, em Karlsbad, com os seus livros atados num pacote às costas, atados com uma correia que passa por debaixo do braço. Tudo aqui se leva assim às costas: sacos, cestos. É frequente ver gente carregada assim.
Asseio (limpeza) nas povoações, nas casas, nas pessoas. Não ha um papel na rua.
Ordem e regulamentos em tudo. Ha explicações em tabuletas por toda a parte. Nas ruas, nos jardins, nas casas bancarias, nos correios, etc. Tudo regulamentado!
Quando alguem, que está encarregado de um serviço, tem uma folga, aplica-a com um trabalho normal (p. ex. as mulheres fazem meia) ou a ler (homens e mulheres).
As casas são de arquitectura sempre mais ou menos artistica: um frontão sobre a porta, uma coluna rendilhada numa sacada. Frequente ter flores nas janelas ou sacadas.
Grande amor das arvores. Não como em Lxa.!
Muitos jardinzinhos ou canteiros de flores junto das casas.

Bibliografia

Bähler, Ursula (2004) – *Gaston Paris et la Philologie Romane*. Genebra: Droz.

Bédier, Joseph (1929) – *La Tradition Manuscrite du* Lai de L'Ombre: *réflexions sur l'art d'*éditer *les anciens textes*. Paris: Champion.

Boléo, Manuel de Paiva (1948) – «*Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século* XIX». Sep. *Biblos*. Coimbra. Vol. 23, p. 607-692.

Bynon, Theodora (1992) – «Schleicher». *In* W. Bright, dir. – *International Encyclopedia of Linguistics*. Vol. 3. N. York: Oxford University Press.

Castro, Ivo e Rodrigues-Moura, Enrique (2015) – *Hugo Schuchardt – José Leite de Vasconcellos: correspondência*. Bamberg: University of Bamberg Press.

Cepeda, Isabel Vilares (1960) – «Bibliografia de José Leite de Vasconcelos». In *Livro do Centenário*. Lisboa: Faculdade de Letras.

Coelho, Adolfo (1868) – *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Disponível em <https://purl.pt/141/4/l-19927--v_PDF/l-19927-v_PDF_24-C-R0150/l-19927-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>. Consult. 25 jul. 2022.

Coelho, Adolfo (1879) – *Os contos populares portugueses.* Lisboa*:* P. Plantier.

Coelho, Adolfo (1881) – *A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*. Porto: Magalhães e Moniz. (2.ª ed. 1896).

Coelho, Adolfo (1883) – *Jogos e rimas infantis*. Porto: Magalhães e Moniz.

Coelho, Adolfo (1900) – *Le Cours Supérieur de Lettres: m*émoire. Aillaud & Cie.

Collinge, N. E. (1995) – «History of Comparative Linguistics». *In* E. F. K. Koerner e R. E. Asher, dir. – *Concise History of the Language Sciences*. Oxford & New York: Pergamon Press.

Dain, Alphonse (1972) – *Règles et recommandations générales pour les* éditions *critiques*. Paris: Les Belles Lettres.

Diez, Friedrich (1863) – *Introduction à la grammaire des langues romanes*. Paris-Leipzig: A. Franck.

Diez, Friedrich (1874-1876) – *Grammaire des langues romanes*. Paris: F. Viewege. 3 vols.

Gregorio, Giacomo De (1893) – *Per la storia comparata delle letterature neo-latine*. Palermo: C. Clausen.

Guerreiro, Manuel Viegas (1994) – «Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos». *Revista Lusitana*. Lisboa. Nova série, vol. 12, p. 53-79.

Havet, Louis (1911) – *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins*. Paris: Librairie Hachette.

Havet, Louis (1925) – *Règles et Recommandations Générales pour l'Établissement des Éditions Guillaume Budé*. Chartres: Durand.

Meillet, Antoine (1925) – «Nécrologie – Louis Havet». In *Annuaire 1925-1926*. Paris: *École Pratique des Hautes Études.* Section des Sciences Historiques et Philologiques.

Neto, Serafim Silva (1952) – *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica.

Paris, Gaston (1905) – *Mélanges Linguistiques*. Paris: M. Roques. Recensão a *La vie des mots* étudiée *dans leurs significations* de Arsène Darmesteter. Paris 1887.

Schleicher, A. (1863) – *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft*. Weimar: Böhlau. Trad. *La théorie de Darwin et la science du langage*. Paris: Librairie A. Franck, 1868.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1946) – *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Rev. de Portugal.

Vasconcelos, J. Leite de (1882) – «O Dialecto Mirandez: notas glottologicas». *O Penafidelense*. N.º 472 a 483. Estas notas foram publicadas em livro, no Porto, em dezembro de 1882.

Vasconcelos, J. Leite de (1886) – *A evolução da linguagem. Ensaio anthropologico*. Porto: Typographia Occidental.

Vasconcelos, J. Leite de (1888) – «A filologia portuguesa: esboço histórico a propósito da reforma do Curso Superior de Letras». *O Correio da Noite*. Lisboa.

Em 1929 a Imprensa da Universidade de Coimbra publicou este trabalho com acrescentos e correções intitulado *Opúsculos,* vol. 4, Filologia, parte 2, p. 839-919.

Vasconcelos, J. Leite de, e Viana, A. R. Gonçalves (1897) – *Mappa dialectologico do Continente Português* [...] *precedido de uma classificação summaria das línguas*. Lisboa--Paris: Guillard Aillaud.

Vasconcelos, J. Leite de (1899) – «Phonologia mirandesa». *Romania*. Paris. Vol. 28, p. 598-620.

Vasconcelos, J. Leite de (1900-1901) – *Estudos de Philologia Mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 vols.

Vasconcelos, J. Leite de (1901) – *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise.* Paris: Aillaud & Cie; Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. (2.ª ed. 1970).

Vasconcelos, J. Leite de (1902a) – «Canção de *Sancta Fides* de Agen». *Romania*. Paris. Vol. 31, p. 177-200.

Vasconcelos, J. Leite de (1902b) – «Noticia bibliographica do poema provençal de Santa Fé». *O Instituto: jornal scientifico e litterario*. Coimbra, vol. 49.

Vasconcelos, J. Leite de (1902c) – «Epistola ao Dr. Hugo Schuchardt (enviando as informações que me pediu)», *O Instituto: jornal scientifico e litterario.* Coimbra, vol. 49.

Vasconcelos, J. Leite de (1903-1906) – «O Livro de Esopo. Fabulario Português Medieval». Sep. da *Revista Lusitana.* Vol. 8, p. 99-151; vol. 9, p. 5-109 e p. 384-387. Lisboa.

Vasconcelos, J. Leite de (1911) – *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira. (2.ª ed. 1926; 3.ª ed. 1959; 4.ª ed. 1966).

Vasconcelos, J. Leite de (1915) – *De Campolide a Melrose.* Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, J. Leite de (1927) – «Toponímia e Arqueologia». *Mélanges de philologie et d'histoire offerts à M. Antoine Thomas par ses* élèves *et ses amis*. Paris, p. 273-276.

Windisch, Ernest (1879) – *Irische Grammatik,* Leipzig: Hirzel.

Sob o sol. Sobre repetições e descobertas filológicas[1]

João Dionísio
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

Este é um ensaio sobre o papel de raciocínios circular e analógico em descobertas no âmbito da filologia. As duas partes iniciais dizem respeito à filologia reconstrutiva, cuja finalidade consiste em fixar um texto. A primeira dessas partes debruça-se sobre fundamentos tautológicos de descobertas para editores, e a segunda sobre raciocínios analógicos auxiliares do estabelecimento textual. Já a terceira parte incide numa dimensão da filologia descritiva, que procura sobretudo compreender processos de elaboração textual sem se comprometer com a prescrição de uma forma para o texto. Nesta última secção, mais ligada a edições digitais, reflete-se sobre a possibilidade de contornar condicionamentos tautológicos do que se entende por descoberta. Em todo o artigo, o protagonista é o conceito de repetição, sob várias formas: de vício de argumento circular, de técnica de aproximação a uma questão irresolúvel em termos absolutos, de prática autoral passível de escrutínio.

1.

A deteção do paradeiro de um manuscrito desconhecido até certa altura, a decifração de uma palavra antes tida por ilegível, a perceção de uma nova relação entre os documentos que transmitem um texto, a articulação inédita de dados materiais de um testemunho com um passo do texto por ele veiculado, a atribuição de texto que circule anonimamente a um autor, entre outras, são algumas das formas de descoberta mais habituais em filologia. Embora, talvez devido à sua tangibilidade, o primeiro exemplo seja o que no discurso corrente mais apareça associado ao uso da palavra *descoberta*, os outros exemplos apontam para avanços neste campo disciplinar, correspondendo a modificações no mapa do conhecimento que serve de referência para novas questões, novas tentativas de resposta, novos exames destas tentativas.

Em várias das atividades filológicas, há momentos nos quais a descoberta revela o que já era conhecido, contrariando a ideia vulgarizada de que o que está em causa

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

é o encontro com uma espécie de novidade absoluta. Pelo contrário, o objeto da descoberta tem os contornos sempre definidos por aquilo que a investigação até aí realizada determina serem lacunas do conhecimento de uma determinada comunidade, daqui resultando que parte do novo conhecimento está de facto perfilada à partida. Reencontros desta espécie serão comuns a todos os campos do saber e podem ser formulados com recurso ao versículo «Não há nada de novo sob o sol» ou à declaração lapidar de George Steiner «Cognition is recognition» (STEINER 1995: 1).

Além deste horizonte partilhado de reconhecimento, outros reencontros há que envolvem tautologias especiais. Costuma associar-se a Karl Lachmann a chancela da primeira metodologia crítica científica no domínio da edição de textos de tradição plural (TAVANI 1993: 230). Para Lachmann, a identificação das relações de dependência entre os testemunhos de um texto serviria de instrumento objetivo (i.e., impermeável ao juízo individual do editor) para a fixação do texto num tipo de edição a que se convencionou chamar crítica. À técnica de identificação dessas relações, representada por meio de uma árvore genealógica dos testemunhos ou *stemma*, e à sua utilização para aquela finalidade é habitual chamar-se método estemático. Segundo certas descrições do método estemático, a hipótese sobre o que seria o texto no ponto inicial da sua transmissão deveria basear-se na distinção entre lições autênticas (partes do texto que reproduziriam o que o autor terá escrito ou terá querido escrever) e lições corrompidas (partes que, fruto de contingências no processo de cópia, se desviariam do texto autoral). Esta distinção, apoiada na deteção de erros comuns a vários testemunhos, permitiria reconhecer a existência de famílias de documentos, cada uma delas com erros partilhados que a distinguiriam de outras, com os seus erros próprios. De acordo com o princípio de que dois copistas não cometem os mesmos erros significativos independentemente, a coincidência num conjunto de desvios entre as diferentes famílias de testemunhos apontaria para pelo menos uma lição que pertenceria já ao ponto inicial da transmissão do texto. O editor estaria, assim, em condições de reconstruir a forma do texto nesta fase incipiente de circulação (TAVANI 1993: 229ss).

A tautologia subjacente a um método assim vinculado ao conceito operatório de erro foi primeiro advertida por Joseph Bédier. A propósito da classificação dos manuscritos de uma obra, Bédier convida a que se afaste a noção de *erro*, pois pretender à partida que o autor pôde escrever isto, mas não aquilo, quando o objetivo da investigação consistiria precisamente em esclarecer-nos sobre a resposta a essa questão, é uma petição de princípio ou círculo vicioso (BÉDIER 1928: 22). Advertência em sentido semelhante, por via independente, deveu-se a George Kane e Talbot Donaldson na edição que prepararam de *Piers Plowman*, de William Langland. O caráter alegadamente absurdo, segundo Kane e Donaldson, do método estemático ficaria assim demonstrado: de modo a usá-lo para fins editoriais, o filólogo precisaria de elaborar um *stemma*; mas para o elaborar, precisaria de ter um texto fixado por

outras vias, pois, na ausência de um texto fixado, não estaria em condições de distinguir lições corrompidas de lições autênticas; assim, se ele fosse um editor competente, não necessitaria de um *stemma* para realizar esta tarefa (KANE e DONALDSON 1988: 10).

Uma vez que o estatuto científico do método lachmanniano estaria sobretudo apoiado no recenseamento e comparação testemunhal, a crítica, feita como agora vimos, da circularidade subjacente ao modo de comparação atingia a aspiração a cientificidade.

A revisão do método passou por vários contributos provenientes de diferentes filólogos, entre os quais Gianfranco Contini. Na medida em que é *provável* que se produzam desvios quando se faz uma cópia, Contini argumentou que um raciocínio baseado em probabilidades corresponderia necessariamente a uma hipótese de trabalho, tão mais satisfatória quanto mais económica (TAVANI 1993: 229). É costume entender-se a qualificação *económica* como caracterizadora de um raciocínio desenvolvido no menor número de passos, ou seja, seria mais convincente uma proposta que exigisse menos etapas de explicação do que uma hipótese alternativa necessitada de mais etapas. Contini também reativou (e sofisticou) o princípio da *lectio difficilior*, segundo o qual a lição menos banal tem mais hipóteses de ser a lição atribuível ao autor (TAVANI 1993: 232). Tanto num caso (a edição como hipótese de trabalho económica) como no outro (a *lectio difficilior*) fica subjacente um entendimento probabilístico do que deve ter acontecido. Entramos assim num domínio, não propriamente da crítica, mas no da estatística retrospetiva? Como escreve Bédier a propósito de Dom Henri Quentin: «Nous ne sommes pas des "critiques", c'est-à-dire des juges du bien et du mal; nous sommes des statisticiens et nous resterons des statisticiens aussi longtemps que possible» (BÉDIER 1928: 23).

2.

Tendo até este ponto focado a filologia interessada na reconstrução textual, todas as observações seguintes se centram em textos modernos, que supostamente não precisariam de procedimentos reconstrutivos, dado circularem em documentos autógrafos ou controlados autoralmente. Mas tanto as hipóteses económicas de explicação, como o princípio da *lectio difficilior*, continuam a fazer sentido na filologia moderna. E, sempre no âmbito do papel reconhecido ao raciocínio analógico-estatístico, convirá acrescentar, nas observações seguintes, referência à técnica do *usus scribendi* enquanto auxiliar de fixação textual. Esta técnica consiste em adotar uma solução para um problema de estabelecimento textual em função do comportamento do autor em passos da sua obra cuja fixação não colocaria dúvidas (diferentemente do que sucede com textos destituídos de tradição autógrafa, materiais autênticos seriam *clean & safe* para procedimentos analógicos deste tipo).

Julgo que, na bibliografia portuguesa, foi Ivo Castro quem primeiro fez a ementa dos cuidados prévios necessários à aplicação do *usus scribendi* no estabelecimento do texto de um autor moderno, quando recenseou o trabalho de Silva Belkior sobre a obra poética de Ricardo Reis. O que disse em 1985 não perdeu validade: o estabelecimento consensual de cânones, a classificação de fragmentos incompletos e variantes, a cronologia das emendas estilísticas e semânticas de cada texto são requisitos para o conhecimento dos modos como escreveu Fernando Pessoa (CASTRO 2013: 46). As múltiplas vozes autorais pessoanas tornam apenas mais evidente o que também se manifesta na obra de outros escritores: mais do que o *ūsus scribendi*, interessam os *ūsūs scribendi*, no plural.

Com efeito, de modo a escolher a redação a fixar, podem ser consultadas concordâncias que mostrem a palavra, a expressão ou construção frásica mais frequentes na obra de um dado autor. Mas mais frequentes de acordo com que critério? Dispormos de uma concordância para toda a obra do escritor permite que nos apercebamos dos seus hábitos expressivos. No entanto, como estes hábitos se alteram ou conservam ao longo do tempo, deveríamos privilegiar o eixo temporal correspondente ao período em que foi escrita aquela obra onde se levanta o problema de estabelecimento. Adicionalmente, como no mesmo período o seu autor pode dedicar-se a textos de mais de um género, o que interessaria mesmo seria a parte da concordância concentrada num período cronológico e no mesmo tipo da obra. Contudo, ainda que esta lista de desejos pudesse ser cumprida, no fim, subsistiria a incerteza perante o resultado: acharmos plausível que um dado escritor escreva como escreveu e não como não escreveu, quer dizer, eliminarmos assim ou pelo menos considerarmos menos plausível a possibilidade de mudança no *cursus* literário de um autor. O recurso a esta técnica convida o intérprete a decidir de acordo com o que se verifica mais frequentemente e, nestes termos, trata-se de mais uma versão do reencontro com o que já sabemos (e de como esse reencontro é moldado por critérios de economia e de probabilidade). Daí que Ivo Castro advirta contra os perigos associados à predisposição estatística:

> o conhecimento do *usus scribendi* do autor [é] [...] uma arma de dois gumes, pois pressupõe que sob uma grafia misteriosa se oculta um vocábulo ou lexia que já foram antes usados pelo poeta e fazem parte, portanto, do seu léxico estabelecido; assim sendo, o editor aposta na recorrência linguística, tem relutância em reconhecer um vocábulo pouco frequente e pura e simplesmente rejeita um *hapax*. Cria-se assim uma circularidade pela qual um vocábulo terá tantas mais probabilidades de ser conjeturado pelo editor quantas mais vezes já tiver ocorrido (CASTRO 2013: 136).

Sendo o *usus scribendi* relacionado nesta citação com a tentativa de apuramento de um passo em grafia misteriosa, esta técnica também pode ser convocada para lançar luz sobre vocábulos em grafias banais. Vale a pena, a este respeito, articulá-la com o par *lectio facilior / lectio difficilior*. De acordo com uma das explicações deste par de conceitos, apresentando os testemunhos num mesmo lugar do texto variação de valor equivalente, uns transmitindo uma lição mais difícil (e incomum) e outros uma lição mais fácil (e comum), o editor deve escolher a primeira (STUSSI 1994: 101). O que apoia esta escolha é os copistas incorrerem em banalizações, fazendo substituir palavras ou expressões menos conhecidas por outras que lhes são mais familiares.

Os dois casos abordados a seguir não fazem parte do território a que costuma ser aplicado o critério da *lectio difficilior*: são ambos de original presente e cada um é transmitido por testemunho único. Apesar destas diferenças, porque nos manuscritos modernos convivem na mesma pessoa a condição de autor e a de copista (na medida em que se aproxima do perfil de alguém que procura reproduzir um original mental), o risco de banalização no registo escrito continua ativo.

Dada a condição inédita da maioria dos materiais do espólio pessoano à data da morte do escritor, não surpreende que um bom número destes materiais contenha textos de cursivo veloz, nos quais os traços distintivos das letras se aplanam e comprimem a ponto de tornar a decifração uma tarefa impossível ou um exercício de adivinhação. Os avanços na crítica textual pessoana devem-se em parte a aprimoramentos progressivos na decifração de passos redigidos neste cursivo problemático. Em contraste com este tipo de desafio, também existem no espólio de Pessoa textos transparentemente redigidos, cujo sentido, chocando com a nossa expetativa, coloca o observador numa zona de incerteza que pode ser descrita assim: tenho a certeza do que leio ⇨ o que leio é parecido com outra sequência bem mais comum ⇨ corrijo o que leio, preferindo a expressão mais comum, ou conservo o que leio? Dilemas deste género não são apenas um ponto de embate entre estratégias mais conservadoras e leituras mais interventivas, mas o palco ótimo para a sopesagem de critérios de fixação. De resto, o conflito entre o recurso à lição mais corrente ou, em contrapartida, à lição mais rara não pode ser visto à luz de um privilégio conferido à solução estatisticamente mais frequente ou a uma alternativa menos relevante do ponto de vista estatístico. É que cada uma delas tem um vínculo estatístico: uma é a mais frequente em sentido absoluto, a outra é a mais frequente em sentido restrito (a *lectio difficilior* é a *lectio facilior* autoral).

Vejamos então os dois casos, dois textos retirados do *corpus* de poemas escritos por Fernando Pessoa entre 1915 e 1920 e publicados inicialmente há mais de 15 anos (PESSOA 2005a: 168, 217).

O primeiro, de sentido aparentemente completo, está datado de 10-3-1918, desenvolvendo-se ao longo de seis quadras. Como é habitual, a nitidez do traçado da

letra vai perdendo alguma qualidade, mas não é, neste caso, nada de relevante, sendo sobretudo de notar que a última quadra teve de se conformar a espaço mais reduzido, em especial no que diz respeito aos dois últimos versos, comprimidos no espaço normalmente reservado a um único.

Reproduzo da edição que preparei em 2005:

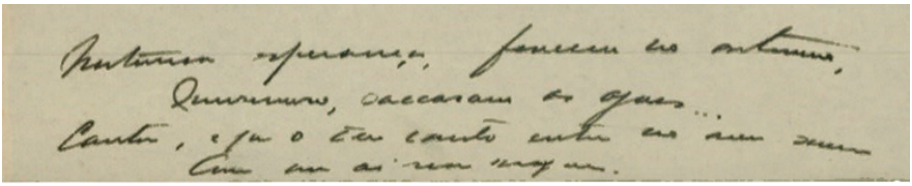


Fig. 1 – Biblioteca Nacional de Portugal. Espólio 3, 58-69r (pormenor).

Nocturna esperança, fenecem no outomno,
Murmuro, saccaram as aguas...
Canta, e que o teu canto entre no meu somno
Como em as suas maguas.

A dúvida de fixação surge nesta estrofe conclusiva: no antepenúltimo verso devemos ler em ortografia atual «sacaram as águas», de acordo com o que o documento apresenta, ou «secaram as águas», segundo uma emenda simples introduzida noutras edições[2]? As soluções parecem, para usar o termo de Stussi, equivalentes, na medida em que são conformes metricamente, proporcionam um sentido aceitável e afim do ponto de vista gramatical (as águas desapareceram por ação de um sujeito plural implícito com valor de impessoalidade; as águas desapareceram sem que este resultado seja atribuído a uma causa) e derivam de um cenário de transmissão verosímil (Pessoa reproduz bem o que pensa ou reproduz mal, com um desvio gráfico menor, o que tencionava escrever).

O segundo caso encontra-se num poema com data de 2 de outubro de 1919, que começa assim (cf. figura 2):

A creança que mora á beira do caes
Nunca andou nos navios.
Deseja com ansia fabril ver mais
E ir para os mares universaes,
Nocturnos e frios.

2 Por exemplo, Pessoa (2005b: 17). Revendo o manuscrito, não excluo que no verso inicial da quadra se possa ler «feneceu».

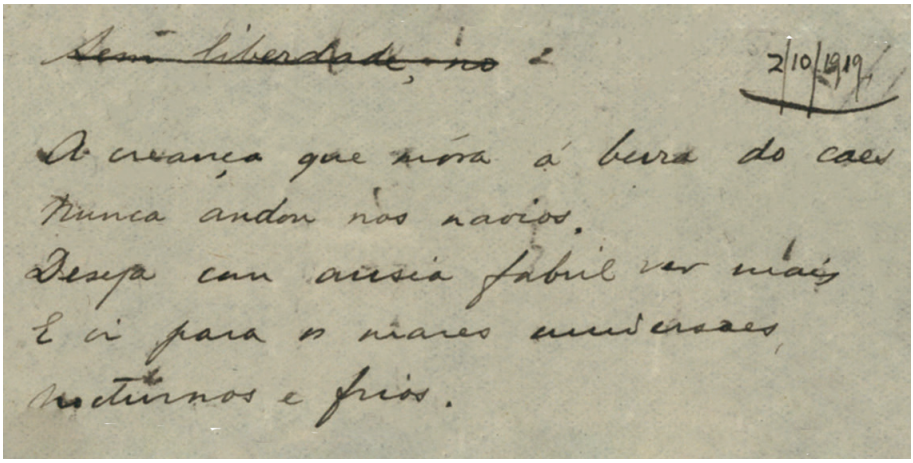


Fig. 2 – Biblioteca Nacional de Portugal. Espólio 3, 58-85r (pormenor, primeira estrofe do poema).

Também aqui a caligrafia pessoana não suscita dúvida de decifração. A incerteza diz respeito à interpretação do que se lê no v. 3: devemos ler de facto «ânsia fabril», em sintonia com a expressão atestada no documento, ou «ânsia febril», de acordo com uma correção discreta proposta noutras edições[3]? De novo, como na perspetiva adotada para o primeiro caso, as duas hipóteses parecem equivalentes, pois são igualmente viáveis quanto à métrica, conferem ao verso um sentido aceitável no plano da gramática (em alternativa: à criança é atribuída a ânsia típica associável ao ritmo e velocidade da produção numa unidade industrial ou uma ânsia apaixonada, exaltada) e mais uma vez são o corolário de um cenário de transmissão verosímil (Pessoa registou adequadamente o que pensa ou registou mal, com um desvio gráfico menor, o que pretendia escrever). Note-se que, tanto num caso como no outro, se pode sublinhar o facto de estarmos perante dois rascunhos, isto é, documentos portadores de redação que não é definitiva, vista pelo intérprete como o lugar de experiências idiomáticas ou como o palco de lapsos prováveis.

A convocação de um critério de uso simples confirma a impressão de uma das hipóteses de fixação ser mais aceitável. Uma busca trivial no Google dá cinco resultados para a expressão «sacar as águas» e 23 200 para «secar as águas»; de maneira semelhante, obtêm-se 10 100 resultados para «ânsia febril», enquanto para «ânsia fabril» pouco se passa das duas dezenas. Se enveredarmos por uma busca restrita em âmbito pessoano, a plataforma digital Arquivo Pessoa produz informação no mesmo sentido: «febril» com 15 resultados, um dos quais na «Ode Marítima» e outro num texto atribuído a António Mora que contém a exata expressão «ânsia

3 Por exemplo, Pessoa 2005b: 68.

febril», ao passo que «fabril» não consta da base de dados (já agora, «secaram» deu três resultados, «sacaram» nenhum). Além desta incursão sobre usos e frequências, convém observar que, nos dois versos em análise, o contexto pode favorecer um erro de escrita por antecipação: «Sacaram as águas»; ou por repetição: «Deseja com ansia fabril ver mais».

Tendo tido a oportunidade de rever a edição que fizera em 2005, há um argumento adicional que me faz pender hoje para a necessidade de correção no primeiro poema.

Na proposta de leitura «sacaram as águas», o objeto direto corresponderia ao sintagma «as águas», mas esta função não seria adequada para a forma verbal «fenecem» no verso anterior, enquanto a proposta «secaram as águas» parece garantir maior congruência com esse verso: as águas fenecem e de seguida secaram por completo[4].

Já em relação ao segundo poema, no qual a conservação da lição manuscrita não implica incongruência afim à do primeiro caso, a expressão «ânsia fabril» pode ser entendida como uma perífrase do início da «Ode triunfal»: «À dolorosa luz das grandes lâmpadas eléctricas da fábrica / Tenho febre e escrevo. / Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto, / Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos». A memória deste poema, publicado no primeiro número de *Orfeu* (quatro anos antes da data do poema aqui em análise), torna verosímil o par «ânsia fabril»[5] e contribui para manter a leitura que propus em 2005.

Mas estas (revisão e conservação de leituras propostas) são decisões apenas pragmáticas. Nada nos permite decidir definitivamente entre seguir nestes casos o Contini que advoga a economia de soluções (seria a leitura idiomática) ou aquele outro que defende a *lectio difficilior* (seria a solução mais estranha). O próprio Contini adverte tanto contra a ingenuidade crédula em banalizações, como contra soluções informes de sentido:

> [...] una forma mal comprensibile rischia di essere o scambiata con una banale fisicamente vicina o surrogata con un sinonimo più corrente. Si avverta tuttavia che il criterio della *lectio difficilior* miete vittime fra gli apprendisti stregoni, inclini a riconoscere per tale più d'una insensata deformità (CONTINI 1977).

Este é o fascínio da filologia reconstrutiva e, por extensão, de procedimentos analógicos: os resultados nunca podem ser provados e têm sempre de ser argumen-

---

4 Ou será que o registo *staccato* da dicção poética nesta estrofe implica pelo contrário que não tem de se procurar coesão do tipo indicado entre as duas formas verbais?

5 Ou será que a vizinhança entre «febre» e «fábrica» faz destes parónimos uma fonte adicional de confusão?

tados. Aliás, como dispomos de técnicas que favorecem qualquer uma das hipóteses, sem que haja a possibilidade de prova, a descoberta não parece incidir sobre o texto, mas sobre argumentos acerca do texto. Para quem tenha uma visão fantasiosa da reconstrução filológica talvez servisse a utilização de subconjuntos cada vez menores (do mais vasto – talvez o estado da língua –, passando pelo da obra do autor e por aquele género específico que nos interessa e já agora por aquele período preciso) até se chegar de maneira exata ao desejado subconjunto singular, um análogo absoluto do texto com o passo problemático fixado, na verdade, afinal, aquele caso exato e irredutível. Mas isto talvez só aconteça em certa ficção de Jorge Luis Borges.

3.

Numa edição digital, a preparação de um texto para efeitos de pesquisa por parte do utilizador depende do reconhecimento de certos conjuntos de propriedades no *corpus*, bem como da sua posterior marcação, de maneira a que o utilizador possa explorá-los através de um motor de busca ou de um dispositivo semelhante. Nestes termos, o utilizador pode saber o que lhe é permitido saber por quem fez a edição, que por seu lado sabe o que o utilizador pode saber. Assim, um momento ótimo da descoberta é o período anterior ao da modelação, sendo então aberta a possibilidade de se encontrar o que não se procura. Antes de uma edição estar concluída, tal possibilidade parece ser desencadeada pelo contacto, ainda não regulado, com certo tipo de provas textuais e materiais. A ausência de regulação significa que, ao observar os documentos disponíveis, o observador, podendo perceber uma série de traços materiais, não sabe à partida a sua função, significado e importância, que só lhe podem ser atribuídos *in fieri*. Está, por isso, mais aberto a uma ficção de *tabula rasa*, segundo a qual todos os dados contam e os condicionamentos apriorísticos das perguntas de investigação ainda estão adormecidos. O exemplo a seguir descrito é extraído da preparação da edição digital d'*Os Degraus do Parnaso*, de M. S. Lourenço.

Dos 25 textos que M. S. Lourenço publicou sob o título *Os Degraus do Parnaso*, primeiro no jornal *O Independente* (1989), depois sob a forma de livro (1.ª ed. em 1991), subsistem 24 rascunhos, distribuídos por dois cadernos: um com o título *Harmonielehre*, a partir deste momento *H*; outro intitulado *Notizbuch*, de agora em diante *N*. A observação do modo como os títulos se apresentam nos rascunhos permite descortinar várias regularidades. Embora os critérios de observação não possam ser imunes à memória de certa bibliografia e, em especial, de descrições de manuscritos modernos, não foi seguido nenhum padrão, antes se tomou em conta o que pode existir de contrastivo entre a configuração do título e o aspeto do que não é título naqueles dois cadernos: localização, cor da tinta utilizada, formato da letra, ênfase gráfica, momento de redação, alinhamento, número de linhas.

A tabela seguinte apresenta o modo como o título de cada rascunho se comporta em relação a estes parâmetros. A primeira coluna diz respeito ao caderno onde se encontram os rascunhos (2 a 10, em *H*; 11 a 25, em *N*); a segunda indica o número do rascunho (de acordo com a ordem patente nos cadernos, coincidente com a ordem de publicação no jornal *O Independente*), devendo notar-se a ausência do primeiro borrão, pois as folhas que este terá ocupado em *H* foram arrancadas; nas colunas seguintes regista-se a presença de uma característica correspondente a parâmetro de observação com o sinal ✓ e a ausência com o sinal X. Note-se que os rascunhos 9 a 12 estão desprovidos de título, razão por que, nesta tabela, as células que lhes estão associadas apresentam sempre a abreviatura «s.t.» (= «sem título»).

Caderno	Texto	Margem superior	Tinta vermelha	Maiúsculas	Sublinhado duplo	Momento posterior ao texto	Alinhamento centrado	Extensão de uma linha
H	2	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	4	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	5	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	6	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	7	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	8	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	9	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.
	10	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.
N	11	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.
	12	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.	s.t.
	13	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	14	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	15	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	16	✓	✓	✓	X	✓	X	X
	17	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	18	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	19	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	20	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	21	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	22	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	23	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	24	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓
	25	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓

Tabela 1 – Os títulos dos rascunhos de *Os Degraus do Parnaso*, de M. S. Lourenço (destacados os aparentes desvios a procedimentos habituais).

De acordo com os dados apresentados podem fazer-se algumas observações genéricas:

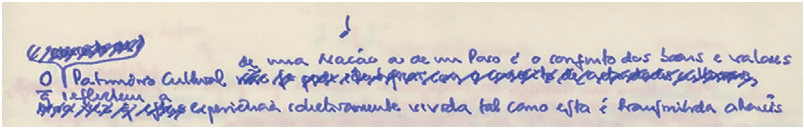
a) todos os títulos foram colocados na margem superior;
b) todos foram registados com tinta vermelha;
c) todos foram escritos em letras maiúsculas;
d) nem todos foram acompanhados por sublinhado duplo;
e) todos parecem ter sido escritos depois do texto a que dizem respeito;
f) nem todos se encontram centrados;
g) nem todos ocupam apenas uma linha.

De entre as observações anteriores, importa explicar a fórmula modalizada **e)**, pois a identificação de tempos diferentes de redação está dependente da interpretação de dados topográficos. Na escrita ocidental, orientada da esquerda para a direita e de cima para baixo, espera-se que o que se encontra num plano superior da página seja anterior ao que esteja situado num plano inferior. No entanto, no caso dos rascunhos em apreço, apesar de os títulos se encontrarem sempre nesse plano superior, a forma como estão dispostos conduz à impressão de que foram escritos depois. O *lay out* no caderno *H* começou a ser realizado pela inserção de numerador de página (algarismo ou símbolo musical) na margem superior, dividindo-a em duas zonas distintas, antes da primeira linha de texto. Decisivo para esta verificação é a observação dos quatro rascunhos destituídos de título.

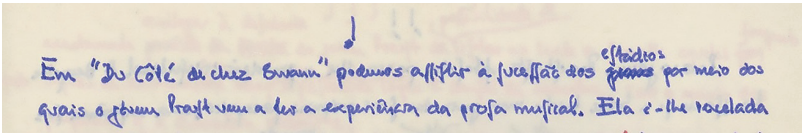
Não existindo páginas iniciais com título e sem numerador, o que se vê nos outros rascunhos é que o título, mais do que determinar o modo como o numerador de página e o início da redação se colocam no espaço disponível, se vê constrangido a ocupar a margem superior segundo a zona deixada previamente livre pelo numerador e pela primeira linha de texto. Este constrangimento leva a três tipos de ocupação: 1. sob o numerador (modo dominante no caderno *H*); 2. sobre o numerador; 3. à volta do numerador (os modos 2 e 3 coexistem no caderno *N*). Mais importante do que assinalar as especificidades destes modos de ocupação de espaço é verificar que todos eles apontam para a posterioridade de escrita do título. Se esta análise dos dados exclusivamente materiais estiver certa, a conclusão a retirar da posterioridade de escrita do título é que ele consiste não num programa para a composição do rascunho, mas antes numa sua interpretação.

Explicada a observação genérica, formulada antes de maneira menos assertiva, importa atentar nas observações **d)**, **f)** e **g)**, pois são elas que assinalam desvios a procedimentos pelo menos correntes num determinado período de elaboração d'*Os Degraus do Parnaso*, ou dominantes em toda a génese destes ensaios. As regularidades decorrentes destes procedimentos parecem corresponder a práticas de escrita habituais, em si destituídas de um significado que não lhes seja atribuído pela repetição sistemática. Esta circunstância faz com que, quando deparamos com

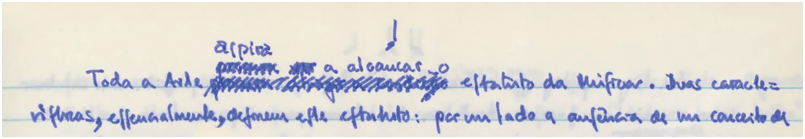
9



10



11



12

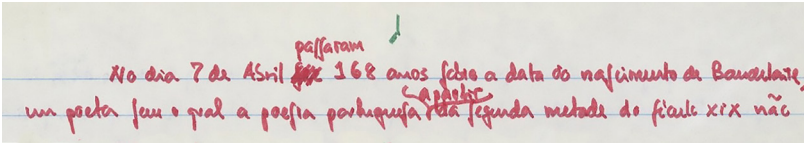


Fig. 3 – A margem superior da primeira página dos rascunhos 9 a 12.

um título que não observe alguma destas características, ele possa ser alvo de interrogação, interpretável de duas maneiras: 1. lapso: o autor não tinha intenção de quebrar nenhum dos procedimentos habituais, mas deles se desviou por distração; 2. modificação voluntária: o autor muda deliberadamente algum dos procedimentos habituais. Quando se observa o que parece ser uma modificação voluntária, interessa então perceber se a regra (i.e., o comportamento regular) está a ser mudada de facto ou se é o nosso entendimento da regra que ganha uma configuração diferente por causa do procedimento aparentemente desviante.

Ao vermos o que se passa com o sublinhado duplo (cf. observação **d**), é plausível estarmos perante uma mudança de procedimento regular, primeiro com ênfase gráfica sob o título e depois sem a ênfase. Note-se que o sublinhado duplo acompanha sempre os títulos dos rascunhos no caderno *H*, manifestando-se ainda o que tem ar de ser uma fase de transição no início de *N*: após os dois rascunhos iniciais deste caderno (desprovidos de título), o sublinhado duplo é introduzido no rascunho 13,

não surge no 14, reaparece no 15 e está sistematicamente ausente dos dez rascunhos seguintes. A visão geral leva à hipótese de a uma regra suceder outra regra com certa hesitação pelo meio.

De outra índole é aquilo para que as observações **f)** e **g)** apontam: ao contrário do caráter iterativo quer da presença quer da ausência de sublinhado duplo (o que indicia a existência sucessiva de duas regras), quer o alinhamento ao meio quer a disposição do título numa única linha são regras com uma única exceção. Interessa, pois, apurar se os desvios aparentes em relação às regras são motivados ou se resultarão antes de um lapso fortuito. Para melhor compreender a singularidade destes desvios, importa tornar claro que, além do que encabeça o rascunho 16, vários outros títulos se distribuem por mais de uma linha, mas trata-se, nestes casos, de hesitações típicas da génese, isto é, alternativas que chegam a ser consideradas e são descartadas ou selecionadas, fazendo com que o título final serpenteie entre a linha superior ou inferior e aquela onde começou por ser inscrito. Um exemplo disto mesmo pode ser encontrado logo na disposição do título do rascunho 3:

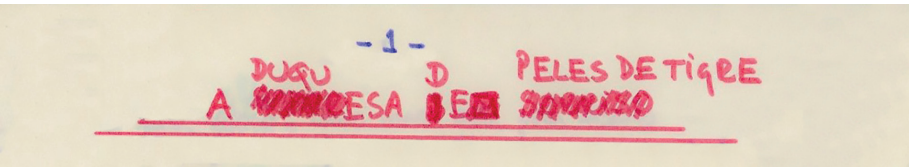


Fig. 4 – Caderno *H*, título do rascunho 3.

Tratando este rascunho do poema «Esplêndida», de Cesário Verde, Lourenço alude no título inicial, «A princesa sem sorriso», ao penúltimo verso da penúltima estrofe do poema («Para ser, ó princesa sem sorrir»). Depois opta por uma referência, «A duquesa de peles de tigre», que coliga dois passos do poema de Cesário: «É ducalmente esplêndida! [...]» (v. 21) e «E as mãos, [...], / Entre peles de tigre as regala» (vv. 17-18). Importa assinalar que a segunda designação é legível em duas linhas, com o aproveitamento das partes de palavra do primeiro título que podiam ser recicladas para o segundo: A ~~PRINCE~~^{DUQU}ESA ~~S~~^{D}E~~M~~ [...]. Existem nos cadernos *H* e *N* outras situações do mesmo tipo, com o título arrumado em mais de uma linha devido à génese textual.

O que distingue destas situações a escrita do título no rascunho 16 é que nenhuma das duas linhas ocupadas pela redação corresponde a alguma alternativa ou a etapa diferenciada. Além disso, as quatro palavras da segunda linha caberiam sem dificuldade na primeira linha, após o complemento circunstancial de lugar «Em paisagem tropical». A conjugação destes dois elementos, a par do facto de este título

não estar centrado (parece alinhado com a indentação do parágrafo inicial), leva a formular a hipótese de nos encontrarmos perante um dístico, dois versos rigorosamente excecionais no repertório de títulos de *Os Degraus do Parnaso*:

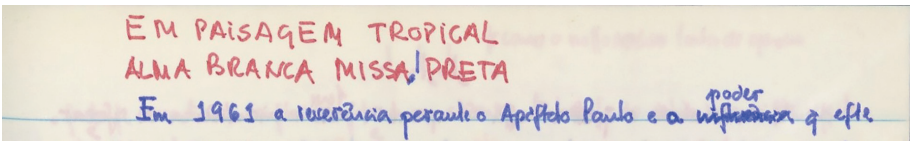

EM PAISAGEM TROPICAL
ALMA BRANCA MISSA PRETA
Em 1961 a ressonância perante o Apeffelo Paulo e a poder influência q efte

Fig. 5 – Caderno *N*, fl. 53r.

António Feijó propôs convincentemente que se visse no título do poema de Fernando Pessoa «A casa branca nau preta» o modelo para a segunda parte deste título[6]. Parece-me, na sequência desta proposta, que o poema, atribuído a Álvaro de Campos, contém nos seus últimos dois versos o ponto de referência para a leitura do título do texto que Lourenço inicialmente publicou no jornal *O Independente*. As operações de transformação a que foram submetidos os versos pessoanos podem ser explicadas a partir da observação da tabela seguinte:

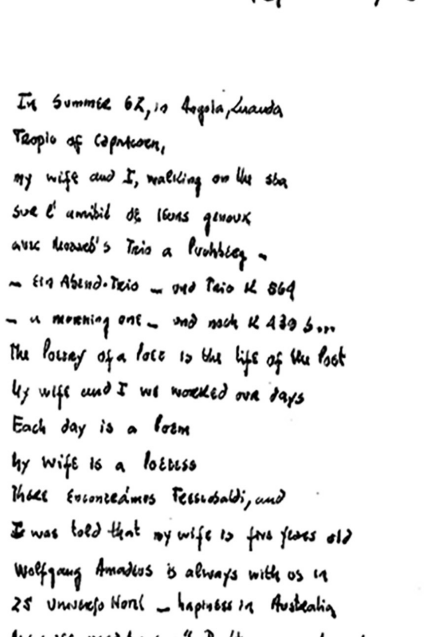
v.	Poema de Álvaro de Campos	Título de M. S. Lourenço
1	A casa branca nau preta...	Em paisagem tropical
2	Felicidade na Austrália …	Alma branca missa preta

As operações principais são a permutação de versos (passando o primeiro do texto pessoano para o segundo de Lourenço, sendo de referir a ausência de pontuação a separar os seus dois constituintes), a substituição de elementos (casa > alma; naus > missa; na Austrália > Em paisagem tropical), e uma excisão especial (Felicidade), que sinaliza obliquamente ser esta narrativa de Lourenço uma história de abreviações. No título do texto publicado no *Independente*, enquanto «Em paisagem tropical» e «Alma branca» se referem transparentemente ao lugar e ao sujeito da narrativa, a expressão «missa preta» é menos inteligível. Admito que a expressão aponte em duas direções exploradas na narrativa, ambas subordinadas à figura da inversão (à semelhança da inversão imposta ao rito católico na missa negra): a inversão do respeito pela integridade do corpo morto; e a inversão (ou reversão) do trauma ocasionado em tempo de guerra através da revisitação do que o espoletou.

6 A proposta foi formulada no âmbito do encontro onde este texto foi apresentado e discutido, tendo António Feijó sido o seu respondente.

Adicionalmente, é interessante convocar para o tratamento desta questão uma carta, datada de 30 de março de 1962 e dirigida a Pedro Tamen por M. S. Lourenço, quando este último se encontrava em Angola no cumprimento de serviço militar. Mês e meio antes, a 14 de fevereiro, casara-se por procuração com Manuela Bio, que depois viajara para Luanda, onde teve lugar o casamento católico «numa cerimónia simples» (LOURENÇO 2015: 40).

O texto da carta é este:



In summer 62, in Angola, Luanda	
Tropic of Capricorn,	
My wife and I, walking on the sea	
Sur l'amitié de leurs genoux	
Avec Mozart's Trio a Puchberg -	5
- Ein Abend-Trio – und Trio K 564	
- a morning one – und noch 439b…	
The Poesy of a Poet is the life of the Poet	
My wife and I we worked our days	
Each day is a Poem	10
My wife is a Poetess	
There encontrámos Frescobaldi, and	
I was told that my wife is five years old	
Wolfgang Amadeus is always with us in	
25 Universo Hotel – hapiness in Australia,	15
My wife used to say "Don't worry, Manuel,	
Don't worry about, che sara sara"	
No princípio duma tranquilidade nocturna	
In a little église sur la mer, à Luanda,	
Die Zauberflöte fez-se ouvir "Pamino	20
Mein, o welch'ein Glück".	
Endlich sind Musil's Tagebücher gekommen.	
Bonum est nos hic esse, or in the same	
Sense "Hierseins ist herrlich!"	
Nau branca, casa preta, felicidade na Austrália,	25

Feito de notória mistura de idiomas à maneira de Pound, o texto da carta em verso vai relatando em rápidas pinceladas alguns momentos da vida do casal em Luanda. Entre outras referências, são reconhecíveis extratos, no v. 14, da adaptação a Mozart de versículos bíblicos como Mateus 28:20; nos vv. 16-17, da canção celebrizada por Doris Day no filme de Hitchcock *O homem que sabia demais* (1956); nos vv. 20-21, da *Flauta Mágica*, a área de Pamina (cujo nome terá levado à menção de «Pamino», em vez de Tamino); no v. 23, do Evangelho de Mateus (17, 4); e no v. 24, da sétima elegia a Duino, de Rilke. Surgem também alusões ao quotidiano, como a audição de trios de Mozart (vv. 5-7) ou a chegada do volume dos *Diários*, de Musil (v. 22), que deve corresponder ao exemplar hoje guardado na biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a cota LA 23-MSL. Note-se ainda no v. 12 a referência a Frescobaldi, cuja obra inclui a composição mencionada no subtítulo do livro publicado por Lourenço em 1964 (*Ode a Upsala ou Aria detta la Frescobalda*). Veja-se por fim a alusão clara, no v. 15, ao hotel (e presumivelmente ao quarto) onde o casal terá ficado, o Grande Hotel Universo, na rua Vereador Castelbranco (hoje, rua Cirilo da Conceição Silva); e mais incertamente, no v. 19, à igreja onde terá sido celebrado o casamento católico (a Igreja de Nossa Senhora do Cabo, na ilha de Luanda, por isso dita «sur la mer»?). Mais do que proceder ao reconhecimento deste mosaico de alusões, interessa assinalar que a carta, recorrendo ao poema «A casa branca nau preta», parece constituir uma declaração de felicidade plena, como se «Felicidade na Austrália» estivesse a acontecer naquele tempo marcial de 1962, graças à chegada de Manuela Bio.

Além de a referência ao verão, no v. 1 da carta, poder ser um eco da menção sazonal no poema de Pessoa, tanto o v. 15 como o verso conclusivo do texto enviado a Pedro Tamen dizem respeito ao poema, que termina precisamente com os versos «A casa branca nau preta... / Felicidade na Austrália...». O penúltimo verso sintetiza sem pausa dois dos planos nos quais decorre o exercício de imaginação desenvolvido no poema pessoano, que tem por núcleo a seguinte estrofe: «Na vidraça aberta, fronteira ao ângulo com que o meu olhar a colhe / A casa branca distante onde mora... Fecho o olhar... / E os meus olhos fitos na casa branca sem a ver / São outros olhos vendo sem estar fitos nela a nau que se afasta, / E eu, parado, mole, adormecido, / Tenho o mar embalando-me e sofro...».

A carta remata com «Nau branca, casa preta, felicidade na Austrália», enunciado que reúne num único verso o dístico final do poema de Pessoa, notando-se a permutação dos nomes, com a manutenção posicional dos qualificativos. Passa-se, assim, de «Casa branca nau preta...» para «Nau branca, casa preta». A substância da troca, consistente com a exploração de matéria biográfica, alude à viagem por mar das tropas colonizadoras a que pertence o

sujeito da carta («Nau branca»)[7], bem como à permanência por período considerável em Angola («casa preta»).

Aqui chegados, importa dizer que a leitura de António Feijó não é demonstrada pela existência deste documento epistolar. Ela é rigorosamente convincente pela precisão e coerência, uma vez comparado o poema de Pessoa e o título da narrativa lourenciana publicada no jornal *O Independente*, acrescentando-se a carta a essa leitura enquanto testemunho mais remoto do interesse de Lourenço por «A casa branca nau preta», interesse prosseguido mais tarde, nos anos 70 do século passado, quando dele faz uma leitura para o programa radiofónico *Em Órbita*.

Explicada a relação entre o título de Pessoa e a sua transformação no título de Lourenço, passo para questões materiais ligadas a este último. A publicação do texto com este título no jornal *O Independente* teve o cuidado de manter a distribuição em duas linhas, o que foi enfatizado pelo facto de, ao lado, não ter sido colocado texto, embora houvesse espaço disponível para o receber na coluna mais à direita (assinalado por marcação a vermelho na figura 6). Seria este o procedimento a esperar, visto que nos outros números do jornal, cujos títulos são dispostos em mais de uma linha, o espaço à direita é ocupado pela parte cimeira de uma a três colunas de texto (na imagem seguinte, exemplo com três colunas).

A versão de *O Independente* é a única que ajuda a lançar luz sobre a forma do título deste texto. Nas provas tipográficas da primeira publicação em livro, em 1991, o título muda, primeiro para «Neblina sobre a Serra» e depois para «A Neblina cai sobre a Serra» (figura 7), deslocando-se assim o foco para a parte final da narrativa, quando o protagonista está quase a iniciar a operação militar numa montanha próxima de Uíge. A mudança do título pode não ter sido alheia à consciência de que a sua conversão numa única linha acarretaria a perda da dimensão poética, mas a conservação expressa de duas linhas tornaria essa dimensão demasiado evidente.

Até agora observámos o *corpus* em extensão, mas pode ser interessante ver o que sucede na vizinhança deste caso estranho. Imediatamente antes deste rascunho no caderno *N*, M. S. Lourenço redige o borrão de um ensaio no qual apresenta os estilos de Wittgenstein: a escrita das *Investigações filosóficas* estando vinculada a uma estética romântica, ao passo que, por via da formulação aforística inspirada em Karl Kraus, bem como da expressão lapidar devida ao método axiomático, o *Tractatus Logico-Philosophicus* representaria uma estética clássica. É precisamente no âmbito do estilo

---

7 As primeiras alusões na obra de Lourenço à viagem atlântica para Luanda surgem no texto de 1964 «Elogio de alguma literatura de entre duas (guerras)», p. 180: «Suponho que raramente há incidentes a bordo, quando nos dirigimos para uma Guerra. Ao contrário, quando a noite chega, todos vão ver o mar, os tubarões, e os peixes voadores, de cálcio, prata e magnésio».

CRÓNICA

OS DEGRAUS DO PARNASO

M. S. Lourenço

Em paisagem tropical alma branca missa preta

No Café Coimbra, ao Lido, a imagem dominante era a esgãngarda Manser sobre a mesa de café

CRÓNICA

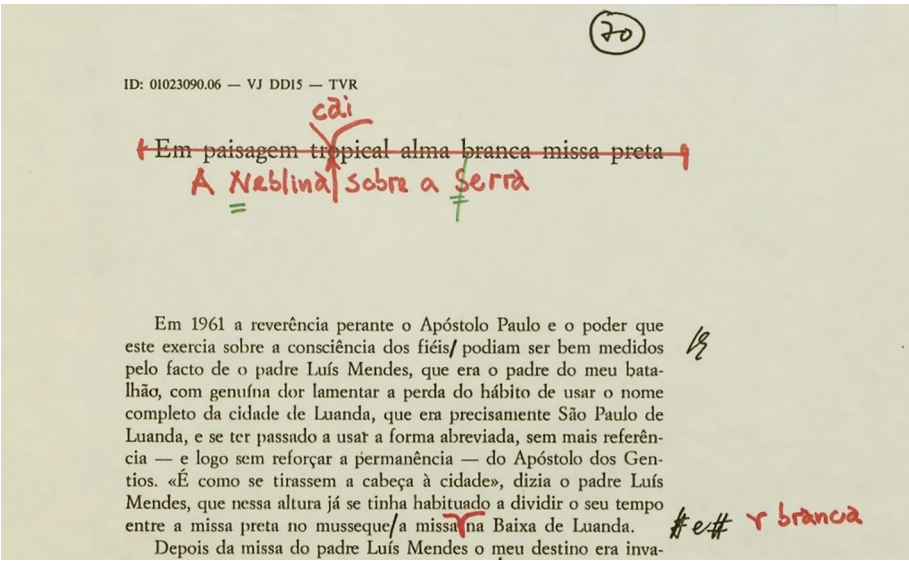
OS DEGRAUS DO PARNASO

M. S. Lourenço

Juno e o pavão

A homenagem como tradução identificada, segundo M.S. Lourenço

Fig. 6 – *O Independente*, 19-5-1989 e 21-7-1989.



70

ID: 01023090.06 — VJ DD15 — TVR

cai

~~Em paisagem tropical alma branca missa preta~~

A Neblina sobre a Serra

Em 1961 a reverência perante o Apóstolo Paulo e o poder que este exercia sobre a consciência dos fiéis/ podiam ser bem medidos pelo facto de o padre Luís Mendes, que era o padre do meu batalhão, com genuína dor lamentar a perda do hábito de usar o nome completo da cidade de Luanda, que era precisamente São Paulo de Luanda, e se ter passado a usar a forma abreviada, sem mais referência — e logo sem reforçar a permanência — do Apóstolo dos Gentios. «É como se tirassem a cabeça à cidade», dizia o padre Luís Mendes, que nessa altura já se tinha habituado a dividir o seu tempo entre a missa preta no musseque/a missa na Baixa de Luanda.

Depois da missa do padre Luís Mendes o meu destino era inva-

#e# r branca

Fig. 7 – Provas tipográficas de *Os Degraus do Parnaso*, p. 70 (pormenor).

clássico do *Tractatus* que Lourenço assinala a relação de proximidade da prosa de Wittgenstein com a poesia, o que vem apoiado pela observação de que as afirmações fundamentais deste livro estão ancoradas em esquemas rítmicos e num exemplo. Este exemplo incide na declaração de abertura do livro, «Die Welt ist alles, was der Fall ist» («O mundo é tudo o que é o caso», WITTGENSTEIN 2011: 29). Com o recurso ao que chama «uma pequena modificação tipográfica», Lourenço distribui então a frase por duas linhas e fá-la acompanhar pelo respetivo esquema rítmico, evidenciando assim o seu caráter de poesia (figura 8):

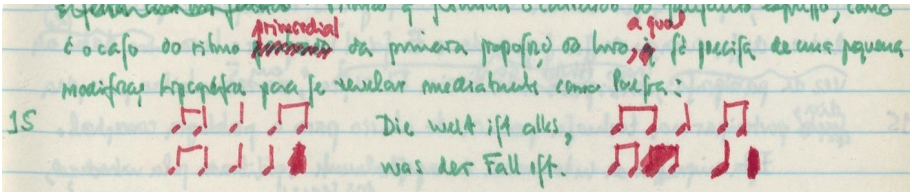


Fig. 8 – *Caderno N*, fl. 51r (pormenor).

Não parece acidental que, logo a seguir, o rascunho 16 seja encabeçado por um título cuja disposição o revela como poesia. A observação deste nexo convida a uma série de outras ações: a identificação do ritmo patente no título português; a comparação do seu esquema rítmico com o da frase de Wittgenstein; a deteção em ambos de outros sinais do discurso poético (por exemplo, a aliteração); a busca destes sinais na prosa de Lourenço; a verificação de que, de entre todos os textos que fazem parte de *Os Degraus do Parnaso*, este é por ventura o que exibe uma conformidade mais ostensiva ao ideal de prosa musical, graças ao uso da técnica do motivo condutor; a reflexão sobre a natureza do elo entre a proposição fundadora do *Tractatus* e a matéria do rascunho 16, o relato de um caso de experiência traumática e definidora, sugerindo-se que esse caso (de queda em desgraça) é todo o mundo do sujeito.

Mas, além de estarmos perante uma observação que pode desencadear outras ações, importa reparar num aspeto do que tentei descrever: o ADN de várias descobertas filológicas é a confirmação documental de impressões de leitura. Onde está a descoberta de chamar versos a duas linhas de texto que não se desenvolvem até ao final do espaço disponível? Num certo sentido, a crítica textual serve para dar a conhecer o que em certo sentido já se sabia (mas em que talvez não se tivesse reparado).

Uma consequência prática do que antes foi dito para a preparação da edição digital deste texto é que, na marcação do título em causa, além das etiquetas correspondentes a essa condição (<head>Em paisagem tropical Alma branca missa preta</head>) sejam introduzidas outras relativas à disposição em verso:

```
<head>
        <lg type="couplet">
                <l>Em paisagem tropical</l>
                <l>Alma branca missa preta</l>
        </lg>
</head> (AA. VV. 2022, 19-4)
```

É esta espécie de embrulho que, usado sistematicamente, permite o uso favorecido pela maior parte das edições digitais da atualidade: uma etiquetagem deste tipo garante a possibilidade de serem localizados todos os passos em verso no interior de um texto em prosa. É também desta etiquetagem de partes do texto que, na atual ecologia de partilha de conhecimentos, o utilizador se pode apropriar sem custos e remarcar ao sabor dos seus interesses. Ora, como a edição digital constitui um instrumento de trabalho que convida à articulação de consultas segmentadas (de acordo com as propriedades veiculadas pelas etiquetas), convém observar que vários projetos filológicos com valência digital não abdicam de outros objetivos que o modelo eletrónico não pressupõe. Por exemplo, a edição *on-line* do *Fausto*, de Fernando Pessoa, não exclui a edição em livro, que predispõe à leitura contínua. Noutra vertente da questão, a iniciativa em Portugal por ventura mais interessante pela resistência à reprodução do já conhecido é o projeto *LdoD*, cuja página de abertura defrauda a intenção do utilizador que vai à procura do que já sabe. De facto, o grande destaque na abertura do arquivo *LdoD* é um passo do *Livro do Desassossego* gerado aleatoriamente, em corpo de letra amigável para a leitura, cada vez que um utilizador tem acesso a esta plataforma digital. Assim, os responsáveis pelo arquivo apostam no *blind date* que consiste em alguém desconhecido encontrar um texto desconhecido. O que acabo de abrir é este:

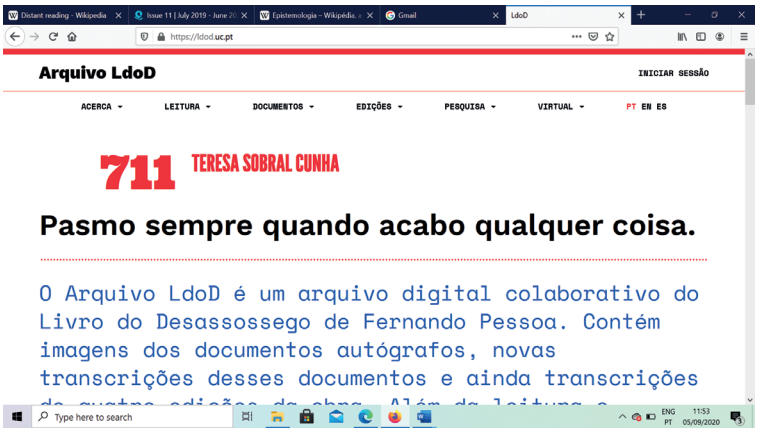


Fig. 9 – Parte superior da página de abertura do *Arquivo LdoD* (pormenor). Consulta a 5 de setembro de 2020, 11:52.

Bibliografia

Bédier, Joseph (1928) – *La tradition manuscrite du* Lai de l'Ombre: *réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes*. Paris: Honoré Champion.

Castro, Ivo (2013) – *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Contini, Gianfranco (1977). «Filologia». *Enciclopedia del novecento*. N.º 2, p. 954-972. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/filologia_28Enciclopedia-del--Novecento_29/>. Consult. 14 jan. 2022.

Dedner, Burghard (2007) – «Originalidade e dependência de fontes». *Sinais de cena*. Porto. N.º 8, p. 61-67.

Kane, George e Donaldson, E. Talbot (1988) – «Introduction». In *Piers Plowman: the B Version, Will's visions of Piers Plowman, do-well, do-better and do-best, an edition in the form of Trinity college Cambridge Ms B.15.17, corrected and restored from the known evidence, with variant readings*. Londres-Berkeley: The Athlone Press – University of California Press, p. 1-224.

Lourenço, Frederico (2015) – *O lugar supraceleste e outas meditações*. Lisboa: Cotovia.

Lourenço, M. S. (1964) – «Elogio de alguma literatura de entre duas guerras». *O Tempo e o Modo*. Lisboa. S.1, vol.16-17(maio-jun.), p. 179-184. Disponível <http://ric.slhi.pt/O_Tempo_e_o_Modo/visualizador/?id=09524.015&pag=181#>. Consult. 14 jan. 2022.

Lourenço, M. S (1989) – «Em paisagem tropical: alma branca missa preta». *O Independente*. Lisboa. Caderno 3 (19 maio), p. 21.

Lourenço, M. S. (1983-1989) – *Harmonielehre / III / Skizzen*. Coleção particular, caderno.

Lourenço, M. S. (1984-1989) – *Notizbuch / Ab / Sommersemester 1984*. Coleção particular, caderno.

Pessoa, Fernando (2005a) – *Poemas 1915-1920*. Ed. João Dionísio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pessoa, Fernando (2005b) – *Poesia 1918-1930*. Eds. Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas e Madalena Dine. Lisboa: Assírio & Alvim.

Pessoa, Fernando (2018) – *Fausto*. Eds. Carlos Pittella e Filipa de Freitas. Lisboa: Tinta-da-China.

Pessoa, Fernando (2020) – *Vinte Anos de Poesia Ortónima: I – 1915-1920*. Ed. João Dionísio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Disponível em <https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2020/12/Poemas_Ortonima_I.pdf>. Consult. 14 jan. 2022.

Pessoa, Fernando (s.d.) – *Fausto: uma existência digital*. Eds. Jerónimo Pizarro e Carlos Pittella-Leite, com Filipa de Freitas, Patricio Ferrari, Nicolás Barbosa e José Camões. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro. Disponível em <http://faustodigital.com/>. Consult. 14 jan. 2022.

Portela, Manuel e Silva, António Rito (2017) – *Arquivo LdoD: arquivo digital colaborativo do Livro do Desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade. Disponível em <https://ldod.uc.pt/>. Consult. 14 jan. 2022.

Steiner, George (1995) – *What is comparative literature? An inaugural lecture delivered at the University of Oxford on 11 October 1994*. Oxford: Clarendon Press.

Stussi, Alfredo (1994) – *Introduzione agli studi di filologia italiana*. Bologna: il Mulino.

Tavani, Giuseppe (1993) – «Edição crítica». *In* G. Tavani e G. Lanciani, coord. – *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Caminho, p. 229-233.

Text encoding initiative – *P5: Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange*: version 4.1.0., 2020. Disponível em <https://tei-c.org/guidelines/p5/>. Consult. 14 jan. 2022.

Text encoding initiative – *P5: Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange*, Version 4.4.0. revision ff9cc28b0. Disponível em <https://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/ref-lg.html>. Consult. 14 jan. 2022. Última atualização, 19-04-2022.

Wittgenstein, Ludwig (2011) – *Tratado lógicofilosófico: investigações filosóficas*. Trad. e pref. M. S. Lourenço; introd. Tiago de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (1.ª edição 1987).

Zeller, Hans (1995) – «Record and interpretation: analysis and documentation as goal and method of editing». *In* Hans Walter Gabler, George Bornstein e Gillian Borland Pierce, eds. – *Contemporary German Editorial Theory*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 17-58.

O amor é complicado (no galego-português)[1]

Ângela Correia
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

Quando os textos que editamos nos estendem palavras raras ou desconhecidas, as dificuldades de entendimento são comuns. Mas quando as palavras são comuns, corremos o risco inverso: o de as julgarmos demasiado depressa atribuindo-lhes o significado corrente, em vez de ponderarmos outros. Na época medieval, as condições para este desentendimento são especialmente favoráveis, uma vez que o jovem galego-português, ainda em esforço de multiplicação lexical, acumulava, em algumas palavras, sentidos mais diversos do que esperado.
É o caso da palavra «amor», central no género lírico medieval das cantigas de amor e das cantigas de amigo. Sendo o sentido afetivo habitual, nestes géneros líricos; e exclusivo nos dias que correm, os editores não hesitam na interpretação das cantigas em que o termo ocorra. Mesmo que o contexto, alheio a afeições propriamente ditas, o faça estranhar. E, no entanto, há ocorrências do termo «amor» em textos medievais que o aproximam de relações caraterizadas pela entrega de bens. A expressão «fazer amor de» significa, em documentação notarial, por exemplo, sem margem para dúvidas, a doação de um bem. Mas há outras ocorrências do termo «amor» em que, com subtileza facilmente enganadora, este se aproxima mais do sentido de favorecimento com bens, sem que o sentido da afeição seja totalmente excluído. Porque a entrega de bens se pode entender como demonstração de apreço, se não de afeto. De resto, encontramos a palavra «amor» em textos medievais de natureza jurídica, onde reconhecemos afinidades com a metáfora feudal da cantiga de amor, de ascendência provençal. Compreender, fundamentar e relacionar a diferença semântica envolvida nos dois usos da palavra «amor» é crucial para a edição e interpretação de duas cantigas de escárnio, ambas do trovador Airas Peres Vuitoron, incluídas numa discussão política trovadoresca.

O sentido jurídico e político dos termos «amor» e «amar» (respetivas perífrases e antónimos), na Idade Média, foi há muito identificado por historiadores e filólogos. No entanto, a bibliografia nem sempre dá conta deste sentido e, quando o faz, nem sempre ali encontramos uma definição operacional; uma definição a que possamos recorrer para interpretar os textos onde os termos e expressões ocorram. Tende-se

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

consequentemente para, na interpretação de textos medievais[2], entregar aos termos referidos a competência semântica atual e, portanto, correr riscos de incompreender ou mesmo deturpar, na leitura.

Compreendem-se as razões. Mesmo se isolarmos as ocorrências em contextos jurídicos, para uma análise que afaste a interferência de ocorrências dos mesmos termos com o sentido afetivo que conhecemos; mesmo assim, não conseguiremos deduzir um sentido de contornos facilmente descritíveis. Encontraremos mais de uma expressão, mais de um contexto, mais de uma direção na utilização e, embora possamos deduzir um significado «más amplio que en época actual», na fórmula cautelosa de Ramón Lorenzo (1977: 111); embora reconheçamos o contexto jurídico-político e a variedade de sentidos estritos, a dificuldade em encontrar uma definição operacional permanecerá.

Recuperemos as definições propostas por historiadores e filólogos. A de Viterbo (1993: I 457) é a mais simples e sucinta: «AMOR. Benefício, favor, graça, mercê». O autor acrescenta o exemplo de um documento notarial (um «prazo»), datado de 1293: «Por este **amor, que recebeo** do dito Mostejro». Um segundo do séc. XIV (1322) apresenta leitura idêntica: «E dizem, que Abbadessas, que ouve em esse Moestejro Filhas d'algo, **fazião** prestança, e **amor de** pam, e de vinho, e d'outras cousas aos seus parentes, aaquelles, com que aviam o devído, e quando hi vinhão». Num caso, portanto, alguém «recebe amor»; noutro, alguém «faz amor»; em ambos os casos, trata-se de transmitir bens. Note-se que, no segundo documento, «devído» significa «obrigações determinadas por vínculos como os de parentesco», na definição também de Viterbo, as quais, neste caso, eram satisfeitas pela dádiva de pão e vinho. A julgar pelos exemplos avançados, portanto, o «benefício, favor, graça, mercê», referidos na definição, teriam uma expressão bastante concreta.

Ramón Lorenzo (1977: 117), na definição que oferece para a mesma aceção de «amor», não se afasta muito de Viterbo: «"amistad" ("agasajo, relación de benevolencia y gracia del señor con el vasallo" "gracia, beneficio")». Entre os exemplos avançados encontram-se alguns especialmente interessantes: «era já partido do **amor** do Çide», «por gãanar seu **amor**» e «firmarõ muy grande **amor** en hũu». Os três apontam para o estabelecimento de uma aliança que se pode ganhar e que se pode quebrar, além de poder estabelecer-se por mútuo acordo. R. Lorenzo chama a atenção para as expressões de sentido igualmente jurídico-político «aver amor» e «poer amor». As abundantes ocorrências indicadas são claras quanto ao sentido

2 Refiro-me aos textos em galego-português, especialmente aos textos líricos. No entanto, os autores e o público destes textos estavam (ou podiam estar) em contacto com textos em latim, através da documentação notarial; em castelhano e mesmo noutras línguas onde se observa a mesma polissemia que neste trabalho tratarei. Recorrerei, por isso, a exemplificação nestas línguas, sem distinção.

da aliança mantida ou estabelecida, que ambas as expressões têm: «nõ se lle oluydou o **amor que auya** cõ el rrey de Toledo»; «que **posesẽ seu amor cõ** os mouros».

J. Mattoso dedicou ao estudo do vocabulário de natureza feudal diversas reflexões e definiu, neste âmbito, o termo «amor». Ao fazê-lo, pouco afasta, no entanto, a face afetiva, parecendo considerar sobretudo uma mudança no contexto de utilização:

> Se a fidelidade exprime a firmeza da adesão ao compromisso, e a lealdade o cumprimento do mesmo compromisso até ao mais alto grau, o **amor**, que vamos ver agora, designa a predisposição para o fazer com boa vontade e com uma atitude que envolve a pessoa com os seus sentimentos. Embora a palavra derive, obviamente, do sentimento que une os que se querem bem, é usada com grande frequência num contexto feudal. Provavelmente recorre-se a ela com tanto maior empenho quanto os contraentes do acordo feudal estarão eventualmente separados entre si por não os unir um parentesco estreito, por alguma diferença social ou algum interesse divergente os opor um ao outro. A promessa de amor supre os laços de sangue, como acontece com o homem e a mulher que se casam, numa aventura exogâmica do parentesco (MATTOSO 1989: 304)[3].

O exemplo adiantado por J. Mattoso é o conhecido prólogo do *Livro de Linhagens do Conde*, em que Pedro de Barcelos, filho do rei D. Dinis, se propõe «**meter amor** e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha». A este exemplo, Resende de Oliveira (2005: 58), em estudo também dedicado ao assunto, acrescentou o de uma doação (traduzida do latim), feita por Sancho I ao mosteiro de Grijó, em 1190:

> Isto fazemos pela remissão dos nossos pecados e **por amor do nosso vassalo** D. Álvaro Martins – que em serviço de Deus e nosso contra os inimigos da cruz de Cristo foi morto junto a Silves pelos sarracenos – e, **pelo amor** e fiel serviço que **D. Martinho bispo de Coimbra** e toda a sua família com dedicação nos mostraram e continuam a mostrar.

---

3 Noutro trabalho, J. Mattoso interroga-se sobre se os trovadores conheceriam a relação amorosa como verdadeiramente sentimental e como uma relação de igual para igual, dado recorrerem ao vocabulário da relação feudo-vassálica para exprimirem a relação afetiva (MATTOSO 1997: 121). Lembremos, a este propósito, que a relação de que trata a cantiga de amigo é essencialmente uma relação entre iguais. Por outro lado, a antiguidade do sentido afetivo associado aos termos «amor» e «amar» (testemunhado pela literatura clássica e medieval em latim dedicada ao amor, sem esquecer o amor a Deus, que é também afetivo) leva a crer que eles terão sido levados do âmbito afetivo para o âmbito feudo-vassálico, onde estariam em uso, com sentido específico, quando os trovadores provençais criaram a metáfora feudal.

Neste caso, portanto, o amor acompanha também uma doação feita para compensar serviços prestados por um vassalo (D. Álvaro Martins), mas igualmente o serviço prestado pelo bispo de Coimbra ao rei, o qual amor e serviço justificam a doação. R. Oliveira (2005: 58) define assim esta conceção de «amor», esclarecendo o significado do termo em contexto feudal: «Era nisto que se tinha transformado o amor no contexto feudal: num relacionamento estreito e profundo capaz de criar os laços de solidariedade necessários para cimentar a hierarquização do meio nobiliárquico».

M. de Riquer, um dos poucos filólogos que se refere ao sentido jurídico-político dos termos «amor» e «amar» (perífrases e antónimos) em contexto lírico, oferece para «amor» a definição mais concreta que já anteriormente tínhamos encontrado: «gracia, favor, pacto, alianza» (1983: I 84). Fá-lo admitindo o desconforto de quem interpreta textos líricos tendo de manter no horizonte não apenas o sentido mais comum do termo «amor», mas também o sentido jurídico-político. Mas M. Riquer considera justamente inadmissível a ilusão de que os trovadores, imersos numa realidade linguística em que o termo «amor» é polissémico, a ignorem na composição lírica:

> Ya sé que sería absurdo negar que la palabra amor, a secas, pudiera tener para los trovadores un valor diferente del que siempre ha tenido y tiene. Pero como nuestros poetas viven inmersos en un mundo feudal y, acabamos de ver, utilizan el lenguaje del feudalismo para expresar sus sentimientos, no creo inoportuno recordar que en los documentos referentes al vasallaje también *amor* adquiere un expreso sentido jurídico, que equivale a «gracia, favor, pacto, alianza» (1983: I 84).

O filólogo apoia esta observação em cinco documentos em que se repete a ideia de o «amor» ser um bem, a par de outros como a paz, os benefícios e a terra, concedidos no âmbito das ligações feudo-vassálicas, que se conquistam e se perdem, como vimos já nos exemplos acima:

> «et si aliquis homo vel femina hec suprascripta vel aliquid de ipsis tibi tulerit aut vetaverit, pacem cum illo aut treguam aut **amorem** non habebo» (1100); «precipio ut quiqumque contra hanc meam voluntatem ire presumpserit perdat meum **amorem**… per omnia secula» (1160); «Addo etiam vobis pro amorem Dei quod si in alio honore meo quem homines tenant per me poteritis cum eorum **amore** aliquid conquerire vel emere» (1173); «Si **amorem** domini sui non potuerit obtinere» (1218); «si quis eas fecerit... perdat **amorem** meum et beneficium et terram si quem de iure tenuerit» (1188-1229).

Na verdade, um verso no *Cantar de Mio Cid* – «Echastes le de tierra, **no ha la vuestra amor**» (v. 1325) – leva precisamente G. Martin a considerar que o «amor» é, no *Cantar*, «un bien institutionnel» cuja materialidade é «équivalente à celle de la terre» (1997: 181) e que se pode ter ou perder, correspondendo a expressão «fazer amor» à «atualização» deste bem, ou seja, à sua passagem à prática. Na análise do *Cantar*, Martin chega a uma definição da aceção jurídico-política do «amor» que a aproxima da conceção do poder e da respetiva manutenção:

> Mais l'amour, au-delà du destin des personnes, réfère à la conception même du pouvoir. [...] Ici, il s'agit véritablement de l'*affectus officialis*, attachement affectif entre personnes que fonde l'échange de services. Dans ce système, sujet souverain et sujet dépendant sont mutuellement obligés: le Cid doit prouver (v. 1247) son amour à sa mesnie en récompensant par des biens matériels ou moraux son concours militaire; il arrive même qu'il soit mis en demeure de le faire sous peine de perdre l'appui d'un de ses hommes (v. 2379) (1997: 190).

Quando procura documentar a consciência que os trovadores teriam deste sentido da palavra, M. de Riquer fá-lo, no entanto, citando versos de Guillem de Berguedá onde se refere a relação entre um vassalo e um senhor e, portanto, onde a referência não é metafórica:

> Tot atrestal en tal amor
> com de vassal e de segnor,
> tolc mi castel de Monmajor...

O filólogo evita assim a questão que se impõe ao abordarmos o canto de amor, sabendo que, para os trovadores que o criaram e desenvolveram, os termos nucleares dele eram polissémicos, designando não apenas o afeto, o desejo sexual, mas um bem de natureza jurídico-política cuja conquista e manutenção implicava a transmissão de benefícios, nomeadamente muito concretos bens materiais. Ou seja, considerando a metáfora feudal o discurso de amor afetivo-sexual entre homem e mulher que subjaz a um discurso sobre a relação entre vassalo (homem) e senhor (mulher), como identificar, no canto de amor, os lugares em que os termos «amar» e «amor» (e «querer bem») pertencem à metáfora (portanto, ao discurso feudo-vassálico) e os lugares em que os mesmos termos denotam o afeto e o desejo?

A este respeito, o diálogo entre os historiadores é mais afoito. J. Mattoso, na leitura que faz das cantigas de amor, considera o discurso metafórico construído pelos trovadores a partir do discurso feudal:

> [...] os sentidos vassálicos de *amor* e *amigo* dão uma ressonância diferente da que hoje se atribui às cantigas designadas justamente por estes termos. Não se trata apenas, ou talvez nem sequer se trate aí propriamente de uma relação sentimental ou passional, mas de uma atitude de benevolência, de uma disposição para conceder dons e favores ou para prestar serviços, com um verdadeiro compromisso de fidelidade baseado na promessa ou no juramento (MATTOSO 1990: 162).

R. Oliveira, mantendo-se na observação do discurso metafórico, considera a conquista independente da vontade do senhor (qualquer serviço deve ser recompensado) e não refere a possibilidade de perda do bem jurídico-político a que os documentos já observados chamam «amor», quando afirma:

> Não posso deixar de lembrar que, apesar de os velhos esquemas mentais da vassalidade terem sido deslocados do seu lugar próprio para serem investidos na relação entre o homem e a mulher, eles revelaram desde logo a sua inadequação ao novo contexto ao mostrarem uma «senhor» / dona que, repudiando o serviço amoroso do vassalo, não cumpria com as obrigações que competiam, no contexto feudal, ao senhor, isto é, com os deveres de protecção e recompensa pelo serviço prestado (OLIVEIRA 2005: 60).

Em todo o caso, os historiadores referem-se às cantigas de amor como um todo, e não apresentam exemplos concretos. Segundo se depreende, consideram que todas as ocorrências do termo «amor», no canto de amor, serão ocorrências da aceção jurídico-política.

Não é o caso dos glossários das cantigas de amor e amigo galego-portuguesas. C. Michaëlis de Vasconcelos (1990b), J. J. Nunes (1973 (1926–28): III), W. Mettmann (1981), nos respetivos glossários das cantigas de amigo, amor e Santa Maria, e, mais recentemente, o Glosario do Universo Cantigas (FERREIRO 2016-), nenhum reconhece o sentido jurídico-político nas cantigas de amor e amigo dos trovadores galego-portuguesas. Na verdade, o mesmo acontece no glossário das cantigas de escárnio e maldizer de R. Lapa (1970b: 8), *corpus* onde este filólogo igualmente não detetou sinais daquele sentido.

Mas antes de abordarmos o *corpus* lírico, será útil proceder a uma breve incursão nos textos jurídicos para um levantamento de ocorrências que possam ser elucidativas. A *Partida II*, de Alfonso X, faz uma definição de duas formas de amor, que começaremos por ter em atenção:

> Segunt dixieron los sabios antiguos ally do fablaron **que cosa es amor**, mostrando commo se parte en dos maneras; la una quando viene sobre cosa

> flaca, e la otra sobre firme; e la flaca quando entra en las voluntades de los omnes commo por antojança, asy commo aviendo las cosas que nunca vieron, nin de quien esperan nin pueden aver bien nin pro; e quando cae cosa firme es **el amor que nasçe del debdo de linage o de naturaleza**, **o de bien fecho que ayan avido o esperan aver de aquella cosa que aman**; e tal amor como este es derecho e bueno porque viene sobre cosa con rrazon; e **deste amor** dixieron que **deve aver e amar el pueblo al Rey**, e non por antojança (JUÁREZ 1991: 121).

Esta definição parece dar boa conta das duas realidades que o termo «amor» designa: a realidade afetivo-sexual e a realidade jurídico-política que já entrevimos nos exemplos avançados pela bibliografia referida. Como neles, também nesta definição a aceção do «amor» vem associada ou à concessão de benefícios ou à expetativa desta concessão. Ou seja, trata-se da gestão do poder por meio da concessão de valores materiais. Mas vejamos, na *Partida IV*, o recurso ao termo com o mesmo sentido:

> Uno de los grandes debdos que los homes pueden haber unos con otros es naturaleza; ca bien como la natura los ayunta por linage, asi la naturaleza los face seer como unos por luengo uso de leal **amor** [...] Naturaleza tanto quiere decir como debdo que han los homes unos con otros por alguna derecha razon **en se amar et se querer bien** (*Las Siete Partidas* 1807: III 130).

Diz o legislador, em seguida, dez formas de «naturaleza», aquele estado de relacionamento entre as pessoas que é cimentado pelo «amor». Entre elas encontram-se a vassalagem, a «criação»[4], a cavalaria e o casamento. Todas formas artificiais de relacionamento, no sentido em que não estão envolvidos laços de sangue e em que o afeto é construído e mantido sobre o interesse mútuo, e a confiança[5].

A propósito do casamento a que a *Partida IV* associa o «amor» jurídico-político e a propósito dos dois tipos de amor a que a *Partida II* se refere – o amor-desejo e o amor alicerçado no interesse mútuo – caberá aqui recordar uma muito conhecida lenda de personagem dividida precisamente entre dois amores.

Conhecida por Lenda de Gaia ou Lenda do Rei Ramiro, existem duas versões medievais nos *Livros de Linhagens*[6]. Embora a versão mais curta tenha também

---

4 Isto é, a educação de crianças alheias por um casal de «amos» ou «aios», na companhia de outras crianças, que se tornavam «colaças», prática corrente entre a nobreza medieval.

5 Sobre esta questão, veja-se G. Martin (2008) e G. Martin (2013).

6 Sobre a tradição narrativa desta lenda e uma terceira versão que nos chegou em cópia do século XVI, veja-se o estudo de M. A. Ramos (2004).

alguns aspetos interessantes no que respeita à questão em análise, terei em conta a versão mais longa, transmitida pelo *Livro de Linhagens do Conde*, por ser nesta que os dois amores se confrontam.

Segundo a versão mais longa, o Rei Ramiro apaixona-se por uma moura de que ouviu falar: «Este Alboazare Alboçadam era senhor de toda a terra des Gaia ataa Santarem, e houve muitas batalhas com cristãos, e estremadamente com este rei Ramiro. E rei Ramiro fez com ele grandes amizades, por cobrar aquela moura que ele muito amava» (MATTOSO 1980: II/1 204). Como não consegue convencer o irmão a entregar-lha, rapta-a e leva-a para longe, onde a mantém como amante. O irmão da moura não aprecia o ato do rei Ramiro e vinga-se raptando também a rainha, mulher de Ramiro, provocando neste uma reação surpreendente. Em vez da ira que talvez pudesse anticipar-se, Ramiro reage parecendo ferido de amor, conforme os sintomas que conhecemos das cantigas de amor galego-portuguesas: «A el rei Ramiro contarom este feito, e foi em tamanha tristeza, que foi louco ~~nu~~s doze dias» (MATTOSO 1980: II/1 205).

O rei ocupa-se então de resgatar a rainha infiltrando-se no castelo inimigo. Leva, segundo conta o narrador, uma expetativa coincidente com uma das mais importantes obrigações dos vassalos, na relação feudo-vassálica: o conselho. Ramiro espera obter conselho da mulher quando a encontrar, ou seja, espera receber ajuda para a resgatar:

> E esto fazia rei Ramiro por veer a rainha sa molher, pera haver conselho com ela, em como poderia mais compridamente haver dereito d'Alboazar Alboçadam e de seus filhos e de toda sa companha, **ca tiinha que pelo conselho dela cobraria todo** (MATTOSO 1980: II/1 206).

Esta expetativa denuncia a natureza do amor que o une à rainha, que é o amor próprio do pacto vassálico. No encontro com a rainha, as expetativas de Ramiro ver-se-ão goradas, mas, antes, haverá entre marido e mulher um diálogo precisamente sobre o amor que os une, embora talvez seja, mais propriamente, um diálogo sobre os amores que os separam.

> E foi-se com ela e entrarom pela porta da camara. E conhece-o a rainha, e disse-lhe: «Rei Ramiro, que te adusse aqui?». E ele lhe respondeo: «**O vosso amor**». E ela lhe disse: «Veeste morto». Ele lhe disse: «Pequena maravilha, pois o faço por **vosso amor**». E ela respondeo: «**Nom me has tu amor**, pois daqui levaste Artiga, que mais preças que mim. Mais vai-te ora pera essa trascamara, e escusar-me-ei destas donas e donzelas, e ir-m'ei logo pera ti» (MATTOSO 1980: II/1 207).

Se ignorássemos que este casal atribui ao termo «amor» sentidos diferentes, neste diálogo; se ignorássemos que o autor desta versão da lenda constrói um equívoco explorando os dois sentidos diferentes da mesma palavra, poderíamos imaginar, neste texto, o retrato de um homem falso, dividido entre o afeto caseiro à mulher legítima e o desejo recente pela novidade; trama que reconhecemos de alguns fados e muitas (tele)novelas. Mas o casamento, nesta época, como sabemos, não é uma instituição assente em afetos nem em desejos. O «amor» de que Ramiro fala, e a que se mantém leal, é de natureza jurídico-política. A mulher por quem sofre e da qual espera conselho e auxílio, apesar de ter raptado a moura por quem se apaixonou (desconsiderando todos os riscos políticos e militares), é a mulher com quem tem uma aliança racional e à qual se mantém leal. A esta aliança, não é estranho o afeto, previsto nos tratados que a teorizam[7], que o rei manifesta quando a rainha é raptada mostrando-se enlouquecido durante dias («foi louco ~~tu~~s doze dias», MATTOSO 1980: II/1 205).

Não é, porém, este o entendimento que a rainha tem do mesmo termo, o que se torna claro quando se compara com a moura («Nom me has tu amor, pois daqui levaste Artiga, que mais preças que mim»). O único significado admitido pela rainha para o termo «amor» é o do afeto-desejo. Ambas as personagens são, portanto, coerentes e nunca se encontram no diálogo, graças à polissemia da palavra «amor», que o autor introduz no diálogo entre ambas. Extraordinário equívoco que, além de demonstrar a polissemia do termo, demonstra a consciência que os criadores tinham desta polissemia.

O desfecho da história reflete este entendimento. A rainha trai Ramiro entregando-o ao inimigo, sem nunca se arrepender, pelo que não corresponde ao amor jurídico-político que une o casal, independentemente dos atos de Ramiro envolvendo a moura. A mãe sofre por isso a condenação do próprio filho, e a condenação social de todas as personagens em redor, que nunca a veem como uma vítima, como ela própria se vê («E ela respondeo: «**Nom me has tu amor**, pois daqui levaste Artiga, que mais preças que mim», Mattoso 1980: II/1 207). Pelo contrário, Ramiro honra o amor jurídico-político que os une: sofre com a perda da mulher, arrisca-se para a resgatar, confia no conselho dela, resgata-a, mesmo depois de traído no seu amor jurídico-político. É por isso sempre aprovado, tanto pelo filho, quanto socialmente, pela nobreza que os rodeia. O desfecho confirma, portanto, o entendimento da polissemia do termo «amor», ao mesmo tempo que reconhecemos, na relação de casamento, o amor exigível entre senhor e vassalo, conforme explicado na *Partida IV*.

---

7 Veja-se o que diz Carlos Huech a respeito: «L'amour était déjà, en effet, l'elément clé de la dépendance féodo--vassalique. Il devait exister un affect (affectus officialis) entre le seigneur et le vassal qui scellait le caractère personnel, volontaire et réciproque de la relation politique» (2015: 18).

À luz da Lenda do Rei Ramiro, não era socialmente aceitável deslocar para o casamento o amor, no sentido do afeto sexualmente investido, substituindo ou mesmo articulando ali o amor jurídico-político; como não é bem-vista a figura equivalente do «gilos» (marido ciumento) na lírica provençal.

O interesse familiar domina o casamento, e o amor dele resultante é (ou mais exatamente: deve ser) jurídico-político, sendo consolidado pelo dote (ou «arras») concedido pelo marido à mulher. As referências conjuntas de «amor» e «dote» são bastante elucidativas a este respeito, como se pode observar nos exemplos que se seguem.

> Ob hoc ego rodericus sub manu dei omnipotentis comes tibi uxori mee superius nominata, **propter amorem** dulcedinis et pulcritudinis tue, **do et dono tibi in huius titulum dotis**, is est cauallos et mulos cum frenos et sellas miro opere compositas (Cartulário de Celanova, 1029; MERÊA 1952: 86).

> Hic est ego Asuri Gomiz, quod expetivit tivi Momadona per voluntaten patrum tuorum, vel propinquorum tuorum, et **proter amore**, et consuetudine **dono tivit** in titolo dotis puero ad puela kavalo (Documento particular de Sahagún, 1034; MERÊA 1952: 88).

> Obinde **propter amorem**, honorem dulcedinis tue, et pro coniugalis gratiam et pro federe conligando, **dono atque concedo** ego Annaya tibi dulcissime mee Maria in hanc **dotis** titulum (Cartulário do Monasterio de Vega, doc. n.º 19, 1075; MERÊA 1952: 100).

> Ego nebzano uermuiz tibi uxori mee maria petriz facio cartulam donacionis et concessionis arrarum **propter tuum amorem** et pulcritudinem de hereditate mea propria que habeo de auios et parentes meos in territorio de tauro uilla (Becerro Gótico de Sahagún, fl. 24, 1088; MERÊA 1952: 103).

> **do tibi in dote tua propter amorem** tuum (Torre do Tombo, Col. Esp., II P.te, c. 24, 1176; MERÊA 1952: 105).

Para alcançarmos uma mais operacional definição da aceção em estudo dos termos «amor» e «amar» (perífrases e antónimos), acrescento aos exemplos já recolhidos na bibliografia mais alguns entre os muitos disponíveis na documentação medieval. Reparar-se-á que, como já notado anteriormente, servem estas palavras para referir a relação de mútuo favor (embora não necessariamente de igual valor) entre pessoas da mesma família ou unidas por aliança; a conquista de tal relação,

mediante o investimento de benefícios; a retribuição por investimentos feitos na relação; ou a perda de tais laços por comportamento interdito, que conduz aquele que sai da esfera do «amor» de alguém a perder o direito a quaisquer expetativas de retribuições, ou a efetivas retribuições.

> Poys que offyzio dos escriuaes é public(ad)o e comunal pera todos, mandamos que a todos aquelles que demãdarẽ carta pera seus preytos, assy per mandado dos alcaydes coma por os iuyzes como per si dalgũas conpras ou de uendas dos omees que a[i]ã de fazer, faças sen outro ẽlongameẽto nenhuu e nõ as leyxe de fazer **por amor nẽ por desamor nenhuu** nẽ per medo nẽ per uergonha de nenguu (Foro Real de Alfonso X de Castela e Leão; FERREIRA 1987: 145).

> E esto he por que a letera nõ ffaleçe a hũu nẽ a outro ca tanbem mostra a razõ polo mayor come polo meor. Ca d'hũa guisa a acha o louco e de maao entẽdimento, e o cordo e o que he de bõõ entendimento e o que he bem rrazoa(n)do e nõ mẽte a nẽhũũ **por amor nẽ por desamor** (Partida I de Alfonso X de Castela e Leão; FERREIRA 1980: 34).

> [...] et rogo vos quod **amore mei** acrecentestis et alarguetis sibi ipsum hereditamento et de quanto alargamento et acrecentamento sibi dedistis de magis sciatis quod placebit mihi et graciscar vobis multum et faciatis mihi taliter quod ego habeam quid vobis graciscar et quod meus cancellarius prout se inde mihi laudare de vobis (Documento de Afonso III, 1257; VENTURA 1992: 94s).

> Propter amiciciam et **amorem** quam ergo vos habemus [...] et promittimus vobis amparare et defendere (Documento particular, 1259; VENTURA 1992: 236).

> Miles habeant suas hereditates liberas Et si milites obierit uxor que remanserit sit honorata sicut in diebus uiris suis. Si autem maiordomus uel iustitia hoc nostrum decretum irrumperit pro ofrecione aut **amore** alicuis, ipse et res eius sint in potestate domini terre (Documentos de D. Sancho I de Portugal, 1190 – Foral de Torres Novas; AZEVEDO 1979: 78).

> Addo ad huc **amore** vestro ut si aliquis pignoraverit sine meo maiordomo aut sine sagione suo aut sine portario pretoris pectet tantum pro quanto pignoraverit, et non plus (Chancelaria de D. Afonso III de Portugal, 1257 – Foral da Vila de Monforte; VENTURA 2006: 123).

Damus vobis et concedimus hanc hereditatem **propter amorem** et pro **multum beneficium** quod a vobis accepimus, et accepimus a vobis in roboratione Viiij. morabitinos, quia tantum utrique complacuit (Livro das Doações de Tarouca, 1242; FERNANDES 1991: 19).

[...] Catholicorum regum est sancte ecclesie personas et prelatos largis ampliare muneribus ut cum **amore** suo et honore **dando temporalia** consequi mereantur eterna (Documentos de Sancho I, 1185 – Doação-venda à Sé de Tui da igreja de Mazed e de outras com seus direitos e pertenças; AZEVEDO 1979: 3s).

Do tibi predictum bacellum pro fraternitate et **pro amore**, et accepi a te pro roboratione duas pixotas quia tantum utriusque nostrorum complacuit (Livro das Doações de Tarouca, 1204; FERNANDES 1991: 138).

Do tibi illum pro fraternitate et **pro amore**, et accepi a te unam almozalam in roboratione. Habeas tu itaque predictum campum et quem tu volueris in perpetuum (Livro das Doações de Tarouca, 1218: FERNANDES 1991: 138).

Era de mil .iijc.x. anos . conhecam todos aquelles que esta carta uirem E ouuyrem . Que dom afonso pella graça de deus Rey de portugal E do algarve sabado xbij dias de feuereiro em lixboa [...] Item mando que todas as cousas desuso ditas que as faça o meirinho teenr E conprir **so pena do meu amor E do que de mym tem.** [...] El Rej o mandou per dom Joham d'auoym. seu mordomo moor [...] E **per Joham soarez coelho** E per **fernam fernandez cogominho** (Ordenações de Afonso III de Portugal; ALBUQUERQUE 1988: 73).

E se alguum alcaide for tam ousado que ponha de so sa maão mais que huum alcaide em esa uilla E seus termos. **perca por eso a alcaidaria E o meu amor** (Ordenações de Afonso III de Portugal; ALBUQUERQUE 1988: 74).

E se alguum uogado der ou prometer ou fezer dar ao alcaide sobr'esta (p. 75) defesa E lhe for prouado **perca o meu amor**. [...] E se alguum alcaide for per sa sandiçe contra estes meus degredos ou contra alguum delles ueher ou passar **perca porem o meu amor** E quanto de mym teuer [...] dom **Joham d'auoym** moordomo da corte (Ordenações de Afonso III de Portugal; ALBUQUERQUE 1988: 76).

Et credat meus ricus homo in cuius terra ista decreta extraxerint quod perdat ibi **amorem meum et terram** quam de me tenuerit (Documento de Afonso II de Portugal; BARROS 1945: II 354).

Recorro, para a síntese, à certeira forma como R. Durand descreveu a relação entre o rei e os seus próximos. O vocabulário comum deixa claro que tal entendimento das relações não se cingiu às que envolveram o rei e os seus homens, tendo-se estendido a múltiplas outras:

> Ils [les documents portugais] suffisent néanmoins à rendre compte de la façon dont le souverain rétribue certains services ou maintient des hommes dans la sphère de son «amour» et de sa «fidélité». Les souverains usent en fait de deux procédés pour arriver à cette fin. Le procédé le plus courant est la donation en toute propriété de terres ou de droits. [...] La seconde manière de satisfaire le désir de puissance et de richesse de la noblesse consiste, pour le roi, à céder à ses membres des biens à administrer et sur lesquels ils pourront prélever un revenu (DURAND 1982: 602s).

O movimento de valor (bens, benefícios, num sentido; serviço, noutro) é, portanto, o que conquista esta espécie de «amor» e o que o mantém. A interrupção deste movimento ou, como vimos, o desrespeito por interditos conduzem à perda do amor jurídico-político.

A expressão «fazer amor» é a mais inconfundivelmente ligada à aceção jurídico--política do «amor» e dá conta do movimento de valor que o cria ou mantém. Vejam-se exemplos do recurso a esta expressão na documentação:

> Do vobis et concedo ipsum casale cum omni iure suo et **pro amore quod michi fecistis** et pro una buzeta de tiriaga quam michi dedistis apreciata in X.ª morabitinos, tantum michi et vobis bene complacuit (Livro das Doações de Tarouca, 1209; FERNANDES 1991: 142).

> [...] grato habeo vobis uxori mee domne Sancia Petri **de isto amore quam mihi facitis** et laudo et confirmo istam cartam medietatis et plazum quod mecum facitis (Documento particular, TT – Documentos não identificados, m. I, n.º 17, 1209; VENTURA 1992: 235).

> [...] pro multo auxilio et **amore quem nobis facistis et fecistis** (Documento do concelho de Évora; VENTURA 1992: 236).

> [...] vocate maiordomum de regalengo et date ei pro foro [...] et pona te pede de lagar III vices non plus et **faciat vobis bonum amorem** (Documento de Afonso III, 1226; VENTURA 1992: 236).

> quod ipse **propter istum amorem quod sibi facimus** teneatur juvare monasterium nostrum (Documento da abadessa de Arouca, TT – Arouca, m. x, doc. 37, 1259; VENTURA 1992: 237).

Na interpretação de textos literários, dispomos, portanto, de dois indicadores relativamente seguros de que os termos «amor», «amar» (perífrases e antónimos) terão sido usados pelos autores no sentido jurídico-político. A expressão «fazer amor» é um destes indicadores, sendo o outro a associação dos termos à transmissão de bens ou benefícios. As ressonâncias jurídico-políticas que encontraremos nestes casos não afastam, evidentemente, o sentido da estima também envolvida nas relações entre as pessoas beneficiadas política e materialmente. Nos exemplos que se seguem, há certamente ressonâncias jurídico-políticas no amor referido, já que ele se manifesta pela concessão de benefícios, mas esta concessão é também expressão de estima, e assim é interpretada, tanto por quem é agraciado, como por quem concede a graça, e certamente não deixaria de o ser pelo público. Aqui reside, na verdade, uma boa parte das dificuldades com a polissemia deste vocabulário.

O primeiro exemplo a que me referia é o da cantiga de Santa Maria 293 onde se conta, como se segue, que um jogral era recompensado pelo seu público:

> Esto foi en Lonbardia dun jograr remedador
> que atan ben remedava, que avian en sabor
> todos quantos lo viian, e **davan-lle con amor**
> panos e selas e frẽos e outro muito bon don» (METTMANN 1989: III 81).

Também na *Demanda do Santo Graal*, após o momento em que o graal entra em Camaalot para alimentar magicamente os cavaleiros da Távola Redonda, o rei Artur declara: «Deos nos mostrou tam gram signal **damor**, que em tam bõa festa como oje de Pinticoste nos deu a comer do seu santo celleiro» (PÍEL 1988: 16).

Como fiz notar acima, destacando os respetivos nomes a negrito nas citações, encontram-se ali alguns nomes de trovadores entre as testemunhas dos documentos. Não seria necessário tanto, porém, para concluirmos, tal como M. Riquer, no caso dos trovadores provençais, que nem os trovadores galego-portugueses nem o respetivo público podem ter deixado de conviver com a aceção jurídico-política dos termos «amor» e «amar» (perífrases e antónimos). Igualmente, não terão deixado de a usar e não terão deixado de a considerar, quando ouviam a palavra em quaisquer textos, incluindo os líricos, em que a metáfora feudal foi transversalmente adotada. Por muito que, em certos momentos, a interferência concetual de ambas as aceções dos termos possa eventualmente ter resultado incómoda ou confusa, porventura devido à metáfora feudal, não é imaginável que se tenha construído uma cerca em torno do género lírico, para afastar a aceção jurídico-política do termo.

A expressão «fazer amor» encontra-se em diversas cantigas galego-portuguesas. O sentido de «prestar um favor» resulta especialmente claro na cantiga *Diz meu amigo tanto bem de mi*, de Joam Airas de Santiago, onde a protagonista declara sobre os elogios que lhe tece o namorado:

> Diz mi fremosa e diz mi senhor,
> e fremosa mi dirá quen me vir,
> e **te<e>n que mi faz mui grand'amor**
> e que ei <eu> muito que lhi gracir;
> en quant' el diz, non lhi gradesc' eu ren,
> <ca mi sei eu que mi paresco ben> (COHEN 2003: 557).

Na cantiga de amigo – *Madre, quer'oj eu ir veer*, de Roi Fernandes, constituída por um diálogo entre mãe e filha, a filha pede permissão para um encontro com o namorado, uma vez que este pretende ausentar-se para ir servir o rei a Sevilha, e a rapariga não sabe quando voltará a vê-lo. A mãe responde-lhe que sim e que a acompanhará. Responde-lhe a filha: – «Madre, **faredes mi amor**, ca non sei quando mho <verei>» (COHEN 2003: 333).

Para quem, lendo estes versos, considere os afetos do mais íntimo círculo familiar, tal como os conhecemos atualmente, recordo que a prática de entregar os filhos para criação alheia era, nesta época, frequente no seio da nobreza e recordo também os seguintes versos de Joam Soares Coelho sobre a reação de uma donzela à permissão da mãe para que falasse com o namorado tanto quanto quisesse:

> E ora é mia madre e **mia senhor**
> *ca me mandou que falasse migo*
> *quant' el quisesse o meu amigo.*
>
> Sempre lh'eu madr' e **senhor** chamarei
> e puinharei de lhe fazer prazer.

E, claro, recordo as «dívidas» decorrentes de laços familiares que encontrámos referidas em documentação usada para exemplificar, precisamente, o vocabulário em estudo.

A expressão «fazer amor» ocorre igualmente entre as cantigas de amor com o mesmo sentido jurídico-político, e não seria difícil alongar o estudo desta expressão com exemplos deste género lírico. Aqui, recorrem, por outro lado, os textos em que os termos em análise designam um valor que se conquista, que se perde ou que se deseja receber. Eis alguns exemplos:

Ar cuido no meu coraçon
que ja per cuidar morrerei;
e cuido muit' en mia senhor.
Ar cuid' eu **aver seu amor**
(Afonso Mendes de Besteiros, *Cativ'! e sempre cuidarei?;*
VASCONCELOS 1990 (1904): I 861).

E non foi ome ates aqui,
cousa que eu ben entendi,
que me quisessedes amar,
nen **voss' amor nunca foi meu**.
E poi-lo Deus a min non deu
nen vós, non me pod' outren dar
(Ayras Engeytado, *Tan grave dia vos eu vi*; QUERIDO 2016: 116).

ca meu serviç' e **meu amor**
sera-vos d' escusar peior
que a min d' escusar viver
(Dinis, *Praz-mi a mí, senhor, de morrer;* FERREIRO 2016–).

[…] O **grand' amor, que eu cuidei prender**
da mia senhor quando m' ela mostrou
(que non mostrass'!) o seu bon parecer,
todo xe me d' outra guisa guisou
(Fernam Rodrigues de Calheiros, *O grand'amor, que eu cuidei prender*;
FERREIRO 2016–).

[…] A mia senhor, que eu sei muit' amar,
punhei sempre d' o **seu amor gaar**
e nono **ouvi**, mais, a meu cuidar,
non fui eu i de sén nen sabedor,
por quanto lh' eu fui **amor demandar**,
*ca **nunca vi molher máis sen amor**.*

E des que a vi sempr' a muit' amei,
e **sempre lhi seu amor demandei**,
e nono ouvi neno averei;
mais, se cent' anos for seu servidor,
nunca lh' eu ja amor demandarei,
ca nunca vi molher máis sen amor
(Joam Airas de Santiago, *A mia senhor, que eu sei muit' amar*; BREA 1996: I 375).

sandece e morte que busquei sempre i,
e **seu amor me deu quant' eu buscava**
(Joam Garcia de Guilhade, *A bõa dona, por que eu trobava;* FERREIRO 2016–).

[...] ca pois eu cuid' **en qual ben averia**
se eu ouvess' o voss' amor, e ar sei
logu' i que nunca este ben averei
(Nun'Eanes Cerzeo, *Toda´-las gentes mi a mí estraias son*; GONZÁLEZ 2018: 93).

[...] E dizen que non poderei
viver; e moiro con pesar
de mí, que m' assi foi matar
en **deseja'-lo voss' amor**;
ca este ést' oje **o maior**
ben de quantos Deus quis fazer
(Nun'Eanes Cerzeo, *Senhor, todos m'entenden ja*; GONZÁLEZ 2018: 127).

Chego por fim às cantigas cuja edição me conduziu ao aprofundamento deste estudo filológico: ambas do género satírico[8]. O termo «amor» e mesmo a expressão «fazer amor» ocorrem nelas para referir a relação entre homens: tanto filólogos quanto historiadores lhes atribuíram o sentido afetivo.

Da autoria do trovador Airas Peres Vuitorom, as sátiras pertencem a um conjunto dirigido contra uma personagem denominada «Don Estevan»[9]. A primeira – *Don Estevan diz que desamor* – é especialmente rica em dados cronológicos, que situam a composição de todo o conjunto satírico em plena crise de sucessão de Sancho II de Portugal, e a composição da própria cantiga num período bastante curto e muito peculiar da história portuguesa. Diz-se concretamente, na cantiga, que o conde de Bolonha, futuro Afonso III, já se encontra em Portugal para assumir o governo do reino, conforme determinado pelo Papa, e que o Rei, Sancho II, já se ausentou de Portugal, embora ainda se encontre vivo. Estas duas referências

8 Julgo que a ponderação do sentido jurídico-político do termo «amor» poderá ajudar a esclarecer também a cantiga de escárnio *Ai, amor, amore, de Pero Cantone*, de Fernam Soares de Quinhones, que João Dionísio (1995; 2020: 337s) interpreta seguindo uma diferente sugestão de Filgueira Valverde. As ligações políticas de Fernão Soares de Quinhones, estabelecidas por V. Beltrán (2005: 212ss) e C. Alvar (1991), assim como a identificação do visado, ainda não conseguida, poderão elucidar melhor este caso, onde a repetição 27 vezes do termo, em contexto satírico, chama a atenção.

9 Procedi à edição crítica de todo o conjunto, bem como ao respetivo estudo, em CORREIA 2021. São ali identificadas a personagem visada, assim como outra personagem (Don Marco) a que igualmente se alude numa cantiga do conjunto. As edições que usarei neste texto provêm deste livro, embora as tenha copiado aqui, sem o aparato crítico nem as notas correspondentes.

históricas confirmam que a cantiga será posterior a março de 1247, data em que Alfonso, príncipe de Castela e futuro Alfonso X deste reino, tendo vindo em socorro do rei português, se ausenta de Portugal levando Sancho II com ele.

De acordo com esta cantiga, em que Vuitoron parece não estar completamente resignado à ideia de uma rendição imediata («mentr' el i for»; «mentr' o cond' assi ouver Santaren»; «se o cond' o rein' a»), talvez a partida de Sancho II tenha inicialmente sido pensada como estratégica, e talvez por isso o trovador tenha ficado em Portugal, quando as cabeças coroadas se ausentaram. Sancho, porém, morrerá exilado em Toledo, em janeiro de 1248, e Afonso III assumirá então a coroa. A cantiga de Vuitoron foi, portanto, composta entre março de 1247 (saída de Sancho II de Portugal) e janeiro de 1248 (morte de Sancho II). Possivelmente logo a seguir à partida de Sancho e Alfonso para Castela, se levarmos à letra aquele «agora» do verso «pois que s' agora o reino partiu», de cujo verbo («partir») o rei é certamente sujeito (o rei abandonou o reino agora).

Carolina Michaëlis defendeu uma interpretação metafórica deste verso («o reino partiu-se») considerando que o sujeito do verbo «partir» seria «o reino», certamente devido à ausência da preposição «de» (VASCONCELOS 2004 (1905): 85s). No entanto, o verbo «partir», com o sentido de «afastar-se, abandonar» nem sempre exigiu nesta época preposição, como pode verificar-se na cantiga de Santa Maria 55 («E foi ao mõesteiro ali onde sse partira», METTMANN 1986: I 191), não havendo razão para entendermos, neste ponto, que Vuitoron constrói a imagem de um reino «partido». Esta é aliás uma perceção dos acontecimentos que talvez seja demasiado distanciada.

Da cantiga que apresento de seguida, entendemos que o Rei se ausentou do reino, mas está ainda vivo. O Conde governa o reino, conforme determinado pelo Papa, apoiando-se numa parte cada vez maior da nobreza, e no clero. Vuitoron, que terá vindo com o príncipe castelhando para socorrer o Rei português, permanece em Portugal e é aqui, na ausência de Alfonso e de Sancho, que continua a produzir um canto de contornos políticos contra «Don Estevan». É possível que tenha ficado para preparar, pelo canto, o regresso tornado entretanto impossível.

A aceção jurídico-política do «amor» é central na cantiga. Vuitoron recorre ao verbo «amar», à expressão «querer ben» e aos opostos «desamor» e «querer mal». Concomitantemente, o trovador concentra-se na ideia da recompensa, o valor transmitido cuja referência marca, como vimos, a expressão de amor jurídico-feudal. Vuitorom recorre para tanto principalmente ao verbo «ver», que, nesta cantiga, significa «receber»: «ca nunca **viu** prazer pois foi aqui / o conde, nen **veerá** mentr'el i for»; «non **vee** cousa ond'aja sabor»; «ja non **veera** / nunca prazer se o cond' o rein' a / ca ben quit é de **veer** nulha ren / Don Estevan ond' aja gran prazer / dest 'é ja el ben quite de **veer**»; «ca ren non **vee**»; «pois que s'agora o reino partiu: / prazer pois nunca Don Estevan **viu** / nen **veera** jamais en Portugal».

I 1 Don Estevan diz que **desamor**
a con el-rei e sei eu ca ment' i
ca nunca viu prazer pois foi aqui
o conde, nen veerá mentr'el i for
5 e per quant' eu de sa fazenda sei
porque non ven ao reino el-rei
non vee cousa ond' aja sabor

II Con arte diz que **non quer a'l-rei ben**
ca sei eu d'el ca ja non veera
10 nunca prazer se o cond' o rein' a
ca ben quit' é de veer nulha ren
Don Estevan ond' aja gran prazer
dest' é ja el ben quite de veer
mentr' o cond' assi ouver Santaren

III 15 Porque vos diz el que **quer a 'l-rei mal**?
Ca ren non vee, assi Deus mi perdon,
que **el mais am' eno seu coraçon**
nen veera nunca, e direi-vos al
pois que s' agora o reino partiu:
20 prazer pois nunca Don Estevan viu
nen veera jamais en Portugal

De acordo com Vuitorom, «Don Estevan» pretendeu sair da esfera de «amor» do Rei para a esfera de «amor» do Conde na expetativa de melhores e maiores recompensas. Mas tal «tiro» de «Don Estevan» já lhe saiu e continuará a sair-lhe pela «culatra», porque o «amor» com que o Rei o tratou nunca será igualado pelo Conde. Na opinião de Vuitorom, enquanto «Don Estevan» conservar os benefícios recebidos do Rei, que nunca recebeu nem receberá do Conde, «Don Estevan» permanecerá na esfera de «amor» político do Rei, e por isso mente quando afirma o contrário.

A sátira é, portanto, política e torna-se especialmente agressiva no início da terceira estrofe, onde à pergunta «Porque vos diz el que quer a 'l-rei mal?» a resposta compõe um retrato de extrema cupidez ao deslocar o amor ao beneficiador para o amor ao benefício: «Ca ren non vee [...] que el mais am' eno seu coraçon». Ou seja, «Don Estevan diz ter saído da esfera do «amor» político do Rei por nada receber dele; nenhum benefício a que amar com todo o coração.

Não creio que se trate, portanto, nesta cantiga, de estima ou incondicional fidelidade ao Conde ou ao Rei, nem de hesitações e ambiguidades, como se ponderou em interpretações anteriores desta cantiga, ignorando o sentido jurídico-político

dos termos «amor», «amar» (perífrases e antónimos)[10]. Trata-se do círculo de «amor» político dos concorrentes à coroa portuguesa na crise política de 1245-1248 e da cupidez que orientou «Don Estevan» de um círculo para outro. Embora, pelo menos segundo Airas Peres Vuitoron, a escolha, provavelmente motivada por belas promessas, não lhe tenha corrido bem, por incumprimento do Conde.

A segunda cantiga do trovador, composta pouco depois, mas já em tempos políticos certamente muito diferentes, provavelmente já depois da morte do Rei, volta a recorrer ao campo lexical do amor jurídico-político. Na verdade, creio que Vuitoron terá entendido este recurso como uma marca estilística no âmbito do conjunto de cantigas satíricas contra «Don Estevan»: é ele o único a fazê-lo, num conjunto em que todos os autores procuram simultaneamente coincidir e divergir, seja em aspetos da sátira, seja em aspetos justamente estilísticos.

Em *Don Estevan, tan de mal talan*, Vuitoron concentra-se no retrato de «Don Estevan» pelo ângulo das relações deste com os «homens» que o servem. Não me debruçarei aqui sobre este aspeto, mas sobre a nota inicial da cantiga, que alude à reputação do visado na sátira: «Don Estevan, tan de mal talan / sodes que non podedes de peior / que ja **por ome que vos faça amor** / sol non catades, tal preço vos dan»[11].

Querem estes versos dizer que, de acordo com Vuitorom, «Don Estevan» tinha o pior caráter possível por, segundo a reputação de que gozava, não ter retribuído quando beneficiado, como deveria, dado que os benefícios implicavam a entrada numa esfera de «amor» político, onde a retribuição fazia parte das legítimas expetativas.

Vuitoron é, como se sabe, autor da famosa sátira *A lealdade do Bezerra pela Beira muito anda*, onde acusa os alcaides de diversos castelos de traição por terem entregado os castelos ao Conde, em vez de terem guardado lealdade ao rei Sancho II, durante a guerra civil de 1245-1248. Há certo paralelo entre as acusações desta sátira e as que Vuitoron dirigiu a «Don Estevan». Mas a abordagem na sátira contra os alcaides tem por pano de fundo um código de natureza jurídica bastante claro: os alcaides receberam os castelos da mão do Rei e deviam-lhe fidelidade; ao quebrarem o pacto, cometeram traição de que podiam ser acusados com clareza e de cujas consequências só foram protegidos por sobreposição excecional do poder clerical.

---

10 «Não é fácil extrair o exacto sentido desta cantiga. Vuitoron parece nela pôr em dúvida a fidelidade de Estêvão Anes ao Conde de Bolonha, de quem não poderia ver grande coisa, e representa-o a suspirar ocultamente pelo Rei, de quem dizia mal, para disfarçar. É natural que naquele momento da luta, por volta de 1246, em que as forças dos dois partidos se equilibravam, muitos vacilassem e adoptassem uma atitude bifronte perante os contendores» (Lapa 1970a: 133); «a composição parece estabelecer uma ligação estreita entre D. Estêvão e D. Sancho II, apesar de o primeiro dizer que não estimava o rei» (Oliveira 2006: 238).

11 A explicação que Lapa (1970b: 8) dá para estes versos é totalmente ancorada na ideia de afeto, associada à expressão «fazer amor»: «Fazer amor = tratar com afecto: já por ome que vos faça amor / sol non catades».

O «amor», na aceção jurídico-política de que se trata nas sátiras de Vuitoron contra «Don Estevan», não tem um enquadramento jurídico explícito, como afirma aliás G. Martin:

> La première leçon qui se dégage de l›analyse de ces textes [*Fuero viejo de Castilla*, *Siete Partidas*, *Fueros d'Alcaraz* et *d'Alarcón* et une série de documents] est que l'amour ne constitue pas une véritable notion juridique qui prescrirait strictement des droits et des devoirs (MARTIN 1997: 198).

Trata-se da lei tácita do favor, que, porém, como vimos, tem frequente expressão sobretudo na documentação em que o Rei ameaça com a perda. Não por acaso, no entanto, as acusações do trovador nestas cantigas têm um caráter menos ancorado – ou mais subjetivo se quisermos – do que as da sátira aos alcaides traidores. Ao contrário destes, que tinham recebido castelos e estavam juridicamente obrigados, «Don Estevan» terá recebido favores de Sancho II, talvez não menos importantes nem menos vinculativos à luz das expetativas institucionais, mas... menos claramente estabelecidos do ponto de vista jurídico.

Concluo notando a necessidade de inscrever o sentido jurídico-político dos termos aqui estudados em dicionários, glossários e bases de dados, especialmente da lírica galego-portuguesa maioritariamente composta por nobres, que o conheciam bem e naturalmente a ele recorriam. Esta inscrição será importante para a justa interpretação de textos, marcada pela influência praticamente exclusiva do sentido atual dos termos estudados, que os ligam ao afeto, sexualmente investido, ou não.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, M. e NUNES, E. B. (1988) – *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVAR, Carlos (1991) – «Apuntes para una edición de las poesias de Fernan Soárez de Quinhones». In *Estudos Portugueses: homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, p. 3-14.

AZEVEDO, R., COSTA, A. J. e PEREIRA, M. (1979) – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra.

BARROS, H. Gama (1945) – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa. Vol. 2.

BELTRÁN, Vicenç (2005) – *La Corte de Babel. Lenguas, poética y política en la España del siglo XIII*. Madrid: Gredos.

Brea, Mercedes, coord. (1996) – *Lírica profana galego-portuguesa*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Cohen, Rip (2003) – *500 Cantigas de Amigo*. Porto: Campo das Letras.

Correia, Ângela (2021) – *O outro nome de «Don Estevan»*. oito sátiras trovadorescas relacionadas com *Sancho II de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Dionísio, João (1995) – «Ai, amor, amore de Pero Cantone de Fernan Soarez de Quinhones». *In* Juán Paredes, ed. – *Medioevo y Literatura*: *actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Univ. Granada, 27 set.-1 out. 1993. Vol. 2, p. 173-180.

Dionísio, João (2020) – «Lírica Medieval». *In* António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen, eds. – *O Cânone*. Lisboa: Fundação Cupertino de Miranda; Tinta-da-China, p. 333-338.

Durand, Robert (1982) – *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux* xii*e et* xiii*e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.

Fernandes, A. de Almeida (1991) – *Taraucae Monumenta Historica. Livro das Doações de Tarouca I*. Braga: Câmara Municipal Tarouca. Vol. 1/1: Documenta.

Ferreira, José de Azevedo (1980) – *Alphonse X. Primeyra Partida: édition et étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Ferreira, José de Azevedo (1987) – *Afonso X. Foro Real. I. Edição e estudo linguístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Ferreiro, Manuel, dir. (2016) – *Glosario da poesia medieval profana galego-portuguesa*. Universidade da Corunha. Disponível em <http://glossa.gal>. Consult. a 22 fev. 2021.

Ferreiro, Manuel, dir. (2016) – *Universo Cantigas. Edición crítica da poesia medieval galego-portuguesa*. Universidade da Corunha. Disponível em <http://universocantigas.gal>. Consult. 22 fev. 2021.

González, Deborah e Souto Cabo, José António (2018) – *El Arte de Trovar de Amor. Nuno Eanes Cerzeo y Su Producción Poética*. Alexandria: Edizioni dell'Orso.

Huech, Carlos (2015) – «Polysémie de l'amour dans le Moyen Âge ibérique». In *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*. Paris, n.º 18:1, p. 11-27.

Juárez, Aurora e Rubio, Antonio, eds. (1991) – *Partida Segunda de Alfonso X el Sabio. Manuscrito 12794 de la B.N.* Granada: Impredisur.

Lapa, M. Rodrigues (1970a) – *Cantigas d' escarnho e de mal dizer*. [Vigo]: Galaxia.

Lapa, M. Rodrigues (1970b) – *Vocabulário galego-português: extraído da edição crítica das «Cantigas d'escarnho e de mal dizer»*. [S.l]: Galaxia.

Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807). Madrid: Imprenta Real. T. iii, p. 1-150.

Lorenzo, Ramon (1977) – *La traducción gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla, II: glosario*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo».

Martin, George (1997) – «Amour, une notion politique». In *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*. Paris. Vol. 11, p. 169-206.

Martin, George (2008) – « Le concept de naturalité (*naturaleza*) dans les *Sept parties*, d'Alphonse X le Sage ». In *e-Spania*. Disponível em http://journals.openedition.org/e-spania/10753>. Consult. 8 set. 2021.

Martin, George (2013) – « Stratégies discursives et linguistiques du légiste. La naturalité [*naturaleza*] dans le *Septénaire* d'Alphonse X le Sage (Castille, c. 1260) ». *In e-Spania*. Disponível em <https://journals.openedition.org/e-spania/22528> ; https://doi.org/10.4000/e-spania.22528. Consult. 8 set. 2021.

Mattoso, José e Piel, Joseph, eds. (1980) – *Livros de Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica.* Nova Série. Lisboa: Academia das Ciências. vol. I, II-1, II-2.

Mattoso, José (1989) – «O léxico feudal». In *En torno al feudalismo hispanico: I Congreso de estudios medievales*. Atas del Congreso de Estudios Medievales, 1987. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, p. 295-312.

Mattoso, José (1990) – «A difusão da mentalidade vassálica na linguagem quotidiana» in *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, p. 149-163.

Mattoso, José (1997) – «Investigação histórica e interpretação literária de textos medievais» in *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Ed. Estampa, p. 115-126.

Merêa, Paulo (1952) – «O dote nos documentos dos séculos IX-XII: Astúrias, Leão, Galiza e Portugal». In *Estudos de Direito Hispânico Medieval*. Universidade de Coimbra. Vol. 1.

Mettmann, Walter (1981) – «Glosario». In *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia. Vol. 2, p. 423-752.

Mettmann, Walter (1986, 1988, 1989) – *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria*. Madrid: Castalia. 3 vols.

Nunes, José Joaquim (1972) – *Cantigas d'amor dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro. (1.ª ed. Coimbra, 1932).

Nunes, José Joaquim (1973) – *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro. 3 vols. (1.ª ed. Coimbra, 1926-1928).

Oliveira, António Resende de (2005) – *Amores trovadorescos*. *In* Mário Santiago de Carvalho e Marisa das Neves Henriques, orgs. – *Amar de novo: participações no Ciclo de Conferências da Associação de Professores de Filosofia. O Amor na Idade Média*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 45-60.

Oliveira, António Resende de (2006) – «Distracções e cultura». *In* Leontina Ventura – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 223-262.

Piel, Joseph M. e Nunes, I. Freire (1988) – *A Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Querido, Andreia (2016) – *O Cancioneiro de Airas Engeitado, trovador: edição crítica e estudo*. Lisboa: Bibliotrónica Portuguesa. Disponível em <https://bibliotronicaportuguesa.pt/livro/o-cancioneiro-de-airas-engeitado-trovador/>. Consult. 8 set. 2021.

Ramos, Maria Ana (2004) – «Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom: nova versão de *A Lenda de Gaia*». In *Critica del Testo Romània romana. Giornata di studi in onore di Giuseppe Tavani*. Roma. Vol. 7, n.º 2, p. 791-843.

Riquer, Martín (1983) – *Los Trovadores. Historia Literaria y Textos*. Barcelona: Ariel. Vol. 1.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1990a) – *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. I.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1990b) – «Glossario do Cancioneiro da Ajuda». *Revista Lusitana*. Vol. 23, n.º 1-4 (1920). In *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. 1.

Ventura, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. (Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de (2006) – *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1993) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica de Mário Fiúza. Porto: Civilização. (Ed. ant. 1798-1799).

Emendas extensivas no *Romance de um Homem Rico*, de Camilo Castelo Branco[1]

Cristina Sobral
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

Partindo da proposta de uma distinção entre emendas incisivas e emendas extensivas na análise e categorização dos fenómenos do processo de escrita camiliano documentados no manuscrito autógrafo d'O *Romance de um Homem Rico* (1861), de Camilo Castelo Branco, são analisados doze exemplos de emendas extensivas cuja complexidade exige a discussão de categorias e a definição de conceitos operativos em crítica genética.

Camilo Castelo Branco escreveu o *Romance de um Homem Rico* (*RHR*) na cadeia da Relação do Porto, durante o ano de reclusão que ali passou pelos motivos que são sobejamente conhecidos, entre 1 de outubro de 1860 e 16 de outubro de 1861. A escrita deste romance, terminado em 15 de agosto de 1861[2], antecedeu imediatamente a do *Amor de Perdição*, partilhando assim com ele condições de escrita que merecem análise aprofundada. O estudo de alguns aspetos da sua génese, documentada no manuscrito autógrafo, pretende ser um primeiro contributo para essa análise.

Começo por propor uma distinção entre emendas incisivas e emendas extensivas. As primeiras são aquelas que o autor pratica fazendo incidir o seu empenho modificativo numa palavra ou expressão curta, que é alterada por meio de uma das operações de escrita, de forma independente das palavras e expressões contextuais, ainda que estas também possam sofrer alguma modificação, igualmente independente. Nestes casos, a atenção do autor está focada num ponto concreto do enunciado e empenhada em modificá-lo, quer os outros pontos do enunciado sofram alterações quer as não sofram. O objeto da emenda é pontual mas o objetivo, isto é a

---

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

2 Assim o provam a dedicatória e as inscrições da folha de rosto do manuscrito autógrafo, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal (cod. 10900). É constituído por um conjunto de 362 folhas inicialmente soltas e que foram posteriormente cosidas com linha verde e encadernadas com uma pasta revestida de pele vermelha. Como habitualmente, Camilo escreve apenas nos lados retos das folhas, com uma exceção que aqui não cabe descrever.

motivação, e as operações praticadas na emenda podem ser simples – a cada emenda uma operação e uma motivação – ou complexas: a cada emenda mais de uma motivação e/ou operação.

As emendas extensivas são lugares de emenda complexa que abrangem um segmento extenso de texto, que comporta uma unidade de sentido coerente e que pode corresponder a um ou a dois períodos, segmento esse que o autor mantém presente na memória, disponível para modificação. Esta não se limita a um ponto do texto mas abrange-o extensivamente, podendo vários pontos da unidade de sentido ser afetados por operações interligadas, que podem afetar-se umas às outras. Neste processo, o autor pode regressar a qualquer ponto do segmento de texto para o modificar, antes de progredir na escrita, ou planear mentalmente a forma como ele seguirá e reservar palavras e/ou conceitos para a sequência ou ainda modificar sucessivamente, em cadeia, a matéria verbal, até obter uma configuração de sentido satisfatória.

No autógrafo do *RHR* podem ser identificadas 43 emendas extensivas, o que representa apenas 2,23% do total de emendas documentadas no manuscrito (1922). Porém, a sua complexidade e o que podem revelar do universo mental do autor e do seu processo de escrita justificam uma atenção particular.

A análise do processo de escrita documentado num autógrafo faz-se interrogando as emendas com três perguntas básicas: *o que foi emendado*? *quando foi emendado*? *como foi emendado*? À primeira pergunta responde a edição genética do testemunho, a qual também representa a resposta à segunda pergunta. A esta, porém, bem como à terceira, responde-se recorrendo a três categorias de análise propostas por Pimenta (2017: 222ss): cronologia da emenda, operação de escrita, direção do sentido. Há uma quarta pergunta, mais difícil de subcategorizar, que é *porque foi emendado*? Esta será, para os críticos literários, a pergunta mais importante e que instrumentaliza as restantes. Mas ela também se coloca ao crítico genético.

De facto, a interpretação é necessária para que sejam respondidas as anteriores perguntas e mesmo para a produção da edição genética, que é o primeiro produto que se espera do crítico genético. Em nenhum momento ele pode dispensar-se de interpelar permanentemente o seu testemunho com a pergunta *porquê?* Mesmo assim, alguns críticos genéticos tendem a considerar que o seu trabalho é prévio ao da análise literária propriamente dita e que esta análise não lhes diz respeito. Defendo, pelo contrário, que os dois tipos de trabalho são próximos e que, quando se trata de uma obra literária, não há análise genética que possa dispensar análise literária e que a análise literária pode ser aprofundada e enriquecida se tiver conhecimento do processo de escrita de que a obra resultou.

Para responder à pergunta *porquê?*, fica o geneticista dispensado de conceber subcategorizações porque as subcategorias estão inventadas há muito tempo e devidamente descritas e formalizadas na retórica e nas categorias de análise adequadas a cada género discursivo (narrativo, lírico, dramático). As motivações para que um

autor modifique o texto literário que escreve são o programa literário que o anima, entendido este como o conjunto de critérios e de objetivos a que o autor procura conformar a sua escrita e que, no seu conjunto, constituem um modelo mental e abstrato da obra[3]. O programa literário do autor preexiste ao texto e serve como paradigma de orientação e de condicionamento da escrita efetiva, de uma forma relativamente estável (dura pelo menos o tempo de escrita de um texto). No processo de escrita, o discurso mental do autor confronta-se permanentemente com este programa literário e vai gerando enunciados mentais concorrentes[4], os quais vão sendo selecionados pelo autor para dar origem à escrita.

A descrição e análise de um programa literário não se esgotam na análise retórica e genológica, mas encontram aí uma boa parte dos seus instrumentos e da sua metalinguagem[5]. Em última instância, um geneticista mais não é do que um crítico literário que tem acesso privilegiado à *oficina* onde vê o autor construir, peça a peça, golpe a golpe, a sua obra, o que lhe permite avaliar os efeitos que a linguagem produz no texto também por comparação com os efeitos que deixou de produzir quando o autor fez cada segmento de texto passar de um estado a outro.

Um processo de escrita implica uma relação estreita entre a atividade mental do autor e a sua atividade manual. A mão vai paulatinamente transferindo para o suporte um enunciado que se vai construindo mentalmente. Porque a escrita é sintagmática e a sua eficácia comunicativa depende da consistência entre os elementos que constituem cada unidade de sentido, o processo de escrita é, por definição, extensivo, isto é, construído por unidades extensas que o autor tem em

---

3 Inclui critérios como a originalidade (ou a não originalidade); objetivos em relação ao horizonte de expetativas do público; e ainda conceções de estética individuais ou coletivas (como as das correntes literárias, que são programas literários coletivos).

4 Entendo discurso mental como o conjunto de todos os enunciados mentais que concorreram para a escrita de um determinado texto. É a forma concreta como vão sendo concebidos enunciados que permanentemente concorrem entre si para obter um texto que corresponda ao programa literário. O discurso mental é, por definição, instável e permanentemente atualizado. Depende da aplicação de critérios de verificação face ao programa literário e ainda do efeito de leitura, isto é, do efeito que, no processo de revisão, o texto escrito exerce sobre o autor, podendo suscitar leituras não planeadas e, eventualmente, conduzir à reformulação mais ou menos radical do discurso mental. Em 1993, L.F. Duarte usou o conceito de «discurso interior» de Forger (1985: 6), definido como «o verdadeiro original, ou seja a obra tal como inicialmente se terá formado no espíritodo do autor» (DUARTE 1993: 13). Fazendo uso deste conceito, Duarte refere-se ao «trabalho de elaboração do manuscrito [...] com vista a alcançar um estado de equilíbrio entre a forma escrita e o respectivo discurso interior». Segundo este conceito, o «discurso interior» seria prévio ao texto e o processo de escrita procura chegar a esse estado previamente imaginado. Creio que o conceito de «discurso interior» de Forger corresponde mais ao conceito de programa literário que propus e menos ao de discurso mental, que não entendo como um discurso global que corresponda à obra mas antes a um discurso fragmentado, constituído por enunciados mentais que se vão substituindo uns aos outros de forma dinâmica e instável.

5 O modelo abstrato a que chamo programa literário é o modelo de um texto literário, com as suas especificidades. Pode incluir-se num conceito mais amplo de programa de escrita, que incluirá outros tipos de textos, não literários, cujas especificidades deverão igualmente ser consideradas.

mente e que elabora e reelabora mentalmente, transferindo para o suporte o resultado desta laboração em diferentes fases, até ao resultado que considera satisfatório. Por vezes, a mão só escreve depois de a elaboração ter atingido este estado e outras vezes o autor dá-se por satisfeito com o primeiro enunciado encontrado. Quando assim é não há emendas no texto. As emendas surgem quando o primeiro resultado de elaboração mental não é satisfatório e a mão chegou a escrever parte ou a totalidade desse resultado insatisfatório. Neste caso, o autor prossegue a reelaboração, comparando o enunciado mental e/ou escrito com soluções alternativas que vai ensaiando, até obter a satisfação desejada. Numa emenda incisiva, o objeto da insatisfação é um elemento concreto do enunciado, um ponto do segmento textual que constitui uma unidade coerente de sentido, para o qual procura uma solução que pode ser simples ou complexa e que pode implicar fazer recuar um elemento já escrito (retroprojeção) ou suprimir outro, já escrito também, para recuperá-lo mais adiante (projeção). A solução passará sempre por adicionar, suprimir ou substituir um determinado elemento. Numa emenda extensiva, o segmento textual que constitui uma unidade de sentido coerente esteve todo ele em processo dinâmico de reelaboração, o qual ficou documentado nas modificações operadas em vários dos seus pontos.

Este fenómeno do processo de escrita ocorre em passos do texto complexos, onde o autor se mostra particularmente exigente e demora a obter um resultado satisfatório. Das 43 emendas extensivas documentadas no autógrafo do *RHR*, 13 ocorrem em descrições, 12 no discurso filosófico-moral atribuído ao Padre Álvaro e ao narrador, nove na descrição de sentimentos atribuídos às personagens. Em discurso narrativo encontram-se apenas sete emendas extensivas e, em falas de personagens (excluindo os diálogos filosóficos entre Álvaro e o narrador), apenas duas.

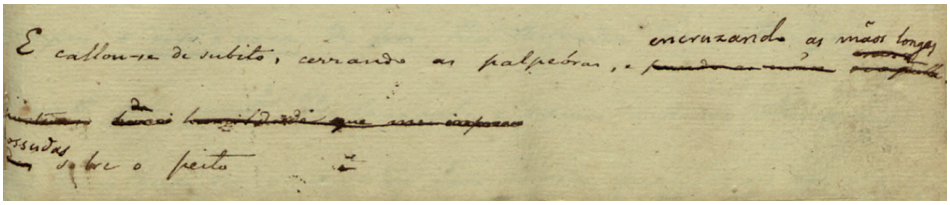
Vejamos exemplos de emendas extensivas em descrições[6].

---

6 Todos os exemplos serão apresentados em caixas como a que se segue, onde se mostra a edição genética do texto documentado no manuscrito e as etapas de escrita que representam a elaboração mental do autor. Na edição genética, representa-se o que o autor escreveu no manuscrito sem nenhuma intervenção corretiva e representando as emendas do autor segundo a sua cronologia. A simbologia genética usada é a de I. Castro na edição genética do *Amor de Perdição* (CASTRO 2007: 119s) e desde aí usada pela equipa do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa responsável pelo projeto de Edição Genética e Crítica das obras de Camilo Castelo Branco (http://www.clul.ulisboa.pt/projeto/edicao-critica-e-genetica-das--obras-de-camilo-castelo-branco): entre parêntesis angulares o que o autor <suprimiu>, entre parêntesis retos o que adicionou mediatamente, [na linha], ou na [↑sobrelinha]. Substituições por sobreposição (o substituto é escrito de forma a cobrir o substituído) representam-se <substituído>/substituto\. Asteriscos indicam leituras *incertas e † representa segmento ilegível. Por emenda imediata entende-se aquela que é feita quando o suporte está livre à direita e abaixo da mão do autor e por emenda mediata aquela que é feita quando o suporte já está preenchido nestas posições (cf. GRÉSILLON 1985: 184; STUSSI 2001: 172; GRÉSILLON 2016: 291; CASTRO 2007: 73s). Na secção «etapas de escrita», representam-se a **cinzento** segmentos de texto (letras ou palavras) que se pode presumir terem estado no enunciado mental do autor mas que não chegaram a ser escritas. Nalguns exemplos, poderão ser desconsideradas etapas de escrita que não sejam relevantes para a análise da emenda extensiva.

Exemplo 1: fl. 6

MANUSCRITO



EDIÇÃO GENÉTICA

E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e <pondo as mãos <naquella postura <humi> de humildade que <inc> impoe> cruzadas>[↑encruzando as mãos longas e ossudas] sobre o peito

ETAPAS DE ESCRITA

1. E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e pondo as mãos naquella postura humi**lde**
2. E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e pondo as mãos naquella postura ~~humi~~ de humildade que inc**ute**
3. E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e pondo as mãos naquella postura ~~humi~~ de humildade que ~~inc~~ impoe
4. E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e pondo as mãos ~~naquella postura humi de humildade que inc impoe~~ cruzadas sobre o peito
5. E callou-se de subito, cerrando as palpebras, e ~~pondo as mãos naquella postura humi de humildade que inc impoe cruzadas~~ [↑encruzando as mãos longas e ossudas] sobre o peito

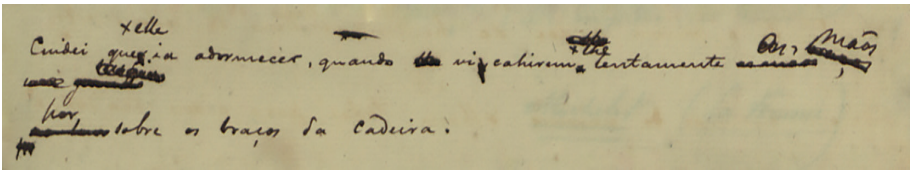
O narrador descreve a postura do Padre Álvaro, figura enigmática que acabara de conhecer no comboio. O distanciamento do narrador relativamente a uma personagem desconhecida favorece uma descrição que, não podendo deixar de ser externa, deve contudo alimentar desde já a curiosidade acerca da personagem e sugerir a sua densidade psicológica. A descrição deve ser, portanto, como a de um quadro que pode ser descrito pelo que se vê mas que deve sugerir haver mais do que apenas o que se vê. Há três elementos em jogo: dois deles foram desde o início considerados satisfatórios: a atitude silenciosa do padre e as pálpebras cerradas. Sobre o terceiro elemento, as mãos, recai a responsabilidade de descrever satisfatoriamente o modo misterioso e digno como a personagem se apresenta em cena. Camilo começa com a atribuição de uma qualidade moral à postura das mãos e

hesita sinonimicamente no modo de defini-la (*humilde* → *de humildade*, 1-2). Esta qualidade moral suscita um efeito, que nunca saiu do discurso mental do autor: *... pondo as mãos naquella postura de humildade que incute...* (2). Havia neste enunciado mental um substantivo ou um sintagma nominal complemento direto do predicado *incutir*, que serviria para atribuir às mãos (e, metonimicamente, ao dono delas), a capacidade de produzir um certo impacto sobre o narrador--espectador. Antes de o verbo que exprimia tal impacto estar totalmente escrito, foi substituído por um sinónimo, *impoe* (3, também não terminado, visto que não chegou a ser inscrito o til[7]), mantendo-se válida a estrutura sintática relativa restritiva que exprimia a qualificação. Qual seria o efeito produzido pela postura das mãos do padre sobre o seu companheiro de viagem? Não chegamos a sabê-lo, claramente porque o próprio Camilo não encontrou para ele a fórmula certa. Note-se a potencial contradição: uma postura de humildade que impõe alguma coisa. O caminho da explicitação verbal de sentimentos complexos não era, evidentemente, satisfatório. Melhor do que *dizer* é *mostrar* iconograficamente os elementos presentes no quadro, substituindo a humildade pela descrição simples e objetiva da posição das mãos que se cruzam sobre o peito (4). Cabe à simplicidade da descrição e ao simbolismo do gesto exprimir humildade, que não precisa, portanto, de ser dita. Numa última etapa de escrita, que pode ser posterior (mediata), sintetiza-se o gesto (*pondo as mãos cruzadas* → *encruzando as mãos*), por um lado e, por outro, amplifica-se o sintagma em torno do qual todo o discurso mental girou, *as mãos*, para o intensificar com dois adjetivos (*longas e ossudas*), que dão o destaque pictórico necessário ao quadro desenhado.

Temos outra descrição das mãos do padre alguns fólios mais à frente, agora quando ele se aproxima da morte:

Exemplo 2: fl. 60

MANUSCRITO


Cuidei que elle ia adormecer, quando vi cahirem lentamente as mãos, sobre os braços da cadeira.

---

7 Os autógrafos dos romances camilianos são originais de imprensa, por isso, Camilo cuidava sempre de todos os elementos que garantiam a legibilidade do texto, diminuindo assim o seu próprio esforço na revisão de provas, trabalho que detestava, como é sabido. Deste modo, a falta de um til deve ser interpretada como enunciado não terminado, ao contrário do que sucede em manuscritos de outros autores (Eça, por exemplo).

EDIÇÃO GENÉTICA

Cuidei que [↑elle] ia adormecer, quando <lhe> vi cahirem[↑<-lhe> lhe] lentamente <as mãos> <os>/as\ <braços>[↑mãos] <nos bra> por sobre os braços da cadeira.

ETAPAS DE ESCRITA

1. Cuidei que ia adormecer, quando lhe vi cahirem lentamente as mãos **sobre os braços da cadeira**
2. Cuidei que [↑elle] ia adormecer quando ~~lhe~~ vi cahirem[↑-lhe] lentamente as mãos **sobre os braços da cadeira**
3. Cuidei que [↑elle] ia adormecer quando ~~lhe~~ vi cahirem[↑-~~lhe~~ lhe] lentamente as mãos **sobre os braços da cadeira**
4. Cuidei que [↑elle] ia adormecer quando ~~lhe~~ vi cahirem[↑-~~lhe~~ lhe] lentamente ~~as mãos~~ os braços nos bra**ços da cadeira**
5. Cuidei que [↑elle] ia adormecer quando ~~lhe~~ vi cahirem[↑-~~lhe~~ lhe] lentamente ~~as mãos~~ ~~os braços~~ [↑as mãos] nos bra**ços da cadeira**
6. Cuidei que [↑elle] ia adormecer quando ~~lhe~~ vi cahirem[↑-~~lhe~~ lhe] lentamente ~~as mãos~~ ~~os braços~~ [↑as mãos] ~~nos bra~~ por sobre os braços da cadeira.

O discurso mental para este segmento de texto implica a articulação entre a personagem que desfalece e a peça de mobiliário que o acolhe, num conjunto cuja beleza plástica parece ter estado sempre na mente do autor. O início da redação da frase (1.) apresentou desde logo um defeito que a terá tornado desagradável ao ouvido: é o facto de se ter conjugado pronominalmente o verbo modalizador (*vi*), em vez do principal (*cahirem*). Esta falha foi detetada depois de escrito pelo menos o advérbio de modo ou, mais provavelmente, todo o segmento *lentamente as mãos*. Este é o ponto de inflexão para o recuo na frase, para reordenar a posição do pronome enclítico, não sem uma certa hesitação documentada na etapa 3, com o retorno do pronome. A correção obrigou certamente à releitura de toda a frase, o que resultou na perceção de que a primeira formulação, *Cuidei que ia adormecer*, era ambígua, pois sugere que quem ia adormecer era o próprio narrador, sujeito da frase, e não o padre Álvaro. A adição do pronome sujeito resolve este problema. Na quarta etapa, Camilo imagina uma dinâmica corporal do padre a entregar-se ao sono na qual os braços expressam melhor a globalidade do corpo do que as mãos, o que conduz à substituição *as mãos →os braços*. Porém o movimento do corpo, devido à fragilidade do padre, funde-se com a cadeira em que se senta, a qual também tem braços. A repetição de *braços*, que não chegou a concluir, parece menos satisfatória do que a inicial dicotomia *mãos/braços*, o que determina o retorno às *mãos* na etapa 5.

Finalmente, a descrição é terminada (6) com uma formulação que, excetuando a adequação dos pronomes, retorna ao que deve ter sido o primeiro enunciado mental para esta descrição, o que mostra que a génese do texto não decorre sobre um plano linear progressivo, podendo antes, por vezes, ensaiar soluções piores do que as anteriores.

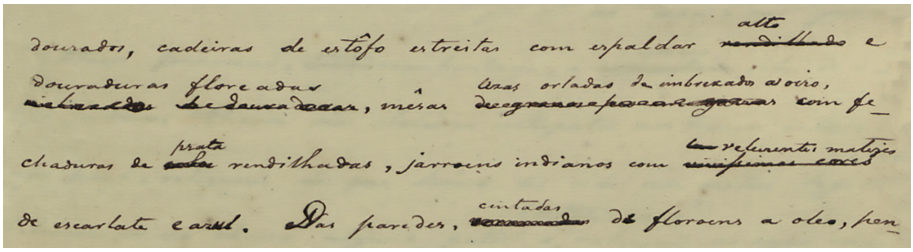
Note-se um aspecto importante deste exemplo. A substituição *os braços→as mãos* (5) é representada como mediata de acordo com a definição deste tipo de emendas atrás citada (aquelas que o autor faz quando o suporte está ocupado à direita e abaixo da sua mão, cf. nota 6). Porém, neste caso, o suporte está ocupado apenas porque Camilo decidiu fazer a adição na sobrelinha, atrás do pequeno segmento que já estava escrito (*nos bra*). A emenda tem, por isso, uma curtíssima amplitude, própria de uma emenda imediata: a emenda é feita imediatamente a seguir ao cancelamento do segmento rejeitado mas, em vez de topograficamente escrito à sua direita, foi inscrito à sua esquerda. O comportamento mais comum do autor é cancelar e escrever à frente ou por cima o novo enunciado mas essa não foi a sua opção desta vez. As duas emendas representadas como mediatas neste exemplo (*elle* e as *mãos*) foram feitas, na verdade, antes que estivesse terminada a escrita da unidade de sentido em que se integram. Elas resultam de uma das características da escrita, que é a sua regressividade, e não devem ser classificadas como «variante de lecture» e sim como «variante d'écriture» (GRÉSILLON 2016: 291). Proponho, por isso, que não sejam classificadas nem como emendas mediatas nem como emendas imediatas e sim como emendas regressivas, ou seja, emendas praticadas quando o autor tem ocupado o espaço do suporte à direita e/ou abaixo da escrita mas não terminou de escrever a unidade de sentido a que pertence o segmento de texto emendado e onde pode ser identificado um ponto de inflexão. Uma emenda regressiva será, assim, aquela que se representa como mediata mas que se integra num segmento mais extenso de texto emendado imediatamente. No caso concreto deste exemplo, se considerarmos toda esta frase e as suas sucessivas emendas como uma só emenda extensiva, feita, não durante o processo de revisão do texto, mas durante o processo de primeira escrita, numa permanente dinâmica regressiva, em que a amplitude das emendas fica restrita à própria frase, poderemos considerar toda a emenda uma só, naturalmente complexa e imediata.

Os dois exemplos que vimos até agora mostram Camilo muito empenhado na caracterização indireta do seu protagonista com traços de plasticidade dramática, elaborando e reelaborando mentalmente extensões de texto que abrangem toda a descrição – ou pelo menos boa parte dela – e não apenas um determinado ponto, e apurando os detalhes que fazem com que o resultado, considerado globalmente, resulte satisfatório. A casa em que vivia Álvaro é um símbolo importante na narrativa. Podemos mesmo considerá-la um emblema da personalidade e da história do padre: arruinada em parte, como o seu coração, mas digna e bela na parte habitada, como a

sua alma entregue à religião. Descrever a casa é, portanto, descrever a personagem. Há seis emendas extensivas relativas à descrição da casa, todas no segundo capítulo da primeira parte. Vejamos dois exemplos.

Exemplo 3: fl. 23

MANUSCRITO



EDIÇÃO GENÉTICA

cadeiras de estôfo estreitas com espaldar <rendilhado>[↑alto] e <imbrexados de douraduras> douraduras floreadas, mêsas <de *gravos e pes em garras> lizas orladas de imbrexados a oiro, com fechaduras de <cobre>[↑prata] rendilhadas, jarroens indianos com <vivissimas cores>[↑<lu> reluzentes matizes] de escarlate e azul

ETAPAS DE ESCRITA

1. cadeiras de estôfo estreitas com espaldar rendilhado e imbrexados de douraduras
2. cadeiras de estôfo estreitas com espaldar rendilhado e ~~imbrexados de douraduras~~ douraduras floreadas, mêsas de *gravos e pes em garras
3. cadeiras de estôfo estreitas com espaldar rendilhado e ~~imbrexados de douraduras~~ douraduras floreadas, mêsas ~~de *gravos e pes em garras~~ lizas orladas de imbrexados a oiro, com fechaduras de cobre rendilhadas, jarroens indianos com vivissimas cores de escarlate e azul
4. cadeiras de estôfo estreitas com espaldar ~~rendilhado~~[↑alto] e ~~imbrexados de douraduras~~ douraduras floreadas, mêsas ~~de *gravos e pes em garras~~ lizas orladas de imbrexados a oiro, com fechaduras de ~~cobre~~[↑prata] rendilhadas, jarroens indianos com ~~vivissimas cores~~ [↑lu**zentes matizes**] de escarlate e azul
5. cadeiras de estôfo estreitas com espaldar ~~rendilhado~~[↑alto] e ~~imbrexados de douraduras~~ douraduras floreadas, mêsas ~~de *gravos e pes em garras~~ lizas orladas de imbrexados a oiro, com fechaduras de ~~cobre~~[↑prata] rendilhadas, jarroens indianos com ~~vivissimas cores~~ [↑~~lu~~ reluzentes matizes] de escarlate e azul.

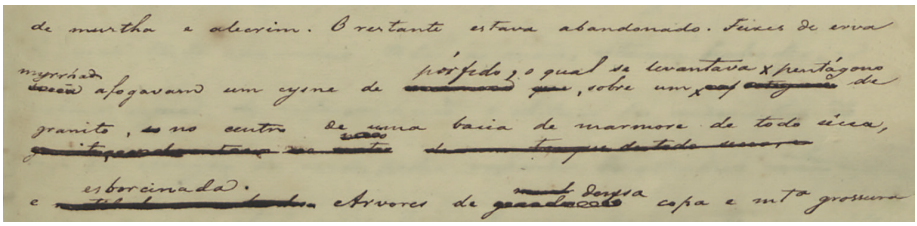
Neste quadro, os elementos cénicos, todos impessoais, são múltiplos e pretende-se que emanem sofisticação e que atestem o que teria sido o passado do *Homem Rico*, inesperado na figura frugal e despojada que o narrador conhecera no comboio. No primeiro cancelamento (2) são eliminados dois elementos: um adjetivo que descreve forma (*imbrexados*, o mesmo que imbricados, sobrepostos) e outro que descreve cor (*douraduras*[8]). Mas, pelo potencial que o ouro tem para descrever a sofisticação do mobiliário de Álvaro, ambos se mantêm disponíveis no discurso mental do autor para serem reutilizados. O segundo elemento retorna imediatamente, amplificado (*douraduras floreadas*, 3). O primeiro, que parece corresponder a uma projeção, na verdade não o é, porque a primeira descrição das mesas (*mêsas de *gravos e pes e garras,* 2) não o incluía. É só num segundo momento que o autor rejeita a primeira descrição das mesas e então recupera os *imbrexados* (3), prosseguindo a descrição.

Não podemos medir com segurança a amplitude das três substituições mediatas (*rendilhado→alto*, *cobre→prata*, 4; *vivissimas cores→luzentes matizes*, 5) e não é impossível que sejam emendas de revisão, mas a primeira delas é claramente motivada pela repetição do adjetivo *rendilhado/rendilhadas*, pelo que a segunda ocorrência pode ter sido o ponto de inflexão para um regresso ao primeiro, motivando uma releitura de todo o segmento que descrevia o mobiliário. Esta releitura deu origem a uma intensificação, *prata* em vez de *cobre*, e determinou a substituição de *vivissimas cores* por uma impressão mais forte, que esteve planeada como *luzentes matizes* (4) e foi imediatamente redobrada em ***re**luzentes matizes* (5). É a consistência destas três substituições mediatas que propõe a sua leitura como parte da mesma emenda extensiva imediata, em que características das cadeiras são transferidas para as mesas e todo o conjunto se apura em detalhes de maior riqueza, valor e intensidade, para corresponder à ideia de bom gosto e requinte que configurou o mobiliário da casa do Padre Álvaro.

Em sentido oposto, temos a descrição do jardim em decadência.

Exemplo 4: fl. 24

MANUSCRITO


de murtha e oleirim. O restante estava abandonado: Tinha de erva
myrrhada
afogavam um cysne de perfeito, o qual se levantava x pentágono
granito, no centro de uma baia de marmore de todo êrca,
e esborcinada. Arvores de Densa capa e mta grossura

8 Douraduras aplicam-se a pele, pelo que indicam também o material das cadeiras.

EDIÇÃO GENÉTICA

Feixes de erva <secca>[↑myrrhada] afogavam um cysne de <marmore que>[↑pórfido, o qual se levantava], sobre um <cap> <octogono>[↑pentágono] de <granito † taça no <centro> meio de um tanque de todo secco, e> granito, <so> no centro de uma bacia de marmore de todo sêcca, e <mutilada nos bordos> esborcinada.

ETAPAS DE ESCRITA

1. Feixes de erva secca afogavam um cysne de marmore que, sobre um cap**itel**
2. Feixes de erva secca afogavam um cysne de marmore que, sobre um ~~cap~~ octogono de granito † taça no centro
3. Feixes de erva secca afogavam um cysne de marmore que, sobre um ~~cap~~ octogono de granito † taça no ~~centro~~ meio de um tanque de todo secco, e
4. Feixes de erva secca afogavam um cysne de marmore que, sobre um ~~cap~~ octogono de ~~granito † taça no centro meio de um tanque de todo secco, e~~ granito, so**bre**
5. Feixes de erva secca afogavam um cysne de marmore que, sobre um ~~cap~~ octogono de ~~granito † taça no centro meio de um tanque de todo secco, e~~ granito, ~~so~~ no centro de uma bacia de marmore de todo sêcca, e mutilado nos bordos
6. Feixes de erva ~~secca~~ [↑myrrhada] afogavam um cysne de ~~marmore que~~>[↑pórfido, o qual se levantava], sobre um ~~cap~~ octogono de ~~granito † taça no centro meio de um tanque de todo secco, e~~ granito, ~~so~~ no centro de uma bacia de marmore de todo sêcca, e mutilado nos bordos
7. Feixes de erva ~~secca~~ [↑myrrhada] afogavam um cysne de ~~marmore que~~>[↑pórfido, o qual se levantava], sobre um ~~cap~~ octogono de ~~granito † taça no centro meio de um tanque de todo secco, e~~ granito, ~~so~~ no centro de uma bacia de marmore de todo sêcca, e ~~mutilada nos bordos~~ esborcinada.

A descrição é importante e merece as sete etapas de reconfiguração que Camilo lhe dedicou. Este lago, cujo abandono e decadência o narrador vê e descreve quando visita pela primeira vez as ruínas dos Olivais, é aquele que presenciou a traição de Leonor a Álvaro, na noite da sua fuga, e que será de novo descrito no esplendor da sua pujança, no capítulo 5 da segunda parte. Quando lá chegar, o leitor há de recordar a primeira descrição e compreender então o motivo e o simbolismo do estado em que o lago é descrito neste capítulo. A descrição funciona, portanto, como um índice narrativo. São importantes aqui dois tipos de elementos: a pedra, elemento morto e

símbolo da perenidade, e os elementos vivos que são as plantas e a água[9]. É com estes elementos que o autor terá de jogar para mostrar que a pedra, símbolo do amor perene de Álvaro, ainda lá está, mas que os outros elementos, mortos pela volubilidade de Leonor, já não. A primeira hesitação (2) diz respeito à peça que sustenta a construção de pedra. Começou por ser um capitel, que, provavelmente por ser a parte mais delicada e frágil de uma coluna, inadequada para suportar uma taça, não agradou a Camilo. A substituição por um octógono de granito confere à peça a solidez necessária. A substituição de *centro* pelo sinónimo *meio* (3) parece aleatória, como muitas outras substituições sinonímicas aleatórias que se documentam no autógrafo do *RHR*. Nesta terceira etapa, os objetos de pedra são três e, ainda que nos falte um pequeno segmento que não foi possível decifrar, percebemos que, no lago, havia três peças de pedra, um cisne, uma coluna octogonal e uma taça, e dois tipos diferentes de pedra: o mármore, cuja brancura e delicadeza é adequada à decoração artística, e o granito, cuja solidez é adequada à sustentação arquitetural. No fim da terceira etapa, o autor ganha um problema, que é a indesejável repetição de *secca/secco*, adjetivo aplicado a ambos os elementos vivos da descrição: a erva e a água. Na quarta etapa, este problema poderia resolver-se, visto que todo o segmento que descrevia a coluna (o *octogono*) é eliminado. Porém, na quinta etapa, ele é substituído por um segmento que recupera a maior parte dos elementos rejeitados; como retornos o granito e a ausência de água, como substituições sinonímicas o *centro*, que substitui *meio*, mas que se apresenta como um retorno do *centro* da terceira etapa, e a *bacia* que substitui o *tanque*. No final da quinta etapa, o texto validado é o seguinte:

> Feixes de erva **secca** afogavam um cysne de **marmore que**, sobre um octogono de granito, no centro de uma bacia de **marmore** de todo **sêcca**, e mutilada nos bordos...

Há três problemas por resolver: duas repetições indesejáveis, *secca/sêcca* e *marmore*, e ainda a agramaticalidade da frase que resulta da introdução de uma oração relativa (*que...*), que não se completa. Este problema está no início da frase, onde ficou suspenso o pronome relativo, e o autor ter-se-á apercebido disso quando a frase chegou a uma formulação que poderia ser a final. Assim, *bordos* é o ponto de inflexão que o faz regressar (6) ao pronome relativo, para o substituir pela oração relativa completa, *o qual se levantava*. A contiguidade de uma das repetições é

---

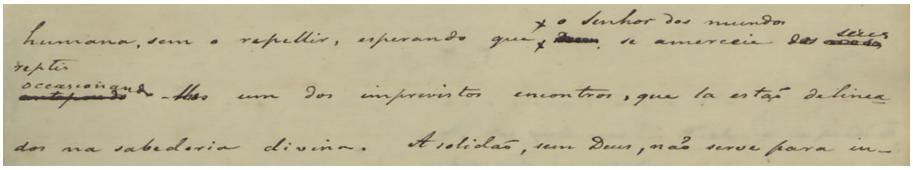
9 Considere-se a água como elemento vivo no sentido simbólico-literário de matriz bíblica de água corrente, saudável, que fornece alimento e dá a vida, física e espiritual (v. «águas vivas», por exemplo em Gen 26:19, Cant 4:15, Jo 7:38, Jo 4:10, Apo 7:17). É o próprio autor, aliás, que propõe este sentido, por antítese, no capítulo 5: *A superfície do lago estava em verdade incantadora. A bacia era franjada de festoens curvados e espelhados na* <²*limpida* ¹>***agua*** <†> ***morta*** *e lympida* (fl. 241).

favorável à substituição do primeiro *marmore*, e não do segundo, por outra pedra igualmente adequada à estatuária, o *pórfido*. Resta a repetição do adjetivo, que o obriga a recuar um pouco mais (*secca→myrrhada*), porque a expressão da morte da erva tem alternativa, enquanto a expressão da ausência de água não pode senão fazer-se pela qualificação da *bacia* como *secca*. A imagem das três peças de pedra no centro do lago, que começou por ser confusa, é agora perfeitamente clara. A cada peça corresponde uma pedra diferente, e as três estão perfeitamente articuladas: o cisne de pórfido ergue-se sobre uma coluna octogonal de granito, a qual se situa no centro de uma bacia de mármore. O remate (7) faz-se com uma substituição final, que sintetiza numa só palavra a simbólica decadência do conjunto decorativo (*mutilada nos bordos→esborcinada*) e, ao mesmo tempo, opta por uma forma menos comum, comportamento frequente em Camilo[10].

Vejamos agora como o discurso filosófico-moral do narrador também se construiu extensivamente.

Exemplo 5: fl. 30

MANUSCRITO


humana, sem o repellir, esperando que o Senhor dos mundos se amerceie de nós, reptis occasionando-lhes um dos imprevistos encontros, que la estão delineados na sabedoria divina. A solidão, um Deus, não serve para in-

EDIÇÃO GENÉTICA

esperando que <Deus>[↑o Senhor dos mundos] se amerceie d<e>/os\ <nós,> [↑seus reptis] <antepondo> occasionando-<nos>/lhes\ um dos imprevistos encontros, que la estão delineados na sabedoria divina.

ETAPAS DE ESCRITA

1. esperando que Deus se amerceie de nós, antepondo
2. esperando que Deus se amerceie de nós, ~~antepondo~~ occasionando-nos
3. esperando que ~~Deus~~ [↑o Senhor dos mundos] se amerceie d~~e~~/os\ ~~nós,~~ [↑seus reptis] a~~ntepondo~~ occasionando-~~nos~~/lhes\ um dos imprevistos encontros, que la estão delineados na sabedoria divina.

---

10 Sobre a importância das substituições por um termo menos comum no processo de escrita camiliano, v. PIMENTA 2019. O RHR confirma este comportamento do autor (SOBRAL no prelo).

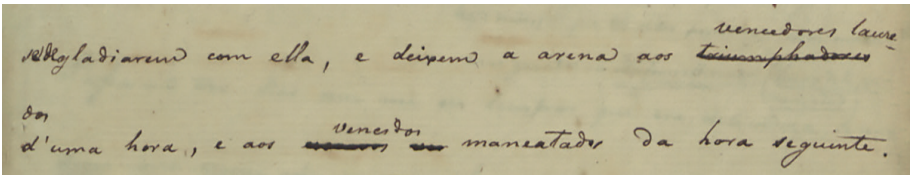
Objetivamente, a emenda tanto pode ter sido feita imediata e regressivamente a partir do ponto de inflexão *occasionando-~~nos~~/lhes*\, como pode resultar de uma revisão do texto. Neste caso, não será menos regressiva, e por isso mesmo extensiva, na medida em que mais facilmente o autor emenda um segmento de texto extensivo que acabou de ler e que tem imperativamente na memória, do que se recorda do que virá a seguir e que escreveu em momento já distante. Podemos mesmo dizer que, em princípio, as emendas extensivas mediatas são sempre regressivas. Na verdade, o ato de escrita é significativamente diferente do ato de revisão. Enquanto, no primeiro, o autor mantém presente, e em construção, o que acabou de escrever e o que planeia escrever imediatamente a seguir, movendo-se a sua ação criadora para trás e para a frente no interior de um determinado segmento extensivo que está na sua mente, já no segundo o autor age como um leitor de si mesmo[11], deixando atuar sobre a sua sensibilidade estética o que acabou de ler e deixando-se surpreender pelo que vai lendo. Embora o autor-revisor saiba o que vai acontecer a seguir na história que escreveu, não se lembra das palavras exatas que usou e quanto menor memória delas tiver melhor será a sua capacidade de revisão. É de crer que o autor pratique voluntariamente o distanciamento necessário à qualidade da revisão, isto é que propositadamente *esqueça* o que vem adiante no texto que relê.

Na emenda do exemplo 5, é mais provável que o autor tenha parado a leitura em *occasionando-nos* para voltar atrás a substituir um enunciado objetivo por outro metafórico mediante duas substituições (*Deus→o Senhor dos mundos*; *nós →seus reptis*) e respetivas adequações de operadores gramaticais (*de→dos*; *nos→lhes*), do que tenha feito a primeira substituição (*Deus→ o Senhor dos mundos*), sem saber o que viria a seguir, ou seja, sem considerar extensivamente todo este segmento de texto. Assim, a emenda pode ter sido mediata ou imediata mas foi, certamente, extensiva e regressiva.

Temos outro exemplo, em que não há dúvidas.

Exemplo 6: fl. 30

MANUSCRITO



---

11 «o autor comporta-se como um leitor que tem autoridade especial para modificar a obra» (CASTRO 2007: 70).

EDIÇÃO GENÉTICA

e deixem a arena aos <triumphadores>[↑vencedores lauredos] d'uma hora, e aos <escravos ve> vencidos maneatados da hora seguinte.

ETAPAS DA ESCRITA

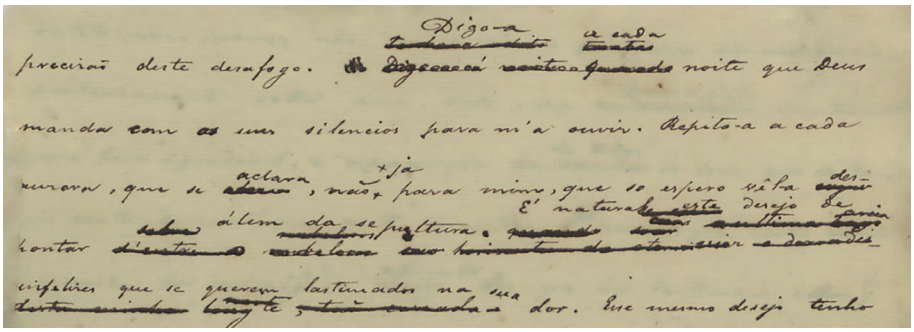
1. e deixem a arena aos triumphadores d'uma hora, e aos escravos vencidos
2. e deixem a arena aos ~~triumphadores~~ [↑vencedores lauredos[12]] d'uma hora, e aos ~~escravos ve~~ vencidos maneatados da hora seguinte.

A emenda é imediata e regressiva a partir do ponto de inflexão *escravos ve*, onde o autor, com todo o segmento em construção mental, planeou substituir a antítese *triumphadores* vs. *escravos vencidos* por outra mais paralelística e de maior efeito retórico, até pela rima: *vencedores laureados* vs. *vencidos maneatados*. Para cumprir este plano, era preciso voltar atrás a emendar e prosseguir a frase para outra emenda. As duas emendas constituem, portanto, uma só emenda extensiva e imediata.

Deixo um último exemplo de discurso filosófico-moral extensivamente emendado. É um longo segmento, que foi considerado satisfatório apenas ao fim de 16 etapas, das quais 15 são imediatas, podendo a última pertencer a posterior momento de revisão.

Exemplo 7: fl. 40

MANUSCRITO



EDIÇÃO GENÉTICA

<Eu> <Digo-a á noite quando> <Tenho-a dito tantas> Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora,

12 *lauredos*: erro do autor por *laureados*, devido a mudança do plano de escrita: *laure/dos*.

que se <*abre> aclara, não [↑ja] para mim, que so espero vê-la <erguer> despontar <d'entre o neboloso <ceo> horizonte da eterni> <sobre nebolosos> álem da sepultura<, quando <soar> vier a derradeira desta minha <long> morte, então curada> <<com> e em a ultima <baga> areia>. É natural este desejo de infelizes que se querem lastimados na sua dor

ETAPAS DA ESCRITA

1. Eu
2. Eu Digo-a á noite quando
3. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas noites
4. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre
5. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer
6. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo
7. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eternidade
8. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos
9. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar
10. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar vier a derradeira desta minha longa vida

11. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada

12. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada com

13. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada com e em a ultima baga

14. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la erguer despontar d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos álem da sepultura, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada com e em a ultima baga areia.

15. Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *abre aclara, não para mim, que so espero vê-la ~~erguer~~ despontar ~~d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos~~ álem da sepultura~~, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada com e em a ultima baga areia~~.

16. ~~Eu Digo-a á noite quando Tenho-a dito tantas~~ Digo-a a cada noite que Deus manda com os seus silencios para m'a ouvir. Repito-a a cada aurora, que se *~~abre~~ aclara, não [↑ja] para mim, que so espero vê-la ~~erguer~~ despontar ~~d'entre o neboloso ceo horizonte da eterni sobre nebolosos~~ álem da sepultura~~, quando soar vier a derradeira desta minha long morte, então curada com e em a ultima baga areia~~.

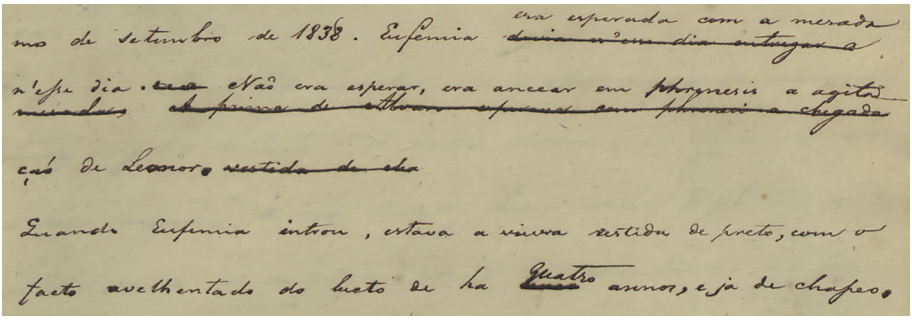
Aqui a extensividade da escrita não fica documentada em emendas regressivas ou retroprojeções mas postula-se no retorno à escrita de elementos que tinham sido cancelados mas que sucessivamente regressam reformulados, como se nunca tivessem sido abandonados definitivamente. Vejam-se as quatro primeiras etapas de

escrita, principalmente as etapas 2, 3 e 4, onde retorna a formulação verbal *Digo-a* (2 e 4), e o substantivo *noite*, que não chegou a ser escrito na etapa 3, mas estava necessariamente no discurso mental do autor e que retorna no singular na etapa seguinte. Do mesmo modo, o adjetivo *neboloso* da sexta etapa, é na oitava cancelado e projetado, agora no plural, para voltar a desaparecer na nona. Procura-se, nestas etapas, a melhor formulação para designar a vida *post-mortem*, que evolui de uma formulação onde predomina a recuperada falta de nitidez (*neboloso/nebolosos*), e de uma designação metafórica (*ceo, horizonte da eternidade*) para outra simples, despojada e objetiva, álem da sepultura (9). Processo semelhante de depuração retórica, que tende ao atenuamento, ocorre com a substituição da perífrase *a derradeira desta minha longa vida* (10) por aquilo que talvez o autor tenha pretendido como *a minha morte* (11), sem que tenha chegado a fazer os devidos cancelamentos, visto que imediatamente rejeita todas estas formulações (12). Não rejeita, porém, o elemento semântico *derradeira*, que retorna substituído por *ultima* e se torna metafórico: *baga* (13) e, depois, mais sugestivo da simbólica ampulheta do tempo, *areia* (14). Todo este esforço metafórico, porém, acaba suprimido, retornando o autor à solução objetiva e depurada que já estava encontrada na nona etapa[13]. A construção deste longo passo é, assim, o resultado da recuperação de elementos anteriores, que permanecem ativos na mente do autor e a que ele regressa, reconfigurando-os em cadeia, com traços ora de intensificação ora de atenuação que buscam o equilíbrio retórico e revelam um Camilo perfecionista e empenhado na concretização do seu programa literário.

A descrição de sentimentos das personagens, porque pode atingir uma certa complexidade, é também propícia a emendas extensivas. Vejamos três exemplos.

Exemplo 8: fl. 311

MANUSCRITO


mo de setembro de 1838. Eufemia era esperada com a mesada ~~devia vêem dia entregar a~~
n'esse dia. ~~era~~ Não era esperar, era anecar em phrenesis a agita~~mesada~~ ção ~~de pessoa de estimar esperava com phrenesis a chegada~~
ção de Leonor, ~~vestida de cha~~
Quando Eufemia entrou, estava a viuva vestida de preto, com o
facto avelhentado do luto de ha ~~quatro~~ quatro annos, e já de chapeo.

13 A 16.ª etapa acrescenta apenas o advérbio *ja*, que tudo indica ser posterior à emenda extensiva.

EDIÇÃO GENÉTICA

Eufemia <devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada> era esperada com a mesada n'esse dia <na>. Não era esperar, era ancear em phrenesis a agitação de Leonor<, vestida de cha>.
Quando Eufemia introu, estava a viuva vestida de preto, com o facto avelhentado do lucto de ha <trez> quatro annos, e ja de chapeo<, com >.

ETAPAS DE ESCRITA

1. Eufemia devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada
2. Eufemia de~~via n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada~~ era esperada com a mesada n'esse dia na **sala**
3. Eufemia ~~devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada~~ era esperada com a mesada n'esse dia ~~na~~. Não era esperar, era ancear em phrenesis a agitação de Leonor, vestida de cha**peo**
4. Eufemia ~~devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada~~ era esperada com a mesada n'esse dia ~~na~~. Não era esperar, era ancear em phrenesis a agitação de Leonor, ~~vestida de cha~~.

   Quando Eufemia introu, estava a viuva vestida de preto, com o facto avelhentado do lucto de ha trez
5. Eufemia ~~devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada~~ era esperada com a mesada n'esse dia ~~na~~. Não era esperar, era ancear em phrenesis a agitação de Leonor, ~~vestida de cha~~.
   Quando Eufemia introu, estava a viuva vestida de preto, com o facto avelhentado do lucto de ha ~~trez~~ quatro annos, e ja de chapeo, com
6. Eufemia ~~devia n'esse dia entregar a mesada. A prima de Alvaro esperava em phrenesi a chegada~~ era esperada com a mesada n'esse dia ~~na~~. Não era esperar, era ancear em phrenesis a agitação de Leonor, ~~vestida de cha~~.
   Quando Eufemia introu, estava a viuva vestida de preto, com o facto avelhentado do lucto de ha ~~trez~~ quatro annos, e ja de chapeo~~, com~~.

Leonor começa por um estado de agitação emocional (*em phrenesi*, 1), na perspetiva da chegada de Eufémia com a mesada que ela se prepara para recusar orgulhosamente. Na segunda etapa, a chegada de Eufémia é transferida para a voz passiva. O autor não desistiu do *phrenesi* de Leonor, pelo contrário: planeava já então, certamente, a formulação que ele terá na terceira etapa, amplificada com recurso à repetição do verbo esperar, atribuído também (com a mudaça para a voz passiva) à chegada da criada (*era esperada... Não era esperar, era...*). Ainda na segunda

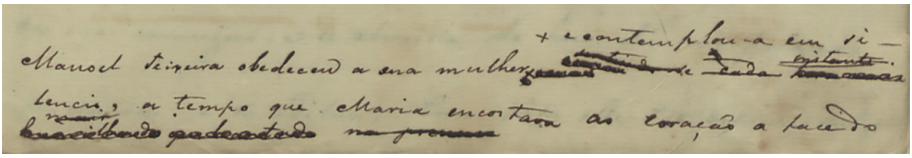
etapa, pensou acrescentar um complemento circunstancial de lugar pressuposto na contração *na* (o lugar poderia ser, por hipótese, a sala). Imediatamente se tornou claro que este complemento interromperia o ritmo da descrição emocional da personagem e por isso é suprimido. Na terceira etapa, o estado emocional de Leonor é amplificado pela duplicação de verbos (*esperar, ancear*) e de substantivos (*phrenesis, agitação*). O autor também não desistiu da descrição de elementos exteriores, mas a uma provável referência ao espaço prefere agora a referência ao vestuário, mais exatamente ao chapéu, que indicia uma decisão de saída e não de receção pacífica da mensageira de Maria da Glória. Na quarta etapa, o chapéu desaparece mas não definitivamente. Na mente do autor, ele fica reservado para uma amplificação da descrição do vestuário, que se estende ao fato preto e velho do luto e que coincide cronologicamente com a chegada de Eufémia. Apenas a hesitação quanto aos anos de viuvez (*trez*, 4.; *quatro*, 5.) atrasa brevemente a reaparição do chapéu, que, na quinta etapa, vinha acompanhado de outros elementos (*com*), que acabam por ser suprimidos.

Vemos, portanto, que, no início desta descrição, estavam já planeados os seus principais elementos: as emoções fortes que abalavam Leonor, a chegada de Eufémia e a exteriorização cénica que o cruzamento daqueles dois outros elementos suscitava. A matéria verbal vai sendo reconfigurada de modo que as emoções se intensificam e a chegada de Eufémia se concretiza, produzindo um efeito especialmente dramático ao defrontar-se a mensageira não com um espaço familiar (a sala) mas com uma personagem vestida de forma inesperada. As sucessivas projeções destes elementos mostram que todo este segmento foi objeto de reconfiguração extensiva, que contrabalança operações de efeito intensificador com outras, como a supressão final, de contenção. Assim, os sentimentos de Leonor, além de enunciados, são dados a ver na descrição sóbria e contida da imagem da viúva vestida de luto e de chapéu.

Dar a ver sentimentos é também o que encontramos no exemplo seguinte.

Exemplo 9: fls. 167/168

MANUSCRITO



EDIÇÃO GENÉTICA

Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher <mas> <†> <sentindo-se [↑a] cada <vez mais>[↑instante mais] humilhado, e derrotado na frescura> e contemplou-a em silencio, a tempo que Maria encostava ao coração a face do / filho.

ETAPAS DE ESCRITA

1. Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher mas
2. Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher ~~mas~~ †
3. Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher ~~mas~~ † sentindo-se cada vez mais humilhado, e derrotado na frescura
4. Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher ~~mas~~ † sentindo-se [↑a] cada ~~vez mais~~ [↑instante mais] humilhado, e derrotado na frescura
5. Manoel Teixeira obedeceu a sua mulher ~~mas~~ † ~~sentindo-se [↑a] cada vez mais [↑instante mais] humilhado, e derrotado na frescura~~ e contemplou-a em silencio, a tempo que Maria encostava ao coração a face do /168/ filho.

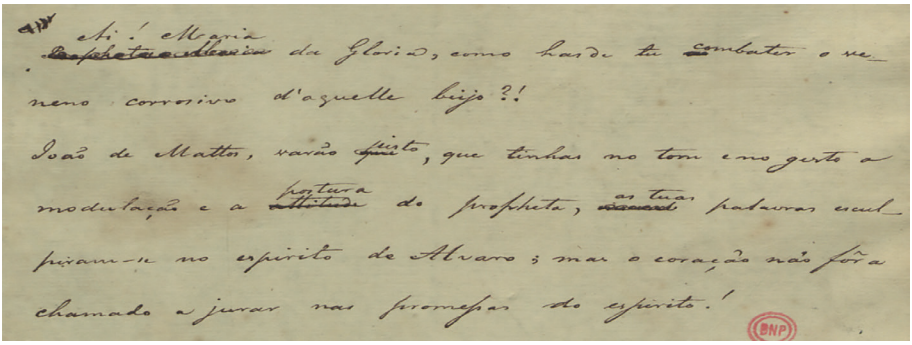
A tentativa de descrever pormenorizadamente a complexidade dos sentimentos de Manuel é substituída, na quinta etapa, por uma imagem que descreve o exterior em vez do interior, colocando-se o narrador numa posição de focalização externa, em vez de omnisciente, e colhendo os benefícios de uma imagem que vale por mil palavras. Este é um caso de contenção descritiva que ganha em intensidade psicológica e dramática[14]. As emendas representadas como mediatas (4) estão dentro de um segmento cancelado imediatamente (5), sendo, por isso, anteriores ao cancelamento, o que mostra que são na verdade regressivas, com o ponto de inflexão da escrita em *frescura,* e que todo o segmento anterior se mantinha na mente do autor disponível para reelaboração.

No próximo exemplo, temos uma projeção, com uma amplitude que se estende ao período contíguo, o que não é comum no processo de escrita do *RHR*.

14 Não devemos esquecer que o romance tem, alegadamente, base documental (no romance a autobiografia de Álvaro; na História, os apontamentos de António Manuel Coutinho, v. CASTELO BRANCO 2016: 282), pelo que os estados de alma de Manuel não podem ser objeto de um discurso omnisciente. Por isso, quando, logo depois, o narrador regressa à dissecação dos conflitos interiores de Manuel, fá-lo agora sob forma interrogativa: *N'esta contemplação de minutos <que se diria>[↑o q̃ seria] o espirito d'aquele homem?* (fl. 168).

Exemplo 10: fl. 221

MANUSCRITO


Ai! Maria da Gloria, como hasde tu combater o veneno corrosivo d'aquelle beijo?!
João de Mattos, varão justo, que tinhas no tom e no gesto a modulação e a postura do propheta, as tuas palavras esculpiram-se no espirito de Alvaro; mas o coração não fôra chamado a jurar nas promessas do espirito!

EDIÇÃO GENÉTICA

<Propheta Maria> <A> Ai! Maria da Gloria, como hasde tu <†> combater o veneno corrosivo d'aquelle beijo?!
João de Mattos, varão <que> justo, que tinhas no tom e no gesto a modulação e a <attitude> postura do propheta, <inscul> as tuas palavras esculpiram-se no espirito de Alvaro; mas o coração não fôra chamado a jurar nas promessas do espirito!

ETAPAS DE ESCRITA

1. Propheta Maria **da Gloria**
2. ~~Propheta Maria~~ Ai**!**
3. ~~Propheta Maria A~~ Ai! Maria da Gloria, como hasde tu † combater o veneno corrosivo d'aquelle beijo?!
João de Mattos, varão ~~que~~ justo, que tinhas no tom e no gesto a modulação e a ~~attitude~~ postura do propheta, ~~inscul~~ as tuas palavras esculpiram-se no espirito de Alvaro; mas o coração não fôra chamado a jurar nas promessas do espirito!

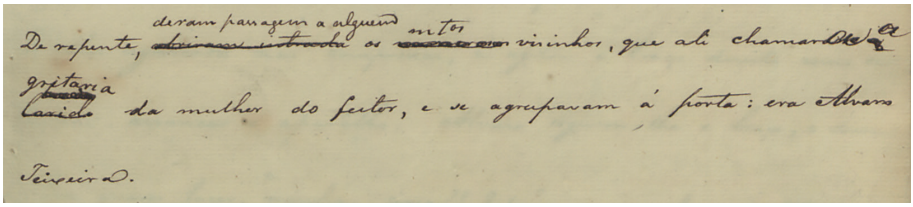
Na enumeração de etapas de escrita valorizo apenas aquelas que dão a ver a projeção e que mostram que o estatuto de profeta primeiro atribuído a Maria da Glória é, afinal, reservado para João de Mattos. A reformulação do estatuto de Maria torna-a adequadamente feminina, como aquela que cuida e sara as feridas causadas pelo *veneno corrosivo*, enquanto a João de Mattos se reserva a função oracular mais sacerdotal. A decisão desta modificação deu-se quando o autor apenas tinha escrito o primeiro dos dois nomes da personagem feminina (1), pensando provavelmente substituí-la pela masculina. Resolvendo entretanto mentalmente o problema com

a atribuição de outro estatuto a Maria da Glória, retorna ao seu nome e prossegue a escrita do segmento tal como o reelaborara no seu discurso mental, hesitando apenas quanto ao uso da interjeição, que retorna.

Apesar de menos numerosos, os casos de emendas extensivas na escrita do discurso narrativo, vale a pena dar delas dois exemplos. O primeiro é, de resto, um bom exemplo de emenda extensiva.

Exemplo 11: fl. 319

MANUSCRITO


De repente, deram passagem a alguem os mtos visinhos, que ali chamar a o/a gritaria alarido da mulher do feitor, e se agrupavam á porta: era Alvaro Teixeira.

EDIÇÃO GENÉTICA

De repente, <abriram intrada>[↑deram passagem a alguem] os <numerosos> [↑m^{tos}] visinhos, que ali chamar<a o>/a\ <alarido> [↑<os>/a\ <brados>[↑gritaria]] da mulher do feitor, e se agrupavam á porta: era Alvaro Teixeira.

ETAPAS DE ESCRITA

1. De repente, abriram intrada os numerosos visinhos, que ali chamara o alarido da mulher do feitor

2. De repente, ~~abriram intrada~~ [↑deram passagem a alguem] os ~~numerosos~~ [↑m^{tos}] visinhos, que ali chamara o ~~alarido~~ [↑~~os~~/a\ ~~brados~~ [↑gritaria]] da mulher do feitor, e se agrupavam á porta: era Alvaro Teixeira.

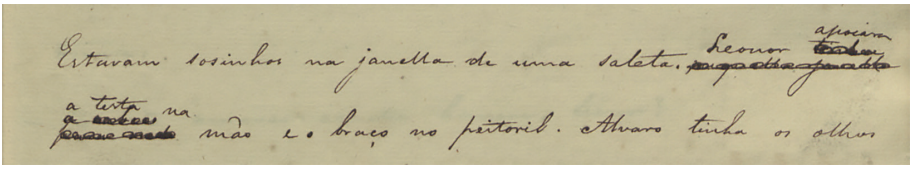
Leonor acabou de cometer suicídio cortando os pulsos e terá de ser socorrida para não morrer. Os heróis deste salvamento eram os vizinhos, que *abriram entrada* (1) na casa onde está a moribunda. Este papel pró-ativo dos camponeses, todavia, detém-se no ponto de inflexão *feitor*. A partir daí, os serviçais deixam de entrar na casa para apenas se agruparem à porta, o que mostra que o autor mudou de ideias a respeito do seu papel no episódio. Naturalmente que convinha à economia da narrativa e ao complexo jogo moral e emocional que rege as relações de Leonor e Álvaro que seja este a salvar a prima. Apercebendo-se disso, Camilo volta atrás e faz a substituição necessária para que os populares deixem de entrar e passem a dar passagem a alguém. Prossegue a escrita colocando, estáticos, agrupados à porta, os

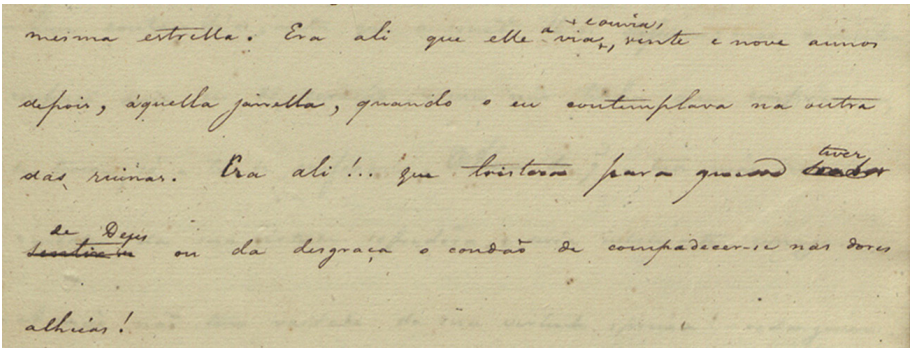
vizinhos, e revelando finalmente o herói do episódio, num lance de efeito dramático evidente, que resulta da reserva para o final do nome que o leitor sagaz já tinha adivinhado. A primeira emenda mediata tem, portanto, uma amplitude contida no parágrafo, que ainda não estava terminado quando ela foi decidida, e constitui um bom exemplo de escrita regressiva numa emenda extensiva. As restantes emendas representadas como mediatas, meramente sinonímicas, podem ser posteriores e pertencerem a momento de revisão, mas podem também ter sido propiciadas pela releitura do parágrafo feita para a emenda extensiva. Não podemos sabê-lo.

O exemplo 12 pode ser considerado um caso extremo de emenda extensiva, assim classificável apenas porque, ao fazer a supressão do fl. 228, o autor planeou o fim do episódio, mesmo não tendo ainda em mente o enunciado daquelas duas páginas que faltava escrever até chegar àquele ponto.

Exemplo 12: fls. 228, 230

MANUSCRITO


Estavam sosinhos na janella de uma saleta. Leonor apoiara a testa na mão e o braço no peitoril. Alvaro tinha os olhos


mesma estrella. Era ali que elle a via, e ouvia, vinte e nove annos depois, áquella janella, quando o eu contemplava na outra das ruinas. Era ali!.. que ter para quem ter de Deus ou da desgraça o condão de compadecer-se nas dores alheias!

EDIÇÃO GENÉTICA

Estavam sosinhos na janella de uma saleta<, naquella janella para onde>. Leonor <tinha <a> ambas> apoiara a testa na mão e o braço no peitoril. /...229...230/ Era ali que elle [↑a] via [↑e ouvia,] vinte e nove annos depois, áquella janella, quando o eu contemplava na outra das ruinas.

ETAPAS DE ESCRITA

1. Estavam sosinhos na janella de uma saleta, naquella janella para onde
2. Estavam sosinhos na janella de uma saleta~~, naquella janella para onde~~. Leonor ~~tinha a ambas~~ apoiara a testa na mão e o braço no peitoril.
   /...229...230/ Era ali que elle [↑a] via [↑e ouvia,] vinte e nove annos depois, áquella janella, quando o eu contemplava na outra das ruinas.

Esta é a projeção de maior amplitude encontrada no autógrafo do *RHR*. Camilo pretende tornar evidente aquilo que o leitor já teria percebido, se tivesse boa memória: a misteriosa janela para a qual instantemente o padre Álvaro olhava no segundo capítulo da primeira parte (fl.25) era a mesma janela em que estivera com Leonor no episódio narrado nos fls.228-230. Primeiro esta identificação é feita no início do episódio (etapa 1, fl. 228) mas imediatamente cancelada e reservada para o final, duas páginas depois (2), onde obteria maior efeito, depois da carga emotiva do diálogo entre os primos, que explica a tristeza de Álvaro na contemplação da janela, vinte anos depois.

Conclusões

O conceito de emenda extensiva constitui um contributo útil para a descrição do funcionamento do processo mental da escrita criativa e para a revisão do conceito tradicional de emendas mediata e imediata. Propõe-se que emendas mediatas cuja amplitude é interna à emenda extensiva devem ver a sua cronologia subsumida à cronologia da emenda extensiva, quer esta seja mediata quer seja imediata. O conceito de extensividade da escrita, a par dos conceitos de regressividade e de amplitude, contribui também para uma melhor descrição do processo de revisão/releitura que o autor faz da sua própria escrita e para a compreensão global do processo de escrita criativa.

A análise das emendas extensivas no autógrafo do *Romance de um Homem Rico* dá a ver uma faceta da personalidade artística de Camilo: o seu perfecionismo, que se detém e que se empenha em passos especialmente complexos da escrita do romance, em busca de um equilíbrio retórico revelado em emendas destinadas a obter efeitos de contenção e de atenuação, que supõem um discurso mental menos excessivo do que o programa literário romântico faria supor. É também um Camilo especialmente empenhado no sentido mais especulativo do texto, em descrições espaciais especialmente complexas, de sentido simbólico e subliminar, e sentimentais devidamente balanceadas, e ainda em dissertações onde claramente procura uma universalidade filosófica que pode explicar a razão pela qual Camilo distinguiu este seu romance, de todos os outros, como a sua melhor obra:

> Este foi o mais querido dos meus romances; e, se o vaticínio, que aventuro sobre o meu futuro de escriptor, me sahe exacto, este romance prevalecerá a quantos a minha imaginação já desluzida, e como á força, der de si (CASTELO BRANCO 1863: 5)[15].

Bibliografia

CABRAL, Alexandre (1918) – *Camilo desconhecido*. Lisboa: Livraria Ferreira.

CASTELO BRANCO, Camilo (1863) – *O romance d'um homem rico*. Porto: Viúva Moré.

CASTELO BRANCO, Camilo (2016) – *Memórias do cárcere*. Ed. crítica por I. Castro e R. Oliveira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CASTRO, Ivo (2007) – «Introdução». *In* Camilo Castelo Branco – *Amor de perdição*. Ed. genética e crítica por I. Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 9-121.

DUARTE, Luiz Fagundes (1993) – *A fábrica dos textos*. Lisboa: Cosmos.

FORGER, Dom J. (1968) – *La critique des textes et son automatisation*. Paris: Dunod.

GRÉSILLON, Almuth (1985) – « Fonctions du langage et genèse du texte ». In *La naissance du texte: ensemble réuni par Louis Hay*. Paris: CNRS – José Corti, p. 177-192.

GRÉSILLON, Almuth (2016) – Éléments de critique génétiques. Lire les manuscrits modernes. Paris: CNRS.

PIMENTA, Carlota (2017) – *O processo de escrita camiliano em 'Novelas do Minho': análise genética*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PIMENTA, Carlota (2019) – «Camilian lexical substitutions». In *ExLing 2019: 10th International Conference of Experimental Linguistics.* Lisboa: ExLing Society, p. 169-172.

SOBRAL, Cristina – «O romance mais querido de Camilo Castelo Branco: emendas incisivas no *Romance de um homem rico*». *In* C. Sobral, S. Martins e C. Pimenta, eds. – *Camilo: génese e recepção*. (Ed. no prelo).

STUSSI, Alfredo (2001) – *Introduzione agli studi di filologia italiana.* Bolonha: il Mulino.

15 O mesmo tinha dito em 1862 nas Memórias do Cárcere («É o livro a que eu mais quero, e a meu juízo, o mais tolerável de quantos fiz» (CASTELO BRANCO 2016: 282) e dirá (em carta de data desconhecida) a José Gomes Monteiro: «O meu melhor romance é o Dum Homem Rico; o pior é o Coração, Cabeça e Estômago. As senhoras de Lisboa invertem de todo em todo este meu insuspeito parecer» (CABRAL 1918: 161).

Filologia e curadoria textual: reflexões sobre uma aproximação possível

Sílvio de Almeida Toledo Neto
Universidade de São Paulo

Resumo

Todo texto transmitido no tempo e no espaço é um objeto instável. A instabilidade pós-original de um texto resulta de um processo de *fragmentação*, gerado pela sobreposição de diferentes camadas linguísticas não-autorais, registradas em diferentes suportes materiais distribuídos por diferentes tempos e espaços. Por meio do processo de fragmentação, produzem-se testemunhos fragmentados que, por sua vez, constituem uma tradição fragmentada. Ao dizermos que um testemunho é fragmento da tradição, pretendemos estender os conceitos de *fragmentação* e de *fragmento* aos três níveis do texto, a saber, material, formal e substancial, quando normalmente esses conceitos estão associados apenas ao nível da materialidade. Parece-nos que a ampliação desses conceitos é produtiva, na medida em que torna mais evidente não só uma relação de interdependência entre os três níveis do texto que importam para os estudos filológicos, como também reforça a relação complementar entre uma perspectiva filológica sincrônica, sobre o testemunho, e diacrônica, sobre o texto. O *restauro* é, por sua vez, o movimento contrário à tríplice fragmentação do texto. Por meio dele, visa-se a recuperar, em última instância, o original ausente. Ao identificarmos o filólogo como curador e restaurador do texto, não pretendemos mais do que refletir sobre um tema que não é novo no âmbito da Filologia, a saber, que, ao olharmos para o texto não só como dado, mas também como resultado de um processo que o distancia do original, podemos compreender melhor quais são os limites do restauro filológico sobre cada um dos níveis textuais na recuperação do original ausente.

1. Uma aproximação entre a filologia e a curadoria

O termo *filologia* continua hoje a ser polissêmico. Essa polissemia pode dividir-se *grosso modo* em uma visão mais ampla e em uma visão mais estrita sobre o que é a Filologia e sobre qual é o seu objeto de estudo. Conforme Gumbrecht (2003: 2), de um lado, há o sentido etimológico («interesse em, ou fascinação por palavras»)

e, de outro, um sentido mais específico («curadoria do texto histórico escrito»)[1]. Embora possa remeter a mais de uma acepção, o termo *filologia* continua a ser consistente em sua acepção mais estrita, uma vez que denomina um olhar específico sobre o texto, distinto do de campos de estudo contíguos, tais como a Linguística e os Estudos Literários.

A nossa perspectiva ao longo deste estudo identifica-se com a concepção mais específica de Gumbrecht. A Filologia, segundo esse ponto de vista, é uma *curadoria do texto histórico escrito*[2]. Consideramos como *texto histórico escrito* tanto o texto com valor documental quanto o texto com valor documental e artístico[3]. São esses os limites que tomamos para especificar o objeto do estudo filológico. Em ambos os casos, o processo de curadoria dirige-se a um objeto ao mesmo tempo corpóreo (o texto concreto do *testemunho*) e incorpóreo (o texto abstrato da *obra*)[4]. Esses níveis interagem quando lemos o texto[5].

A par dessa concepção de Filologia, consideramos que o filólogo seria um *curador textual*, na medida em que, como revisor editorial e crítico textual, é co-autor do texto no qual intervém como editor. Segundo Ferreira (2017: 36), todos os curadores textuais são co-autores das obras literárias por si curadas, dado que a atividade de curadoria textual inclui, além da vertente administrativa, uma criação intelectual por parte do curador.

---

1 Segre (1989: 153) define *texto* como tecido linguístico de um discurso e como sinônimo de obra: «O texto é, portanto, o tecido linguístico de um discurso. Na acepção que prevaleceu até ao nosso século, trata-se de discurso escrito (cuja realização oral já não é chamada texto). Quando falamos do texto de uma obra, referimo-nos ao tecido linguístico de um discurso que a compõe; se, pelo contrário, referimo-nos ao conteúdo, obra e texto são praticamente sinónimos». Ao longo deste trabalho, empregamos o termo em ambas as acepções.

2 A importância da análise do texto considerado como documento evidencia-se na afirmação de Segre (1989: 175, grifos do autor): «[...] é certamente a partir da *filologia*, em especial da *crítica textual*, que se deve iniciar a análise do texto, convertendo, deste modo, o problema da sua natureza e valor numa concepção de texto como *documento / monumento* histórico, *dado* concreto produzido e valorizado por diversos processos, desde a *escrita* à interpretação, da *memória* à pragmática comunicativa, da *ideologia* às diversas forças que intervêm no *real*».

3 Esse aspecto duplo do texto (e a tensão dele decorrente) é confirmado por Eggert (2009: 62, grifos do autor): «The underlying notion of the *work*, in its traditional formulation at least, does not emerge as a secure category. Associated with the hand (whether God's or man's) since late medieval times, it embraces the material and the immaterial aspects of communicated meaning, whether in art works or in literary works. Historically, *the work* consorts with authorship. But this relationship becomes fraught the moment any pressure is applied to it».

4 Segundo Eggert (2009: 77), somente na interação entre os níveis documental (*i. e.* material) e textual (*i.e.* imaterial) faz sentido falar em textos particulares.

5 De acordo com Faria e Pericão (2008, *s.v. restauro*), restauro é a «[i]ntervenção levada a cabo sobre um bem cultural degradado ou danificado, determinada pela necessidade de conservar a informação histórica de que ele é veículo e de lhe restituir a funcionalidade no todo ou em parte. [...] Reconstrução. Reparação».

A aproximação metafórica entre a *filologia* e a *curadoria* parece-nos, portanto, produtiva, uma vez que elucida o objetivo e o objeto da Filologia em sentido estrito: a conservação e o restauro[6] do texto histórico[7].

O pressuposto que justifica a referida aproximação entre os dois conceitos parte da percepção de que, ao longo do tempo, o texto histórico, representado por seus testemunhos materiais, está sujeito a um processo de *ruína*. Conforme Carena (1984: 124, grifo nosso):

> O fragmento salvo pela citação, restituído pelo códice, pelo papiro, constitui a seu modo uma *ruína* [...]. Participa, por vezes, da sua história de destruição, de existência subterrânea, de morte e ressurreição. Desfez-se um contexto, operou-se uma mutilação, recupera-se de um amontoado estranho. Redescobre-se depois sob estratificações e manipulações, desprezando ou enfeitiçando com os seus membros mutilados, a sua perfeição clássica ou a sua rudeza bárbara, com a sua deformação ou com a sua pureza.

Preferimos denominar *fragmento* o que é caracterizado como *ruína* no excerto citado. Os conceitos de *fragmento* e de *fragmentação*, segundo a nossa perspectiva, baseiam-se não só na eventual corrupção física do testemunho[8] de um texto, mas também na estratificação linguística[9] que ocorre ao longo do tempo a partir do original, e que resulta no estado atual do texto no testemunho. A nossa percepção do processo quer contemplar, em simultâneo, o estado presente e a história dos fragmentos textuais remanescentes[10].

---

6 A identidade entre a filologia e a curadoria fica mais evidente quando se constata que o objeto de ambas as disciplinas se enquadra no conceito de *bem cultural*. Conforme a definição de Moncada (2005: 13), o bem cultural é «um bem ou conjunto de bens, corpóreo (móvel ou imóvel) ou incorpóreo (conceito, música, provérbio, pensamento etc.) criado ou adaptado pelo Homem ao longo de sua vivência histórica, com valor documental».

7 Testemunho é a forma (manuscrita, impressa, gravada) assumida por um texto em determinado suporte (XAVIER e MATEUS 1990, *s. v. testemunho*).

8 Cada *camada linguística* resulta do processo de cópia, feita por uma ou mais mãos. Embora o processo de cópia seja, a princípio, reprodutivo, pode haver lapsos e inovações por parte dos copistas. Quando os copistas inovam, podem dar ao texto um *colorido* específico, seja no nível formal, seja no nível substancial. Essas possíveis inovações, para o filólogo, não são genuínas, porque não reproduzem a camada original do texto, controlada pelo autor.

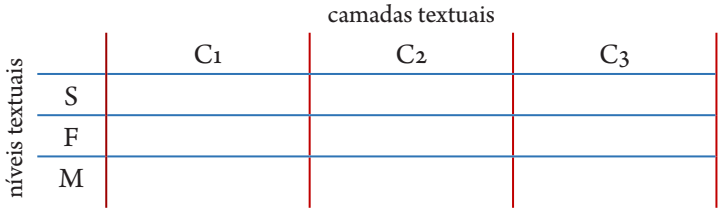
9 Reconstituir um *passado tangível* sobre seus fragmentos autênticos é um dos objetivos do filólogo. Como afirma Eggert (2009: 2), «A memorable past, tangibly preserved, increases the density of the present and proposes a long and somehow more real future, a satisfying continuity. Because we live in bodies, because we are not digital objects, this desire for a physical reassurance of the past is understandable».

10 Em contraste com a tese da 'cópia como degenerescência', nos termos de Cerquiglini (1989: 90), não pressupomos aqui a existência de um original sem erros formais ou substanciais. A *integridade* do original decorre de o texto controlado pelo autor, antes de sua transmissão, encontrar-se inteiro e completo em

O processo de *fragmentação* textual continua (e opõe-se a) o de *gênese* textual. Ambas as etapas equilibram-se em um centro: o *original*, considerado como texto íntegro[11], quanto aos três níveis de variação[12]. A primeira etapa culmina no original; a segunda etapa tem no original o seu ponto de partida. Conforme ilustra a figura 1.

Fonte: elaboração do autor.
Fig. 1 – Gênese e fragmentação do original.

O processo de fragmentação ocorre simultaneamente em cada um dos três níveis do texto (material, formal e substancial). Esses níveis, que se estendem no tempo e no espaço, concretizam-se, nos testemunhos, em diferentes camadas textuais[13]. Conforme a figura 2:



Fonte: elaboração do autor.
Legenda: C = camada; M = nível material; F = nível formal; S = nível substancial.
Fig. 2 – Níveis e camadas textuais.

relação à cópia, na qual é fragmento, porque, neste caso, terá sofrido a intervenção de terceiros. Na cópia, o texto constitui-se de camadas linguísticas não-autorais sobrepostas à camada autoral, sobre diferentes suportes materiais. O original é íntegro não porque é perfeito ou isento de erros autorais, mas porque registra a camada autoral do texto, isenta das modificações feitas, posteriormente, sem o controle do autor.

11 A etapa da gênese compõe-se das modificações operadas no texto sob controle do seu autor. A etapa da fragmentação compõe-se das modificações (*i.e.* erros involuntários ou inovações voluntárias) operadas no texto por terceiros, sem o controle do autor. O *original*, em uma tradição na qual não mais existe, identifica-se com a última etapa do texto controlada por seu autor e, por algum motivo, não mais alterada por ele posteriormente.

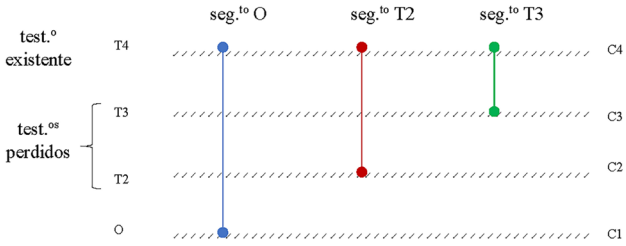
12 Stussi (2009: 64, grifos do autor) refere-se ao plano da forma e da substância textuais nestes termos: «Copiando è dunque normale introdurre alterazioni sia sul piano della **forma** (per esempio modificando la veste grafica, fonetica o morfologica d'una parola), sia sul piano della **sostanza** (per esempio sostituendo una parola con un'altra)».

13 O texto concretiza-se no nível material por meio da escrita e pela distribuição da mancha textual sobre um dado suporte. Por isso, consideramos a materialidade como um nível textual, a par dos níveis formal e substancial.

O que o filólogo vê, quando examina a superfície textual de um testemunho que faz parte de uma tradição[14] de original ausente, é uma *trama* complexa de segmentos textuais, produzidos por diferentes camadas de intervenção. Os segmentos que compõem o texto podem derivar de cópias menos modificadas em relação ao original, ou de cópias mais modificadas em relação ao original. O conjunto de segmentos textuais constitui os fragmentos do texto em cada testemunho. Conforme ilustra a figura 3:

Fonte: elaboração do autor.
Fig. 3 – Trama que compõe o texto nos testemunhos 4 e 5.

Um recorte diacrônico até o testemunho 4 de uma dada tradição permite visualizar melhor a sucessão de segmentos remanescentes das camadas que o compõem.



Fonte: elaboração do autor.
Legenda: O = original; T = testemunho; C = camada.

Fig. 4 – Camadas e segmentos remanescentes que compõem a trama textual do testemunho 4.

Com base no que foi exposto, consideramos que tanto o testemunho é constituído por fragmentos como que o testemunho em si é um fragmento da tradição. Para que não haja confusão entre um conceito e outro, denominamos *fragmento(s) do testemunho* a cada camada linguística, ou segmento dessa camada,

14 Tradição é a totalidade dos testemunhos, manuscritos, impressos etc., conservados ou desaparecidos, em que um texto se materializou ao longo da sua transmissão (XAVIER e MATEUS 1990, *s.v. tradição*).

que constitui um testemunho, e *fragmento(s) da tradição* a cada testemunho considerado, na sua totalidade, como fragmento em uma dada tradição[15].

Diante de um *fragmento da tradição*, o filólogo assume o papel de editor, no sentido de curador e arqueólogo de um original encoberto por diversas camadas de intervenção (cada uma delas, um fragmento do testemunho). No entanto, diferentemente do que ocorre com as camadas de tinta em um quadro, que são físicas e diretamente observáveis, o processo do editor, numa edição crítica, é dedutivo e apoia-se em argumentos de natureza diversa, baseados, por exemplo, na colação de variantes e na conjectura. Consideradas, portanto, as devidas diferenças, podemos admitir que, se curadores e conservadores são arqueólogos da imagem, então editores são arqueólogos da palavra impressa ou escrita, assim como da sua história de escrita e produção (EGGERT 2009: 16). O restauro dos fragmentos da tradição percorre inversamente o trajeto da fragmentação, que, a princípio, não é transparente (BELTRAMI 2010: 13)[16], para que, em última instância, seja recomposto o original perdido (ou, antes, o seu arquétipo[17])[18].

---

15 Se a sobreposição de camadas linguísticas não-autorais fragmenta o texto em cada testemunho de uma tradição, então o resultado do processo – que inclui a mudança de suportes, de hábitos de escrita e de sentidos – são os *fragmentos da tradição*. Toda a cópia é fragmento da tradição porque constitui-se de fragmentos de testemunhos executados em diferentes períodos e lugares, os quais se entretecem sobre outros suportes, com outros materiais de escrita, executados por outros copistas.

16 Beltrami confirma que um texto transmitido, na versão que hoje se vê, não é, diretamente, o que foi concebido pelo autor, mas o que foi modificado por terceiros ao longo de sua transmissão: «[...] ogni testo è il prodotto di una tradizione: fra la volontà dell'autore e la pagina aperta davanti a chi legge e studia esiste una realtà intermedia, cioè il processo di trasmissione del testo (qualcuno lo ha copiato, diffuso, manomesso, restaurato), che *non è trasparente*. In altre parole, noi non vediamo direttamente il testo come è stato pensato dall'autore, ma lo vediamo come è stato tramandato e come è stato allestito da chi ha preparato il libro che abbiamo davanti, e ciò non può essere ignorato, se non a prezzo di incomprensioni talvolta gravi» (BELTRAMI 2010: 13, grifos do autor).

17 Utilizamos o termo *arquétipo* conforme a definição de Blecua (2001: 69), de «el transmisor de los errores comunes a todos los descendientes».

18 A perspectiva da Filologia como curadoria e restauro textual, embora diferente, é afim da proposta de Roncaglia (1975) sobre o que é o labor filológico. Segundo a sua perspectiva, o estudo filológico parte da premissa de que a transmissão de um texto é um *ato de comunicação* e, como tal, pressupõe ao menos quatro elementos imprescindíveis: um emissor (*i. e.,* o autor); uma mensagem (*i. e.,* o texto); um receptor (*i. e.,* o leitor); e um canal de transmissão. O canal é «qualsiasi mezzo fisico [...] attraverso cui sia possibile trasmettere informazione» (RONCAGLIA 1975: 24). No caso da tradição de textos escritos, o canal é a tradição, *i. e.,* o registro, ou cadeia de registros escritos, pelos quais o texto se transmite, do autor ao leitor, ao longo do tempo e do espaço. Qualquer distúrbio na transmissão da mensagem, que torne a recepção menos límpida e exata, caracteriza-se como *ruído*. São ruído, nos textos escritos, todos os acidentes, voluntários ou involuntários (lacunas, transposições, erros etc.), que, por qualquer motivo (corrupção material, distração, incompreensão, intervenções tendenciosas etc.), no ato de cópia, alterem a mensagem original e façam o texto distanciar-se dela. Quanto maior a distância temporal, espacial e cultural que separa o emissor do receptor, maior será a probabilidade de existir ruído. As divergências (variantes) entre testemunhos de uma mesma obra são consequência do ruído existente em determinada tradição. Constituem, portanto, elementos imprescindíveis a qualquer ato de comunicação: a) o emissor, *i. e.,* o autor; b) a mensagem, *i. e.,* o texto; c) o receptor, *i. e.,* o leitor; d) o canal de transmissão, pelo qual o texto chega do autor ao leitor, *i. e.,* a tradição. Esquematizamos a explicação no seguinte quadro:

Na produção e circulação do texto medieval, mas também no de outros períodos[19], a fragmentação é um processo inerente e não se pode esperar que a cópia seja a duplicação do original. Cada testemunho, como fragmento da tradição, deve ser considerado em sua individualidade, e as diferentes camadas de intervenção, tomadas como dados culturais relevantes a restituir. Como observa Chastang (2008: 7), «L'insertion d'un texte dans un nouveau contexte manuscrit, la transformation de son usage social et culturel doivent être prise en compte et soigneusement restituées par l'historien».

Quando usamos os termos *fragmentação* e *fragmento*, não fazemos, portanto, um julgamento negativo de cada uma das camadas de intervenção no texto, mas procuramos um parâmetro para estabelecer com nitidez o tríplice distanciamento que há entre a fonte textual de uma obra, isto é, o seu original, considerado em *sua* integridade, e o(s) testemunho(s) hoje preservado(s), que constituem a tradição remanescente. Em termos mais amplos, por meio da validação da tradição de um texto em específico, buscamos situar esse texto e os seus testemunhos em seu contexto[20], por meio da *arqueologia dos estratos* que o compõem e pela restituição do lugar específico que ele ocupa na evolução da cultura (medieval ou outra) do texto escrito (CHASTANG 2008: 7).

A finalidade do estudo de uma tradição de original ausente não se restringe, portanto, a uma depuração das modificações não autênticas para chegar-se ao texto primordial, mas considera a ordenação genealógica dos testemunhos subsistentes e a sua contextualização como finalidades que, já por si, justificam a adoção de uma perspectiva genealógico-reconstrutiva sobre uma dada tradição textual.

Autor → (emissor) Texto → (mensagem) Leitor (receptor)

Tradição → (canal)

ruído ↑

A Crítica Textual, segundo Roncaglia (1975: 25), tem como objetivo restituir o texto a sua forma genuína, eliminando todas as alterações que o texto possa ter sofrido no curso de sua transmissão do autor ao leitor. Pretende-se apresentar ao leitor-receptor a mensagem exatamente nos termos originais, eliminando, o quanto possível, os efeitos do ruído que surgiu no processo de transmissão. As variantes são, portanto, identificadas e classificadas para que se saiba o seu lugar dentro da tradição. Se, para o crítico textual, interessa, mesmo que idealmente, aproximar-se do estado que o texto teria na sua origem e publicá-lo limpo do ruído gerado por sucessivos copistas e remodeladores, para o linguista o que mais interessa é «precisamente essa ganga, feita de progressivos rejuvenescimentos do texto, documentos escalonados da evolução da língua» (CASTRO 2006: 82).

19 Tenhamos em conta, por exemplo, os tipos de manuscrito poético barroco que circulavam nos séculos XVII e XVIII (folha volante, códice) descritos em Castro *et al.* (2017: 735), e a explicação quanto às consequências de sua reprodução.

20 Segundo Reis (2018: 65, *s.v. contexto*, grifo do autor), «O termo contexto corresponde a um conceito complexo e pluridimensional e engloba todos os parâmetros de natureza extralinguística que são relevantes, de forma mediata ou imediata, na produção e na interpretação de um texto».

Para Chastang (2008: 9), uma abordagem do texto como objeto arqueológico, composto por uma estratificação textual que se quer restituir, pressupõe que consideremos o texto em sua dupla dimensão, a fim de atingirmos uma contextualização precisa não só dos fatos e discursos que veicula, como também dos usos e funções culturais e sociais que desempenha. O objetivo último é trazer ao público «the real thing, or as close to it as we can get» (EGGERT 2009: 16). Eggert explica que, tanto no caso da pintura como do texto, trata-se de recuperar a obra que o autor intencionava, pela remoção de camadas não-autorais subsequentes: «Just as, it is believed, accumulations of dirt and varnish should be removed to reveal the painting as it left the artist's hand, so ought editors to aim at recovering the text that the author intended» (EGGERT 2009: 16). Mas essa analogia deve ser tomada com a devida cautela, uma vez que, no caso de um texto, diferentemente do que ocorre em uma pintura, a camada do original não existe mais, fisicamente, sob a camada da(s) cópia(s), mas precisa ser, em grande parte, reconstruída com base em hipóteses do editor crítico. Dado que o original não mais existe, em uma tradição de original ausente, o processo de restauro do texto, a partir de um retorno ao original, aproxima-se mais da *coisa real* referida, somente no plano substancial[21]. Nos demais níveis, o retorno ao original dificilmente será reconstituível do ponto de vista crítico; ou é pontual (quanto à *scripta* do autor)[22], ou provavelmente inatingível (quanto aos aspectos caligráficos e codicológicos).

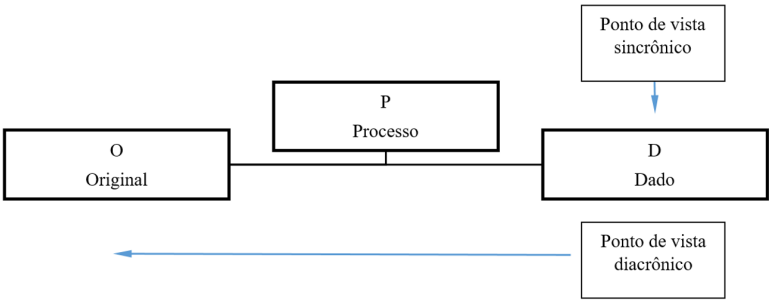
2. Filologia sincrônica e diacrônica: a fragmentação do testemunho e do texto

O texto histórico, sob uma perspectiva filológica, apresenta-se como um objeto instável, na medida em que se caracteriza tanto como um *dado* quanto como resultado de um *processo*, que tem como ponto de partida o original. São dois enfoques cronológicos complementares: um sincrônico e o outro, diacrônico. No primeiro

21 No estudo de uma *filologia do original ausente*, âmbito em que se enquadra grande parte da (senão toda a) produção literária medieval em português, espera-se «repor uma verdade textual que não se pode apoiar no original escrito pelo autor, por sua própria mão, porque esse original pereceu e dele sobrevivem apenas cópias distantes que não concordam entre si e levantam fundadas dúvidas sobre o que o autor terá realmente dito» (CASTRO 1999-2000: 165).

22 Sobre o conceito de *scripta*, reproduzimos as observações de Glessgen (2012: 2): «Quant à la scripta, nous pouvons retenir dans un premier temps qu'elle représente la forme langagière des manuscrits concrets; cette forme langagière a un intérêt particulier parce qu'elle nous rapproche de certains éléments de la réalité linguistique médiévale qui peuvent être altérés par des éditions critiques, même si ces dernières reflètent les résultats d'un processus philologique très contrôlé et même si elles peuvent, à leur tour, permettre un meilleur accès à d'autres éléments de la réalité linguistique médiévale.»

caso, o texto apresenta-se como se fosse composto por traços fixos e imutáveis[23]. No segundo caso, o texto revela-se como resultado de um processo que parte do original e chega à cópia, passando por sucessivas modificações ao longo do tempo[24]. À instabilidade causada pelo distanciamento entre o original e a cópia opõe-se a busca de uma estabilidade perdida, assente no original. Conforme ilustra a figura 5:



Fonte: elaboração do autor.
Fig. 5 – Original, processo e dado.

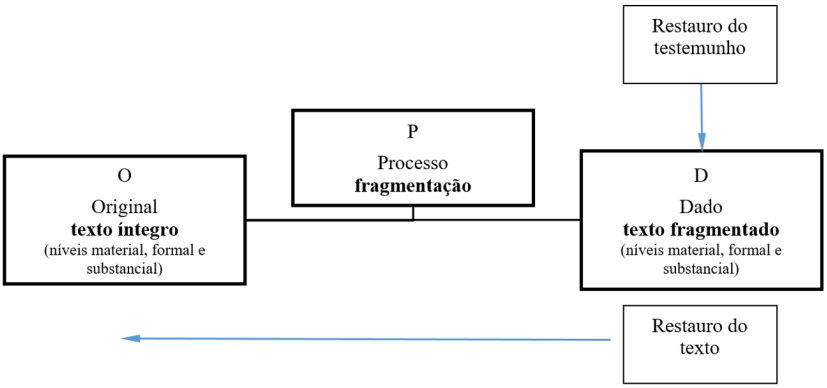
O esquema da figura 5, feito a partir da proposta de Avalle (1972) para evidenciar as modificações no nível substancial do texto, em limites crítico-textuais, pode ser expandido para limites filológicos, de modo a englobar também os níveis material e formal do texto. Constitui-se, nessa perspectiva, um objeto ampliado e articulado pelos três níveis textuais referidos. Cada um desses níveis é repositório de sucessivas camadas de modificação, voluntária ou involuntária, as quais recompõem o texto a cada testemunho[25]. Se aproximarmos da figura 5 os conceitos de *fragmentação*, *fragmento* e *restauro*, obteremos o seguinte esquema (figura 6).

---

23 Conforme propõe Avalle (1972: 3), «Il patrimonio letterario, filosofico, scientifico, etc., su cui si fondano i valori permanenti di una cultura può essere trattato da due diversi punti di vista. Innanzi tutto esso ci si presenta come un dato (D) a cui ricorriamo per informazioni e modelli di comportamento tanto sul piano culturale quanto su quello più genericamente pratico. [...] Esso si situa sincronicamente sul'asse dell'osservatore e viene trattato come qualcosa di fisso e di immutabile».

24 Como afirma Avalle (1972: 3), «Dal punto di vista diacronico tale patrimonio ci si presenta invece come un processo (P), vale a dire come qualcosa che si è venuto modificando nel tempo, per cui il dato si pone come punto estremo di una linea che può anche non coincidere con l'originale (O)».

25 O processo de *identificação e restauro de textos do passado*, fulcro do trabalho filológico, incluiria três práticas fundamentais, segundo Gumbrecht (2003: 3): a identificação de fragmentos, a edição de textos e a redação de comentários históricos. Essas práticas só podem realizar-se a partir do emprego das chamadas disciplinas filológicas e afins sobre um testemunho e sobre sua tradição.



Fonte: elaboração do autor.
Fig. 6 – Fragmentação e restauro do testemunho e do texto.

No processo de transmissão textual existem fragmentos da tradição presentes (os testemunhos remanescentes, ou D), fragmentos da tradição ausentes (os testemunhos perdidos ao longo de P) e o original, que é íntegro quanto a um controle autoral não necessariamente isento de lapsos. O restauro filológico parte dos testemunhos remanescentes, para aproximar-se, o mais possível, do original. Nesse processo, os resultados obtidos podem concretizar-se em edições centradas nos testemunhos existentes (edições diplomática, interpretativa) ou no conjunto de testemunhos que compõe (ou que compôs) a tradição (edição crítica).

Ao aproximarmos a prática do trabalho filológico do processo de curadoria, confirma-se a existência de um *continuum* entre texto e testemunho, por meio da extensão dos conceitos de *fragmentação*, *fragmento* e *restauro* aos três níveis de mutação do texto. Essa continuidade pode servir como fundamento para as escolhas que o editor crítico venha a fazer sobre o texto que pretende editar. A parcimônia em propor-se uma conjectura mais longa, por exemplo, seria ponderada pelo exame atento da materialidade da tradição. Uma perspectiva complementar entre um *texto material* e um *texto virtual*, reforçada pela perspectiva da filologia como curadoria, parece-nos útil ao filólogo, na medida em que pode orientar decisões editoriais mais acertadas, porque tomadas a partir de uma visão do texto considerado em seus três níveis.

3. Os níveis do texto (materialidade, forma e substância) e o processo de fragmentação

O nível material compreende todas as características demarcadas pela *materialidade* do texto, visíveis em um ou mais testemunhos existentes. Por exemplo: o suporte material, as marcas de regramento, as tintas, entre outros aspectos. O nível formal

compreende todas as características delimitadas pela *forma* do texto, como a entendemos, a saber: a caligrafia[26], variável de punho para punho, e a *scripta*[27], que registra em sua roupagem gráfica (a qual inclui traços gráficos, gráfico-fonéticos e gráfico-morfológicos) os hábitos de escrita de cada copista[28]. O nível substancial compreende os aspectos delimitados pela *substância* do texto, que inclui aspectos da morfossintaxe, do léxico, da semântica e do discurso, na medida em que a instabilidade dessas categorias linguísticas pode modificar o sentido[29] do texto. Esquematizamos os níveis referidos na figura 7.

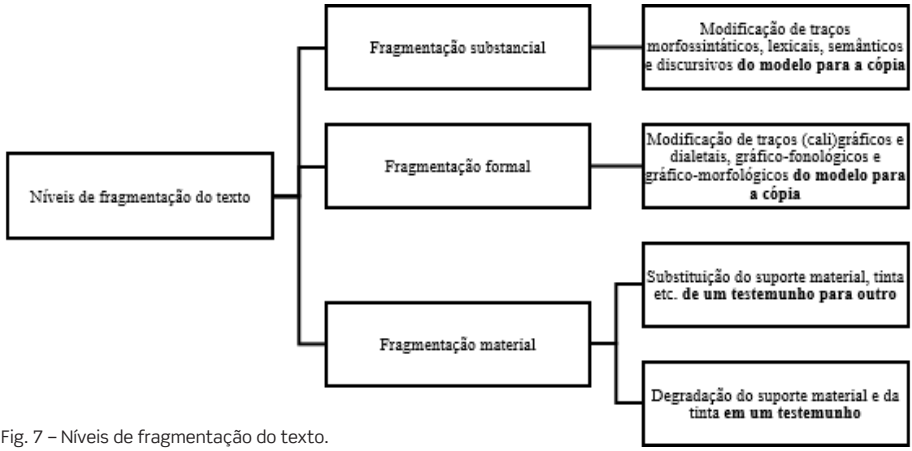


Fig. 7 – Níveis de fragmentação do texto.

26 Concebemos que a caligrafia, como sistema de representação dos caracteres da escrita, esteticamente variável no tempo e no espaço, é um elemento de transição entre os níveis material e formal do texto.

27 A Scriptologia, segundo Castro (2006: 82), tem por objeto as *scriptae* medievais, ou seja, a língua escrita de conjuntos de documentos produzidos numa mesma região e época e apresentando comportamentos gráficos comuns. Parte-se do princípio de que, até prova em contrário, um texto escrito *não* reflete a língua falada, mas sim a língua escrita que o escriba aprendeu ou a do documento que ele copiou. Conforme explica Glessgen (2012: 4): «elle [la scriptologie] n'étudie ni l'état lexical ni la syntaxe ni même encore la structure textuelle des manuscrits; c'est donc surtout une graphématique historique mais non pas une lexicologie, une grammaire ou une stylistique historiques. Elle est par là coupée des domaines les plus centraux de la linguistique et de la philologie».

28 Podemos chamar ao conjunto desses elementos de *pátina linguística*, traduzido de *pàtina linguistica*, termo empregado por Beltrami. Conforme o autor, «[q]uando la forma di un manoscritto appare dovuta in modo almeno relativamente coerente all'azione di un copista che l'ha adattata alla propria varietà linguistica, si parla di pàtina linguistica» (BELTRAMI 2010: 22, grifos do autor).

29 Entendemos *sentido* aqui como «cada um dos significados de uma palavra ou locução; aquilo que uma palavra ou frase podem significar num contexto determinado» (HOUAISS e VILLAR 2001, *s.v. sentido*).

Os níveis apresentados, sob o ponto de vista sincrônico, não têm sempre limites claros, mas ligam-se entre si por um *continuum*. Um caso de fragmentação material, por exemplo, pode gerar um fragmento formal ou substancial dentro de um mesmo testemunho[30]. Já do ponto de vista diacrônico, há não só a continuidade presente em cada testemunho, como também a continuidade entre os testemunhos e o texto. O restauro, portanto, estender-se-á igualmente dos testemunhos ao texto, considerando, nesse processo, uma continuidade vertical e outra horizontal.

Como estudo de caso, examinamos a fragmentação de texto nos três níveis referidos a partir de exemplos retirados da primeira parte da *Vita Christi*[31]. Essa parte da obra encontra-se registrada em uma tradição composta por sete testemunhos completos ou fragmentários[32]. O exame dos aspectos materiais (e eventual restauro) de cada testemunho existente ganha relevância por evidenciar as diversas concretizações do texto ao longo da tradição. O livro, como sabemos, não é apenas um suporte do texto, mas também um artefato cultural (GONZÁLEZ e OLIVEIRA 2017: 18). Por isso, o estudo das materializações do texto ao longo de sua transmissão fornece informações importantes para a história da obra, mas não só, na medida em que, no caso em questão, conta a história da produção e circulação do livro em fins da Idade Média e início do Renascimento em Portugal. O testemunho E_2, por exemplo, subsiste como um suporte material fragmentado, dificilmente recuperável em sua integridade, o que prejudica igualmente a integridade do texto nele registrado. Nesse fragmento da tradição da obra, verificam-se alguns dos tipos de acidente que geram a degradação do suporte material pergamináceo e do próprio escrito. O pergaminho apresenta rasgos, dobras, manchas, rugas, entre outros danos que impedem a leitura[33]. Como esperado, o restauro do suporte material do testemunho E_2 pode tornar mais clara a leitura do texto no testemunho, mas nada

---

30 Conforme Chartier (2014: 11, grifo nosso), «[a] materialidade do livro é inseparável da *materialidade do texto*, se o que entendemos por este termo são as formas nas quais o texto se inscreve na página, conferindo à obra uma forma fixa, mas também mobilidade e instabilidade. A 'mesma' obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação».

31 O livro *Vita Domini nostri Jesu Christi ex quatuor evangeliis* foi escrito por Ludolfo de Saxônia, monge cartusiano em Estrasburgo, na segunda metade do século XIV. Em Portugal, o texto latino foi traduzido no reinado de D. Duarte (*1391-†1438).

32 Os testemunhos mais antigos preservados da primeira parte da *Vita Christi* são os seguintes: A1 (ALC. 451, Bitagap manid 1118), E1 (Pergs. frags., pasta 4, doc. 3, Bitagap manid 1605), E2 (Pergs. frags., pasta 4, doc. 4, Bitagap manid 1960), L (Ord. Cist., Most. de Lorvão, cód. 33, Bitagap manid 4026), M (Ms/P/IL, cx. 4/ p. 6/ fr. 1 [capa], Bitagap manid 6673) e I1 (Inc - 1541, Bitagap manid 1005). Há também um excerto reproduzido no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte (Fonds Portugais, 5, Bitagap manid 1154).

33 Embora o conhecimento das técnicas de restauro material não esteja necessariamente incluído entre os saberes indispensáveis de um filólogo, parece-nos que deveria estar, na medida em que o bom resultado de um restauro do suporte textual (ou ao menos o conhecimento de suas etapas) é fundamental para a compreensão da materialidade do testemunho e, consequentemente, do texto nele reproduzido.

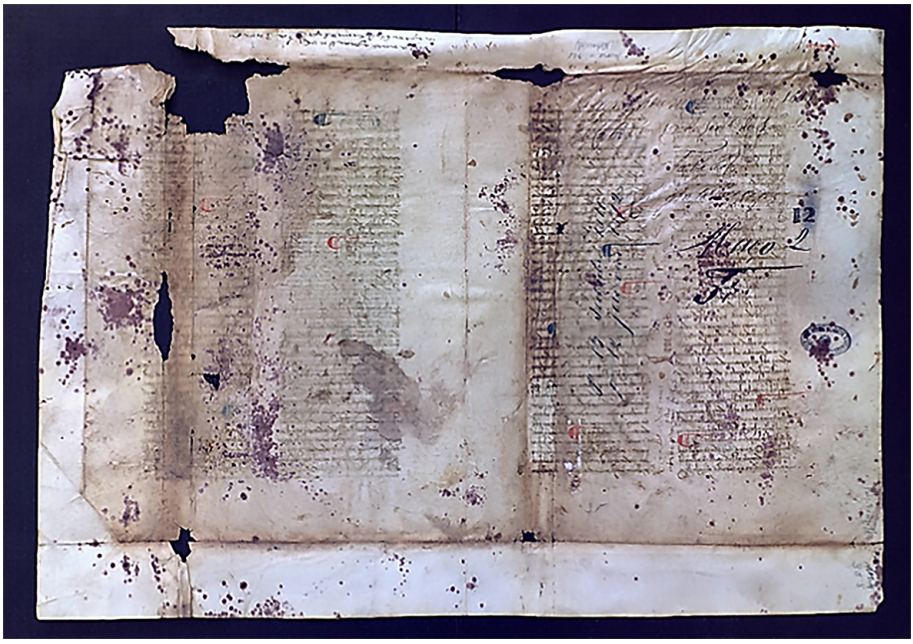


Fig. 8 – Fragmento material da *Vita Christi*. Testemunho E2 (c. 1450). Biblioteca Pública de Évora.

poderá revelar sobre a materialidade do original perdido; isto é, nada pode indicar sobre a fragmentação material que o texto terá sofrido ao longo da tradição.

Nos dois níveis seguintes de fragmentação de um texto, o formal e o substancial, todo o processo se dá na etapa que Castro denomina como *reprodutiva*. Conforme explicitado na figura 9, o agente dessa etapa é o *copista*[34], que tem na mão a pena e reproduz o texto do modelo[35] conforme os seus hábitos de escrita (*escrita*^{2}).

Ao denominarmos essa fase *reprodutiva*, tomamos como ponto de partida o texto do autor da obra, tal como foi por ele controlado pela última vez (ponto final da fase *transformacional*). Na história da *Vita Christi*, por exemplo, pesam especialmente não só a autoria e língua original da obra, o latim, como também a tradução para o português. A tradução, ora perdida, é o ponto de origem do ramo português da tradição e o ponto de chegada de uma edição crítica do texto[36].

---

34 Incluiríamos nessa categoria também o tipógrafo do incunábulo e do pós-incunábulo, dadas as características peculiares da composição dos primeiros livros impressos.

35 O modelo é o testemunho que traz registrado um texto que se pretende transcrever. Segundo Dain (1997: 17, grifos do autor), «[...] les bons copistes sont ceux qui *reproduisent les fautes* de leur modèle.»

36 O conceito de *autor* aplicado à escrita medieval deve corresponder à acepção então vigente: é autor quem escreve seu texto em primeiro lugar e os alheios em anexo. Esse conceito difere dos de *commentator,*

agente	*fase*	*produto*
autor	gerativa	escrita[1]
	transformacional	leitura + reescrita (revisão)
copista	reprodutiva	escrita[2] (cópia > edição)

Fig. 9 – Agente, fase e produto da escrita na tradição textual.*
* Esse quadro é da autoria do Prof. Ivo Castro. Foi apresentado, no início dos anos 2000, em *handout* de palestra proferida na FFLCH/USP. Infelizmente, desconhecemos se o quadro se encontra publicado.

São abundantes na obra os casos de variação em nível formal, os quais permitem formularmos hipóteses não só para a melhor compreensão da história da obra e do estabelecimento de um texto crítico, como também para o próprio estudo da história do português[37]. Por exemplo, as formas do testemunho A_1 como *aR**o**ydo*, *c**o**stumes, ac**o**stumar*, *d**o**çura*, *s**o**specta / s**o**speita* correspondem, no testemunho impresso I_1, a *arr**u**ydo*, *c**u**stumes, ac**u**stumar*, *d**u**çura*, *s**u**speita.* São todas formas em que um ŭ latino evoluiu para [o] e se elevou, posteriormente, para [u]. Embora o impresso não descenda de A_1, e distancie-se dele em aproximadamente meio século, não deixa de ter interesse constatar que o incunábulo corrige, nessas formas, sistematicamente, *o* para *u*[38].

Um segundo exemplo de variação formal são as formas do particípio passado. No manuscrito ocorrem, ainda, as formas *deu**u**damente* e *manthe**u**da*, substituídas, no incunábulo, por *deu**y**damẽte* e *mãthe**ij**da*. Pode dizer-se que o manuscrito conserva vestígios arcaizantes, já claramente residuais em meados de quatrocentos; no final do século, por outro lado, esses particípios em *-udo* são sentidos como *estranhos* e, por isso, naturalmente atualizados para *-ido*[39].

---

scriptor e compilator. Conforme a citação de Bellamah (2011: 236, nota 39), na obra de São Boaventura (*Commentaria in quatuor libros Sententiarum,* transcrito a partir do MS Madrid, Bibl. Nac. 493, f. 131v): «[...] 'auctor' qui scribit sua principaliter et aliena tanquam adnexa». Como estudamos uma tradução da obra, o retorno ao original refere-se, primeiramente ao retorno ao texto português perdido. Somente após a reconstituição do original português, poderemos pensar na sua contribuição para a reconstituição do original latino perdido.

37 Os exemplos referidos neste parágrafo e no seguinte foram retirados de Cardeira e Toledo Neto (2016). Para mais exemplos de variação linguística na *Vita Christi*, consultar o referido texto.

38 Castro (2006: 194), em consonância com Teyssier, esclarece que a elevação das vogais pretônicas mediais se generalizou no português europeu durante a segunda metade do século XVIII. Mas, como afirma o autor, o processo que conduziu à difusão desse fenômeno estava em marcha havia algum tempo. Diríamos que, pelo menos, desde fins do século XV.

39 Conforme Cardeira (2006: 54), a mudança *-udo* > *-ido* ocorre por um processo de nivelação analógica: «Por um processo de nivelação analógica os particípios dos verbos de tema em e (*sabudo, conheçudo, perdudo,*

No processo de restituição ou de restauro do original, o editor vai procurar reproduzir, nesses casos, o testemunho linguisticamente menos fragmentado (A_1 no caso dos exemplos apresentados), e, desse modo, aproximar-se o quanto possível da tradução portuguesa[40]. Não há, no entanto, a pretensão de reconstruir-se integralmente o estado de língua da tradução portuguesa da obra, dado o grau de entrelaçamento que a trama formal do texto pode apresentar nos testemunhos. Conforme Segre (2010: 14, grifo nosso), há dois motivos pelos quais não é possível a reconstrução da língua do original ou do arquétipo de uma tradição: o primeiro é que «due manoscritti provenienti dalla stessa regione avranno un'infinità di tratti communi, che però *non implicano* affatto comunanza di modelli e di ascendenti». E o segundo é que no «colorito linguistico» dos copistas «*non esistono errori*, ma *scelte idiomatiche* dei copisti, fedeli al proprio dialetto». No entanto, como referimos, a correspondência entre os hábitos de escrita dos copistas e os dialetos praticados em determinado período ou local nem sempre é imediata e precisa ser avaliada com a devida cautela.

O ponto máximo a que se pode chegar nesse nível do texto é a uma tentativa de separação entre as diferentes camadas estratigráficas de cada copista, em cada testemunho, com o objetivo de discernir a que camada cada segmento identificado pertenceria. Com base nos resultados obtidos, pode-se levantar hipóteses sobre como seria a camada mais antiga da tradição, que se procura reproduzir, aproximadamente, por meio das devidas escolhas editoriais, na fase da *dispositio textus* (BLECUA 2001: 137)[41].

Se tomarmos como referência a forma do original perdido, poderemos dizer que o texto sofre fragmentação nesse nível quando as *scriptae* dos copistas sobrepõem-se e confundem-se com as do modelo, que, por sua vez, já se teriam sobreposto e confundido com as do modelo anterior[42]. Formam-se, seguidamente, fragmentos de testemunhos cada vez mais entrelaçados e distantes da fonte original do texto. Em um *continuum*, acrescentam-se sucessivas camadas linguísticas ao

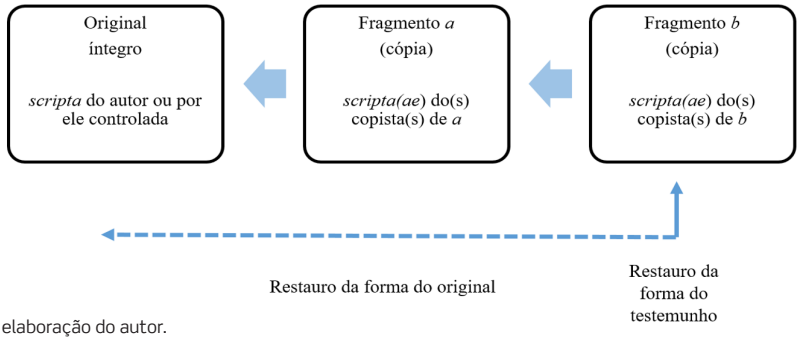
---

etc.) acabarão por ser atraídos pela terminação *-ido,* originalmente exclusiva dos verbos de tema em *i*. A substituição completara-se já no século XVI, embora ainda ocorra, excepcionalmente, a forma *creçudo* no *Juiz da Beira*, de Gil Vicente».

40 No entanto, nem sempre A1 é o testemunho mais arcaizante da tradição. Formas mais conservadoras podem ocorrer também nos demais testemunhos.

41 As escolhas editoriais no processo de restauro do texto exigem uma análise detida de cada lugar de variação. Como observa Blecua (2001: 137): «Evidentemente, el carácter irrelevante de un signo depende de cada caso concreto, dado que en numerosas ocasiones un texto puede presentarse a la vez como monumento y como documento, situación muy frecuente en el caso de las obras medievales [...]».

42 Segundo Beltrami (2010: 22, grifos nossos), «[i]n generale, si può essere certi che nessuna copia rispecchi esattamente la *forma* né dell'originale, né di uno stato anteriore della tradizione. [...] L'edizione critica dei testi romanzi, quando mira a ricostruire un testo, mira più precisamente alla *sostanza*».



Fonte: elaboração do autor.
Fig. 10 – Restauro formal do testemunho e do texto.

texto, que se tornam, muitas vezes, indistintas[43]. Na figura 10, procuramos esquematizar o que até agora dissemos[44].

A dificuldade em separar cada uma das camadas existentes nos fragmentos da tradição remanescentes pode levar um editor crítico a optar pela reprodução integral das *scriptae* de um testemunho mais antigo e, se possível, mais próximo espacialmente do local de execução do original[45].

É no nível substancial que o filólogo mais se aproxima da reprodução do texto na forma original ou equivalente, por eliminação das intervenções espúrias da tradição. Segue-se, nesse processo, o método lachmanniano[46]. Procuramos esquematizar na figura 11 as principais etapas de reconstituição do texto no nível substancial.

---

43 O resultado desse processo é o que Segre (2010: 13) denomina como *diassistema*. Segundo o autor (*id. ibid.*), trata-se de um sistema linguístico que se desenvolve a partir dos sistemas contrapostos de duas línguas ou dialetos em contato. Mas, para avaliar o diassistema, é preciso considerar o plano das *scriptae*, examinado pela scriptologia; como afirma Glessgen (2012: 7): «Concrètement, la scriptologie permet de cerner la nature de la variation dans le diasystème de l'écrit médiéval; elle permet de distinguer les variantes purement graphématiques de celles qui ont une implication phonologique et elle prépare l'interprétation de ces usages linguistiques.»

44 Na figura 10, a seta horizontal com haste pontilhada indica o processo fragmentário de recuperação da forma do original em uma tradição de original ausente. A seta vertical com haste inteira indica o processo fragmentário (mas em muito menor escala) de recuperação da forma do testemunho.

45 Conforme Trovato (2014: 232), a solução mais simples para a reconstrução formal é escolher como manuscrito de base um manuscrito tão próximo quanto possível, do ponto de vista cronológico e geolinguístico, da língua do autor. Além disso, deve preferir-se um testemunho colocado em posição genealógica alta, não muito modificado do ponto de vista substancial.

46 De acordo com Stoppelli (2016: 45): «Il metodo di Lachmann (che porta il nome del filologo tedesco, ma che è di fatto il prodotto di una tradizione secolare di studi) può essere descritto come un protocollo complesso che mira ad approssimare l'originale perduto sulla base della documentazione esistente. Ciò che ne risulta è un testo ricostruito che non coincide con nessuno di quelli storicamente attestati. Il paradosso implicito nella procedura lachmanniana è che per attingere una più compiuta verità storica (il testo che si avvicina il più possibile a quello licenziato dall'autore) non si dà fiducia a nessuno dei testi storicamente esistenti».

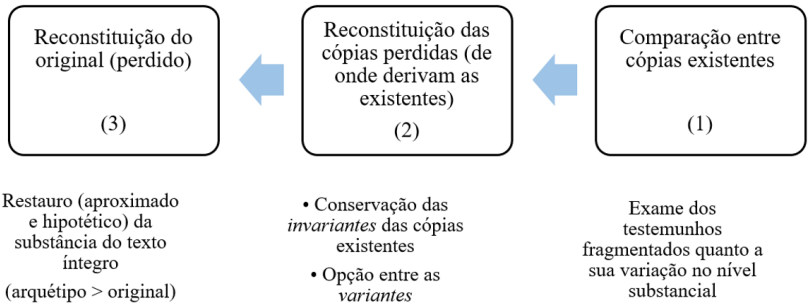


Fig. 11 – Principais etapas de reconstituição do nível substancial do texto.

Conforme ilustrado na figura 11, para eliminar as intervenções não genuínas, o crítico textual parte da comparação entre cópias existentes, para procurar reconstituir as cópias perdidas de onde derivam as existentes, e, finalmente, aproximar-se da reconstituição do original. Examinam-se, portanto, os testemunhos fragmentados, para restaurar a substância do texto íntegro, por meio da conservação das invariantes e da opção entre as variantes das cópias existentes[47].

Como exemplos de variação no nível substancial da *Vita Christi*, apresentamos os excertos reproduzidos nos quadros 1 e 2[48].

E_1	A_1	L	I_1
quantos a[…]ya em aquel **loguar** de Capharrn[….]m (226a)	quant*os* auɟa em aquella **cıdade** de capharnaũ (160ra)	q*ua*nt*os* auẏa ẽ aq*ue*lla **çıdade** de caphārnaũ (245vb)	quantos auia em aquella **cidade** d*e* capharnaũ (135rb)

Quadro 1 – Variação entre loguar e cidade/çidade.

47 Castro (1999-2000: 161) complementa essa descrição ao observar que: «Ao crítico cabe construir com as cópias variantes uma pirâmide de textos, por onde ascenderá a pulso ao topo; daí, com sorte, talvez consiga farejar o original». Em resumo, uma edição crítica prevê basicamente as seguintes etapas: 1. Estabelecimento do texto crítico, subdividida em Recensão (*recensio*) e Reconstituição (*constitutio textus*); e 2. Apresentação do texto crítico (*dispositio textus*). Para uma explicação detalhada de cada uma dessas etapas, consultar, entre outros, Blecua (2001) e Trovato (2014).

48 Nas transcrições dos quadros 1 e 2, seguimos estas normas: 1. Todas as características gráficas dos textos foram reproduzidas; 2. Caracteres ilegíveis por fragmentação do suporte material são representados por dois pontos entre colchetes (*i.e.* cada dois pontos corresponde a um caractere); 3. As abreviaturas desenvolvem-se em itálico.

Conforme o quadro 1, embora *loguar* ocorra apenas em um dos testemunhos, e *cidade* em três, para comprovarmos qual a lição genuína, será preciso levar em conta que pode haver um número maior de cópias descendentes de um antecedente mais distanciado por número de cópias do arquétipo ou do original, do que uma só cópia mais próxima do arquétipo ou original. Enfim, será preciso avaliar a proximidade estemática do arquétipo em cada caso. Como os testemunhos mais antigos (A_1 e E_1) são estimadamente contemporâneos (o primeiro de 1445-1446 e o segundo, de c. 1450)[49], será necessário elaborar mais argumentos, a fim de evidenciar qual seria a melhor lição para esse lugar do texto, uma vez que a lição de E_1 não parece ser exemplo de *lectio difficilior*[50].

E_2	A_1	L	I_1
per esta **naueta** seer entendıda (235d)	p*er* esta **naueta** s*e*er entende (167vb)	p*er* esta **naueta** sēēr ētēdıda (256ra)	per esta **maneira** seer entēdida (141va)

Quadro 2 – *Variação entre* naueta *e* maneira.

Diferentemente do exemplo no quadro 1, em que as variantes são semanticamente próximas e, a princípio, poderiam, uma ou outra, remontar ao original, a variação entre *naveta* e *maneira* modifica completamente o sentido da passagem, em que se faz uma comparação entre a naveta e a alma fiel, posta no mar quando ajuntada ao corpo. A lição *maneira* decorreria, provavelmente, de um processo de banalização[51]. Diante de casos como esses, o editor crítico procura 'limpar o texto' das suas corruptelas e produzir, ou aproximar, por subtração das corruptelas, o documento original perdido, isto é, o 'texto dotado de autoridade' (FERREIRA 2017: 26).

Em consonância com a aproximação mais geral entre filologia e curadoria, a fragmentação no nível substancial identifica o trabalho do filólogo com aquele do paleontólogo e do restaurador de monumentos antigos (SEGRE 2010: 11). Nesse nível do texto, o processo de reconstrução permite ao filólogo aproximar-se mais do original ou, pelo menos, do seu arquétipo. O procedimento filológico assemelhar-se-ia aqui ao trabalho de reconstrução de espécies extintas, ou ao restauro de monumentos antigos.

---

49 Datas registradas em Bitagap texid 1005.

50 *Lectio difficilior* é a variante morfológica, semântica ou lexical mais rara ou difícil em certo lugar do texto, frente às demais variantes da tradição encontradas nesse mesmo lugar do texto.

51 *Banalização* é a simplificação de um lugar do texto por obra de copistas ou de impressores (PRIEGO 2011: 206).

A concepção do texto como fragmento do texto presente ou do texto ausente vê no texto o produto de uma contínua intervenção pós-autoral, que o distancia progressivamente do original. E, diante do complexo quadro da fragmentação textual, uma perspectiva da filologia como disciplina voltada para o *restauro* e a *curadoria* do texto histórico escrito, considerado em seus três níveis de relevância para o filólogo, permite ao pesquisador avançar seguro para outros níveis de pesquisa[52].

4. Considerações finais

A aproximação metafórica entre a filologia e a curadoria – concebendo-se que filologia é curadoria textual – parece-nos produtiva, porque delimita, de forma abrangente, os objetivos e o objeto do conjunto de disciplinas filológicas: a conservação e o restauro do texto histórico escrito. Integram essa perspectiva tanto as preocupações no cuidado com o testemunho em específico, quanto com o texto ao longo de sua transmissão. E associam-se, nessa perspectiva, a filologia e a cultura material, dado que os testemunhos remanescentes de uma tradição textual são considerados como patrimônio tangível de uma determinada cultura. Acomoda-se melhor nesse ambiente interdisciplinar o conceito de *fragmentação* textual da forma como o compreendemos. Em tradições de original ausente, os testemunhos preservados registram modificações em diferentes níveis face ao seu modelo e à fonte da obra. O termo *fragmentação* denomina não só a corrupção física, mas também a sobreposição de camadas linguísticas e de intervenções não-autorais que compõem cada testemunho de um determinado texto. Formam-se, a partir da fragmentação de um texto, fragmentos do testemunho e fragmentos da tradição. A fragmentação não implica, porém, um juízo negativo sobre os movimentos não-autorais da tradição, mas, ao invés, confirma a importância de sempre considerarem-se a materialidade e a textualidade como níveis intercomunicantes e complementares na descrição das características filológicas de uma determinada tradição textual. Na produção e circulação do texto medieval, a fragmentação é um processo inerente, pelo que não se pode esperar que a cópia seja a duplicação do original. Cada testemunho deve ser considerado em sua individualidade e as diferentes camadas de intervenção tomadas como dados culturais relevantes. O filólogo, como curador e arqueólogo tanto do

52 Pensamos, mais especificamente, na divisão proposta por Spina para as etapas do trabalho filológico. Spina (1977: 77) estabelece três funções para a atividade filológica: a função substantiva concentra-se no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação; a função adjetiva deduz do texto informações que não necessariamente estão nele: autoria, datação; a função transcendente usa o texto preparado filologicamente para estudar a cultura e o contexto do período em que foi redigido. Há, entre essas funções, uma progressão para a interdisciplinaridade, que transita de uma Filologia *stricto sensu* para uma Filologia *lato sensu*.

texto dado pelos testemunhos quanto do texto herdado pela tradição, deve avaliar qual é a importância de cada nível de fragmentação, para melhor compreendeer aspectos históricos e genealógicos que venham a contribuir para chegar a bom termo quanto ao tipo de edição que está a preparar.

Bibliografia

Avalle, D'Arco Silvio (1972) – *Principi di critica testuale*. Pádua: Antenore.

Bellamah, Timothy (2011) – *The Biblical Interpretation of William of Alton*. Oxford: Oxford University Press.

Beltrami, Pietro G. (2010) – *A che serve un'edizione critica? Leggere i testi della letteratura romanza medievale*. Bolonha: il Mulino.

Blecua, Alberto (2001) – *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia. (1ª ed. 1983)

Cardeira, Esperança (2006) – *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Caminho.

Cardeira, Esperança e Neto, Sílvio de Almeida Toledo (2016) – «Entre o manuscrito e o impresso: a *Vita Christi* como testemunho de mudança linguística». *In* Jean-Paul Chauveau, Marcello Barbato e Inés Fernández-Ordóñez, eds. – *Actes du XXVIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, p. 53-65.

Carena, Carlo (1984) – «Ruína: restauro». In *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. 1, p. 107-129.

Castro, Ivo (1999-2000) – «A fascinação dos espólios». *Leituras*. Lisboa. S. 3, n.º 5, p. 161-166.

Castro, Ivo (2006) – *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri. (2.ª ed. rev. e muito ampl.).

Castro, Ivo *et al.* (2017) – *A fénix renascida ou obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cerquiglini, Bernard (1989) – Éloge *de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: *Éditions* du Seuil.

Chartier, Roger (2014) – *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp.

Chastang, Pierre (2008) – «L'archéologie du texte médiéval». *Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre*: bucema. N.º 2, hors-série, p. 1-17.

Dain, Alphonse (1997)– *Les manuscrits*. Diderot Multimedia. (Ed. ant. 1949).

Eggert, Paul (2009) – *Securing the Past: Conservation in Art, Architecture and Literature*. Cambridge: Cambridge University Press.

Faria, Maria Isabel e Pericão, Maria da Graça (2008). *Dicionário do livro*. Coimbra: Almedina.

Ferreira, Pedro Tiago da Silva (2017) – *Curadoria e revogação: o caso Pessoa* Lisboa. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Glessgen, Martin D. (2012) – *Trajectoires et perspectives en scriptologie romane*. Zurique: Open Repository and Archive – University of Zurich.

González, Helena Carvajal e Oliveira, Camino Sánchez (2017) – «El libro, objeto material poliédrico». *In* Manuel José Pedraza Gracia, dir. – *Doce siglos de materialidad del libro*. Saragoça: Prensas de la Universidad de Zaragoza, p. 17-21.

Gumbrecht, Hans Ulrich (2003) – *The Powers of Philology: Dynamic's of Textual Scholarship*. Champaign: University of Illinois Press.

Houaiss, Antônio e Villar, Mauro de Salles (2001) – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Moncada, Miguel Cabral de (2005) – *Peritagem e identificação de obras de arte*. Lisboa: Civilização Editora.

PhiloBiblon. Disponível em <https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/index.html>. Consult. 30 ago. 2020.

Priego, Miguel Ángel Pérez (2011) – *La edición de textos*. 2.ª ed. ampl. y act. Madrid: Síntesis. (1.ª ed. 1997).

Reis, Carlos (2018) – *Dicionário de estudos narrativos*. Coimbra: Almedina.

Roncaglia, Aurelio (1975) – *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni Editore.

Segre, Cesare (1989) – «Texto». In *Literatura - Texto. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. 17, p. 152-175.

Segre, Cesare (2010) – «Problemi teorici e pratici della critica testuale». *In* Mariña Arbor Aldea e Antonio F. Guiadanes, eds. – *Estudios de edición crítica e lírica galego--portuguesa*. Santiago de Compostela: Universidade. P. 11-23. (Verba: anexo 67).

Spina, Segismundo (1977) – *Introdução à edótica: crítica textual.* São Paulo: Cultrix-Edusp.

Stoppelli, Pasquale (2016) – «Filologia, edizione dei testi». In *La rassegna della letteratura italiana*. N.º 9, 1-2, p. 44-54.

Stussi, Alfredo (2009) – *Breve avviamento alla filologia italiana*. Bologna: il Mulino. Nuova ed.

Trovato, Paolo (2014) – *Everything you always wanted to know about Lachmann's method*. Pádua: libreriauniversitaria.it.

Xavier, Maria Francisca e Mateus, Maria Helena (1990) – *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Cosmos. Vol. 1.

Para uma nova edição do *Livro de Linhagens do Deão.* Análise da tradição manuscrita e da edição Mattoso/Piel

Filipe Alves Moreira
IF/Universidade do Porto[1]

Resumo

A realização da edição do chamado *Livro de Linhagens do Deão*, no âmbito da coleção *Portugaliae Monumenta Historica* da Academia das Ciências, exigiu dois estudos prévios: um dedicado à tradição textual do *Livro do Deão*, outro sobre as caraterísticas da edição de José Mattoso e Joseph Piel, a edição de referência e cujo aparecimento contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do medievalismo português a partir dos anos 1980.
Este trabalho dá conta dos principais resultados obtidos nesta fase prévia. Quanto à tradição textual, apresentam-se testemunhos manuscritos recentemente descobertos ou relocalizados, e por isso não tidos em conta por Mattoso e Piel, e defende-se a necessidade de reavaliar o estatuto de um fragmento já conhecido por estes editores. Quanto às caraterísticas da edição Mattoso/Piel, salienta-se a importância, pertinência e consequências da disposição textual adotada e discute-se o recurso ao conhecimento histórico e a segmentos textuais tirados dos dois outros nobiliários medievais portugueses conhecidos: o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.*

A preparação de uma nova edição do chamado *Livro de Linhagens do Deão*[2], de ca. 1340, partiu necessariamente de uma análise ponderada quer da edição de referência desta obra, a de José Mattoso e Joseph Piel (1980), quer da tradição textual atualmente conhecida. Tratou-se, por um lado, de perceber que testemunhos foram por eles conhecidos e como os avaliaram, confrontando estes dados com o que hoje sabemos; por outro, de compreender as suas opções e até que ponto essas opções condicionam o trabalho de novos editores. Vejamos cada um destes aspetos.

---

1 Trabalho financiado pela FCT (DL/2016/CP1367/CT002).

2 A designação pela qual a obra é atualmente conhecida deve-se a Diego Catalán (1970) e baseia-se na informação constante no cólofon, que diz que o texto foi copiado em 1343 pelo escriba Martim Anes para um deão. Este anónimo deão foi, portanto, alguém que possuiu um exemplar do texto, não o seu autor nem encomendatário. A nova edição do *Livro do Deão* foi muito recentemente publicada: F. A. Moreira e J. P. M. Ferreira, *Livro de Linhagens do Deão…* A investigação para este trabalho e a edição foram realizados no âmbito do Instituto de Filosofia e do CEPESE, ambos da Universidade do Porto, e dos projetos de investigação: MELE (*Da Memória Escrita à Leitura do Espaço*, POCI-01-0145-FEDER-032673, co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e «Castilla y Portugal en la Baja Edad Media: contactos sociales, culturales y espirituales entre dos monarquias rivales» (PID2020-114722GB-I00). O ponto 1 deste trabalho retoma e reformula dados constantes da introdução da nova edição do *Livro do Deão*.

1. A tradição manuscrita do *Livro do Deão* e a edição Mattoso/Piel

A introdução da edição Mattoso/Piel dos Livros velhos de linhagens (ou seja, o *Livro Velho de Linhagens*, ca. 1280, e o *Livro de Linhagens do Deão*) dedica pouco espaço (duas páginas) à tradição textual destes dois nobiliários. Ambos aparecem, quase sempre, copiados em conjunto, e foram por essa razão editados simultaneamente, mas aqui referir-me-ei apenas ao *Livro do Deão*.

Mattoso e Piel conheciam, à partida, os dados fornecidos pelas edições prévias: a de António Caetano de Sousa (1739-1748: 145-201)[3] e a de Alexandre Herculano (1860). A edição de Sousa teve como base dois manuscritos da época moderna. Um destes manuscritos era uma cópia da mão de Afonso de Torres, datada de 1634 e tendo como modelo uma cópia feita pelo célebre – e polémico – Gaspar Álvares Lousada (1554-1634); o outro era um traslado da responsabilidade de Manuel Álvares Pedrosa (falecido em 1707) e também não descendia diretamente de um exemplar medieval, mas de uma cópia do século XVII. Sousa transcreveu o texto do primeiro destes manuscritos na sua edição e indicou, à margem desta, as variantes do segundo que julgou pertinentes. Herculano, por sua vez, não conseguiu localizar nenhum dos exemplares utilizados por Sousa, mas descobriu, na então Biblioteca Real (hoje a Biblioteca da Ajuda), uma nova cópia do *Livro do Deão*, igualmente da época moderna (séc. XVII), que passarei a designar por *A1*[4]. Esta nova cópia estava incompleta por perda dos fólios finais (abrangia cerca de dois terços da obra), mas, apesar disso, o seu texto revelava-se preferível ao da edição de Sousa e foi, por isso, a base da edição de Herculano até ao ponto em que terminava, seguindo-se, a partir daí, o texto estabelecido por Sousa.

Mattoso e Piel procuraram localizar novos exemplares manuscritos do *Livro do Deão*, mas as suas buscas tiveram resultados desiguais. Por um lado, também eles não encontraram as cópias utilizadas por Sousa, e nem mesmo conseguiram localizar a cópia da Biblioteca Real desencantada por Herculano. Por outro, identificaram quatro cópias manuscritas previamente não referenciadas[5]: três integrais, todas do século XVIII (Mss. Genealógicos 21.E.24 da Torre do Tombo; COD. 1329 da BN e ms. 47-XIII-10 da Biblioteca da Ajuda) e uma parcial, de finais do século XVI (presente no ms. 291 da coleção Pombalina da BN, que passarei a designar por *L*). Duas das três cópias integrais por eles localizadas (a da Torre do Tombo e a da BN)

---

3 O texto desta edição teve uma tirada autónoma prévia em 1737 (hoje raríssima), a qual foi objeto de uma, também pouco comum, edição fac-similada, em 2002.

4 As siglas atribuídas a cada manuscrito são as utilizadas em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020.

5 Podem ver-se descrições de todos os manuscritos que irei referindo na base de dados BITAGAP, a partir da ficha do Texid 1172, e em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020: XIV-XXXV.

foram consideradas transcrições da edição de Sousa, e por isso descartadas da sua própria edição. Pelo contrário, a cópia parcial foi entendida como sendo uma transcrição direta do mesmo manuscrito medieval conhecido por Lousada e pelo copista de *A1* e, portanto, de excecional importância. Quanto à outra cópia integral localizada por Mattoso e Piel (ms. 47-XIII-10 da Ajuda, que passarei a designar por *A2*), a avaliação que dela fizeram é pouco desenvolvida e algo ambígua. Consideraram-na diretamente relacionada com a «versão de Caetano de Sousa» (MATTOSO e PIEL 1980: 10) e de menos qualidade que esta, mas reconheceram que não é propriamente uma cópia da edição de Sousa. Não a utilizaram, contudo, no trabalho editorial, e tampouco forneceram uma descrição das suas caraterísticas materiais, como, aliás, não forneceram de nenhum dos outros testemunhos.

Em resumo, as conclusões de Mattoso e Piel (ou, mais propriamente, de Mattoso, segundo é dito numa nota final que identifica as responsabilidades de cada um) (MATTOSO e PIEL 1980: 20) são que um exemplar medieval do *Livro do Deão* foi copiado por Lousada, por *A1* e (parcialmente) por *L*, tendo a cópia de Lousada sido reproduzida, direta ou indiretamente, pela edição de Caetano de Sousa e por *A2*. Mattoso e Piel dedicaram ainda algumas palavras a autores do século XVII que tiveram acesso a cópias do *Livro do Deão*, questão importante a vários títulos, mas de que aqui não me ocuparei por não se refletir na edição que levaram a cabo. Em resultado de tudo isto, Mattoso e Piel basearam a sua própria edição no texto estabelecido por Herculano (tanto na parte derivada de *A1*, como na restante, na qual o historiador oitocentista baseara a sua edição no texto da de Caetano de Sousa) e no fragmento da BN, e não tiveram em conta as leituras de nenhum dos manuscritos integrais que conheciam.

Era este o estado da questão sobre a tradição textual do *Livro do Deão* em 1980, e foi-o durante muito tempo. Que podemos hoje acrescentar, e como podemos avaliar as conclusões de Mattoso e Piel? Temos, desde logo, acesso a mais elementos. O manuscrito descoberto por Herculano foi recentemente relocalizado; está no mesmo local, ou seja, na Biblioteca da Ajuda, onde tem a cota 54-IX-32 (73) do fundo de avulsos. É compreensível que Mattoso e Piel não o tenham encontrado, dada a inexistência, então, de catálogos relativos a esse fundo, e também dada a heterogeneidade do mesmo: a designação de «avulsos» serve ali para um pouco de tudo, desde pedacinhos de folhas a manuscritos incompletos, mas com dezenas de fólios, como é o caso deste exemplar do *Livro do Deão*. Além desta, foi identificada, também recentemente, uma outra cópia manuscrita do *Livro do Deão*, igualmente do século XVII, que pertence à biblioteca da Casa de Palmela (num. 183), e da qual existe um microfilme na Torre do Tombo (mf. 5539). Esta cópia, que designarei por *P*, não é nenhuma das que foram utilizadas ou referidas por Sousa na sua edição; é anterior ao manuscrito *A2* e não está relacionada com *A1*. Sabe-se ainda da existência de duas

cópias aparentemente da mesma época (séc. XVII) numa outra biblioteca particular, a da Casa Cadaval, onde têm, ou tinham as cotas 1062a e 1062b[6].

A relevância destes novos dados será facilmente compreensível. A relocalização do manuscrito da Ajuda utilizado por Herculano liberta-nos da dependência da sua edição e, graças a algumas caraterísticas materiais, até nos permite compreender parte dos métodos de trabalho do grande historiador, conforme explicarei noutra ocasião. O manuscrito da Casa de Palmela, não sendo cópia de nenhum dos restantes testemunhos[7], contribuirá para um aperfeiçoamento do trabalho editorial, o mesmo acontecendo, porventura, com as cópias da Casa Cadaval.

Quanto às conclusões de Mattoso e Piel sobre a forma como os testemunhos por eles conhecidos se relacionam entre si, e também quanto aos reflexos e consequências disso na sua própria edição, penso existirem, pelo menos, quatro pontos que merecem discussão: 1) se Lousada e o copista de *A1* conheceram o mesmo exemplar medieval; 2) qual o estatuto do fragmento da BN; 3) por que razão Mattoso e Piel descartaram o manuscrito *A2* da sua edição, mesmo afirmando não ser ele uma cópia de nenhum dos testemunhos por eles conhecidos; 4) por que razão Mattoso e Piel recorreram à edição de Herculano e não diretamente à de Caetano de Sousa, a partir do momento em que termina o texto em *A1*. Concentrar-me-ei, aqui, somente no segundo destes pontos.

1.1 O estatuto do fragmento L

Para percebermos os complexos problemas que envolvem o manuscrito *L*, é necessário irmos além da breve descrição fornecida por Mattoso e Piel. Segundo estes afirmam (MATTOSO e PIEL 1980: 11), o manuscrito em questão é uma cópia do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, feita pelo genealogista Diogo Esteves da Veiga no final do século XVI, com base no conhecido exemplar da Torre do Tombo (ms. 144 da Casa Forte, BITAGAP manid 1323), tendo o manuscrito medieval do *Livro do Deão* (o mesmo que viria a ser copiado por Lousada e por *A1*) servido para colmatar as lacunas textuais do início das linhagens dos Bragançãos e dos Godinhos[8].

---

6 Estes dois manuscritos (que não pude consultar) foram descritos por TAROUCA (s.d.): 10-11, sendo esta descrição a base das respetivas fichas da BITAGAP. A partir das palavras de Tarouca, é possível formular a hipótese de que uma destas cópias, o ms. 1062a, seja o antígrafo de *P*, conforme explicado em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020: XXXIV. Agradeço ao Professor Arthur Lee-Francis Askins o envio das descrições destes manuscritos constantes do catálogo de Silva Tarouca. A cópia deste catálogo que existia na Biblioteca Pública de Évora está atualmente em local incerto.

7 Exceto, talvez, de um dos manuscritos da Casa Cadaval, como digo na nota anterior.

8 A lacuna do início da linhagem dos Bragançãos existe em quase todas as numerosas cópias do *Livro do Conde*. Nos poucos casos em que isso não se verifica, o preenchimento do início dessa linhagem resulta, visivelmente, do trabalho dos respetivos copistas, os quais reuniram num todo coerente as diversas indicações sobre indivíduos das primeiras gerações dos Bragançãos que ocorrem em diferentes pontos do texto. A única exceção é a de um manuscrito da BNE, de cujas caraterísticas me ocuparei noutra ocasião. A lacuna do início

Esta descrição, genericamente correta, não tem, todavia, em conta as palavras que Diogo Esteves deixou em diversos pontos deste seu manuscrito e que importam para melhor percebermos os seus métodos de trabalho e as caraterísticas do manuscrito medieval que usou para colmatar as lacunas do *Livro do Conde* da Torre do Tombo.

Diogo Esteves revela-se, com efeito, muito rigoroso com o seu trabalho e denota ter como objetivo ser o mais fiel possível aos exemplares que estava copiando, assim como informar futuros leitores das caraterísticas e das fontes deste seu traslado. O seu rigor chega ao ponto de utilizar, como ele mesmo diz num prólogo introdutório (fólio inicial, não numerado) dois tipos diferentes de letras: uma, a que chama «letra latina», usa-a para o corpo do texto e para notas marginais constantes já dos manuscritos que estava copiando; outra, a que chama «letra de fazenda»[9], usa-a para anotações marginais que são de sua inteira responsabilidade e, por isso, não copiadas de manuscrito algum. Vale a pena atentar nas suas palavras relativas às passagens em que recorreu ao tal manuscrito antigo.

No fólio 237, após terminar de copiar o parágrafo 4 do título 37[10] do *Livro do Conde*, Diogo Esteves redige uma «Declaração». Diz aí que, no exemplar da Torre do Tombo, a este parágrafo se segue o parágrafo quinto, encabeçado por Garcia Pires Ladrão[11], o qual, neste seu traslado, vai copiado mais adiante, com início no fólio 241. Mas – prossegue – do conteúdo desse parágrafo de Garcia Pires «Ladrão» se vê claramente que não há ligação com o que o antecede e que, por isso, houve erro na cópia da Torre do Tombo, que deixou por copiar partes do texto, o que ainda se comprova pelo facto de não existir nessa cópia nenhuma indicação de começar o título 38, passando-se imediatamente do 37 para o 39. Mas Diogo Esteves preencheu essa lacuna, assim como uma outra, situada um pouco mais à frente, após o parágrafo 12 desse mesmo título 37, relativo a Ouroana Mendes, filha de Mendo Alão de Bragança. Eis, em palavras suas, como o conseguiu e como procedeu:

---

da linhagem dos Godinhos, por sua vez, não será, em rigor, uma lacuna, embora tenha sido interpretada como tal por Diogo Esteves da Veiga. É interessante notarmos que, na sua edição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Mattoso recorreu ao texto do *Livro do Deão* para colmatar a lacuna do início da linhagem dos Bragançãos. Este facto, apesar de corretamente sinalizado por Mattoso, nem sempre é tido na devida conta em estudos sobre o *Livro do Conde*.

9 São interessantes de ler as considerações que Rafael Bluteau tece sobre este tipo de letra, cujo uso se manteve até muito tarde: BLUTEAU 1712-1728: 88. Devo esta referência a Pedro Pinto, a quem agradeço.

10 Contrariamente ao que sucede com os outros dois nobiliários, o do Conde D. Pedro está dividido em títulos, por sua vez subdivididos em parágrafos.

11 Este «Ladrão» é, muito provavelmente, deturpação de «Ledrão», nome derivado do senhorio de Ledra, que lhe pertencia. Veja-se PIZARRO 1999: 232.

E querendo eu alcançar a uerdade disto achei hũ L*iur*o m*ui*to antigo E uelho em Lix*bo*a em poder de M*igu*el Godinho de Castel branco grande escodrinhador de linhagẽs que me tirou de toda a duuida (o que foy no anno de 1592) Porque uindo a tratar dos Bragançãos diz Titt*ol*o xxxbiij dos Bragançãos que começa em dom Mendo Alam de Bragança E dos que delle descenderõ. E logo indo discorrendo por seus §§ uay continuando atte dar no dito § de dõ Graçia P*ire*z Ladrão fl. 241[12] Por onde fica claro o q*ue* digo q*ue* houue erro ao tresladar E o dito erro passou ainda mais auante porq*ue* em se acabando o dito § de dona Ouroana Meendes fl. 248 começa Titt*ol*o xxxix de dõ Fafez Luz que ueo cõ o Conde dõ Henrrique *etc*. E no dito l*iur*o antigo E uelho que acima digo começa esta linhagẽ dos Fafez de m*ui*to mais t*em*po atras per esta ordẽ Titt*ol*o dos Godinhos E Fafez Este Conde [238r] dõ Fafez Sarracĩs *etc*. como se ue a fl. 248 *volta* Por onde não som*en*te ficou por tresladar no dito l*iur*o o que acima diguo dos Bragançãos mas ainda este cap*itul*o dos Godinhos. E Fafez. E por eu querer dar a estas linhagẽs o principio q*ue* lhe da o dito l*iur*o antiguo E uelho, o tresladei aqui, mayorm*en*te por me pareçer que por erro, como diguo, se não escreueo no dito l*iur*o do Conde dom P*edr*o donde se este treslada. Valha o que ualer, a my assi mo pareceo E por isso o escreuo cõ a declaração dita. E declaro que quoãto ao intittular dos §§ sera assi E da man*ei*ra q*ue* no dito l*iur*o do Conde dom P*edr*o esta escripto nomeando o de dõ Gracia P*ire*z Ladrão por quinto como elle nomea E assi os mais como estão porẽ os Bragançãos debaixo do titt*ol*o 38 cõ o dito principio E o de dõ Fafez Luz fl. 250 debaixo do titt*ol*o xxxix, como esta escripto, sem embargo de ficar intittulado pellos mesmos 39 o principio da linhagem, que começa Este Conde dom Fafez *etc* fl. 248 *volta* E cõ esta declaração comeca o titt*ol*o 38 seg*un*do o dito l*iur*o antiguo E uelho[13].

Qual era esse «livro antigo e velho» com que Diogo Esteves preencheu as lacunas do *Livro do Conde D. Pedro* da Torre do Tombo? É evidente que, a julgar pelos segmentos copiados, o seu conteúdo era quase idêntico ao dos testemunhos do *Livro do Deão* atualmente conhecidos, circunstância que, certamente, levou José Mattoso e Joseph Piel a identificarem-no com este nobiliário medieval. Julgo, porém, que essa identificação, embora não possa ser rejeitada, encontra algumas dificuldades, se, como parece razoável, confiarmos nas palavras de Diogo Esteves e aceitarmos o

12 Remissões deste tipo referem-se sempre às folhas da sua cópia, isto é, o próprio ms. *L*. Veja-se o que digo mais adiante.

13 Mais à frente (fl. 248r), imediatamente antes do ponto onde começa o segundo excerto copiado do livro antigo, há outra declaração, bem menos extensa e relevante: «O que se segue na uolta desta folha atte onde diz E fez em ella a molher de L*oren*co esteues de moles fl. 249 se tresladou do dito l*iur*o antigo E uelho que achei na mão de M*igu*el Godinho de Castel brãco de que digo desde as fl. 237 tee as fl. 238».

pressuposto de que ele se limitou a copiar escrupulosamente as palavras desse velho manuscrito nos segmentos em que o utilizou.

O que primeiro salta à vista nesses segmentos são as epígrafes iniciais, com indicações explícitas de títulos. Que essas epígrafes constavam do tal livro antigo, depreende-se não apenas da atitude de Diogo Esteves, de fidelidade às suas fontes, mas também das suas palavras na declaração atrás transcrita, nomeadamente quando diz: «Porque uindo [o livro antigo] a tratar dos Braganças diz Titt*ol*o xxxbiij dos Braganças que começa em dom Mendo Alam de Bragança E dos que delle descenderõ». E também quando diz: «no dito l*iur*o antigo E uelho que acima digo começa esta linhagẽ dos Fafez de m*ui*to mais t*em*po atras per esta ordẽ Titt*ol*o dos Godinhos E Fafez Este Conde dõ Fafez Sarracĩs». E ainda quando justifica a insólita existência, nesta sua cópia, de duas epígrafes do título 39: «E o de dõ Fafez Luz debaixo do titt*ol*o xxxix, como esta escripto, sem embargo de ficar intittulado pellos mesmos 39 o principio da linhagem». Estas epígrafes terão sido, portanto, copiadas do livro antigo que pertencia a Miguel Godinho Castelo Branco, mas nem elas equivalem às epígrafes correspondentes nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão* («Aqui começa o linhagem dos Braganças» e «Aqui se começa o linhagem do conde D. Fafes Sarracins onde vem os Godinhos que vem do nobelissimo sangue dos Godos» (MATTOSO e PIEL 1980: 161; 186)), nem este tem uma organização explícita em títulos, nem, se a tivesse tido, a sua numeração corresponderia à que aqui vemos. Este facto lança algumas dúvidas sobre a identificação do tal livro antigo copiado nestes segmentos do ms. *L* com uma cópia do *Livro do Deão*.

Não apenas nas epígrafes, mas também no interior dos segmentos copiados do tal livro antigo, vemos referência a títulos, concretamente no início da linhagem dos Godinhos: «E dõ Egas Fafez que seue casado cõ dona Orraca mendes de Sousa irmãa de dõ G*onça*lo de Sousa o boo, como se mostra no titt*ol*o 22». Esta remissão para o título 22 não existe, obviamente, nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão*. E importa notar o seguinte: sempre que Diogo Esteves introduz remissões para passagens deste seu manuscrito, utiliza o sistema, aliás comum na época, de se referir a folhas[14]. Dificilmente haverá, por isso, outra razão de ser para esta remissão que não a sua existência no livro antigo: a ter sido ela da responsabilidade de Diogo Esteves, remeteria para uma folha, não para um título. Assim sendo, esta é mais uma razão para duvidar de que o livro antigo fosse uma cópia do *Livro do Deão*, no qual não existe nenhum título 22. Caso semelhante ao desta remissão é, também no início da linhagem dos Godinhos, a de outra: «Este conde dõ Fafez Sarracĩz foy casado como açima diz cõ dona Ouroana Mẽdiz de Bragança fl. 248». A remissão para a folha 248 é, sem dúvida, da responsabilidade de Diogo Esteves; mas aquele «como

14 Este é um sistema muito cómodo, pois bastava introduzir o sinal «fl.» em cada remissão e deixar, após esse sinal, um espaço em branco que seria preenchido posteriormente, quando a cópia estivesse terminada.

açima diz» deve ter sido copiado do tal livro antigo, porque não corresponde à forma usada nas remissões internas para o próprio ms. *L*. Acresce que nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão*, não há alusões prévias a esse casamento.

Há, portanto, razões para pensarmos que o livro antigo referido em *L* poderia ser um nobiliário medieval que não o do Deão, ainda que de alguma forma aparentado com este (ou uma versão diferente do *Livro do Deão*). Naturalmente, a interpretação do estatuto de *L* tem consequências na fixação do texto do *Livro do Deão*, nomeadamente em passagens em que as divergências entre este manuscrito e os testemunhos deste nobiliário que abrangem as linhagens dos Bragançãos e dos Godinhos (os mss. *P*, *A2* e a edição de Caetano de Sousa, representante de dois manuscritos desconhecidos) afetam o conteúdo. Grande parte destas divergências diz respeito à presença ou ausência de palavras ou segmentos relativamente extensos. Veja-se, como exemplo, o início da linhagem dos Godinhos:

L	Outros testemunhos[15]
Tit*ollo* XXXIX **Dos Godinhos e Fafez**	**Aqui se começa o Linhagem do Conde D. Fafes Sarracins onde vem os Godinhos q*ue* vem do nomelissimo [*sic*] sangue dos Godos**
Este **conde** dõ Fafez Sarracĩz foy casado **como acima diz** cõ dona Ouroana Mẽdiz de Bragança e fez ẽ ella **ao dito** dõ Godinho Fafez **o uelho**. E este dõ Godinho Fafez **o uelho** foy casado cõ dona [espaço em branco] e fez ẽ ella Dõ Fafez Luz que foy muy boo e ricomẽ **m*ui*to honrado** e foy Alferez do Conde dõ Anrique **e ueyo cõ elle a Portugal**	Este D. Fafes Sarracim foi cazado com D. Ouroana Mendes **irmã de D. Fernão Mendes o Velho** de Bargança, **e foi bom rico homem, e morreo com grão peça de Cavaleiros quando lidou ElRey D. Garcia de Portugal com ElRey D. Sancho de Castella, e foi entom prezo elRey D. Garcia delRey D. Sancho seu irmão** e fege nella D. Godinho Fafez, **o q*ue* edificou fonte arcada, e o coutou,** e este D. Godinho foi cazado, e fege nella D. Fafez Luz q*ue* foi bom rico homem, e Alferes do Conde D. Henrrique

15 Transcrevo a edição de Caetano de Sousa, p. 191. As divergências de *A2* e P não têm relevância para o que aqui me interessa.

Em casos como este, a tendência da edição de Mattoso e Piel, que não têm dúvidas quanto à identificação do texto de *L* com o *Livro do Deão*, é a de reunir todas as passagens, assumindo assim, implicitamente, que as divergências resultam sempre de omissão dos copistas, ora de *L*, ora dos restantes testemunhos (ou do seu antecedente comum). Eis, nesse sentido, como editam o início da linhagem dos Godinhos[16]:

> AQUI SE COMEÇA O LINHAGEM DO CONDE DOM FAFES SARRACINS, ONDE VEM OS GODINHOS, QUE VEM DO NOBELISSIMO SANGUE DOS GODOS
> Este dom Fafes Sarracins foi casado com dona Ouroana Mendes, irmã de dom Fernão Mendes, o Velho, de Bargança, e foi bom rico homem, e morreo com grão peça de cavaleiros, quando lidou el rei dom Garcia de Portugal com el rei dom Sancho de Castela, e foi entom preso el rei dom Garcia d'el rei dom Sancho, seu irmão. E fege em ela dom Godinho Fafes, o Velho, o que edificou Fonte Arcada e o coutou. E este dom Godinho foi casado com dona –, e fege em ela dom Fafes Luz, que fui mui bom rico homem, muito honrado, e foi alferes do conde dom Henrique, e veio com ele a Portugal.

Se, porém, aceitarmos a validade dos raciocínios atrás expostos, e, consequentemente, a dúvida sobre o estatuto do texto antigo copiado em *L*, é inevitável que nos questionemos sobre a legitimidade, ou a pertinência, deste critério. Adotando-o, estaremos a corrigir falhas decorrentes da transmissão manuscrita do *Livro do Deão*, ou a construir um texto que nunca existiu?

2. A edição Mattoso/Piel: disposição textual

Vejamos agora algumas importantes opções da edição Mattoso/Piel e como essas opções podem condicionar novas edições. Nunca será demais salientar que a edição Mattoso/Piel dos nobiliários medievais portugueses[17] é uma excelente edição que representou um grande e indesmentível passo em frente com respeito às suas antecessoras, resolvendo vários problemas de uns textos por vezes de muito difícil compreensão, ou visivelmente deturpados, e tornando-os facilmente consultáveis. Poucas edições (se alguma) de textos medievais portugueses tiveram tanta importância no desenvolvimento de estudos de vário tipo sobre essa época. Sobretudo o grande impulso que o estudo da nobreza portuguesa dos séculos XII a XIV conheceu a partir dos anos 1980 está diretamente relacionado com estas edições, sem as quais seria impensável. Mas, justamente por tudo isto, a edição Mattoso/Piel

16 Cito, por comodidade, em texto corrido, não adotando a disposição gráfica desta edição, da qual me ocuparei mais à frente.

17 No caso do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a edição é de inteira responsabilidade de José Mattoso.

dos nobiliários, e neste caso a do *Livro do Deão*, não pode deixar de condicionar o trabalho de novos editores deste mesmo texto[18].

Um dos aspetos em que isso se verifica é o da disposição e organização textual, tanto do ponto de vista gráfico, como no da divisão em unidades de sentido. Para percebermos a importância destas questões, importa atentar, brevemente, na forma como o texto se apresenta nos testemunhos existentes e nas edições prévias à de 1980. Em todas as cópias conhecidas, o texto do *Livro do Deão* aparece de forma compacta, entremeado apenas por epígrafes, tal como muitos outros textos em prosa. Esta disposição, certamente a original, foi mantida pelas edições de Caetano de Sousa e de Herculano, mas constitui, como facilmente se compreenderá, um potencial obstáculo à leitura e consulta de um texto do tipo genealógico, cujo conteúdo é constituído, em 70 a 80%, por nomes próprios e respetivas relações de filiação. Quem estivesse interessado na identificação e/ou filiação de tal ou tal indivíduo teria, as mais das vezes, de passar por uma penosa busca por entre uma massa de nomes e indicações de relações de parentesco. E se a edição de António Caetano de Sousa tinha um índice final de nomes (embora muito pouco prático, por razões que aqui não cabe desenvolver), a de Herculano, aliás notável a vários títulos, nem isso tinha[19].

Para obviar a estas dificuldades e tornar o texto facilmente consultável, José Mattoso[20] recorreu a uma série de estratégias. Por um lado, tratou o texto de modo a tornar visíveis as relações de filiação e a sucessão de gerações, utilizando, para isso, uma disposição gráfica que vinha sendo adotada, de há muito, em textos deste tipo; por outro lado, criou um sistema de classificação alfanumérico para a sucessão de gerações, tudo segundo o seguinte modelo:

A	1.	X casou com Y e fez em ela a b [Descendência de b]
B (de A1)	2.	a casou com c e fez em ela d e [Descendência de e]
C (de B2)	3.	d casou com f e fez em ela g h

18 Particularmente, edições em formato físico. Nem todas as questões de que tratarei se aplicam, ou se aplicam da mesma maneira, a edições digitais.

19 A reedição do texto desta edição levada a cabo nos anos 1960 contornou parcialmente esta dificuldade, incluindo um índice onomástico.

20 Assim digo, e não José Mattoso e Joseph Piel, em virtude da nota que identifica as responsabilidades de cada um, e à qual já aludi: MATTOSO e PIEL 1980: 20.

A adoção deste sistema tem, pelo menos, três importantes consequências práticas: torna a mancha gráfica menos pesada, possibilita a localização cómoda dos diferentes indivíduos ao longo do texto e, por via disso, permite a elaboração de índices (onomásticos, toponímicos e ideográficos) especialmente claros e eficazes.

A construção deste sistema de referenciação e correlativa indexação exige, pelo menos, dois requisitos. É necessário, antes de mais, identificar corretamente todas as passagens em que o mesmo indivíduo é mencionado, ainda que o seja de formas diferentes (por erros de copistas ou por outras razões). Paralelamente, é necessário dividir com precisão o texto em segmentos (aos quais podemos chamar, por facilidade de expressão, «linhagens»). O primeiro destes requisitos é, geralmente (mas nem sempre), facilitado pelo próprio texto, através do recurso a expressões do tipo «Este/esta X», «X suso dito», «Ora tornemos a X», «X irmão/irmã de Y», e outras do mesmo tipo. O segundo levanta vários problemas.

A delimitação e numeração de segmentos textuais é imprescindível para a construção do sistema, pois é ela que fornece o primeiro elemento distintivo a ser utilizado nos índices e em citações. De acordo com o modelo atrás deixado, se estivéssemos a falar da terceira linhagem do livro, a entrada do índice relativa ao indivíduo *d*, por exemplo, remeteria para «3B2» e «3C3», da seguinte forma:

D: filho de *a*, casado com *f*: 3B2, 3C3.

Pode, à primeira vista, pensar-se que a um editor do *Livro do Deão* que utilize este sistema basta numerar as unidades textuais – as «linhagens» – indicadas como tal pelo próprio texto. Todavia, as coisas não são assim tão simples. De facto, no texto do *Livro do Deão*, tal como o conhecemos, é possível detetar duas organizações textuais distintas. Na sua edição, Mattoso e Piel não seguiram completamente nenhuma delas. Novos editores podem, por isso, não se sentir obrigados a reproduzir, neste aspeto, as opções da edição de 1980; mas convém que tenham presentes as possíveis consequências dessa sua atitude.

Tal como já disse, o texto aparece, nos testemunhos conhecidos e nas edições prévias à de 1980, entremeado por epígrafes: 24[21] no total. Dir-se-ia, por isso, que o texto se divide em 24 unidades, ou «linhagens». Contudo, o prólogo da obra refere o nome de 30 indivíduos que viveram no tempo do rei Afonso VI de Castela e Leão (r. 1065-1109) e aos quais considera os «padroens onde descendem os filhos d'algo» (MATTOSO e PIEL 1980: 62). O prólogo indica, assim, que a estrutura do livro é uma sucessão de trinta linhagens, encabeçadas por cada um desses indivíduos. Embora alguns desses fundadores não voltem a ser mencionados (Mattoso e Piel notaram isso mesmo, sendo essa uma das razões que os levam a falar num texto original que seria mais extenso do que o conhecido; MATTOSO e PIEL 1980: 18), as divergências

21 25 em *A2*, que visivelmente acrescentou por sua conta uma nova epígrafe.

entre as epígrafes e o prólogo não se explicam apenas, como veremos, por esse facto. Mattoso e Piel, por sua vez, dividem o texto em 23 unidades numeradas (segundo o exige o sistema que adotam). A seguinte tabela sistematiza estas três divisões:

Prólogo	Epígrafes	Ed. Mattoso/Piel
Egas Gomes de Sousa		1 [Sem epígrafe]
Gonçalo Trastamires da Maia	Irmãs de Gonçalo de Sousa	2 Irmãs de Gonçalo de Sousa
Mendo Alão de Bragança	Ouroana Mendes, irmã de Gonçalo de Sousa	3 Ouroana Mendes, irmã de Gonçalo de Sousa
Egas Gosendes de Riba do Douro	Urraca Mendes, irmã de Gonçalo de Sousa	4 Urraca Mendes, irmã de Gonçalo de Sousa
Moninho Veegas de Riba do Douro	Mendo, o Sousão	5 Mendo, o Sousão
Pedro Truitosendes de Pavha[22] de Riba do Douro	Gonçalo Trastamires	6 Gonçalo Trastamires
Suer Guedaz, o da Vársea	Pai Romeu	7 Gonçalo Mendes da Maia
Fafes Serraciis de Lanhoso	Taveiras[24]	8 Pero Truitosendes
Egas Paes de Bouro e de Penagate	Pero Afonso Longos	9 Munho Veegas
Guterre Alderete da Silva	Maria Gomes de Briteiros	10 Moço Viegas
Pai Guterres de Tivhaens	Gonçalo Mendes da Maia	11 Egas Gosendes de Riba do Douro
Vasco Nunes de Barvães	Pero Truitosendes	12 Bragançãos
Rodrigo Froiaz de Trastamar	Munho Veegas	13 Aires Nunes
Vermuim Peres	Moço Viegas	14 Goido Araldes de Baião [Epígrafe reconstruída]
Nuno de Celanova	Egas Gosendes de Riba do Douro	15 Tainha, filha de Suer Guedes que fez Várgea
Airas Carpinteiro	Bragançãos	16 Aires Carpinteiro
Pai Reimondo	Aires Nunes	17 Fafes Sarracins
Airas Nunes	Tainha, filha de Suer Guedes que fez Várgea	18 Goter Alderete da Silva
Alvaro Fernandes	Aires Carpinteiro	19 Pedro Pires de Trava
Pero Nunes	Fafes Sarracins	20 Vermuim Pires de Trava
Nuno Osores	Goter Alderete da Silva	21 Gueda, o Velho
Toure Travea[23]	Pedro Pires de Trava	22 Vasco Gomes
Godinho Veegas de Vilar de Frades	Vermuim Pires de Trava	23 Egas Paes de Randufe [Epígrafe reconstruída]
Pedro Formareguiz	Gueda, o Velho	
Diogo Gonçalves	Vasco Gomes	
Soeiro de Brito		
Airas Calvo de Buiro		
Pero Pires de Trava		
Nuno Soares d'Egrijó		
Egas Soares Usurei, de Cucujães		

22 Ou seja, de Pavia (Paiva). Os testemunhos mantêm, por vezes, o <h> com valor de /i/.

23 Provável deturpação de «Touris Sarna», forma que aparece noutra passagem.

24 Segundo a lição de A1; os restantes testemunhos têm «Carvoeiro».

A divergência entre a divisão indicada pelo prólogo e a divisão indicada, no texto, pelas epígrafes tem duas razões: a ausência, no texto, de linhagens referidas no prólogo e o facto de algumas epígrafes dividirem linhagens que, segundo o prólogo, seriam unitárias. Um exemplo desta última situação ocorre no início, com os Sousas. O texto começa com o seguinte encadeamento de indivíduos (omito nomes que não interessam para o problema de que trato):

Egas Gomes de Sousa (irmão de **Sancha Gomes**) ∞[25] Gontinha Gonçalves
Mem Viegas ∞ Tareja Fernandes
Gonçalo de Sousa
Soeiro Mendes
Châmoa Mendes
Oroana Mendes
Urraca Mendes
Gonçalo de Sousa [1.º casamento] ∞ Dórdia Viegas
Gonçalo de Sousa [2.º casamento] ∞ Urraca Sanches
Mendo

Com base nesta sequência, desenvolve-se, sucessivamente, a descendência de Gonçalo de Sousa, de Sancha Gomes, de Châmoa Mendes, de Ouroana Mendes, de Urraca Mendes e de D. Mendo (os quais destaco em negrito no esquema). Ou seja, estamos, em rigor, perante uma linhagem encabeçada por Egas Gomes de Sousa (tal como indica o prólogo), da qual se vão seguindo, por ordem de gerações, as linhas de descendência. O que sucede é que, provavelmente por razões pragmáticas, cada uma dessas linhas foi autonomizada e antecedida por uma epígrafe, o que explica a divergência com o prólogo.

Como agiram Mattoso e Piel? No caso que acabo de comentar, aceitaram a divisão indicada pelas epígrafes e numeraram cada uma das linhas por elas iniciadas de I a V. Mas nem sempre seguiram este critério. Veja-se o caso do «capítulo» VI segundo a numeração da sua edição. Esse «capítulo» inclui quatro epígrafes, que anunciam, respetivamente, o início das linhagens de Pai Romeu, dos Taveiras, de Pero Afonso de Longos e de Maria Gomes de Briteiros. Contrariamente ao que sucede com o exemplo anterior, neste caso, Mattoso e Piel não autonomizaram os segmentos encabeçados por essas epígrafes. Apesar de distinto, o procedimento de Mattoso e Piel faz sentido. Com efeito, no caso dos Sousas, o indivíduo referido em cada uma das epígrafes é o elemento mais recuado dos segmentos genealógicos encabeçados por cada uma delas (os quais abrangem várias gerações ao longo de

25 *i.e.*, casado com.

séculos), e isso não sucede necessariamente com os segmentos iniciados por aquelas quatro epígrafes. Veja-se o caso do segmento encabeçado pela epígrafe indicando o início da linhagem de Maria Gomes de Briteiros. Após dar conta das linhas de descendentes de Maria Gomes, até aos trinetos, o texto prossegue com Soeiro Mendes da Maia, que viveu duzentos anos antes de Maria Gomes de Briteiros e pertence à geração dos netos de Gonçalo Trastamires, indivíduo com que se inicia esse «capítulo» VI e é, de facto, um dos fundadores mencionados no prólogo. A consideração de uma linhagem encabeçada por Maria Gomes de Briteiros e da qual faria parte Soeiro Mendes da Maia (e descendentes) não tem sentido, tendo sido essa a razão que levou Mattoso e Piel a procederem, neste caso, diferentemente do que fizeram com os Sousa[26]. Julgo, aliás, haver razões para pensarmos que pelo menos algumas das epígrafes não constavam do texto original e foram posteriormente introduzidas por copistas. De facto, cinco das epígrafes (nenhuma das quais relativa a indivíduos mencionados no prólogo) estão erroneamente situadas: a epígrafe anunciando o início da linhagem das irmãs de Gonçalo de Sousa localiza-se, em todos os testemunhos, em 1L5 (na numeração da edição Mattoso/Piel), mas deveria estar em 2A1, e o mesmo fenómeno ocorre nos casos relativos aos inícios das linhagens de Paio Romeu, erroneamente situada em 6B6; Taveiras, erroneamente situada em 6G9; e Maria Gomes de Briteiros, erroneamente situada em 6AR10. A anomalia na localização destas epígrafes foi detetada por Mattoso e Piel[27], que as deslocaram para o local devido. E pode ainda acrescentar-se um caso não detetado por eles, o da epígrafe anunciando o início da linhagem de Pero Afonso Longos, localizada, nos testemunhos conhecidos e na edição de 1980, em 6T9, quando deveria estar em 6W6[28].

Tendo em conta que as epígrafes de manuscritos medievais são, normalmente, destacadas graficamente (com tinta de cor diferente, por exemplo), o que torna difícil que sejam colocadas em locais errados por copistas, uma explicação plausível para estas anomalias é que estejamos na presença do que seriam originalmente anotações marginais, deixadas por algum leitor por razões pragmáticas e posteriormente transformadas por copistas em epígrafes e inseridas como tal em local indevido. Em contrapartida, Mattoso e Piel destacaram dois segmentos que, nos testemunhos, nada têm que sinalize a sua autonomia. Refiro-me, como se pode ver na tabela acima, aos «capítulos» XIV e XXIII da sua edição. Uma vez mais, guiaram-se pelo critério

---

26 Como dizem, «este sistema levou a não considerar início de novos capítulos certas rubricas que interrompiam sem qualquer razão a sequência genealógica», MATTOSO e PIEL 1980: 19.

27 E algumas também por copistas dos manuscritos conhecidos.

28 Devo esta observação ao Professor José Augusto de Sottomayor Pizarro. Sucede que quem introduziu esta epígrafe confundiu Pedro Afonso Ribeiro (que é referido em 6T9) com Pedro Longos. Na recente edição, esta epígrafe foi deslocada para o seu devido lugar, tal como as restantes aqui mencionadas.

genealógico, pois há, em ambos estes casos, uma evidente quebra na sucessão genealógica entre os finais dos «capítulos» XIII e XXII segundo a numeração de Mattoso e Piel e os segmentos seguintes.

Novos editores do *Livro do Deão* são livres de não aceitarem todas, ou algumas, destas escolhas de Mattoso e Piel. Podem, por exemplo, considerar todo o segmento dos Sousa como uma linhagem só, ou autonomizar os segmentos encabeçados pelas epígrafes do «capítulo» VI (mais dificilmente não autonomizarão os segmentos correspondentes aos capítulos XIV e XXIII). Isso terá, contudo, uma importante consequência, que é obrigar a refazer o sistema de classificação das gerações construído por Mattoso e Piel. Mas, e uma vez que esse sistema tem servido, ao longo de 40 anos, para citações em numerosos e variados estudos, será pertinente, ou viável, essa opção? Numa escala evidentemente diferente, seria o equivalente a alguém produzir uma edição da Bíbilia refazendo o sistema de versículos[29]...

3. A edição Mattoso/Piel: erro textual/erro histórico

Vejamos, por último, outro dos aspetos da edição Mattoso/Piel passíveis de reflexão. Como é normal numa edição crítica, um dos seus objetivos é o de corrigirem erros decorrentes do processo de cópia do texto. Uma vez que estamos a falar de uma obra do século XIV que chegou até nós em manuscritos 300 ou 400 anos posteriores ao momento em que foi escrita, é evidente que haverá muitos erros a corrigir. Porém, nem sempre será fácil identificar esses erros e perceber a sua origem. Entre várias razões, sobretudo por esta: o texto é composto, como disse, em cerca de 70 a 80%, por nomes e respetivas relações de parentesco. Esses nomes e essas relações correspondem, segundo a intenção e objetivos do texto, a informações verdadeiras, mas, por mais que esse tenha sido o objetivo, nenhuma construção genealógica é neutra, muito menos infalível. É lícito, pois, que nos interroguemos: como identificar um erro nestas circunstâncias, e a quem o atribuir? Mais concretamente, até que ponto podemos, ou não, identificar erros históricos com erros textuais? Porque se é inevitável que a sucessão de cópias tenha provocado muitos erros, não será menos inevitável que o próprio autor tenha também errado em nomes e/ou em relações de parentesco. Afinal, ele construiu o texto com base em fontes que nos são totalmente desconhecidas, refere-se frequentemente a indivíduos que viveram muito antes dele e tinham, por vezes, nomes entretanto caídos em desuso ou propícios a confusões. E se aos editores compete corrigir erros dos copistas, o mesmo não se dirá, pelo

29 Por esta razão, a recente edição mantém a divisão em «capítulos» numerados estabelecida pela de Mattoso e Piel, embora assinale graficamente o início e o final dos segmentos genealógicos abrangidos pelas epígrafes que não abrem novos «capítulos».

menos, de todos os erros cometidos pelo autor, sob pena de assumirem um papel mais de genealogistas do que de editores. As fronteiras, contudo, podem ser ténues.

Em termos gerais (haverá exceções que aqui não cabe indicar), diria que o pressuposto da edição de Mattoso e Piel é o de que, se há uma informação incongruente ou historicamente errada, isso deve-se a erros dos copistas e os editores devem corrigi-la, até onde seja possível. Isto implica, por vezes, não apenas o recurso (ainda que implícito) ao conhecimento histórico, mas também ao texto dos dois outros nobiliários medievais, o *Livro Velho* e o *Livro do Conde D. Pedro*. O facto de os três nobiliários se referirem, muitas vezes, aos mesmos indivíduos, e a possibilidade de o *Livro Velho* e o *Livro do Deão* terem sido fontes do *Livro do Conde*[30] torna esta opção compreensível. Mas, por outro lado, o facto de serem obras diferentes, de autores diferentes e com propósitos diferentes (segundo é bem visível nos respetivos prólogos) lança dúvidas sobre esta opção. Mesmo o recurso ao conhecimento histórico poderá levantar dúvidas em alguns aspetos e ser um auxiliar importante ou imprescindível, noutros.

Atentemos em alguns exemplos de tudo quanto acabo de dizer, comentando as possíveis vantagens e desvantagens destes métodos. Lê-se em todos os testemunhos do *Livro do Deão*, numa passagem do «capítulo» IX de acordo com a numeração estabelecida pela edição de Mattoso e Piel (abstraio de diferenças ortográficas e outras, irrelevantes): «E Urraca Gil foi cazada com Pero Ouriguez de Nobrega e fez em ela João d'Aboim». Do ponto de vista linguístico, não há aqui nenhum problema (este é, de resto, o tipo de frase mais repetido ao longo dos livros de linhagens). Também não há incongruência, pois Pedro Ourigues não é mencionado em nenhuma outra passagem, e Urraca Gil apenas o é quando se trata dos seus pais e descendência deles, mas aí não se indica com quem foi casada. Todavia, Mattoso e Piel editam este trecho do seguinte modo:

> E Urraca Gil foi casada com [...]
>
> [E a sobredita Maria Veegas, filha de Egas Lourenço, foi casada com] Pero Ourigues de Nóvrega, e fez em ela
> João d'Aboim[31] (MATTOSO E PIEL 1980: 140s).

30 As possíveis relações de dependência entre os três livros de linhagens não são fáceis de estabelecer, exceto, evidentemente, que o *Livro do Conde D. Pedro* não foi fonte de nenhum dos outros, e que o *Livro Velho* não teve nenhum dos outros como fonte.

31 Segundo as convenções adotadas pela edição, reticências entre parêntesis retos indicam lacunas, texto entre parêntesis retos indica segmentos que não existem nos testemunhos.

Foi, certamente, a circunstância de Pedro Ourigues da Nóbrega ser uma figura histórica bem conhecida e saber-se o nome da sua mulher que conduziu a esta solução. Além disso, Maria Viegas é trineta de Mónio Viegas, um dos indivíduos mencionados no prólogo e com o qual se inicia este «capítulo» IX, sendo, por isso, referida previamente (o que explica aquele «sobredita»). A solução de Mattoso e Piel é, por isso, plausível, embora arriscada (o texto original poderia conter mais informações ou ter outra forma)[32]. Temos, assim, um exemplo de como o recurso ao conhecimento histórico é imprescindível para se detetarem problemas no texto, mesmo que se decida não o usar como base de reconstruções/correções.

Podemos, até, ir mais além do que a edição de 1980 na identificação de possíveis passagens problemáticas. Assim, por exemplo, um dos indivíduos mencionados no prólogo é Soeiro de Brito, do qual não se volta a falar. Como já notou Almeida Fernandes (1990: 369), é possível estarmos perante uma deturpação de Oeiro (ou Oer) de Brito, uma figura histórica contemporânea de Afonso VI (época em que, recorde-se, viveram, segundo o texto, os fundadores das linhagens), cujo nome, pouco comum em épocas posteriores, teria sido transformado num, mais corrente, «Soeiro». Outro caso: em 18F7, todos os testemunhos (e também a edição de Mattoso e Piel) referem uma «lide de Pellicas», em que João Nunes de Lara I foi preso e trazido à presença do rei D. Dinis. Pela leitura de crónicas castelhanas da época, percebe-se que se trata de um confronto ocorrido na localidade de Peleas (Zamora) (Saracino 2014: 166)[33], pelo que pode haver aqui um erro. Ainda que o editor não se sinta à vontade para corrigir estas passagens, ganhará em estar consciente dos possíveis problemas que contêm[34].

O recurso aos dois outros nobiliários para detetar ou corrigir erros é, talvez, mais arriscado. Vejamos um caso paradigmático, o do início do «capítulo» XIV. Esta tabela mostra o que se lê nos testemunhos e na edição Mattoso/Piel:

---

32 Por esta razão, a recente edição indica a existência de lacuna textual nesta passagem, mas não procede à sua reconstrução, limitando-se a referir a solução adotada por Mattoso e Piel no respetivo comentário. Algum editor poderia, no entanto, e em sentido contrário, ir mais além no processo reconstrutivo, supondo, por exemplo, que Urraca Gil era casada com um Pedro, cujo nome teria motivado um erro por proximidade de trechos idênticos (casada com Pedro… casada com Pedro). Só o conhecimento histórico, porém, permitiria, em qualquer caso, detetar a anomalia.

33 «Peleas» é também a forma usada no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*: Mattoso 1980: 158.

34 Estas duas passagens, tal como outras do mesmo tipo, são comentadas na recente edição.

Testemunhos[1]	Ed. Mattoso/Piel[2]
Payo Soares onde vem os de Cequiavi, Aldonça Nunes filha de Nuno Fernandes, e neta de D. Fernando Armentares, [e o sobredito D. Sueyro Mendes, que fez o mosteiro de Vargea] e Dom Fernando foi casado com hũa dona, e fege nella Nuno Velho, Payo Soares de Armentares, onde vem os de Cequiavi [*sic* tudo] e os de Ayro e D. Maria Soares a Taranha, e D. Gontinha Soares. Esta Dona Gontinha Soares foi casada […]	[XIV] [AQUI SE COMEÇA O LINHAGEM DE DOM GOIDO ARALDES DE BAIAM] [*Dom Goido Araldez foi casado com uma dona e fez em ela dous filhos: o primeiro filho houve nome Troitosendo Gueendes. que fundou o moesteiro do Paaço, como de suso dito é; e o outro filho houve nome dom Soer Gueendes, que fundou o moesteiro de Varzea de Cádavo*]. E o sobredito dom Sueiro [Gue]endes, que fez o mosteiro de Várgea, foi casado com uma dona e fege nela Nuno Velho e dona Maria Soares [e dona Leogunda Soares], a Taranha, e dona Gontinha Soares. Esta Gontinha Soares foi casada […]

Não é necessário deter-me em todas as operações e raciocínios que conduziram a esta solução (alguns explicitados pelos editores, outros dedutíveis). Em termos gerais, o que se passa é o seguinte. Percebe-se que o excerto dos testemunhos aqui transcrito não tem relação com o texto antecedente, o que indicia o começo de uma nova linhagem. Por outro lado, a primeira epígrafe que se segue à porção de texto iniciada por este segmento diz: «Aqui se acaba o linhagem de Nuno Velho, e começa-se o de Tainha[3], filha de Dom Suer Guedes, que fez Várgea». Isso mostra que o segmento prévio a esta epígrafe (ou seja, o segmento a que pertence o excerto aqui transcrito) referia, no seu início, os irmãos Nuno Velho e Tainha, filhos de Soeiro Guedaz (ou Gueendes), e prosseguia, de acordo com a estrutura habitual do livro, com as linhas de descendência de Nuno Velho. Terminada esta, volta-se atrás, e desenrolam-se as linhas de descendência de Tainha, autonomizando-as com recurso a uma epígrafe, tal como acontece com o exemplo dos Sousa que atrás comentei. A solução da edição é, pois, compreensível[4]. Porém, para reconstruir o texto,

1 Transcrevo o texto da edição de Caetano de Sousa (p. 185). O trecho entre parêntesis reto está à margem nessa edição, o que significa que constava da cópia de Pedrosa, mas não da de Afonso de Torres (recorde-se o que digo no início, sobre as caraterísticas dos manuscritos utilizados por Sousa na sua edição). O mesmo trecho consta também dos manuscritos *P* e *A2*.

2 Mantenho as convenções gráficas da edição, mas disponho o texto de forma corrida.

3 «Taranha», no excerto transcrito.

4 Também é compreensível a omissão do confuso segmento iniciado por «Payo Soares onde vem os de Cequiavi», cuja função naquele lugar não se entende. Mattoso e Piel deslocam-no, com reformulações, para um momento posterior, onde parece fazer genealogicamente sentido, ainda que não deixem de expor muitas

Mattoso e Piel recorreram ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, concretamente ao início do título 42, de onde copiaram, com alterações, as passagens em itálico. Pois bem, o recurso ao *Livro do Conde* neste segmento é passível de discussão, e não apenas pelas razões gerais de que atrás falei. Uma das diferenças de conceção entre os diferentes nobiliários medievais é o âmbito cronológico. Enquanto, como vimos, o conteúdo do *Livro do Deão* não vai além da época de Afonso VI, quer o *Livro Velho*, quer o *do Conde* iniciam, normalmente, as linhagens em épocas bem mais recuadas. É comum, por isso, encontrarmos no *Livro do Conde* os antepassados dos primeiros indivíduos das respetivas linhagens indicados no *Livro do Deão*. Ora, uma vez que Soeiro Guedaz da Várzea é um dos fundadores mencionados no prólogo do *Livro do Deão*, parece-me provável que fosse com ele (e não com seu pai, nem com seu irmão) que se iniciava, originalmente, este segmento do *Livro do Deão*, e que o *Livro do Conde* tenha acrescentado por sua conta os antecedentes. Estaremos, assim, perante um bom exemplo dos potenciais riscos de se recorrer ao texto de um dos nobiliários para corrigir erros de algum dos outros[5].

Terminando

Haveria muitas outras situações a comentar, mas creio que as de que aqui tratei são uma boa amostra do tipo de questões decorrentes de duas tarefas logicamente prévias (mas não menos relevantes) à realização de uma nova edição do *Livro do Deão*: analisar detidamente a tradição manuscrita da obra e a edição de referência, a de José Mattoso e Joseph Piel. Se a primeira destas tarefas é comum a qualquer novo processo editorial, a segunda nem sempre será imprescindível. Porém, neste caso, é-o, e por várias razões. A edição Mattoso/Piel desbastou com eficácia muitas das asperezas de um texto que, pelas suas caraterísticas e pela forma como nos chegou, é francamente difícil. Tornou-o, assim, mais compreensível e utilizável, criou pontos de referência e definiu ferramentas, incluindo algumas que podem servir para a melhorar, ou dela nos afastarmos. Há, e haverá sempre, um antes e um depois da edição Mattoso/Piel na história editorial dos nobiliários medievais. Aplica-se-lhe, com pertinência total, a célebre frase medieval dos anões aos ombros de gigantes.

---

dúvidas. Não é impossível, diria, que estejamos perante mais um caso em que uma nota marginal foi inserida no interior do texto em algum momento da sua transmissão.

5 Mas haverá também a ter em conta que não seguir as opções da edição Mattoso/Piel neste passo pode obrigar a refazer o sistema de classificação das gerações. Por isso, a recente edição, embora não adote a reconstrução do início do «capítulo» XIV elaborada por Mattoso e Piel, mantém, sem alteração, a numeração das gerações, opção explicada em comentário final. A explicação que forneço neste trabalho é, contudo, mais extensa e detalhada.

Bibliografia

Askins, Arthur *et al.* – bitagap: *Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*. Disponível em <https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/index.html>. Consult. 25 jul. 2022.

Bluteau, Rafael (1716) – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Silva. Vol. v, p. 88.

Catalán, Diego e Andrés Maria Soledad de, eds. (1970) – *Crónica General de España de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos Don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos; Fundación Ramón Menéndez Pidal.

Fernandes, Armando de Almeida (1990) – *História de Lalim. Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro*. Lamego: Câmara Municipal.

Mattoso, José e Piel, Joseph, eds. (1980) – *Livros Velhos de Linhagens.* Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. i).

Mattoso, José, ed. (1980) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. ii).

Moreira, Filipe Alves e Ferreira, João Paulo Martins, eds. (2019-2020; 2022) – *Livro de Linhagens do Deão.* Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. xi).

Pizarro, José Augusto de Sottomayor (1999) – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.

Portugaliae Monumenta Historica (1860) – Scriptores. Vol. i. Fasc. ii e iii. Lisboa: Academia das Ciências.

Saracino, Pablo, ed. (2014) – *Crónica de Sancho IV*. Buenos Aires: Secrit.

Sousa, António Caetano de (1739-1748) – *Provas da história genealógica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Officina Sylviana. 6 vols.

Tarouca, Carlos da Silva (s.d.) – *Catálogo dos manuscritos da biblioteca dos Duques de Cadaval*. 2 vols. (Datilografado).

Sobre a transmissão da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* [1]

Elena Lombardo
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

Neste artigo, discuto a transmissão textual da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião* e apresento uma primeira proposta de estema.
A *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* é um texto quinhentista, anónimo, que descreve os eventos relacionados com a batalha de Alcácer-Quibir (1578). É transmitida, pelo que se sabe atualmente, por cinco manuscritos. O Mss. 2422, n.° 41 da BNE (M) e o COD. 13282 da BNP (L), ambos do século XVII, contêm uma narração curta, em 23 capítulos. O manuscrito CIII/1-14 da Biblioteca Pública de Évora (E) é datado do século XVIII e contém uma narração mais extensa. Existem, ainda, dois testemunhos indiretos, ambos da Biblioteca da Ajuda: o 54-X-10 (A1), de finais do século XVI, e o 49-XII-1 (A2), de finais do século XVII.
Debrucei-me inicialmente sobre a história da leitura e da transmissão deste texto em Lombardo (2019). Neste trabalho, estudei a colocação pronominal nos três testemunhos diretos, com o objetivo de verificar se a versão contida nos manuscritos M e L seria a originária e a versão eborense uma reelaboração dela por um cronista/copista posterior, ou se se trataria do contrário – a versão eborense a primeira, e a outra um resumo desta. Os resultados então obtidos sugeriam que a versão transmitida por E não foi redigida no século XVIII, mas não encerravam a questão.
No presente artigo, volto a abordar a transmissão da *Crónica* valendo-me de outra metodologia – a colação –, com o objetivo de aprofundar e ampliar a discussão. A análise dos testemunhos diretos revelou que os manuscritos M e L não têm relações de dependência direta e descendem de um antígrafo comum, enquanto E pertence a um ramo diferente da tradição. Quanto à cronologia das versões do texto, admito existirem bases para sustentar a precedência da versão transmitida pelo manuscrito eborense, mas não dou a questão por encerrada.

1. A *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião*

A *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião* é um texto quinhentista que tem por objeto os acontecimentos políticos no norte da África (hoje, Marrocos) entre 1573 e 1578. A narração abrange as lutas pela sucessão que levaram o Xarife Mulei Mohammed (Mulei Mahamet) a procurar a ajuda dos portugueses e relata a organização e o desfecho da intervenção militar dos próprios portugueses chefiados por D. Sebastião.

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., e realizou-se com o apoio à investigação de doutoramento (SFRH/BD/145444/2019), também pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P.

Apesar de ter sido transmitida sem indicação explícita de autoria, depreende-se que foi escrita por um criado do senhor D. António, Prior do Crato (1531-1595)[2]. O autor esteve em Ceuta e Tânger em 1574, na primeira Jornada a África[3], fez parte da segunda Jornada, combateu em Alcácer-Quibir[4] e foi feito prisioneiro e levado para Fez[5].

A redação da *Crónica* teria começado já durante os primeiros meses de cativeiro, como revelam vários trechos[6]. O objetivo seria o de registar «o tam novo, e desacustumado sucesso nunca visto nẽ relatado em algũa historia do mundo» (L, fl. 251v), exaltando o valor dos fidalgos portugueses durante a batalha e absolvendo-os da responsabilidade pela derrota[7].

Com efeito, já a partir do dia da batalha circularam notícias e opiniões discrepantes sobre os acontecimentos que logo assumiriam a forma de textos escritos, às vezes críticos em relação ao valor dos portugueses[8]. Neste cenário de dúvidas, a *Crónica* pretende distinguir-se como relato verdadeiro e fiável, pois escrito por uma testemunha de vista[9].

---

2 O narrador refere-se a este cargo, dizendo que teve «obrigaçaõ de criado ... no serviço do senhor Dom Antonio» (L, fl. 183r). Note-se que as citações do texto, daqui por diante, serão feitas com referência ao respetivo manuscrito. Assim, a sigla L corresponde ao COD. 13282 da Biblioteca Nacional de Portugal, M ao Mss. 2422 da Biblioteca Nacional de Espanha, E ao CIII/1-14 da Biblioteca Pública de Évora, A1 ao 54-X-10 da Biblioteca da Ajuda e A2 ao 49-XII-1 da mesma biblioteca.

3 Afirma o narrador: «deste tempo [1574] me achey prezente a tudo o que ao diante disser, naõ deixando nunca o Xarife tê a sua morte» (E, fl. 6v).

4 Confirmam-no as repetidas afirmações de que o narrador é «testemunha de vista» dos factos narrados e a referência a um acidente que sofreu durante a batalha: «onde eu por estar a pee fiquei derribado, por baxo dos pees dos Cavallos, jazendo de costas, pregado por tres partes no cham, nem me seja notado contar isto de mim, que pois nam digo nada que fizesse bem posso dizer alguã cousa do que passei, ao menos sendo tal que se nam pode tomar por vangloria» (L, fl. 250r).

5 Ao afirmar a veracidade do que escreve, o narrador comenta: «nem o *senho*r Dom Antonio soube de mj˜ que as escrevia, porque o faço Cativo em Fez tão longe delle» (L, fl. 186v).

6 Vejam-se, entre outros, os fls. L 252v-253r.

7 Este objetivo é evidente no seguinte trecho, entre outros: «sendo a nossa Cavallaria por todas as partes igualmente vitoriosa, porque, ainda que fosse pouca em numero, era de muita sustancia, por serem tudo senhores fidalgos, senhores, e homẽs nobres, que neste dia responderam muito inteiramente ao seu ser, e calidades, quanto sua posibilidade abrangeo, com feitos de muito esforço, dignos de alto preço, e honrra do seu sangue, e do nome Portugues, mas sem fruito por culpa da Jnfantaria, que pella mayor parte procedeo muito ao contrario» (L, fls. 242v-243r).

8 Sem correr o risco de cair em esquematizações excessivas, julgo produtivo distinguir entre a) um primeiro conjunto de documentos (sobretudo cartas) escritos, em várias línguas, imediatamente a seguir à batalha e que visam dar conhecimento de alguns aspetos específicos da campanha ou notícias dos seus autores; b) um grupo de textos em português, escritos por pessoas que participaram na campanha e pretendem oferecer um relato dos acontecimentos mais abrangente e meditado; c) os textos em outras línguas redigidos com o mesmo objetivo; e, por fim, d) as crónicas sobre a figura e o reinado de D. Sebastião. A nossa *Crónica* insere-se a pleno título no grupo b).

9 Veja-se a frase, logo no *incipit* do texto, «para que com mais verdade podesse dar a luz o que passava», fl. L 152r e a insistência na fiabilidade das testemunhas consultadas.

O texto é transmitido, pelo que se sabe atualmente, por cinco manuscritos: o Mss. 2422, n.° 41 da BNE (M), o COD. 13282 da BNP (L), o CIII/1-14 da Biblioteca Pública de Évora (E), o 54-X-10 (A1) e o 49-XII-1 (A2), ambos da Biblioteca da Ajuda.

O testemunho M foi copiado em meados do século XVII[10] e é intitulado *Sumario de todas as cousas sucedidas em Berberia, desde o tempo que começou a Reinar o Xarife Mulei Mahamet no anno de 1573. Te o fim do anno de sua morte 1578. no dia da Batalha de Alcacer quibir em que se perdeo Dom Sebastiam Rey de Portugal.* Ocupa 116 fólios (do 235 ao 351 do códice) e desenvolve-se ao longo de 23 capítulos que tratam a matéria cronologicamente, de maneira linear (de 1573 a 1578). O texto contém muitos erros e algumas lacunas: os capítulos do 8 ao 14 não têm epígrafes e há trechos em que foram deixados espaços em branco a preencher com informações específicas (nomes e números)[11].

Quanto ao manuscrito L, é catalogado como sendo do último quartel do século XVII. No restante, compartilha com M as caraterísticas apresentadas acima: tem por título S*umario de todas as Cousas succedidas, em Berberia, desde o tempo que começou a Reinar o Xarife Mulei Mahamet no Anno de 1573. Te o fim do anno de sua morte 1578. no dia da Batalha d'Alcacer quibir, em que se perdeo Dom Sebastiam Rey de Portugal*; é composto por 23 capítulos que desenvolvem a narração cronologicamente e contém as mesmas lacunas de M (as epígrafes dos capítulos 8 a 14, alguns nomes e números). O texto ocupa 101 fólios (do 152 ao 253 do códice).

O testemunho E, por sua vez, foi copiado no início do século XVIII, antes de 1737[12]. É intitulado *Historia da Jornada Del Rey Dom Sebastião a Africa causa, e successos lastimozos della* e é composto por 26 capítulos, todos com epígrafe. Das lacunas dos outros testemunhos, permanecem apenas duas; em contrapartida, contém outra que não consta em M nem em L[13].

---

10 A data de cópia do manuscrito M pode ter melhor delimitação com base nas informações extraídas do histórico dos seus possuidores. Sabe-se que o códice pertencia originariamente à biblioteca de D. Jerónimo de Mascarenhas (1611-1671), eclesiástico e autor português que tomou o partido de Filipe IV em ocasião da Restauração de 1640 e exilou-se na corte espanhola. Mascarenhas escreveu, em 1648, a *Historia de la ciudad de Ceuta*, de que a BNE conserva dois manuscritos. Destes, o Mss. 3033 provém do acervo do próprio Mascarenhas e a letra é a mesma do testemunho da *Crónica*. Para além disto, Mascarenhas publicou, em 1650, uma *Viage de la Serenissima Reyna Dona Maria Ana de Austria*, onde enumera uma série de obras («Escritos, y [...] lo que he trabajado en la Historia [...], los mas [...] acabados, otros necessitan de algun trabajo, para lograr la ultima perfeccion», snp.) que tencionava publicar («Sucessiva, ó interpoladamẽte, imprimirè», *idem*). Entre estas há uma *Cronica del Rey D. Sebastiã*. É possível supor que o manuscrito M tenha sido copiado no âmbito da preparação deste texto, que provavelmente nunca chegou a ser publicado. Com base nisto, assumo que o manuscrito M foi copiado sob encomenda de D. Jerónimo de Mascarenhas antes de 1671, data da sua morte.

11 Vejam-se as variantes 5, 7, 8 e 9 apresentadas na secção 3.3.

12 Data da morte do Padre José Pereira Baião, que acredito ter encomendado a cópia do manuscrito, tal como defendo na secção 3.

13 Veja-se a variante 6, apresentada na secção 3.3.

É composto por 98 fólios (do 1 ao 98 do códice) e, no tocante à organização da matéria, os capítulos de 1 a 8 narram os acontecimentos no norte de África entre 1573 e 1575; os capítulos de 9 a 11 abordam novamente os mesmos eventos, a partir de 1573 e alongando-se até fevereiro de 1578, e os capítulos de 12 a 26 continuam a narração, tratando dos preparativos e da campanha de África de 1578.

Embora não sejam considerados na discussão que apresento neste artigo por terem sido identificados recentemente, é necessário referir ainda a existência de apontamentos ligados ao texto da *Crónica* em dois manuscritos inéditos da Biblioteca da Ajuda – o 54-x-10 e o 49-xii-1. O primeiro é composto por 39 fólios não encadernados, copiados entre o final do século xvi e o início do xvii. É intitulado *Vida d'el-rei D. Sebastião* e contém um conjunto de episódios e anotações factuais sobre o reinado de D. Sebastião. Entre estes, encontram-se transcritos trechos da *Crónica* (fls. 18v-39v). O 49-xii-1, por sua vez, é um códice compósito de 608 fólios, que remonta ao final do século xvii ou começo do xviii. Entre cópias de cartas, documentos e outros textos sebásticos de notável importância (por exemplo, a *Crónica de El Rey Dom Sebastiam* de Miguel Pereira publicada por Brehm, 2018, e a *Relação da Vida d'elrey D. Sebastião* do Padre Amador Rebelo editada por Loureiro, 1977), o códice contém, sob o título de *Varias memorias e sucessos del rey dom sebastião* (fls. 88r a 131v), alguns dos episódios que constam no códice 54-x-10. Destes, a secção intitulada *Relaçaõ da Jornada dElRey, desde que se embarcou en Lx.ª ate dar a batalha* é a correspondente à *Crónica*.

*

A *Crónica* permaneceu inédita até 1987, quando Francisco Loureiro publicou do manuscrito M uma edição com modernização da grafia. Dos restantes manuscritos, L foi objeto de uma edição diplomática na minha dissertação de mestrado (lombardo 2015), E encontrava-se catalogado, mas não foi relacionado com o *Sumario* até 2017, quando foi identificado pelo Dr. Filipe Alves Moreira (informação em mensagem de *e-mail* particular), e A1 e A2 foram identificados por mim apenas no final de 2020.

Quatro razões justificam o interesse – filológico e histórico – pela *Crónica*: a falta de edições que considerem todos os manuscritos e a urgência de dar a conhecer o testemunho E; as peculiaridades da organização do conteúdo no próprio E, que denota existirem pelo menos duas versões do texto; o facto de representar uma das mais antigas fontes portuguesas escritas em primeira pessoa a oferecer da campanha de África uma síntese mais abrangente e articulada do que as contidas nas primeiras cartas sobre Alcácer-Quibir.

Com base nestes pressupostos, no âmbito do meu doutoramento proponho um conjunto de edições digitais semidiplomáticas dos testemunhos da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet*. Tenho os seguintes objetivos: dar a ler conforme critérios científicos todos os testemunhos diretos atualmente conhecidos, sem renunciar a fornecer hipóteses

sobre a gênese do texto e uma interpretação da sua transmissão manuscrita; fornecer fontes para os estudos linguísticos sobre o português dos séculos XVI-XVIII.

2. A *Crónica* digital

As edições estão alojadas na plataforma TEITOK do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, num *site* próprio. Esta escolha foi ditada principalmente pela possibilidade de sobrepor, à anotação editorial, uma etiquetação linguística semi-automática que constitui a base para a disponibilização dos textos em forma de *corpus* linguístico pesquisável. Desta maneira, acredito que o(s) texto(s) da *Crónica* serão utilizáveis em estudos linguísticos de diversas áreas.

Inicialmente, os testemunhos foram transcritos com recurso ao programa Oxygen, que me permitiu anotar os aspetos editoriais numa linguagem baseada em TEI. Os critérios adotados foram os seguintes:

- as palavras foram separadas conforme a norma atual;
- as enclíticas foram separadas sem hífen;
- alguns aspetos relativos à pontuação foram estandardizados: os *fleurons* foram transcritos como pontuação, quando aplicável, e o sinal <'.> foi representado por <;>;
- os reclamos foram omitidos;
- as abreviaturas foram anotadas e desenvolvidas segundo a forma plena mais frequente;
- o sinal de nasalização foi mantido sobre a vogal onde se encontra (-ão/-aõ);
- as quebras de linha e as mudanças de fólio foram anotadas;
- as supressões, substituições e adições foram anotadas, indicando sempre o responsável (p.e. copista ou revisor, no caso de E);
- os erros evidentes (lacunas, ditografias, haplografias etc.) foram anotados.

As edições assim realizadas foram posteriormente carregadas para TEITOK, onde foram «tokenizadas» e, num segundo momento, serão anotadas do ponto de vista lexical e morfossintático, adicionando uma ulterior camada às etiquetas editoriais. Completará o site uma secção informativa, onde será apresentado o meu estudo sobre o contexto de redação e de transmissão do texto.

3. A transmissão textual: primeiras hipóteses

Como antecipei na secção 1., os manuscritos M e L diferem a tal ponto do manuscrito E que é inegável estarmos perante duas versões do mesmo texto. O testemunho

eborense não apenas tem uma redação mais prolixa, mas também contém duas vezes o relato dos factos acontecidos no norte de África, entre 1573 e 1575[14], ao passo que os testemunhos madrileno e lisboeta apresentam uma narração linear do ponto de vista cronológico. Alguns passos exemplificam bem estas características:

1. isto entendia bem o Maluco dos Turcos, ainda que fosse tido por Sua feitura, e com <sua> ajuda restituido aos Reinos paternos auido por deuoto do Turco, e se podia cuidar que pedindo lhe algum porto no estreito para **recolher** armada lho não **negaria** mas o Maluco era prudente, e muitos tiueraõ para si, e o entendiaõ delle que naõ sentiria perder Larache, por que o turco lho não pedisse em rezam do perigo, que auia em lho dar, **e em lho não dar**, e que se não fora por opiniaõ, e descredito que lhe causaria com os mouros perder fortalezas que auia que seus Reinos, vassallos e sua propria pessoa, não receberiam detrimento em larache ser de Christãos, nem de terem elles fortalezas nas bocas dos outros Rios, mas folgara de poder persuadir aos mouros lhe vinha isso bem, a não ser cuidar se o mouido a estas cousas temor da vinda del Rey que a não auer esta sospeita, sabia que os Turcos não erão menos temidos, nem aborrecidos delles que os Christaõs. (M, fls. 250v-251r)[15].

   isto entendia bem o Maluco dos Turcos, ainda que fosse tido por sua feitura, e com sua ajuda restituido aos Reinos paternos, auido por devoto do Turco, e se podia cuidar que pedindo lhe algum porto no estreito para **recolher** armada lho naõ **negaria**, mas o Maluco era prudente, e muitos tiveraõ para si, e o entendiaõ delle, que naõ sentiria perder larache, porque o Turco lho naõ pedisse em rezam do perigo, que auia em lho dar, **e em lho naõ dar**, e que se naõ fora por opiniaõ, e descredito que lhe cauzaria com os mouros perder fortalezas, que auia que seus reinos, vassalos, e sua propria pessoa, naõ receberiã detrimento em Larache ser de Christãos, nem de terem elles fortalezas nas bocas dos outros Rios, mas folgara de poder persuadir aos mouros lhe vinha isso bem, a naõ ser cuidar se o moviaõ a estas couzas temor da vinda del Rey, que a naõ aver esta sospeita, sabia que os Turcos naõ eram menos temidos, nem aborrecidos delles que os Christaõs, (L, fl. 167r).

---

14 No presente artigo, chamarei a esta dupla narrativa «versões das lutas marroquinas» ou «versões de E», para não confundi-la com as versões do texto transmitidas como *Sumario* e *Historia*.

15 <sua> é adição por mão do copista.

Jsto entendia **m*uy*to bem** o Maluco dos Turcos, ainda que fosse tido por sua feytura **por ser posto por elles em estado restituindo se com suas ajudas** nos R*ey*nos paternos, **e por essa razão** havido por devoto do Turco, **presumindo se que pendia delle, p*e*lo que com razaõ** se podia cuydar, que pedindo lhe algum porto no estreito p*ar*a **ter sua** armada lho naõ **que<re>ria**, **elle todavia como prudente Rey conhecia o risco, que seu est*ad*o corria com taõ poderoso, e suspeytoso amigo,** tiverão p*ar*a sy **m*uy*tos homens**, **que delle sabiaõ m*uy*to** que não sentiria m*uy*to perder larache, porque o Turco **naõ tivesse razaõ de lho pedir pelo** perigo, que havia em lho dar; **porque hũ e outro dava occaziaõ a se poderem delle temer, por ser seu costume travar de quaesquer cousas p*ar*a se desavir, e occupar estados alheos com disfarçadiss*im*os enganos, e trayçoẽs manifestas, que he estylo por onde tem acumulado taõ gr*an*de senhorio com barbaras, e disolutiss*im*as tiranias, que tanto se tem extendido por mar, e por terra, e por esta razão se supeitava do Maluco que** se naõ fora por oppinião, e pelo discredito, que lhe causaria com os Mouros perder fortalezas, que **não sòm*en*te** havia que seus R*ey*nos, e vassallos, e sua p*ro*pria pessoa não receberia <de>trim*en*to em larache ser de christãos, nem de terem elles fortalezas nas bocas dos outros rios; mas **ainda folgaria** de poder persuadir aos M.os **que** lhe vinha isso bem, **se a conjunção não fora tal que se não podia cuydar** que o movião essas couzas **senão** temor da vinda del Rey, **porque não sendo em t*em*po tão suspeytoso,** o Maluco sabia m*uy*to bem que os Turcos naõ erão menos temidos, nem aborrecidos delle, que os Christãos **de os conhecerem por crueis vsurpadores do alheyo, como jâ tinhão experimentado em sy mesmo por duas vezes, que tinhão entrado em suas terras nas guerras de entre elles por ajudadores de algũa das p*ar*tes manifestando sua soberba, e crueld*ad*e com que deyxarão aos Mouros de sy grandisso temor, e igual conceyto de perfidia, e ambição por onde parecia, que nenhuã cousa lhe seria mâ de sofrer se com ella houvessem que se aseguravaõ dos Turcos** (E, fls. 19r-19v)[16].

2. Este **parecer** ainda que tuiesse **diande** hũ efeito de que parecia resultar abatimento aos mouros por **largarem** pracas tam importantes, toda uia era hũ discurso profundo saido de Juiço maduro que não paraua na face das cousas, de que naçem prejuizos procedidos de principios mal entendidos e de se não aduirtirem as importançias das cousas em tempos conuenientes (M, fl. 251r).

16 que<re>ria é adição por mão do revisor de E, <de>trim*en*to é por mão do copista.

Este **parecer** ainda que tiuesse **diante** hũ efeito de que parecia resultar abatimento aos mouros por **largarem** praças tam importantes, todauia era hũ discurso profundo saido de Juiço maduro que naõ parava na face das cousas, de que nacem prejuiços procedidos de principios mal entendidos, e de se naõ aduirtirem as importancias das cousas em tempos conuenientes, (L, fls. 167r-167v).

Este **conse*lh*o** ainda que tivesse diante hũ ef*fey*to de que parecia resultar abatim.to aos M*our*os por **ganharem** assim praças taõ importantes, **todavia passando àvante com a especulaçaõ** era hũ discurso profundo sahido de juizo maduro, que não parava na face das couzas, **como fazem m*uy*tos que não sabendo julgar do interior dellas nem chegando ao centro, em que consiste o bem de cada hũa, dão azo aos successos m*uy*to dãnosos, fundados em determinações vistozas** de que nascem **m*uy*tas vezes g*r*andiss*im*os** prejuizos procedidos de principios mal entendidos, e de se naõ advertirem as importancias das couzas em tempos convenientes, (E, fl. 20r).

Excluindo as lições «diante»/«diande» e «largarem»/«ganharem», acredito que as variantes aqui evidenciadas, tal como outras ao longo do texto, sejam intencionais e não acidentais.

Assim sendo, a que se devem estas diferenças? Que hipóteses podem ser formuladas para explicar as peculiaridades de organização textual de E, em relação aos outros manuscritos? Consideremos alguns dados materiais e factos relativos à sua história.

3.1 O Padre José Pereira Baião e o testemunho E

O manuscrito de Évora conserva as marcas de duas mãos diferentes: um copista profissional, que efetuou a cópia, e um revisor, que corrigiu e comentou o texto a seguir. Algumas correções do revisor foram posteriormente integradas no texto pelo primeiro copista[17], o que indica que as intervenções foram efetuadas em três momentos diferentes, mas ao longo de um espaço temporal relativamente curto, numa sequência de leituras em que o manuscrito passou de uma pessoa a outra e voltou.

---

17 No fólio 1, por exemplo, o título do texto foi corrigido adicionando uma folha com a inscrição que se pretendia definitiva. Num primeiro momento, o copista escreveu o título na margem superior; o revisor adicionou «da jornada» e «Do P*adr*e Jozeph P*ereyr*a Bayaõ» e, a seguir, uma folha contendo o título passado a limpopela mão do primeiro copista foi colada por cima do trecho.

Entre outras adições, o revisor escreveu, no primeiro fólio, abaixo do título, a anotação: «Do *Padre* Joseph P*erey*ra Baião». O Padre José Pereira Baião (1690--1743) foi cronista e hagiógrafo[18]. Algumas informações a seu respeito problematizam a compreensão do manuscrito E.

Em 1730, saíram do prelo de Miguel Lopes Ferreira a primeira parte e 169 páginas da segunda parte de uma *Crónica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião decimo sexto rei de Portugal composta por Manoel de Menezes*. Diversos autores (BARBOSA MACHADO 1752: 310, INOCÊNCIO DA SILVA 1860: 97, PAIVA 1837: XIS) avançaram a hipótese de que o verdadeiro autor (ou, pelo menos, o comitente) desta crónica seria o padre Baião. Seja como for, a BNP conserva um exemplar da segunda parte que se encontra encadernado com 216 fólios manuscritos, catalogados como cópia de Baião, onde são reunidos materiais – constituídos em prevalência pelo texto da *Crónica de D. Sebastião* atribuída a frei Bernardo da Cruz, intercalados com outras fontes e comentários – a serem utilizados para uma terceira parte.

O exame deste códice (A.T./L. 50a) revela dois elementos interessantes para o nosso estudo: em primeiro lugar, a comparação da letra deste manuscrito com as do eborense indica que o revisor de E seria o próprio Baião; em segundo lugar, a análise dos conteúdos sugere que o seu método de escrita histórica envolvia a refundição de textos mais antigos.

Baião publicou também outro texto sebástico – *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey D. Sebastião o Desejado de saudosa memoria* (1737). Diversamente ao que aconteceu com a crónica de 1730, Baião assumiu abertamente a autoria deste texto e indicou as fontes utilizadas para a sua redação. No Prólogo, o autor afirma ter-se servido de «trez rarissimos Manuscriptos daquelle tempo [de D. Sebastião], [...] que me vieraõ à maõ por grande ventura, diligencia, e despeza» (BAIÃO 1737: Prologo ao leitor, snp.). Seriam estes manuscritos: um anónimo, que se acredita[19] ter sido o *Memorial de Pero Roĩz Soares*; as *Cousas principais que sucederam em tempo de el Rey D. Sebastião* de Fr. Bernardo de Brito[20]; e um manuscrito «que se estende muito no que toca a Africa [...] e naõ està acabado» (BAIÃO: 1737: Prologo ao leitor, snp.), que Baião atribui a António Pinto Pereira.

Pouco se sabe sobre António Pinto Pereira – apenas que seria natural de Mogadouro, foi secretário do Sr. D. António e autor da *História da Índia*, escrita «porque os Fidalgos, que se tinhaõ achado nestes dous cercos de Goa, e Chaul

18 Para uma bio-bibliografia do Padre José Pereira Baião, consulte-se Serrão 1974.

19 Veja-se SERRÃO 1974: 137.

20 Atualmente conservado nos códices 49-XI-75 e 49-XI-77 da Biblioteca da Ajuda.

queriaõ, que se divulgassem as proesas militares, que nelles obraraõ para que servissem de publico memorial a ElRey D. Sebastiaõ por onde fossem remunerados» (BARBOSA MACHADO 1741: 358).

Considerando (a) que os textos quinhentistas sobre D. Sebastião hoje conhecidos que *se estendem muito no que toca à África* são a *Crónica de D. Sebastião* atribuída a Fr. Bernardo da Cruz e a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* e (b) que a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* se diz redigida por um criado do Sr. D. António[21], existe a possibilidade de que o tal manuscrito usado por Baião seja justamente a nossa *Crónica*[22]. Em *Portugal cuidadoso,* pelo menos o capítulo XXVI do Livro IV («De hum grande desgosto, que o Senhor D. António teve com ElRey») parece de fato ter sido redigido com base no conteúdo da crónica[23].

Os dados apresentados até agora indicam, portanto, que Baião encomendou e acompanhou a cópia de E, tendo sido o seu revisor, e utilizou o texto para a redação de, pelo menos, *Portugal cuidadoso*.

Tais considerações levam-nos de volta à pergunta inicial – que hipóteses podem ser formuladas para explicar as peculiaridades de organização textual de E? O que sabemos a respeito do método de redação de Baião a partir da cópia de textos mais antigos, juntamente com o seu papel na preparação do testemunho eborense e a indicação do seu nome abaixo do título leva a perguntar, primeiramente, se estaremos perante um texto em fase de elaboração por Baião.

Vários elementos indicam que a resposta a esta questão é negativa. Vejamos.

A colação entre o conteúdo de M, L e E revelou que, nos primeiros capítulos, os dois testemunhos mais antigos apresentam informação que se encontra nas duas versões de E: logo, estas devem remontar pelo menos ao início do século XVII, altura em que foi copiado o testemunho M, que é o mais antigo de que dispomos. Acredito que o seguinte excerto constitua um bom exemplo.

---

21 Veja-se a nota 1.

22 Deixo para outra ocasião a exposição do estudo sobre a possível autoria da *Crónica* por António Pinto Pereira.

23 Não me vou deter aqui sobre o cotejo sistemático entre *Portugal cuidadoso* e a *Crónica*, cuja exposição deixo para outra ocasião. Basta mencionar, por exemplo, que a desavença entre o senhor D. António e D. Sebastião é contada em *Portugal cuidadoso* incluindo muitos detalhes transmitidos pela *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* (o criado servia *como escrivão de contas* na casa de D. António *há oito meses* quando aconteceu o episódio, etc.) e que não se encontram na *Crónica de D. Sebastião* de frei Bernardo da Cruz, cuja narração é, neste caso, pouco pormenorizada. Baião, em todo o caso, certamente conhecia também a crónica de Fr. Bernardo da Cruz, como atesta o conteúdo do já referido códice A.T./L. 50a.

M/L	E	
Cap. 3	**Cap. 3**	**Cap. 9**
o qual [Mulei Maluco] auendo em poucos dias juntado **noue mil soldados Turcos os mais xerquis, os outros Eazuagos e dous mil de Cauallo** passou se ao campo de Argel com seu jrmão Mulei Hamet, que naquella Cidade residio todo o tempo que o jrmão andou fora, e posto que no Reino de Argel, e lugares Circunstantes a elle se não podia fazer mayor numero de gente Maluco se contentou com aquella, e com as cartas que algus mouros de Fez e Marrocos lhe escriuiaõ oferecendo se lhe com o que cobraua cada dia nouo esforço junto com seu natural que naõ valia menos vejo marchando **com noue mil de cauallo digo soldados em que não auia mil de cauallo e quatro mil turcos atiradores praticos, e mui Exercitados, e os mais mouros azuaos, e Xartaquins, que hauitam as Serras de Tremessem e confiñs de Argel gente guerreira, e de muito valor nas armas,** e **seis peças de artilheira, te se por seis legoas aquem de Fez** Porem o Xarife não tendo em muito esta guerra confiado na grandesa de seu poder o foi receber a o caminho com **50 mil de cauallo e 30 mil Arcabuzeiros de pe,** podendo leuar muitos mais se quisera, ou entendera que lhe podiam ser necessarios, e juntando sse os Exercitos oito legoas antes de chegarem a Fez em hu fermoso Campo chamado Rinquao o Maluco aferrou na volta de hum Rio	O q*ua*l [Mulei Maluco] havendo em poucos dias junto **9 mil soldados Turcos, os mais <delles> Xerquis, os outros Azuagos, e 2 mil de Cavallo** passou se ao campo de Argel com seu irmaõ Muley Hamet, que naquella cid*ad*e residio todo o tempo, que della andou fora; e posto que no R*ey*no de Argel, e lugares circuns*tan*tes a elles se naõ podia fazer mayor n*umer*o de gente, Maluco se contentou com aquella, e com as cartas, que lhe de Fez e Marrocos alguns Mouros m*uy*tas vezes escreviaõ dezejosos (segundo mostravaõ) e depois se vio de se lançarem à sua parte, e ser contra a do Xarife cujos vassallos erão, com as quaes cartas, e ofericim*en*tos que lhe nellas fazião cobrando cada dia novo esforço Maluco, junto a seu natural, que naõ montava menos, veyo marchando com estes **9 mil sold*ad*os, e 6. peças de artelharia** tè se pôr **seis leguas àquem de Fez** na parte, que chamaõ o Rincon, onde o Xarife Muley Mahamet o veyo tomar com mais de **50 mil homens de guerra, em que entravão || 12 mil soldados, e 25. peças de artelharia,** e sabendo estes dous contr*ari*os hum do outro de suas chegadas, aferrou o Maluco na volta de hu ri*o*	Porque foy assi que na Primavera do anno de 1575. entrou o Maluco no R*ey*no de Fez com **9 mil homens de peleija, em que não havia mil de cavallo 4 mil Turcos, atiradores praticos, e muy exercitados, e os mais Mouros Azuagos, E xertaquins, que habitaõ as serras de Tremecem, e confins de Argel, gente guerreyra de m*uy*to valor nas armas.** Porem o X*arif*e naõ tendo em m*uy*to esta guerra despresando a pouquidade, confiado na grandeza de seu poder os foy receber aos Campos com **50 mil de cav*allo*, e 30 mil Arcabuzeyros de pê,** podendo levar m*uy*tos mais se quizera, ou entendera, que lhe podiaõ ser necess*ari*os ajuntando se os exercitos oito legoas antes de chegar a Fez em hum fermoso campo chamado Rincão, vierão a batalha

Tabela 1 – Versões da narração da primeira batalha entre Mulei Maluco e o Xarife Mulei Mahamet (excerto).

Mesmo na parte do texto que apresenta variantes menos profundas (a partir do capítulo E 12 até o final), é difícil defender que as partes de texto próprias de E constituam refundições setecentistas atribuíveis ao Padre Baião ou ao copista dele. A este propósito, é oportuno relembrar os resultados do estudo da colocação dos pronomes clíticos nos três testemunhos que apresentei em Lombardo (2019). A análise revelou, como seria de esperar, uma tendência geral do copista (e do revisor) de E para a modernização gramatical, mas também rastros de um estado de língua quinhentista, tanto em trechos do testemunho E inexistentes nos demais manuscritos, como nos trechos comuns às duas versões.

3.2 Relações entre a *Historia* e o *Sumario*

Posto que a versão *Historia* não pode ser atribuída a Baião (excluindo, claramente, a normal camada de erros de cópia e as intervenções de revisão já citadas acima, como é próprio de qualquer testemunho), e que M e L apresentam informação incluída em E em partes diferentes do texto, será possível que E transmita uma reformulação do texto anterior ao século XVIII? Ou, dito de outra maneira, qual é a relação entre o *Sumario* e a *Historia*? Será o *Sumario* o resumo de uma versão quinhentista inicialmente mais ampla, ou a *Historia* uma reformulação do texto do *Sumario*?

Para discutir esta questão, acredito que o já citado exemplo da tabela 1. seja um bom ponto de partida. Com efeito, os dados numéricos reportados nos dois capítulos do testemunho E discordam um do outro. No capítulo 3 é afirmado que, na primeira batalha contra o sobrinho, o Maluco dispõe de um exército composto por 9000 soldados entre turcos e mouros de pé e 2000 homens de cavalo, ao passo que, no capítulo 9, fala-se em 9000 soldados, dos quais menos de 1000 seriam de cavalo, 4000 turcos e os demais mouros. O Xarife Mulei Mahamet, por sua vez, segundo o capítulo 3, comandaria um exército de 50 000 soldados, dos quais 12 000 seriam homens de pé, e possuiria 25 peças de artilharia. Segundo o capítulo 9, o seu exército é formado por 50 000 homens de cavalo mais 30 000 homens de pé.

Conjeturemos que E conserve uma fase mais antiga da elaboração do texto, enquanto M e L transmitem a sua versão abreviada: o *Sumario* toma inicialmente por base a redação do capítulo E3, integrando o primeiro dado (o Maluco dispunha de *2000 homens de cavalo*), mas depois continua incluindo a lição de E9 e repete o dado numérico tal como declarado neste capítulo (o Maluco dispunha de *menos de 1000 homens de cavalo*). Quer a dificuldade intrínseca ao processo de resumir informações contidas em dois antígrafos diferentes (ou em duas partes distintas do mesmo antígrafo), quer a densidade informativa dos dois trechos teriam impedido ao copista do *Sumario* a identificação da discrepância numérica que, na cópia dele, já ocorre à distância de poucas linhas. Para além disto, a repetição de elementos na perícope («homens de peleija»~«de cavallo») teria causado o erro «cauallo digo soldados», depois reproduzido tanto por M como por L.

Mais intricado seria explicar o excerto, invertendo a situação e supondo que M e L apresentem a lição original, que se encontra ampliada em E, em duas versões. Além disto, mesmo não fornecendo evidência definitiva, acredito que a presença do erro «cauallo digo soldados» corrobore a minha primeira hipótese.

Com base nestas considerações, julgo existirem fundamentos para defender a anterioridade da versão *Historia* em relação à versão *Sumario*. Considero ter existido um texto inicial, hoje perdido, mais longo e mais próximo da versão *Historia*, que terá originado, por um lado, a versão *Historia* conservada no manuscrito E e, por outro, a versão *Sumario* conservada nos manuscritos M e L. É deste princípio que parto, no resto deste texto, apesar de julgar não poder encerrar ainda a questão, por falta de elementos suficientes.

3.3 O *Sumario*: relações entre M e L

Quanto à relação entre M e L, a colação revelou primeiramente que ambos apresentam diversos erros evidentes privativos. No caso de M, vejam-se, por exemplo, as lições (1) «estendimento» e (2) «sorriam»:

1. Não sera fora de preposito, para **estendimento** de Couzas que ao diante conuem que digamos declarar hũ accidente que nestes dias aconteceo, em que o S*enho*r Dom Antonio foi excessiuamente agrauado del Rey seu sobrinho, sem algũa cauza nem rezão verdadeira (M, fl. 270v).

   Naõ sera fora de preposito, para **entendimento** de couzas que ao diante convem que digamos, declarar hũ accidente que nestes dias aconteceo, em que o S*enho*r Dom Antonio foi excessiuamente agravado del Rey seu sobrinho, sem alguã cauza nem rezão verdadeira (L, fl. 182v).

   Não será fora de proposito p*ar*a **o entendim*en*to** de couzas que ao diante convem, que digamos, declarar hum accidente, que nestes dias aconteceo, em que o S*enho*r Dom Ant*oni*o foy excessivam*en*te aggravado del Rey seu sobr*inh*o, sem algũa cauza, nẽ razaõ verdad*ey*ra (E, fl. 34r).

2. de modo que tudo no campo del Rey erão rumores incertos, e no dos enemigos muito pello contrario, porque de tudo, tinhão sempre noua certa por mouros do seu Arrayal que vinhão ao nosso **com cor de vender mantimentos**, tendo muito **azo** para isso, por **razam** dos mouros do Farrobo, **que sorriam comnosco**, e vinhão seguros vender ao nosso campo, por estarem da parte do xarife Mollei Mafamede, por onde se não podiam conhecer nem estranhar os que do campo dos enemigos queriam vir (M, fl. 281v).

de modo que tudo no campo del Rey eraõ rumores incertos, e no dos enemigos muito pello contrario, porque de tudo, tinhaõ sempre nova certa por mouros do seu Arrayal que vinhaõ ao nosso, **com cor de vender mantimentos**, tendo muito **azo** para isso, por **razam** dos mouros do Farrobo, **que se corriam comnosco**, e vinhão seguros vender ao nosso campo, por estarem da parte do Xarife Mollei Mafamede, por onde se naõ podiam conhecer nem estranhar, os que do Campo dos enemigos queriam vir (L, fl. 192r).

de modo que tudo no campo del Rey eraõ rumores incertos, e no dos inim*i*gos m*uy*to pelo Contra*ri*o; porque de tudo tinhão sempre nova certa por via de M*our*os do seu arrayal, que vinhaõ ao nosso campo **com capa de venderem mantim*en*tos**, tendo m*uy*ta **occazião** p*ar*a isso por **cauza** dos Mouros do Ferrobo, **que se corrião comnosco**, e vinhão seguros vender ào nosso campo, por estarem da parte do X*arif*e Muley Mahamet; por onde se não podiaõ conhecer, nem estranhar os que do campo dos inim*i*gos queriaõ vir (E, fl. 43r).

O testemunho lisboeta contém algumas breves lições lacunares privativas:

3. era **muito leue de branda** E affabel condicaõ (M, fl. 253v).

   era **de branda**, e afabel condiçaõ (L, fl. 169v).

   era **m*uy*to leve de branda**, e afavel condiçaõ (E, fl. 22r).

4. **desejando em estremo ter muita correnteza** com sua Catholica magestade (M, fl. 254r).

   desejando ter correntesa com sua Catholica majestade (L, fl. 169r).

   dezejando em extremo ter m*uy*ta correnteza com sua Catholica Mag*es*-*tad*e (E, fl. 22r).

A colação confirmou também a existência de um antecedente comum a M e L. Mencionei na secção 1. que todos os testemunhos contêm lacunas, assinaladas materialmente por espaços em branco. Destas, duas são comuns a toda a tradição – uma é destacada materialmente nos três manuscritos (lição 10), enquanto a segunda (lição 12) é menos evidente em E, tendo sido disfarçada com recurso à pontuação. Das demais, duas são comuns a M e L (lições 13 e 14) e a última (lição 11) é privativa de E.

5. lhe outorgaria poderem semear de longo do Mar com duas legoas de largo toda a terra que jaz de Tangere ate ceuta **que sam ... legoas** de costa (M, fl. 250r).

lhe outorgaria poderem semear de longo do Mar com duas legoas de largo toda a terra, que jaz de Tangere, ate Ceuta **que sam ... Legoas** de costa (L, fl. 166r).

lhe outorgaria poderẽ semear de longo do mar com duas legoas de largo toda a terra, que jaz de Tangere atè Cepta, **que são ... legoas** de Costa (E, fl. 18v).

6. quatro lugares que tem nas costas de Berberia **em que se despende por anno muitos mil Cruzados** e muitas municoẽs afora outras grandes despesas de particulares que a elles uem residir por fronteiros, **e outros casos Extraordinarios** (M, fl. 251v).

   quatro lugares, que tem nas costas de Berberia, **em que se despende por anno muitos mil cruzados**, e muitas muniçoẽs afora outras grandes despezas de particulares, que a elles vem residir por fronteiros, **e outros casos extraordinarios** (L, fl. 167v).

   quatro lugares, que tem na costa de Berberia, **em que se despendem por anno por conta del Rey naõ avendo cazos extraordinarios em soldos, e mantim*en*tos ... mil Cruzados**, e m*uy*tas munições afora outras grandes despezas de particulares, que a elles vem residir por front*ey*ros **servindo comendas, e obrigando a el Rey a outras satisfaçoẽs, que m*uy*to importaõ,** (E, fl. 20r).

7. lhe mandaua este socorro debaxo da **Capitania do marques ... que uinha por Coronel** delles (M, fl. 261r).

   lhe mandava este soccorro debaxo da **Capitania do Marques . . . que vinha por coronel** delles (L, fl. 175v).

   lhe mandava este soccorro debayxo da **Capitania do Marques, que vinha por Coronel** delles (E, fl. 27r).

8. dos quaes cada hum lançaria de cada barcada mais de cem homẽs, e **remauaõ por banda ... remos** (M, fl. 268r).

   dos quaes cada huma lançaria de cada barcada mais de cem homẽs**, e remavaõ por banda . . . remos** (L, fl. 180v).

   dos quaes cada hũ lançaria fora de cada barcada mais de cem homens, e **remavão por banda 20. remadores** (E, fl. 31v).

9. com maes dous galleoẽs dos capitaẽs Dom Francisco de sousa, e luis Aluares da cunha, **e a zaura de ...** (M, fl. 279r).

com maes dous galleoẽs dos Capitaẽs Dom Francisco de souza, E Luis Alures da Cunha**, e a Zaura de . . .** (L, fl. 189v).

com mais dous Galeoens dos capitaens D. Francisco de Sousa, e luis Alvarez da Cunha, **e A zaura de Pedro da Sylva** (E, fl. 40v).

Note-se que todas estas lições envolvem dados específicos – três números e dois nomes próprios. Atendendo a esta característica comum e lembrando que o narrador afirma ter o texto sido escrito no cativeiro, com base em fontes orais, parece-me possível presumir tratar-se de ausências que remontam à fase de redação do texto e não à sua transmissão – informações que faltavam a quem redigiu/compilou o texto e que precisavam de ser verificadas.

Assim sendo, as lições acima confirmam a existência de um antecedente, lacunar, comum a toda a tradição aqui considerada. As lições 5 e 7 são as lacunas remanescentes nos três manuscritos, tendo as lições privativas de M, L e também de E sido preenchidas por iniciativa de copistas, ao longo da transmissão do texto.

Neste sentido, a lição 6, comum a M e L, representa uma inovação em relação ao conteúdo originário e constitui, portanto, uma variante monogenética, conjuntiva e separativa do manuscrito eborense – que vem a confirmar a hipótese de um antecedente comum a M e L.

*

Contendo todos os manuscritos erros privativos, e M e L lições conjuntivas, podemos concluir que M não foi copiado de L, nem L foi copiado de M: ambos foram copiados de um antecedente comum (β), que suponho conteria uma versão resumida do texto originário. O manuscrito E pertence a um ramo diferente da tradição e considero que possa transmitir uma versão não resumida do texto (α). Com base nisto, apresento a seguinte proposta de estema:

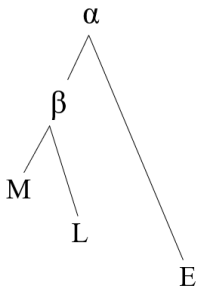


Fig. 1 – Hipótese inicial de transmissão dos testemunhos M, L e E.

Algumas considerações

Este artigo não pretende esgotar a discussão sobre a transmissão da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet*. As reflexões aqui expostas geram mais questões e abrem novos caminhos de análise, pelo que não será inoportuno encerrar este texto analogamente a como foi começado – propondo algumas perguntas. Nomeadamente, que outros elementos podem dar indícios sobre a precedência de uma das duas versões? E, se realmente a *Historia* representa uma fase de elaboração do texto anterior àquela transmitida como *Sumario*, tal como sugeri aqui; serão as duas versões das lutas marroquinas transmitidas pelo testemunho E do mesmo autor, ou uma compilação de fontes diferentes?

Bibliografia

Baião, José Pereira (1737) – *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastiaõ*. Lisboa occidental: na officina de Antonio de Sousa da Sylva.

Barbi, Michele (1891) – *Per il testo della Divina Commedia*. Roma: Trevisini.

Chronica de El Rey D. Sebastião (2018). António Brehm ed. *et al.* Funchal: Imprensa Académica.

Chronica de el-rei D. Sebastião por Fr. Bernardo da Cruz (1837). Alexandre Herculano e António da Costa Paiva, eds. Lisboa: Galhardo e Irmãos.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastiaõ decimosexto rey de Portugal composta por D. Manuel de Meneses (1730). Primeira parte. Lisboa: Oficina Ferreyriana.

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastiaõ decimosexto rey de Portugal composta por D. Manuel de Meneses (1730). Segunda parte. Lisboa: Oficina Ferreyriana.

Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião 1573-1578 (1987). Introd. e notas por Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Lisboa: Europress.

Herculano, Alexandre e Paiva, António da Costa (1837) – «Prologo». In *Chronica de Elrei D. Sebastião, por Fr. Bernardo da Cruz*. Lisboa: Galhardo e Irmãos, p. III-XVI.

Lombardo, Elena (2015) – «*Do grande incêndio que com tam raro movimento a Berberia perturbou»: estudo e edição diplomática de um relato histórico quinhentista.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Lombardo, Elena (2019) – «Os pronomes clíticos nos testemunhos da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e del-Rey D. Sebastião*: um estudo comparativo». In *Labor Histórico.* Rio de Janeiro. Vol. 5, n.º 1, p. 209-229.

Machado, Diogo Barbosa (1741) – *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca. T. 1.

Machado, Diogo Barbosa (1752) – *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Oficina de Ignácio Rodrigues. T. 3.

Mascarenhas, Jerónimo de – *Viage de la Serenissima Reyna Dona Maria Ana de Austria* [...] *por Don Hyeronimo Mascareñas* (1650). Madrid: Diego Diaz de la Carrera.

<oXygen/>®XML Editor <https://www.oxygenxml.com/>. Consult. 20 fev. 2021.

Rebelo, Amador – *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião* (1977). Leitura, introd. e notas por Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro. Lisboa: [s.n.]. Sep. *Revista da Faculdade de Letras.* Vol. 2, 4.ª Série, p. 481-559.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1974) – *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo. Vol. 3.

Silva, Inocêncio Francisco da (1860) – *Diccionario Bibliographico Portuguez.* Lisboa: Imprensa Nacional. T. 5, p. 97.

Text encoding initiative <https://tei-c.org/>. Consult. 20 fev. 2021.

Text encoding initiative tok <http://www.teitok.org/index.php?action=home>. Consult. 20 fev. 2021.

Arrumar as gavetas antes de editar um espólio (Bernardo de Passos, 1876-1930)[1]

Marta Louro Cruz
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Linguística

Resumo

Sob custódia do Museu do Traje de São Brás de Alportel (MTSBA), no Concelho de Faro, está o que se conhece do espólio do poeta algarvio Bernardo de Passos, cuja obra poética e correspondência privada merecem, pelo lugar que ocupam no panorama literário e histórico português, o cuidadoso trabalho de estabelecimento crítico a que o projeto *Edição crítica das obras de Bernardo de Passos (1876-1930)*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, pretende dar resposta. Este trabalho de edição crítica – antes de mais um trabalho interpretativo de toda a informação disponível acerca do autor e do texto a editar – implica apurar quantos pseudónimos utilizou o autor, quantos testemunhos com valor genético existem de cada poema e quantas peças de correspondência inédita compõem o seu *corpus* epistolar, presente no MTSBA. Contudo, no caso de um espólio não inventariado como o de Bernardo de Passos, a resposta a estas perguntas não é imediata, tanto pelas questões práticas que se colocam, quanto pela necessidade de o preservar. No âmbito da edição da correspondência do autor, o presente trabalho pretende analisar o que pode fazer um editor diante de um acervo documental necessitado de tratamento arquivístico, limpeza e acondicionamento adequados. Como pode fazê-lo sem inviabilizar o futuro trabalho de arquivistas e conservadores? Que informação recolhe durante este processo e que peso tem no estabelecimento dos critérios de edição por que se rege?

1. A *edição crítica das obras de Bernardo de Passos (1876-1930)* e o papel do editor

No MTSBA (Museu do Traje de São Brás de Alportel) está, sob o estatuto de depósito, um acervo de documentos produzidos e/ou conservados por vários membros da família Passos. Entre estes papéis, dispersos por cinco gavetas de madeira, está o que se conhece do arquivo pessoal do poeta Bernardo de Passos (1876-1930), «génio lírico do Algarve»[2] e um importante ativista republicano na região.

1 A investigação para este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

2 Pelas palavras do seu conterrâneo Júlio Dantas (v. PASSOS 1954: 8).

Autor de *Adeus* (1902), *Grão de Trigo* (1907), *Portugal na Cruz* (1909), *A Bandeira da República* (1913) e dos livros póstumos *A Árvore e o Ninho* (1931) e o *Refúgio* (1936), a obra poética deste autor inscreve-se no panorama da «corrente vitalista» (1901-1910) do Neo-Romantismo português, uma corrente fundamentalmente poética caracterizada por uma crescente publicação de livros e números únicos, bem como pela criação e elevada participação em revistas literárias e jornais republicados (PEREIRA 2019: 197s). Já a sua atividade como articulista, o texto programático *A Reacção no Algarve* (1909) e a sua correspondência privada são uma importante fonte de informação sobre o Portugal do início do século XX. Todos estes textos merecem, por isso, o cuidadoso estabelecimento crítico que o projeto *Edição crítica das obras de Bernardo de Passos (1876-1930)*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, propõe.

2. Quando o editor é arquivista sem o ser

No MTSBA está, sob o estatuto de depósito, um acervo de documentos produzidos e/ou conservados por vários membros da família Passos. É constituído por um número ainda não apurado de peças, acondicionadas em pelo menos 22 caixas de cartão e cinco envelopes[3], por sua vez guardados em cinco gavetas de um móvel de madeira no escritório do diretor do museu, Dr. Emanuel Sancho.

O acervo é constituído por materiais de pelo menos três origens conhecidas. Cerca de 70% da documentação está sob a tutela da Dr.ª Graça de Passos, descendente da família, e até à sua transferência para o museu (em agosto de 2012), esteve guardada na antiga farmácia de Vergílio Rodrigues de Passos e Rosalina Dias Passos[4], na Rua Gago Coutinho n.º 53, São Brás de Alportel. Os restantes 30% foram doados pelo Padre Afonso da Cunha Duarte[5], e uma pequena parcela é proveniente do acervo da Casa do Algarve[6] (doado ao MTSBA em 2017). De resto, pela ausência de documentação, é evidente que este acervo sofreu, provavelmente devido a partilhas familiares, uma dissociação por agora impossível de sanar[7].

---

3 A que se acrescentam muitos documentos avulsos sem acondicionamento.

4 De ora em diante, sobre o grau de parentesco dos familiares mencionados com Bernardo de Passos, veja-se a fig. 1 (p. 8).

5 Afonso da Cunha Duarte (1940-), classicista de formação e autor de várias obras sobre o Algarve, terá herdado de Maria Virgínia de Passos Chaves alguma documentação da família Passos.

6 Vergílio Artur Rodrigues de Passos (1910-1968), professor, publicista e crítico de arte, foi um dos principais dinamizadores da Casa do Algarve, em Lisboa (Marreiros 2000: 387).

7 A título de exemplo, PIRES 2010: 382ss, reproduz algumas peças de correspondência enviadas à família Passos que o autor atribui à coleção particular do republicano são-brasense Júlio Martins Negrão (1930-). Do mesmo modo, DUARTE 2018, nomeia e reproduz algumas cartas enviadas a BP que, pelo menos por ora, não foram identificadas no arquivo Passos.

Já no MTSBA, este acervo recebeu uma primeira organização, realizada por Emanuel Sancho, que separou a documentação por caixas dedicadas a cada membro/ramo da família e/ou a certos temas. Em janeiro de 2019, quando pela primeira vez o pude ver, já não era possível reconstituir uma eventual primitiva organização – que, ao que tudo indica, não terá existido. Caso tenha existido, no entanto, não é seguro que obedecesse a algum critério de identificação ou datação dos documentos.

Levar a cabo um projeto de edição da obra e correspondência de Bernardo de Passos implica colocar várias perguntas: quantos pseudónimos utilizou o poeta na imprensa periódica? Quantos testemunhos existem de cada poema? Quais têm valor genético? Quantas peças de correspondência inédita compõem o *corpus* epistolar de Bernardo de Passos no MTSBA? Mas responder a estas perguntas necessariamente prévias ao trabalho de edição é menos imediato, quando nos vemos diante de documentação não inventariada.

Assim, tornou-se evidente que, antes de ser editada, a documentação presente no MTSBA necessitava tanto de reconstituição, quanto de tratamento arquivístico[8], limpeza e acondicionamento adequados, para que fosse possível aceder às peças do espólio de Bernardo de Passos, identificá-las e, na medida do possível, organizá-las em categorias operacionais que não comprometessem o contexto do acervo documental a que pertencem, preservando o trabalho quer de quem já havia acedido à documentação, quer dos profissionais da informação que viessem a trabalhar nela. Por esse motivo, decidiu-se realizar uma breve descrição dos documentos a editar, uma análise do estado de conservação em que se encontravam, bem como a identificação de quem os produzira e do que caracterizava cada um desses documentos – tratamento este que, quando prévio ao trabalho do investigador interessado no conteúdo de um acervo, pode ajudar a estabelecer uma ligação entre o sentido deste conteúdo e a esfera pessoal/coletiva de que resulta, e até determinar a forma como o filólogo entenderá o *contexto* em que se inserem os textos que edita.

Por esta razão iniciou-se um levantamento sumário do material presente no acervo documental Passos do MTSBA (tabela 1), o que permitiu concluir não só que a organização expressa nas etiquetas das caixas, quando existia, não correspondia, com rigor, ao seu conteúdo, mas também que o acervo não era, em sentido estrito, o *espólio* de Bernardo de Passos, e sim o que sobrevivera do arquivo da família Passos (onde também se guardam peças relativas à vida pessoal e profissional de parentes do poeta).

---

8 Entende-se por *tratamento arquivístico* o «conjunto dos procedimentos técnicos que têm por objectivo a identificação, organização e descrição arquivística dos documentos de arquivo e dos dados e informações por eles veiculadas» (IPQ 2005).

Gaveta 1	• 3 caixas (cxs.) e 3 envelopes (env.) com datiloscritos, manuscritos e correspondência de Rosalina, Vergílio de Passos e respetivos filhos, bem como de Virgínia Passos.
Gaveta 2	• 2 cxs. dedicadas aos negócios de Rosalina, Vergílio de Passos e filhos; • 1 cx. e 1 env. com documentos referentes à farmácia de Vergílio de Passos; • 3 cxs. com um conjunto de colagens de recortes de periódicos, datiloscritos e manuscritos avulsos (alguns de mão por identificar), correspondência de Rosalina, Vergílio de Passos e filhos.
Gaveta 3	• 1. cx. com correspondência avulsa de toda a família e manuscritos e datiloscritos avulsos (de mão por identificar); • 1 cx. com documentos escolares de Ângelo de Passos; • 1 cx. com documentos sobre as propriedades da família Passos; • 1 cx. com correspondência de e para Boaventura de Passos; • 2 cxs. com recibos, faturas e correspondência sobretudo de Rosalina, Vergílio de Passos e filhos, mas também de Bernardo de Passos; • Correspondência avulsa de vários membros da família, mas sobretudo de e para Rosalina, Vergílio de Passos e filhos e de Bernardo de Passos; • Impressos, manuscritos, datiloscritos, partituras e materiais avulsos de Rosalina Passos, Ângelo de Passos, Vergílio Artur de Passos; • 1 conjunto de manuscritos de José Dias Sancho[9]; • Manuscritos avulsos (de mão por identificar); • 1 separador que inicia o texto do conto «A árvore e o ninho», mas sem texto, e um datiloscrito do prefácio de Fidelino de Figueiredo ao *Refúgio;* • 1 exemplar do n.º 143 da revista *Pensamento*; • Panfletos sobre eventos de homenagem a Bernardo de Passos.

9 José Dias Sancho (1898-1929), filho de José Dias Sancho, irmão de Maria Joaquina Dias Passos, e primo do poeta.

Gaveta 4	• 1 cx. com correspondência de e para Bernardo de Passos; • 1 cx. com manuscritos e datiloscritos de textos da autoria Bernardo de Passos (mas de mão por identificar) e de Rosalina Passos; • Manuscritos e datiloscritos avulsos (de mão por identificar); • 1 caderno manuscrito de Rosalina Passos; • 1 cx. com colagens de recortes de periódicos sobre o monumento a Bernardo de Passos (1956-1957); • 1 env. com gravuras de Bernardo de Passos; • Cartões-de-visita de vários remetentes e para vários destinatários (incluindo os membros da família).
Gaveta 5	• Seis volumes de colagens – volumes I, II e III e volumes 2 (1-82), 2 (83-157) e 2 (158?-282)[10] – com recortes de poemas publicados em periódicos, peças de correspondência de e para vários membros da família, notícias sobre a família Passos; • Separatas do jornal *L'Union Pharmaceutique*; • 1 cx. com recibos, contas, notas de crédito de Vergílio de Passos, correspondência avulsa de Vergílio de Passos, Rosalina e filhos, correspondência endereçada a Bernardo de Passos e materiais escolares de Vergílio Artur e Ângelo de Passos; • 1 cx. «Passos Hospital»; • 2 rolos com materiais de Ângelo e Joaquim de Passos; • 2 cx. com documentos de Vergílio de Passos e correspondência trocada entre o último e António Rosa Brito[11].

Tabela 1 – Levantamento sumário do acervo documental Passos no MTSBA (jan. 2019).

Segundo o *Glossário de Termos Arquivísticos* (2018), um *arquivo* define-se como um «conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva [...] no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação» (ACT 2018: 1). Já um *espólio* define-se, segundo Ivo Castro, pelo encontro de três características: a) os materiais serem produzidos por uma só pessoa; b) esse produtor guardar (isto é, não destruir) as anteriores versões dos

10 Conservam-se os títulos originais / da classificação inicial destes volumes para evitar a perda de informação. Nos volumes 2, entre parêntesis, está a numeração dos fólios que compõem cada conjunto.

11 António Rosa Brito (1870-1942) comerciante e empresário são-brasense que teve uma ampla ação benemérita em São Brás de Alportel. Vivia no Brasil e era amigo próximo de Vergílio de Passos.

seus textos; c) a leitura combinada das peças a ele pertencentes permitir restituir textos que tiveram uma «existência fugaz» (por terem sido, depois, cancelados pelo autor) ou formar textos novos, com sentidos diferentes do de cada uma das partes que os constituem (CASTRO 2019: 10s).

Assim, a pouca documentação aparentemente atribuível a Bernardo de Passos existente no arquivo familiar guardado no MTSBA não pode, por enquanto, ser considerada como parte do *espólio* do autor porque: 1) ainda não foi possível determinar o estatuto autógrafo dos poucos testemunhos manuscritos/datiloscritos de textos literários do autor presentes no acervo; 2) estes testemunhos, mesmo que autógrafos, são maioritariamente passagens a limpo, o que leva a crer que o poeta não desejou preservar as versões anteriores do seu trabalho; 3) está por determinar o valor genético dos testemunhos impressos/publicados do acervo; 4) se ainda não é possível determinar a o caráter autógrafo desses materiais aparentemente atribuíveis ao poeta, também não é possível saber se esta parcela da documentação provém de um só produtor (Bernardo de Passos) ou «se tem mão» de outros membros da família. Valorizando exclusivamente o critério da proveniência da documentação de um arquivo[12] e a consequente individualização dos seus produtores, por agora só é seguro dizer que, no MTSBA, está o que se recuperou do *arquivo da família* Passos e, nele incorporado, o *arquivo pessoal* – um acervo «constituído, além de documentos pessoais, pela correspondência recebida e, em alguns casos, enviada» pelo autor (CASTRO 2019: 25) – de Bernardo de Passos[13].

Segundo Pedro Abreu Peixoto, os *arquivos de família* são um «repositório de documentos para o estudo da nossa memória colectiva» (PEIXOTO 1991: 34) que, refletindo a função e intervenção da família na sociedade, devem ser valorizados no plano afetivo (a importância dada pela família à documentação), no plano patrimonial (determinado por um arquivista consoante a quantidade, qualidade, diversidade e estado de conservação dos documentos) e no plano informativo (o contexto e a intenção – sempre multifuncional – com que o arquivo foi produzido) (PEIXOTO 1995: 42ss).

Ora, tendo em conta que «mesmo que um arquivo não tenha uma organização correta, é sempre de considerar as informações importantes que essa organização nos pode fornecer» (PEIXOTO 1991: 42) para a classificação da documentação e caracterização dos seus produtores, foi necessário começar por reconhecer que a organização com que me deparei no arquivo Passos era fundamentalmente

---

12 Entenda-se por proveniência «a relação entre os documentos de arquivo e as pessoas colectivas ou singulares que os produziram, acumularam e/ou conservaram» (ICA 2004: 13).

13 Sobre as fronteiras entre o arquivo de família e o pessoal veja-se LIMA 2015: 6ss.

baseada na estrutura genealógica da família: a documentação estava distribuída por gavetas e caixas dedicadas aos filhos (e descendentes) de Bernardo Rodrigues de Passos (1847-1905).

Assim, sabendo que todo o trabalho de *organização* de um arquivo visa a análise, estruturação e ordenação dos seus documentos por meio da *classificação* dos materiais (segundo um esquema de organização pré-definido para efeitos da sua descrição e instalação) e da sua *ordenação* (que atribui uma ordem cronológica, numérica, temática, hierárquica, alfabética ou alfanumérica aos dados) (LEME 2014: 27), desenvolveu-se uma proposta de *quadro de qualificação*[14] (fig. 1) que respeitasse o *princípio da proveniência* (que identifica as relações entre os documentos de arquivo e quem os produziu/acumulou) e o *princípio da ordem original* (que preserva, tanto quanto possível, a organização em que encontramos um arquivo). Essa proposta de classificação permitiria isolar os documentos do arquivo pessoal de Bernardo de Passos sem comprometer a respetiva integridade (isto é, inviabilizando o futuro trabalho de um arquivista).

A presente proposta de quadro de classificação segue uma conceção maximalista da identificação da proveniência porque agrega, num único fundo, a documentação dos vários membros da família. Ademais, ilustra uma classificação «mista», que procura respeitar uma estrutura geracional assente no ADN da família Passos (com base na genealogia da fig. 2), cruzando-a com a estrutura física do depósito (as gavetas que devolvem cada documento aos seus respetivos produtores/acumuladores) (ROSA 2014: 48).

Num primeiro momento, trataram-se as gavetas do depósito original como secções (SC)[15]. Depois, seguindo a proposta teórica de Armando Malheiro da Silva, propôs-se a criação de subsecções (SCC) associadas aos membros do núcleo familiar mais próximo do poeta e, dentro destas subsecções, consideram-se séries[16] (SR) de acordo com as diversas tipologias documentais presentes no arquivo e nas quais se incluem os documentos compostos e/ou simples[17] que o integram (SILVA 2004: 55ss).

---

14 O quadro de classificação é o «documento de arquivo que regista o esquema de organização de um acervo documental, estabelecido de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição e/ou instalação» (LEME 2014: 27).

15 A *Secção* (SC) é a «unidade arquivística constituída pela subdivisão orgânica-funcional de um fundo, determinada pela sua organização original» (LEME 2014: 22).

16 A *Série* (SR) é a «unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos, simples ou compostos, a que originalmente foi dada uma ordenação sequencial [...]» (LEME 2014: 22) e permitem hierarquizar o material de acordo com a tipologia documental (ROSA 2014: 51).

17 Um *documento simples* é a unidade arquivística mais básica e é «autónomo quanto ao processamento da sua produção (autor, código de comunicação, data, destinatário, etc.), mas não necessariamente quanto à informação veiculada ou ao suporte» (IPQ 2005). Um *documento composto* é a «unidade arquivística constituída por conjunto(s) de documentos simples» (LEME 2014: 22).

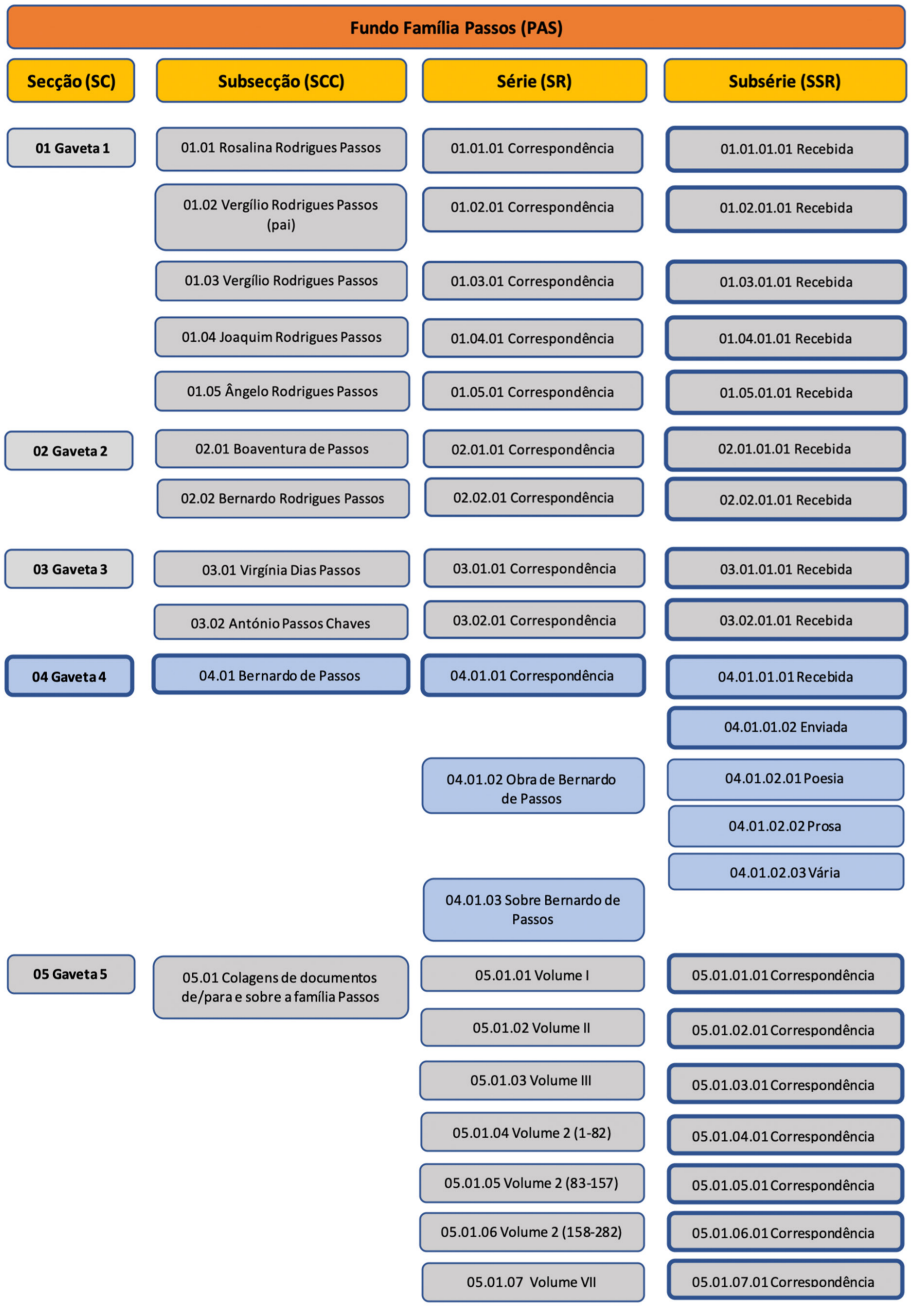


Fig. 1 – Proposta de Quadro de Classificação do arquivo da família Passos (em curso).

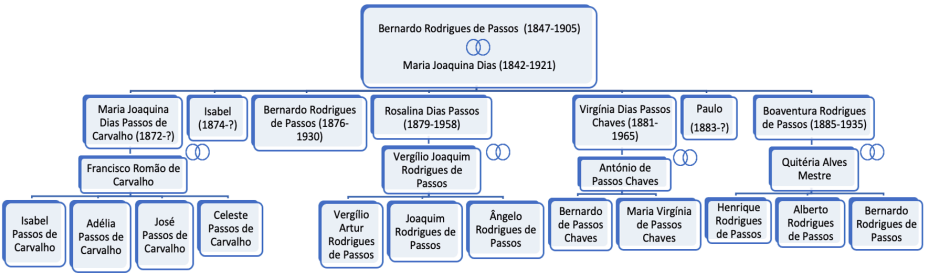


Fig. 2 – Genealogia simplificada da família Passos (com base na informação fornecida por Graça Passos e Emanuel Sancho).

3. O *corpus* epistolar Bernardo de Passos no arquivo da família Passos

A correspondência privada de Bernardo de Passos é uma importante fonte de informação sobre o início do século XX em Portugal, marcado pela implantação da República, e um elemento crucial para compreender as suas relações pessoais, a sua obra poética e a sua atividade como republicano. Foi, por isso, por essa parcela do arquivo pessoal que se decidiu iniciar o trabalho de edição crítica em curso[18].

Seguindo a classificação apresentada, começou-se por separar os materiais que comporiam o arquivo pessoal do poeta em pastas provisórias e, depois, percorrendo a caixa com a etiqueta «Correspondência Bernardo (7)» e, de forma exaustiva, a correspondência dos restantes familiares, isolaram-se todas as peças do *corpus* epistolar do autor (remetidas pelo ou endereçadas ao poeta), bem como todas as que, não tendo destinatário nem remetente, podiam, pela data, ter-lhe sido enviadas ou sido escritas por ele. Desse levantamento resultaram 529 peças de correspondência, 458 avulsas e 71 coladas nos volumes de colagens da subsecção 05.01. Numa segunda fase, seguiram-se dois critérios de identificação fundamentais – a identificação da letra e o conteúdo do texto – que, até ao momento, permitiram identificar 474 peças de correspondência pertencentes ao arquivo pessoal do poeta, 419 a ele destinadas, 52 por ele remetidas e três peças com destinatário/remetente duvidoso[19].

18 Lembre-se que a correspondência tem o objetivo de ser enviada. Por isso, quando preservada, a correspondência de um autor está tão mais dispersa quanto maior o número de pessoas com quem se correspondeu. No projeto em causa não se procura editar a correspondência de Bernardo de Passos que possa ter sobrevivido nos arquivos dos destinatários, editando apenas a correspondência presente no MTSBA (e onde, aliás, se identificam mais peças recebidas pelo poeta do que por ele remetidas).

19 A análise das últimas está em curso. Não sendo possível atribuí-las com segurança ao corpus epistolar do autor, serão excluídas da edição. Se editadas, serão discutidas caso a caso, como acontecerá com as peças que, mesmo sem destinatário/remetente identificado, foi possível atribuir ao arquivo pessoal de Bernardo de Passos.

Às peças inequivocamente pertencentes ao *corpus* epistolar do poeta, atribui-se um código de classificação[20] constituído por dois campos separados por barra oblíqua (/): o código da SSR a que pertencem e uma terminação numérica sequencial (fig. 3 e fig. 4).

Código de Classificação	Digitalização	Envelope	Formato suporte
01.01.01.01/1	01.01.01.01/1.pdf	97 x 118	Bifólio D (180 x 113)
01.01.01.01/2	01.01.01.01/2.pdf	Tamanho F (128 x 156)	Folha (216 x 135)

Fig. 3 – Código de classificação e recolha de dados da correspondência recebida por Bernardo de Passos (SSR 04.01.01.01).

Código de Classificação	Digitalização	Envelope	Formato suporte
04.01.01.01/1	04.01.01.01/1.pdf	110 x 240	Folha B (270 x 210)
04.01.01.01/2	04.01.01.01/2.pdf	92 x 156	Folha A (215 x 140)
04.01.01.01/3	04.01.01.01/3.pdf		Folha (137 x 210)
04.01.01.01/4	04.01.01.01/4.pdf		Folha (105 x 135)
04.01.01.01/5	04.01.01.01/5.pdf		Folha (208 x 82)
04.01.01.01/6	04.01.01.01/6.pdf		Bifólio (180 x 156)
04.01.01.01/7	04.01.01.01/7.pdf		Bilhete-postal (89 x 113)
04.01.01.01/8	04.01.01.01/8.pdf		Bilhete-postal (89 x 113)

Fig. 4 – Código de classificação e recolha de dados da correspondência enviada por Bernardo de Passos e recebida por Rosalina Dias Passos (SSR 01.01.01.01).

A correspondência dos volumes de colagens não foi classificada como pertencendo à correspondência recebida de cada familiar (fig. 1) porque: 1) não é certo quem tenha sido o produtor destes volumes; 2) o seu conteúdo é demasiado heterogéneo para que se isolem os seus documentos sem perder informação. Assumiu-se que cada volume representa uma SR subdividida em SSR relativas à tipologia dos documentos colados: correspondência, recortes de periódicos e manuscritos/datiloscritos.

Embora pudesse ser mais prático classificar as peças pertencentes ao *corpus* epistolar do poeta em duas categorias funcionais como *correspondência solta* e *colada*, rapidamente se percebeu que este critério, assentando apenas na diferença de suporte, ia unicamente ao encontro dos meus interesses enquanto editora, desconsiderando a proveniência dos documentos. Além disso, uma classificação deste cariz implicaria conservar as cartas escritas pelo poeta para a família na SSR dedicada à sua

20 É o código atribuído às unidades arquivísticas – documentos simples ou compostos – no momento em que são classificadas. É atribuído, portanto, pela ordem em que elas surgem durante este processo e não respeita nenhuma ordenação cronológica e/ou temática (ACT 2018: 2).

correspondência, sendo isto o mesmo que dizer ter sido ele quem as acumulou (e não o seu destinatário)[21]. Decisões como esta tornariam o trabalho de edição mais imediato, mas ergueriam óbvias barreiras ao acesso à informação, contrariando o objetivo de qualquer arquivo.

4. Preservar: o que pode o editor?

A preservação de um arquivo pressupõe não só a sua boa organização, mas também as condições básicas de conservação dos seus suportes, «uma vez que sem elas qualquer fundo documental se encontra em sério risco» (PEIXOTO 1991: 37) e, sem condições de instalação e de conservação, as espécies documentais se deterioram. Contudo, qualquer um pode ajudar a prolongar a estabilidade da documentação se tiver algum domínio das técnicas básicas da preservação e conservação de documentos gráficos, souber identificar as tipologias documentais nele presentes (os diferentes formatos e materiais), for capaz de detetar os principais fenómenos que resultam dos fatores de deterioração e conhecer os riscos associados às condições ambientais e ao armazenamento inadequado.

Note-se que «os danos físicos que degradam os documentos podem ser bruscos – como um rasgão feito inadvertidamente –, mas são geralmente progressivos e relativamente lentos» (CORREIA 2014: 69). Há, por isso, um conjunto de ações ao alcance de quem deseja contribuir para a preservação de um arquivo, e que passam, sobretudo, por retardar a sua degradação e evitar que esses danos progridam. Se o editor crítico procura dar a ler o conteúdo textual dos documentos à luz dos vestígios do processo de escrita deixados nos suportes, é inevitavelmente um dos intervenientes a quem mais interessa conservar a integridade físico-química dos documentos. É, portanto, obrigado a reconhecer não só que a materialidade da escrita é um importante registo do processo de criação de um texto, mas também que um documento comprometido é sempre aquele que não apresenta condições de ser veículo do seu conteúdo textual.

Tendo em conta que a organização e o armazenamento temporário dos documentos do arquivo Passos eram tarefas necessárias para aceder ao *corpus* epistolar a editar, resolveu-se levá-las a cabo, contribuindo, tanto quanto possível, para a preservação de cada peça. Por isso, considerando os principais fatores de degradação do papel[22] –

---

21 Exceção foram as peças enviadas pelo autor a destinatários externos à família Passos e que regressaram ao arquivo pessoal do remetente por motivos e vias difíceis de recuperar.

22 A deterioração do papel é sobretudo causada por fatores associados às condições ambientais – a humidade, a temperatura, a luz e a poluição ambiental, tantas vezes associados ao armazenamento inadequado da documentação – e por fatores de degradação biológicos – como a ação de insetos e micro-organismos (fungos) – possivelmente agravados pela exposição da documentação à sujidade. Sobre este tema leia-se MARVILLA 2000.

material, aliás, dominante no arquivo Passos –, procurou-se analisar o estado físico dos documentos e definir uma abordagem de conservação adaptada às condições (não especializadas) em que ela seria aplicada.

Observando o estado físico da correspondência de Bernardo de Passos (isto é, o nível de alteração dos materiais que a constituem), notou-se que: se encontrava num decaimento natural, que em apenas alguns casos comprometia o manuseamento das peças; apresentava apenas rasgões pontuais; a desarticulação dos elementos estruturais só ocorria em algumas peças; e que não estava adequadamente acondicionada (ou não tinha qualquer tipo de acondicionamento). Analisando os efeitos mais visíveis (fig. 5), identificou-se, sobretudo: alteração de cor; acidez do papel; fragilização físico-química; sujidade superficial generalizada; e, em apenas algumas espécies, possível contaminação microbiológica, vestígios da presença de insetos, dobras e rasgões. Concluiu-se que o *corpus* epistolar de Bernardo de Passos no MTSBA tinha um índice de degradação entre 2 (estável) e 3 (instável) – e um grau de risco entre 2 (moderado) e 3 (significativo) – e que tudo apontava para duas ações imediatas: 1) higienização/limpeza por via seca e 2) acondicionamento adequado da documentação.

Em resposta a esta análise, estou a realizar uma limpeza com o objetivo de remover os materiais estranhos às peças de correspondência de Bernardo de Passos

EFEITO VISÍVEL	CAUSA	PRESERVAÇÃO	
Alteração de cor (escurecimento ou descoloração); acidez; fragilização físico-química.	Natureza dos materiais.	**Controlo ambiental ajustado**	As condições ambientais devem ter em conta os materiais presentes evitando oscilações
Amarelecimento e acidez; contaminação microbiológica; ataque biológico; perda de propriedades mecânicas.	Condições ambientais desadequadas.	**Controlo ambiental ajustado; monitorização do modo de acondicionamento. Desinfecção/desinfestação seguida de limpeza.**	A desinfecção ou a desinfestação devem ser realizadas por empresas que utilizem sistemas de vácuo, congelamento e anóxia.
Deformação; desarticulação de capas e lombadas; costura quebrada ou comprometida.	Acondicionamento e/ ou armazenamento deficiente.	**Acondicionamento e correcção de sistemas de armazenamento; Acomodação do corpo do livro e uso de 'cerra-livros'.**	Os grandes formatos devem ser colocados na horizontal. Fólios soltos devem ser acomodados ao corpo do livro.
Sujidade superficial; decaimento químico (manchas); alteração de cor; deformação.	Falta de manutenção ou monitorização de condições ambientais deficiente.	**Limpeza por via seca; higienização periódica do espaço; monitorização do ambiente.**	A limpeza retarda a maioria de processos de deterioração.
Desgaste; esfoliação e fissuras ao nível da cobertura; ruptura de costura e lombada; fólios dobrados ou rasgados; perda de material.	Manuseamento cumulativo ou negligente.	**Uso de luvas de algodão se necessário; melhoria ou adequação das condições de leitura; sensibilização das novas gerações; uso de cópias.**	O registo historiado do plano de preservação de um arquivo de família pode motivar as gerações futuras para a sua continuidade.

Fig. 5 – Efeitos visíveis de degradação dos materiais de arquivo, causas associadas e medidas de prevenção (correia 2014: 69).

que apenas contribuem para a sua deterioração e dificultam a leitura do seu conteúdo textual[23]. Durante esse processo, levo a cabo uma higienização com pera de sopro, trincha macia e *smoked sponge* para remover superficialmente as poeiras e outros resíduos acumulados nos suportes[24]. Num segundo momento, realizo uma limpeza mecânica (também por via seca) durante a qual removo, com uma sonda de INOX (n.º 1), a sujidade e os excrementos de insetos que possam estar aderidos ao suporte (fig. 6 e fig. 7).

Fig. 6 – Peça 04.01.01.01/287, antes e depois de limpa.

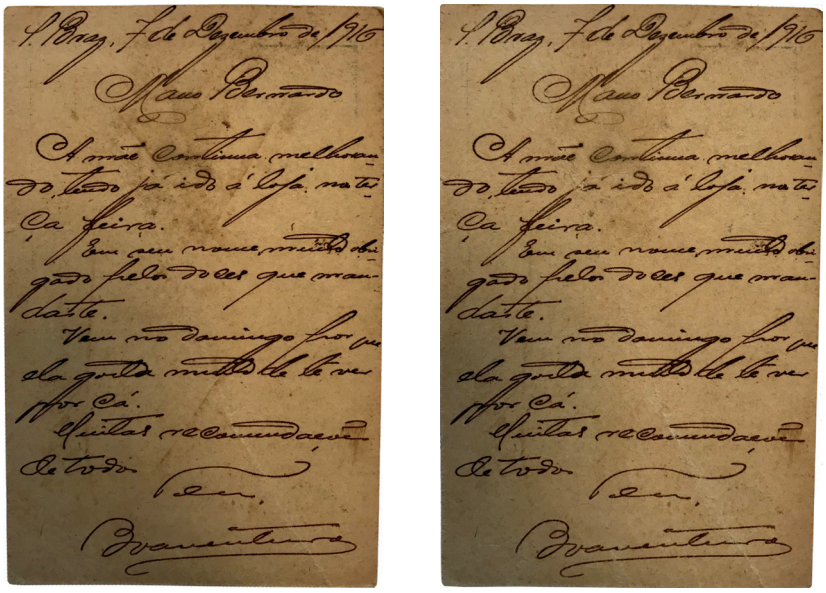


Fig. 7 – Peça 04.01.01.01/338, antes e depois de limpa.

23 Por agora, estou a trabalhar apenas na correspondência avulsa, isto é, naquela que não se encontra colada nos volumes de colagens da secção 05.01 do arquivo Passos.

24 Durante esta fase retiro, quando é possível fazê-lo sem comprometer a integridade física das peças, objetos danosos para a documentação (como clipes e agrafos).

Depois, no que ao acondicionamento diz respeito, optei por isolar cada uma das peças com papel de seda – que utilizo também para separar os fólios da mesma peça ou o suporte do respetivo envelope, sempre que os documentos tenham um aspeto mais acídico ou haja suspeita da presença de micro-organismos –, colocando-as em bolsas de polipropileno, de forma a protegê-las e facilitar o seu manuseamento (fig. 8).

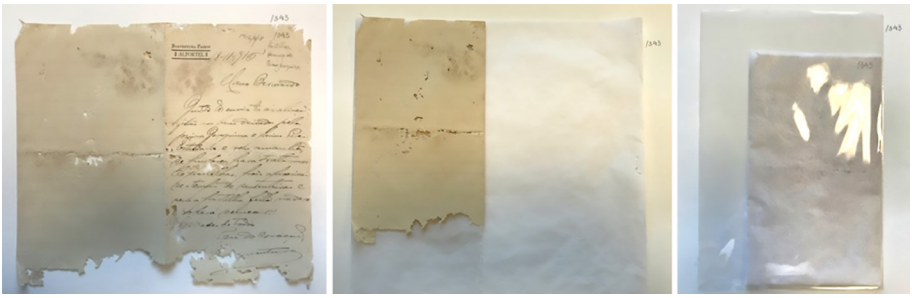


Fig. 8 – Peça 04.01.01.01/343, limpa, com papel de seda entre fólios, acondicionada na bolsa de polipropileno.

Identificando-as pelo código de classificação atribuído (a lápis no suporte e no papel de seda que o envolve), guardo por agora as peças por tamanhos numa caixa de cartão de conservação *acid-free*, com 380 x 160 x 360 mm, que é armazenada nas reservas do MTSBA (com 56% HR e a 21º C)[4] O objetivo é reduzir o impacto ambiental a que a documentação está sujeita, protegê-la da ação (micro)biológica, poluição, acumulação de poeiras, particulato e luz, desacelerando a propagação dos mecanismos de degradação e acidificação natural do papel. No futuro, serão confecionadas caixas tão adequadas quanto possível ao tamanho e forma dos documentos, conferindo-lhes suporte estrutural, restringindo o seu movimento dentro delas e facilitando o manuseamento.

5. O tratamento do acervo nos critérios de edição da correspondência de Bernardo de Passos

Este trabalho parte da realização de uma edição crítica que pretende trazer à leitura o *corpus* epistolar de Bernardo de Passos.

Se, por um lado, os textos que compõem um *corpus* epistolar são de natureza privada – não tendo, à partida, sido escritos com o intuito de serem publicados –, não deixam de ser testemunhos autógrafos, ainda que endereçados a um só leitor com quem se estabelece um ato comunicativo. Como tal, devem estar sujeitos a critérios de edição adequados ao seu estatuto autógrafo, mesmo que, segundo Fagundes Duarte, devam ser entendidos como autógrafos passados a limpo,

«na medida em que, por princípio, não conservam as marcas da sua génese» – salvo certas correções pontuais que revelam o pensamento do autor no momento em que escrevia (DUARTE 2019: 118s). Ademais, a correspondência é um género que confronta o editor com a vontade de diferentes autores – cujo entendimento depende de vários hábitos de escrita e de diferentes níveis de conhecimento da língua, a que nem sempre podemos aceder integralmente.

Devendo o editor crítico ser tão fiel quanto possível à última vontade do(s) autor(es), é obrigado não só a reproduzir a lição que «representa a intenção do autor tal como foi, pela última vez, materializada através da escrita» – isto é, a ter em conta as emendas do autor –, mas também a considerar os seus erros «como lições autorais» que têm de permanecer no texto crítico estabelecido, já que, apesar de involuntários, podem revelar lapsos de informação ou cultura do autor (CASTRO 2013: 103, 185s). O mesmo já não se aplica a erros acidentais que, não sendo mais do que «erros mecânicos, provocados pela distração, o cansaço manual, a velocidade de escrita», se explicam e corrigem sem dificuldade, pelo que a sua conservação pouco acrescentaria à edição (CASTRO 2013: 185s). Na fixação do texto crítico do *corpus* epistolar de Bernardo de Passos preservar-se-ão os primeiros, mas preencher-se-ão lacunas[25] e corrigir-se-ão erros acidentais que os autores certamente teriam corrigido se se tivessem apercebido deles.

Contudo, estas tarefas implicam que, sempre que possível, o editor identifique os autores e estude os seus hábitos de escrita através dos documentos a que tiver acesso. Neste aspeto, o trabalho de organização (ainda que provisória) do arquivo Passos permitiu não só ultrapassar a dispersão inicial do acervo – assegurando que o corpus a editar era o mais completo possível – como facilitou a identificação dos remetentes de algumas peças não assinadas, possibilitando a comparação dos envelopes e das mãos com os de outras peças dos remetentes representados no arquivo. Esta comparação resolveu ainda algumas dificuldades de leitura e levou ao preenchimento de lacunas materiais de peças em pior estado de conservação, à identificação e reposicionamento de alguns elementos excluídos da digitalização inicialmente fornecida pelo MTSBA ou à leitura presencial de algumas secções de texto ilegíveis na digitalização (figs. 9 e 10). A fig. 9 mostra como só o trabalho de organização permitiu ver o acrescento «em parte», feito na margem de festo do bifólio, sem o qual a frase, embora permanecesse gramatical, teria outro sentido. Como se pode verificar pela fig. 10, a digitalização fornecida impossibilitava a leitura da última sílaba e letra das palavras «todavía» e «me», o que obrigava a entendê-las

25 *Lacunas* definem-se como omissões de uma passagem textual. São lacunas materiais as que resultam de acidentes contemporâneos ou posteriores à escrita e lacunas semânticas as que só podem ser detetadas com a leitura do texto e constatação de falta de coesão gramatical ou discursiva.

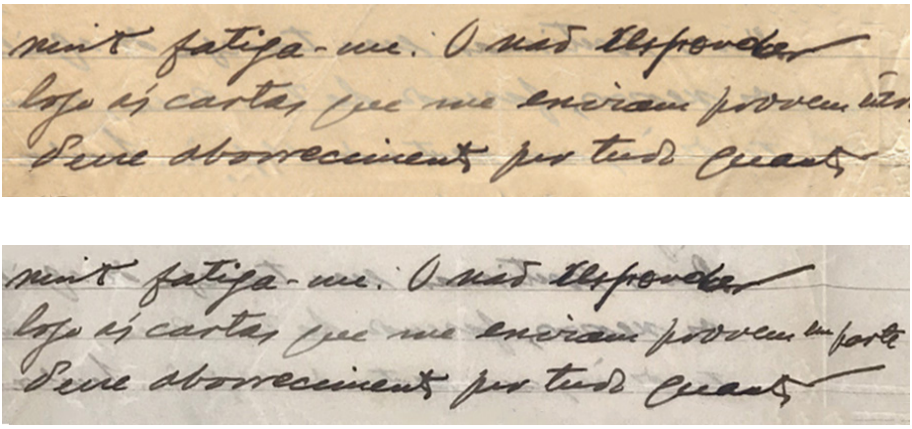
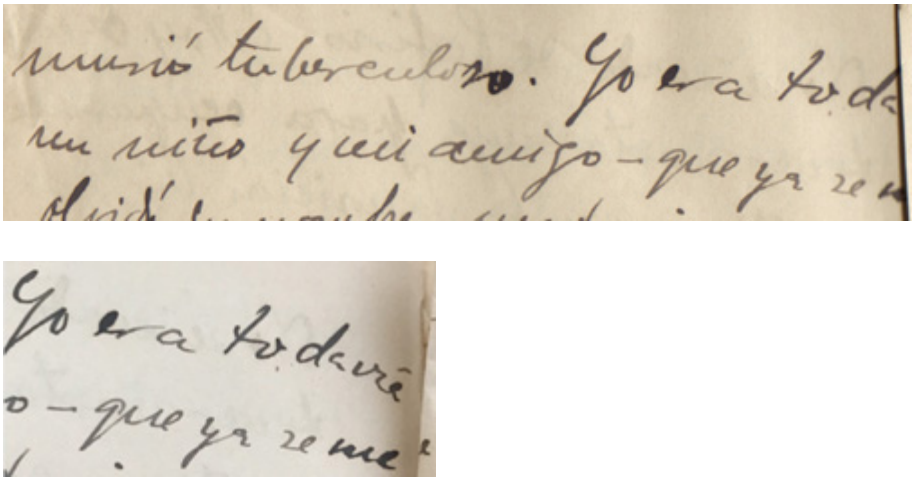


Fig. 9 – Digitalização inicial, fotgrafia posterior e texto editado da peça 05.01.03.01/42.

O escrever muito fatiga-me. O não responder logo às cartas que me enviam provém em parte desse aborrecimento por tudo quanto é escrever. Devo carta à Rosalina,*

*em parte: acresc. na margem de festo.



Yo era toavía un niño y mi amigo – que ya se me olvidó su

Fig. 10 – Digitalização inicial, fotografia posterior e texto editado da peça 05.01.03.01/1.

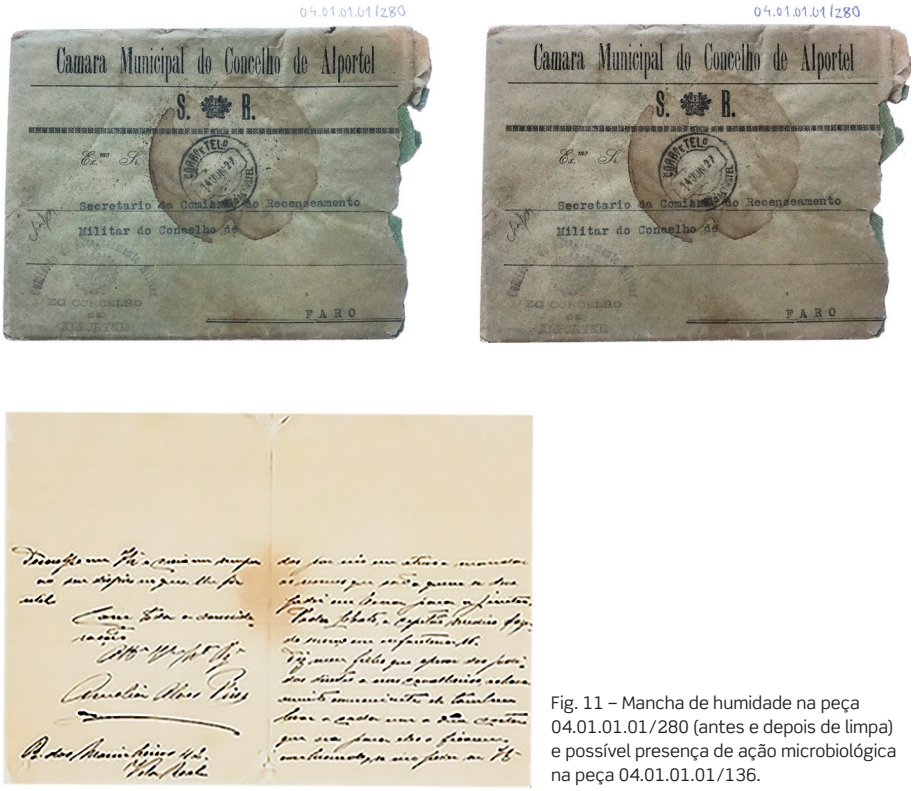


Fig. 11 – Mancha de humidade na peça 04.01.01.01/280 (antes e depois de limpa) e possível presença de ação microbiológica na peça 04.01.01.01/136.

como resultado de mutilação e a editá-las como envolvidas em lacunas materiais: toda[vía] e m[e].

No aparato crítico da edição, serão não só registadas as emendas autorais com informação genética e os erros que forem objeto de intervenção editorial, mas também todos os acidentes do suporte ou da escrita que tenham consequências na legibilidade do texto. Estes acidentes – sobretudo os que não causam danos físicos bruscos e evidentes (como ruturas do suporte ou rasgões resultantes do mau manuseamento) e que são muitas vezes provocados pelo acondicionamento inadequado e pela degradação natural da documentação – são mais fáceis de compreender durante a limpeza da documentação, que permite analisar, em primeira mão, as manchas que resultam da ação da humidade e/ou da possível presença de micro-organismos no suporte (fig. 11)[26], o nível de descoloração e acidificação do papel e o desvanecimento

26 As manchas de humidade surgem sobretudo nas margens dos suportes, em tons amarelados/acastanhados, e apresentam «linhas de maré» (limites mais escuros resultantes da acumulação de ácidos e da coloração

das tintas. Em alguns casos, permite compreender melhor a perda de material em zonas afetadas pela ação de insetos ou pela corrosão causada pelas tintas ferrogálicas mais concentradas, bem como facilita a leitura do texto em zonas sujas do suporte.

Segundo L. Smirnova (1982: 127ss), a edição de correspondência impõe ainda ao editor tomar algumas decisões que, em casos como este, são inevitavelmente dependentes da forma como se organiza o arquivo a que pertencem: como dispor o *corpus* epistolar na edição e como definir os limites de uma unidade de publicação.

Para a ordenação do *corpus*, podiam adotar-se três critérios-base: o critério temático, o nominal e o cronológico. No *corpus* epistolar de Bernardo de Passos – onde encontramos cartas pessoais, de cariz político e administrativo[27] – o primeiro critério poderia parecer adequado. Porém, a sua aplicação encontraria problemas na classificação de algumas peças[28] e, no que concerne à organização do arquivo, implicaria considerar outras como documentos pertencentes ao arquivo de uma instituição ou entidade administrativa. Quanto à ordenação nominal, a grande dispersão de remetentes não a recomenda, porque, havendo interlocutores mais assíduos do que outros, isso tornaria pouco equilibrada a ordenação[29]. Optou-se, portanto, pela ordenação cronológica, que evita ambiguidades e estabelece uma fácil correlação com a biografia e obra do poeta, ao mesmo tempo que não inviabiliza a possível ordenação cronológica das peças nas séries que integram.

Para a edição crítica em preparação, foram definidos os limites de cada unidade de publicação, e fornecidos para cada texto: a) uma descrição material do testemunho – que inclua remetente, destinatário, datação e locais de redação e emissão; b) notas explicativas, sempre que as suas referências possam não ser claras, devido ao seu carácter mais ou menos privado.

Quanto aos limites de uma unidade de publicação, considerar-se-ão uma só peça de correspondência todos os documentos que, mesmo de autoria diferente, tenham sido enviados para o mesmo destinatário, no mesmo envelope. Esta opção vai ao encontro do conceito de *documento composto,* assumindo que um determinado documento está associado a um suporte físico isolado (e/ou a um produtor único), mas que isso não apaga as possíveis relações existentes entre vários documentos

---

do papel no limite máximo da absorção das fibras que a água percorre). As manchas provocadas pela ação de micro-organismos surgem sobretudo no centro dos suportes e podem ser acinzentadas, amareladas ou arroxeadas. Os dois tipos ocorrem frequentemente em associação.

27 Cartas sobre assuntos da gestão do concelho, movimentação de interesses e pedidos de intercessão.

28 Em algumas peças enviadas ao poeta, a familiaridade e as declarações políticas servem para pedir intervenções administrativas a favor dos correligionários republicanos.

29 A exiguidade da presença, no espólio, de alguns interlocutores não implica necessariamente a exiguidade do seu relacionamento com Bernardo de Passos, já que não é impossível que outras cartas tenham sido escritas e se encontrem noutros acervos documentais.

simples. Ademais, o conteúdo de algumas mensagens deixa claro que a ela estavam anexados outros documentos (que, durante o percurso do acervo se perderam ou não conservaram a posição original), tendo a organização desta correspondência permitido identificar alguns desses casos, devolvendo-os ao documento composto a que pertenciam. Os casos em que não foi possível recuperar estes anexos serão registados na descrição inicial do testemunho para que o leitor saiba porque não são editados e para prever a possibilidade de virem a ser identificados (caso tenham sobrevivido) durante o tratamento arquivístico do restante fundo.

Por fim, sempre que possível procurar-se-á aclarar os textos com notas explicativas acerca de personalidades ou acontecimentos históricos. Neste aspeto, a organização da correspondência do poeta dentro do arquivo Passos permitiu compreender as relações íntimas entre o autor e os familiares e aceder a documentos (como os volumes de colagens) que revelaram ser uma ferramenta valiosa na identificação de mãos e nomes (fig. 12), poemas, artigos e notícias de jornais a que se fazia referência na correspondência. Veja-se, na fig. 12, como a análise paleográfica dos cartões de visita colados no Volume 2 (82-153) possibilitou a atribuição da carta (anónima) 04.01.01.01/30 (e outras) a Teresa de Jesus Gomes.

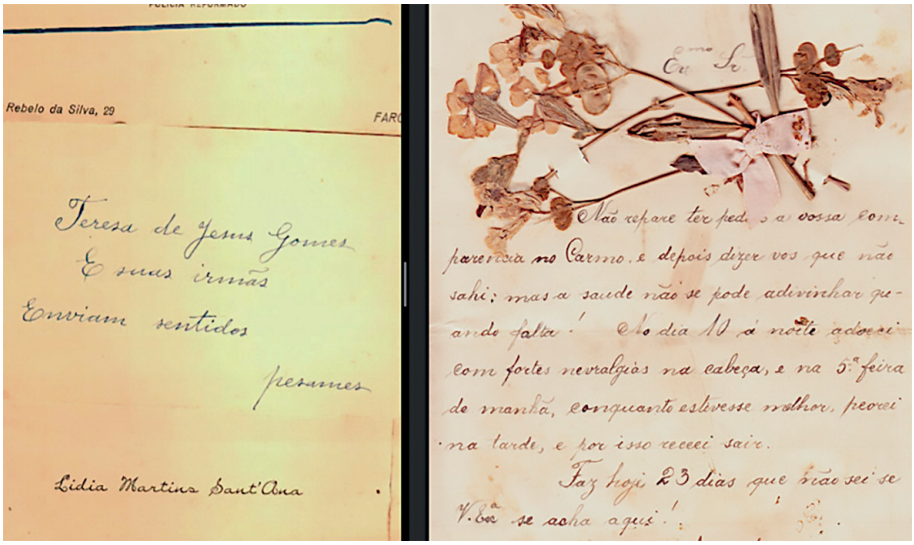


Fig. 12 – Cartão-de-visita 05.01.05.01/17 e a peça 04.01.01.01/30.

6. Conclusão

Tornou-se evidente que um editor que se vê diante de um acervo documental por tratar não se pode interessar pelo conteúdo textual sem se interessar por preservar a organicidade e a integridade física do arquivo em que se integra. Primeiro, porque editar documentação por organizar é correr o risco de:

1. trabalhar num *corpus* incompleto (mesmo que limitado pelos critérios de edição estabelecidos);
2. não selecionar, com critério, a documentação a editar, por não se poder fazer juízos sobre o seu valor literário, histórico e informativo sem se ter tido acesso à totalidade da documentação disponível;
3. interferir com a estrutura «original» do arquivo, sob pena de impossibilitar a comunicação entre o que é editado e a restante documentação integrada no acervo, facilitando a perda irreparável de informação.

Segundo, porque o editor interessa-se não só pelo conteúdo textual dos documentos – o que pressupõe que se interessa pelas suas condições de leitura e manuseamento –, mas também pelos vestígios materiais da escrita, que não se podem separar do estado de conservação dos documentos e da necessidade de compreender os termos em que ocorre, e pode ser evitada a degradação do património documental.

Assim, deve aceder ao material que edita de forma informada, facilitando a boa gestão da informação do acervo em que trabalha, e, se possível, zelar pela integridade física do mesmo, sem a qual não pode aceder ao conteúdo textual, nem ao seu contexto de produção e utilização.

Bibliografia

Castro, Ivo (2013) – *Editar Pessoa*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo (2019) – *O Legado de Leite Vasconcelos na Universidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Correia, Inês (2014) – «Preservar o seu arquivo de família». *In* Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa, coords. – *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 62-75.

Duarte, Afonso da Cunha (2018) – *Memórias – São Brás de Alportel. Da freguesia a Concelho*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes. Vol. 3.

Duarte, Luiz Fagundes (2019) – *Os Palácios da Memória: ensaios de crítica textual.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

Fundação para a Ciência e Tecnologia. Arquivo de Ciência e Tecnologia (2018) – *Glossário de termos arquivísticos*. Madalena Ribeiro, ed. Lisboa: FCT.

Instituto português da qualidade (2005) – *NP 4041: 2005. Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ: CT7.

International council on archives (2004) – *ISAAR (CPG): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas. Pessoas Singulares e Famílias*. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Disponível em <https://culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf>. Consult. ago. 2020.

International council on monuments and sites (1994) – *Documento de Nara sobre a Autenticidade*. António de Borja Araújo, trad. Disponível em <https://culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf>. Consult. ago. 2020.

Leme, Margarida (2014) – «Compreender o seu arquivo de família». *In* Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa, coords. – *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 16-31.

Lima, Luís Fernando (2015) – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Maravilla, Nimfa R. (2000) – «Causes of Deterioration of Paper». Disponível em <https://cool.culturalheritage.org/byauth/maravilla/deterioration-causes.html>. Consult. ago. 2020.

Marreiros, Glória Maria (2000) – *Quem foi quem? 200 Algarvios do Século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

McGann, Jerome (1991) – *The Textual Condition*. Princeton: Princeton University Press.

Passos, Bernardo de (1902) – *Adeus... primeiros versos*. Famalicão: Tipografia Minerva.

Passos, Bernardo de (1907) – *Grão de trigo: versos à natureza e à vida*. Famalicão: Tipografia Minerva.

Passos, Bernardo de (1909) – *A Reacção no Algarve*. Tavira: Typografia Democrática.

Passos, Bernardo de (1909) – *Portugal na Cruz*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor.

Passos, Bernardo de (1913) – *A bandeira da República: versos*. Faro: Tipografia Seraphim.

Passos, Bernardo de (1931) – *A árvore e o ninho: conto para crianças*. 1.ª ed. Lisboa: Casa do Algarve.

Passos, Bernardo de (1936) – *Refúgio*. Pref. de Fidelino de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Americana.

Passos, Virgílio de (1954) – *O lirismo em Bernardo de Passos*. Lisboa: Sá da Costa.

Peixoto, Pedro Abreu (1991) – «Os Arquivos de Família». In *Cadernos BAD*. Lisboa. N.º 1, p. 33-44.

Peixoto, Pedro Abreu (1995) – «O valor dos Arquivos de Família». In *Cadernos BAD*. Lisboa. N.º 1, p. 41-51.

Pereira, José Carlos Seabra (2019) – *As literaturas em língua portuguesa: das origens aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.

Pires, Paulo (2010) – *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro, seguidos de um Epistolário inédito de João Rosa Beatriz*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal.

Rosa, Maria de Lurdes (2014) – «Tratar o seu arquivo de família». *In* Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa, coords. – *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 32-61.

Rosa, Maria de Lurdes e Nóvoa, Rita Sampaio da, coords. (2014) – *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. Disponível em <https://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/instrumentos1/>. Consult. jul. 2020.

Silva, Armando Malheiro da (2004) – «Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico interactivo». In *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas de Património*. Porto: Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Departamento de Ciências Técnicas do Património. Vol. 3, p. 55-84.

Silva, Armando Malheiro da (2006) – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento.

Silva, Armando Malheiro da (2010) – «Texto e contexto – O contributo da ciência da informação para a crítica textual e genética». *In* Maria João Reynaud e Francisco Topa, orgs. – *Crítica textual & crítica genética em diálogo: colóquio internacional. Porto, 18-20 de outubro 2007*. Munique: Martin Meidenbauer. Vol. 1, p. 45-54.

Smirnova, L. N. (1982) – «Problèmes concernant l'édition critique des textes épistolaires». *In* Louis Hay e Péter Nagy, orgs. – *Avant-texte, texte, après-texte : Colloque International de Textologie à Mátrafured (Hongrie), 13-16 octobre 1978*. Paris : CNRS, p. 125-135.

Perceval y la Cortesía[1]

Carlos Alvar
Universidad de Alcalá

Resumo

A partir de la figura literaria de Perceval en *Li contes del Graal* de Chrétien de Troyes y mediante el estudio del término de «courtoisie» y otras palabras asociadas a él se comprenden los motivos que encumbran a este caballero hasta convertirlo en el protagonisrta del Grial y que luego, en las Continuaciones en verso, hacen del mismo una figura desplazada por Galaz y Boores, con un perfil poco relevante.

El análisis se ocupa de las circunstancias históricas de la corte de Flandes; de la difusión de la «cortesía», base de las aventuras de los caballeros artúricos, tal como era concebida desde comienzos del siglo xii, que llega a convertirse en la «palabra-testigo» de una época completa, no sólo de un género literario; como «palabra-testigo» es el centro de una galaxia en torno a la que orbitan numerosas «palabras-clave»: en definitiva, es el testimonio de un hecho de civilización, y, como todo proceso de civilización, la «cortesía» tuvo defensores, generalmente laicos, y detractores, en gran medida religiosos, especialmente los más estrictos, los cistercienses.

Las circunstancias históricas del condado de Flandes y los enfrentamientos con el rey de Francia alejan la cortesía y provocan un retorno a la religiosidad: Perceval, entre la época de Chrétien y las Continuaciones había intentado ser cortés y a los ojos de la Iglesia sus pecados lo alejaron del triunfo final hasta que cumplió una larga penitencia.

En un trabajo anterior, presentado en Santarém, tuve ocasión de ocuparme de la tardía aparición de las cantigas de amigo en los *Cancioneiros* o, si se prefiere, de su ausencia del *Cancioneiro de Ajuda*. En aquella ocasión tuve que acercarme a la figura del rey Afonso III (alvar 2020: 71ss); por otras razones, vuelvo ahora al mismo entorno cronológico y geográfico, pues me gustaría comprender los motivos que encumbran a Perceval hasta convertirlo en el caballero del Grial y que luego hacen del mismo una figura desplazada por Galaz y Boores, con un perfil poco relevante.

---

1 El presente estudio se enmarca dentro del proyecto de investigación cm/jin/2019-004, *La implantación de la* Cortesía *en la Edad Media a través de los testimonios literarios*, perteneciente al Contrato Programa Comunidad de Madrid-uah de Ayudas para la realización de Proyectos de i+d para Jóvenes Investigadores de la Universidad de Alcalá, convocatoria de 2019. Aquí se recoge el texto leído en el coloquio *Antes e depois de editar*, que tuvo lugar el 14 y 15 de enero de 2021; una versión extensa del artículo se puede leer en alvar 2022: 69-91.

El Perceval de Chrétien de Troyes

Son varios los aspectos que han hecho de Perceval uno de los héroes más interesantes de la Mesa Redonda a los ojos de la crítica, y especialmente, del Perceval presentado por Chrétien de Troyes en *El cuento del Grial*[2]: un origen rústico, frente a todos los demás caballeros, criados en la corte o vinculados a ella, mientras que él se encuentra en la Yerma Floresta Solitaria, con su madre, la Dama Viuda; su ignorancia del mundo de la caballería y su rápida incorporación a las aventuras de los «predestinados» tras haber dejado a su madre, que muere de dolor, y haber sido instruido por un caballero retirado, Gornemans de Goort; y, sobre todo, haber sido el único en llegar al castillo del Grial y en contemplar la extraña procesión que se desarrolla ante sus ojos, sin que él mismo se atreva a formular las preguntas adecuadas acerca de la lanza que mana sangre y de las dos doncellas, que habrían sanado al Rey Pescador y desvelado los secretos del extraordinario recipiente. Sin duda, se trata de una progresión inaudita, con el punto de inflexión en el encuentro del caballero con el ermitaño Gornemans de Goort.

Cada uno de esos aspectos es llamativo por sí solo, pero si además se les une el hecho de que el lector se queda también sin las ansiadas respuestas, porque el libro de Chrétien no fue acabado (hacia 1190), entonces se comprende que el silencio del joven héroe y todas las circunstancias que rodean su vida se conviertan en enigmas a los que los estudiosos han buscado explicación, sin que los esfuerzos hayan logrado una aceptación unánime, lo que ha contribuido aún más a provocar la curiosidad de todos.

Habrá que añadir que al final del *Conte del Graal* las aventuras de Perceval se entrecruzan con las de Galván, lo que aumenta las variables para entender los propósitos del *roman* y las dificultades para interpretar los símbolos utilizados. En definitiva, el final queda abierto a todo tipo de interpretaciones[3].

Las *Continuaciones*

Ya desde los últimos años del siglo XII o comienzos del XIII se suceden los intentos de concluir el texto de Chrétien, anudando los muchos hilos sueltos que en él se encuentran, hasta alcanzar la suma de unos 63.500 versos, si se juntan todas las continuaciones[4].

---

2 Perceval aparece en *Erec et Enide*, como un caballero más de la corte del rey Arturo en Caradigán, y en *Cligès*, donde es vencido y hecho prisionero por el protagonista.

3 Harry F. Williams (1980-1981: 119ss, especialmente 119s) enumera hasta 15 interpretaciones diferentes.

4 Para una visión de conjunto, cfr. PICKENS, BUSBY y WILLIAMS 2006: 215ss, especialmente 222ss (redactadas por Keith Busby).

De forma esquemática y brevísima se pueden establecer varios aspectos importantes, como son la cronología de las *Continuaciones* y la vinculación a la corte de Flandes de tres de ellas. Empezaré por la cronología, siempre difícil de establecer:

– *Primera Continuación*: muy a finales del siglo XII o comienzos del XIII.
– *Segunda Continuación* (Wauchier de Denain): alrededor de 1200.
– *Tercera Continuación* (Manessier): entre 1211 y 1244, posiblemente alrededor de 1230.
– *Cuarta Continuación* (Gerbert de Montreuil): hacia 1226-1230.

Son momentos importantes, porque en torno a 1200 Robert de Boron escribe en verso su *Estoire dou Graal* en la que cristianiza el grial y todo su entorno, incluido el Rey Pescador y el cortejo de la cena que contempla Perceval. El texto de Robert de Boron no tardaría en prosificarse y en formar un ciclo (en prosa, claro) con *José de Arimatea*, *Merlín* y *Perceval* (pseudo-Robert de Boron): es el germen de la *Vulgata* artúrica, en la que Perceval es acompañado y sustituido por Galaaz. Así, las *Continuaciones* en verso son resultado de una lectura, o un interés, por la obra de Chrétien distinto al recorrido por la sucesión de Robert de Boron, ya que intentan mantenerse dentro de un esquema bien definido, centrado generalmente en las aventuras de un par de personajes, sin llegar a formar el importante ciclo narrativo que llevará hasta la *Vulgata* e incluso, con la unión de la historia de Tristán, hasta evoluciones posteriores. Es obvio que el éxito de Robert de Boron fue eclipsado por la prosa, pero algunas de sus aportaciones se incorporan en las *Continuaciones* de Manessier y de Gerbert de Montreuil.

La primera *Continuación* se dedica más a las aventuras de Galván que al propio Perceval, y de ahí que se denomine *Continuación-Galván*. Estamos en los últimos años del siglo XII o muy a principios del siglo siguiente.

Wauchier de Denain en la segunda *Continuación* devuelve el protagonismo a Perceval. Wauchier fue traductor de varias obras de contenido religioso y moral[5], entre las que se le atribuye una vida de san Bernardo de gran éxito, por lo que no sorprende su alejamiento del hijo del rey Arturo, aunque hay que pensar en un retorno al modelo de Chrétien. Sin embargo, las aventuras de Perceval no alcanzan el final y quedan en suspenso. Apenas se ha iniciado el siglo XIII.

Será Manessier quien lleve a Perceval a la cumbre del éxito y a un final consagrado a la vida de religión, que le hará merecedor plenamente de la salvación eterna. Las aventuras de Galván quedan relegadas a un segundo plano, junto a las de Saigremor.

---

5 *Vitae Patrum*; *Verba seniorum*; *Historia Monachorum* de Rufino de Aquileia; *Dialogi* de Gregorio Magno; y quizás fue el autor de la *Histoire ancienne jusqu'à* César.

Es posible que para entonces ya se hubiera redactado el *Lanzarote* en prosa y que Manessier se sintiera imbuido del espíritu cisterciense que recorre esta magna compilación.

Quizás Gerbert de Montreuil[6] escribió su secuela casi a la vez que Manessier y es posible que conociera el *Lanzarote* en prosa y la *Búsqueda del Santo Grial* (*Queste du Saint Graal*). Es posible también, en otro sentido, que Gerbert no se sintiera cómodo con las aventuras – a veces poco edificantes – de Perceval, dada la tendencia religiosa que hay en su texto, y que por eso lo dejara inconcluso[7].

La corte de Flandes

La pregunta que surge de inmediato es ¿a qué se debe la volatilidad o la inestabilidad de nuestro personaje? ¿Por qué se producen esos protagonismos y por qué las desapariciones casi totales? La respuesta no es evidente, y vamos a tener que esperar aún un poco. Por ahora nos limitaremos a señalar que las *Continuaciones* fueron escritas en dos momentos distintos: uno, en los últimos años del siglo XII o comienzos del siglo XIII; el otro, un cuarto de siglo más tarde. Obviamente, la ideología ha cambiado en el transcurso de esos años, como veremos en breve.

Otro de los aspectos relevantes se refiere a la vinculación con la corte de Flandes de los tres autores de *Continuaciones* conocidos: Wauchier de Denain, Manessier y Gerbert de Montreuil; se puede sospechar que el anónimo que comenzó con las secuelas también pertenecería al mismo ámbito.

Chrétien había dedicado su *Perceval* a Felipe de Alsacia, conde de Flandes, que murió en 1191 sin descendientes, por lo que sus posesiones pasaron a su hermana Margarita, que estaba casada con Balduino V conde de Hinaut y que a partir de entonces se convierte en Balduino VIII de Flandes. Margarita y Balduino tuvieron al menos siete hijos, entre los que estarán Balduino I emperador de Constantinopla, Yolanda y Enrique, todos ellos vinculados con el nuevo imperio latino de Oriente. Balduino I se casó con María, condesa de Champaña, hija de la primera protectora de Chrétien, y hermana de Enrique II, que fue rey de Jerusalén (1166-1197)[8].

Así, razones familiares unían a ambos cónyuges (Balduino I y María) tanto por las relaciones con Chrétien, como por los importantes intereses en Tierra Santa;

---

6 Autor del *Roman de la Violette*, en el que imita a Jean Renart y quizás se opone políticamente a él, pues Gerbert es partidario del rey de Francia, mientras que Jean pertenecería al bando de los Plantagenet.

7 La *Continuación* de Gerbert concluye con la perfecta unión de la hoja de la Espada y la desaparición de la fisura; este logro es motivo de la alegría del Rey Pescador y del propio Perceval: era la tercera visita del caballero al Castillo del Grial y, como en ocasiones anteriores, ha vuelto a presenciar el cortejo. El Rey le propone cenar antes de contestar a las preguntas, pero el texto se interrumpe sin respuestas.

8 Para más detalles, BEZZOLA 1967: 406ss.

y también por cierta enemistad contra los reyes de Francia y proximidad con los de Inglaterra. En muchos sentidos, se entiende que la efervescencia literaria de la corte de Enrique II y Leonor de Aquitania, abuela de María de Champaña, se extienda a las hijas de ésta, Juana de Constantinopla, condesa de Flandes, y a su hermana Margarita, que también será condesa de Flandes a la muerte de Juana; más aún si se tiene en cuenta que los padres de ambas murieron en Tierra Santa cuando eran unas niñas y que no llegaron a conocerlos.

Pero, sobre todo, me interesa destacar – y uno la cronología y la agitada vida política de los condados del norte de Francia – que, entre finales del siglo XII y las *Continuaciones* más tardías del *Perceval,* se produjeron dos acontecimientos de enorme importancia militar en los que nuestros protagonistas se vieron involucrados directamente: la IV Cruzada, que llevará a Balduino de Flandes a ser emperador de Constantinopla (a partir de 1199) y la batalla de Bouvines (1214) contra Felipe Augusto de Francia, en la que caerán prisioneros o morirán numerosos nobles de la alianza formada por el conde de Flandes (Fernando de Portugal), el conde de Boulogne (Renaut de Dammartin suegro de Afonso III), el rey de Inglaterra (Juan sin Tierra) y el emperador del Sacro Imperio Romano Germánico. En el caso de la Cruzada, las tropas abandonaron su interés por Jerusalén, para centrar los esfuerzos en Constantinopla, ciudad que destruyeron y en la que establecieron como nuevo emperador a Balduino de Flandes. La batalla de Bouvines supuso la prisión para el conde de Flandes durante quince años y para el de Boulogne, hasta su muerte, ocurrida trece años después de la derrota.

Está claro que se produjeron cambios políticos y también ideológicos. Y la materia de Bretaña no podrá escapar de esos cambios.

La cortesía

La difusión de la «cortesía», base de las aventuras de los caballeros artúricos, tal como era concebida desde comienzos del siglo XII, se había convertido en un peligro tanto a los ojos de la Iglesia, como para la alta nobleza, que era capaz de combatir a muerte un día, y de acudir a una reunión lúdica pocos días más tarde, como si nada hubiera ocurrido:

Il suffisait d'une trève de quelques semaines entre deux partis qui se combattaient hier, pour que demain les chevaliers d'un camp se rendissent dans le camp adverse pour y participer à un tournoi ou à une réception accompagnée de chants, de musique et de danses (BEZZOLA 1967: 422).

Por eso, es necesario, para evitar equívocos, insistir en el significado del término «cortesía», que frecuentemente se utiliza como sinónimo de «fin'amors» o de «amor cortés», en un reduccionismo ajeno a la realidad de los hechos. Este significado restringido constituye una parte del conjunto, la parte que se refiere al

comportamiento amoroso y a la relación con las mujeres; sin embargo, el concepto de «cortesía» abarca un campo semántico mucho más amplio y complejo, y llega a convertirse en la «palabra-testigo» de una época completa, no sólo de un género literario; como «palabra-testigo» es el centro de una galaxia en torno a la que orbitan numerosas «palabras-clave»: en definitiva, es el testimonio de un hecho de civilización (FRAPPIER 1959: 135ss y 1973: 1ss; PAYEN 1967; BURGESS 1970: 20ss; ALVAR y ALVAR NUÑO 2020: 29ss y 39ss).

El extenso *Dictionnaire du moyen français*, dirigido por Robert Martin define el término «courtois» con las siguientes palabras:

I. ADJETIVO

A. – [De una persona o de su comportamiento, de sus cualidades morales y físicas, relacionadas con el ideal de la corte]

1. «Educado, agradable en el trato, respetuoso»
2. «Discreto, reservado»
3. [A menudo en co-ocurrencia con un término que califica la educación]
4. [A menudo en co-ocurrencia con *large* «generoso»]
5. Por extensión [De un animal] «Domesticado, dócil»

B. – [De una cosa]

1. «Conforme al ideal de la cortesía» [Por la forma de expresarse]
2. «Que es generoso»
3. Por extensión «Agradable, favorable»
   [De una situación, de un estado] «Agradable, favorable»
   [De la apariencia física] «Gracioso»
   [De una cosa concreta] «Que se presenta con una apariencia favorable o agradable»

II. EMPLEO COMO SUSTANTIVO

A. – Empleo como sust. masc.

«El que posee cualidades pertenecientes al ideal de la corte»
«El educado y amable»

Hay que tener en cuenta que el *DMF* abarca desde 1330 a 1500 y que sólo he retenido las acepciones que pueden interesarnos. En todo caso, el francés medio (de los siglos XIV y XV) es heredero directo del francés antiguo (GERNER [s.d.]) y, por lo tanto, una parte de las acepciones son aplicables a Chrétien y, aún durante el siglo XIII, pues ya desde finales del siglo XI se van definiendo los perfiles del concepto de «cortesía», y en Francia adquieren su total nitidez en la segunda mitad del siglo XII; se trata, por tanto de un desarrollo lento y complejo en el que participan elementos diversos (militares, sociales, religiosos, etc.).

Glyn S. Burgess señala, con razón, cómo en el significado de «cortesía», que tiene una base feudal de inspiración castrense, se van incorporando rasgos propios de un mundo en el que las mujeres han adquirido mayor presencia: así, en la poesía épica se podía encontrar vasallos «corteses», que, en realidad, eran los que cumplían con las expectativas propias del feudalismo; es decir, que actuaban con valor y prudencia o, lo que es igual, aportaban *auxilium et consilium* al señor.

Desde mediados del siglo XII, el campo semántico se enriquece, además, con nuevas connotaciones, como 'riqueza', 'belleza' o 'buena presencia', a las que se añade todo aquello que tiene que ver con un comportamiento adecuado en la sociedad, incluyendo el dominio de la palabra, la conversación amena e inteligente, el evitar cualquier gesto o expresión que pueda molestar a los demás; se trata del control de las pasiones mediante la mesura: en definitiva, es la buena educación que se practica en la corte de los reyes y grandes señores y que manifiesta de forma evidente quiénes han crecido en contacto con ese comportamiento y quiénes son ajenos al mismo, y que, por lo tanto, carecen de la educación que caracteriza al grupo social de los miembros de la corte[9]: se trata de una educación que se aprende en la Escuela, como la escritura y la lectura, y se practica no sólo en la corte, sino también en el ámbito religioso y en el de la vida pública, especialmente durante las comidas. Pero no hay que olvidar que, como todo proceso de civilización, la «cortesía» tuvo defensores, generalmente laicos, y detractores, en gran medida religiosos.

Es inevitable pensar en Perceval, ajeno a estas virtudes al comienzo del *Cuento del Grial*. También resulta inevitable recordar la existencia de la confrontación ideológica que oponía a caballeros y clérigos, y la que enfrentaba a religiosos estrictos, como los cistercienses a otros más relajados (cluniacenses, por ejemplo).

De acuerdo con esas premisas se plantea la cuestión: ¿por qué es Perceval, el caballero menos cortés, el único que llega al castillo del Grial? Quizás, precisamente, por ser el menos cortés. Todos los demás eran sospechosos de «cortesía», o convictos del mismo «pecado»; Perceval, con la confesión de sus malas acciones movidas por la ignorancia, y una larga penitencia, podía quedar rehabilitado a los ojos de la Iglesia, cosa imposible con Lanzarote o Galván. Así, el *sens* del *Cuento del Grial* queda claro[10].

---

9 Véase al respecto ALVAR 2019: 43ss. JAEGER 1985: 236ss, aunque al autor le interesa el mundo germánico y no el románico.

10 Frappier (1968: 174s) señala que la figura de Galván no es el modelo que quiere Chrétien para Perceval, pues el sobrino del rey Arturo se mantiene invariable en su cortesía y se pierde en un torbellino de aventuras mundanas, mientras que Perceval, después de estar desnortado espiritualmente durante mucho tiempo, llega a la ermita y toma el camino de la penitencia, transformándose en un hombre nuevo, diferente. A las palabras de Frappier se puede añadir que el itinerario vital de Perceval es el de muchos santos ascetas, que tras una juventud desenfrenada, cambian la vida y se convierten mediante muchos sacrificios y oraciones en un modelo de comportamiento, de fe y de esperanza en la misericordia divina. ¿Podríamos recordar la figura de san Agustín, el más conocido de todos ellos?

Suponiendo que este planteamiento fuera correcto, hay que pensar en un entorno marcado por la religiosidad más estricta, lo que no extrañaría en la corte de Champaña, tan vinculada con los cluniacenses (y con los caballeros templarios).

Chrétien y la cortesía

Chrétien produce su obra en la segunda mitad del siglo XII, cuando el concepto de «cortesía» está plenamente asentado en la literatura francesa, gracias a su uso en la Materia de Roma[11]. No resulta extraña, pues, la presencia de la terminología correspondiente en todas sus obras, aunque es cierto que el reparto de las frecuencias varía de forma considerable[12].

	Corteisie	**Corteis**	**Vilenie**	**Vilan**	**Total**
Erec et Enide	3 (0,007%)	16 (0,040)	7 (0,017)	10 (0,025)	19+17 **36**
Cligès	4 (0,010%)	6 (0,015)	3 (0,007)	7 (0,017)	10+10 **20**
Lancelot	4 (0,009%)	11 (0,025)	3 (0,025)	6 (0,014)	15+9 **24**
Yvain	9 (0,022%)	19 (0,046)	2 (0,005)	16 (0,038)	28+18 **46**
Perceval	4 (0,007%)	22 (0,040)	8 (0,015)	15 (0,028)	26+23 **49**

Por pequeñas que resulten las frecuencias, son significativas las coincidencias de *Erec* y *Perceval* y, en menor grado, *Yvain*, de donde se puede deducir el carácter *courtois* de estos tres *romans*, aspecto que ya ha sido puesto de relieve por otros estudiosos. No quiero detenerme en estas cifras, que son orientativas, pero que sirven para que apreciemos ciertos matices entre unos textos y otros.

Sí que puede ser más interesante comprobar cómo el adjetivo «cortés» se asocia a otros adjetivos que denotan cualidades, ya que de este modo se establece un campo semántico más claro. Los más frecuentes son:

11 Además del libro de Burgess (1970), resulta de utilidad el artículo de Frappier (1964).

12 Utilizo los materiales ofrecidos en http://www.atilf.fr/dect. El DÉCT es el *Dictionnaire* Électronique *de Chrétien de Troyes*. Los porcentajes (entre paréntesis) son el resultado de dividir la frecuencia del término entre el número de palabras de cada una de las obras: Erec tiene 40713; Cligès, 40530; Lanzarote, 43637; Yvain, 41684; Perceval, 53698.

Saiges (17; 5 *Erec*, 4 *Yvain*, 5 *Perceval*);
Proz (9; 4 *Yvain*);
Frans (9; 4 *Erec*, 3 *Yvain*);
Bel (8; 4 *Erec*, 2 *Perceval*) y
Afeitiez 'agradable, educado' (4; 3 *Perceval*).

De esos adjetivos, hay un par que podrían remitir a valores de la sociedad feudal: *Proz* y *Frans*; pero los otros tres pertenecen inconfundiblemente a un mundo diferente, la corte. El panorama queda más completo si se tienen en cuenta otros aspectos que se corresponden con la conducta cortés y que se manifiestan de formas diversas, asociados a los sustantivos de ese mundo: así, el «agradecimiento», (Er 2219-2222), la «preocupación por los demás» (Er 1797-1802; Er 6146-6154; Cl 3232-3234; Yv 5424-5426; Pe 7696-7705), la «conversación» (Er 3306 y ss.), la «disponibilidad» (Er 4054-4057; La 240-244), la «afabilidad» (Cl 4490-4497; Yv 5134-5140), la «generosidad» (La 585-590; Yv 6618-6620; Pe 5359-5363), la «hospitalidad» (Pe 1566-1569; Pe 2084-2089), «saludar al llegar o al marchar y pedir permiso» (La 591-595; Er 3284-3289), «no discutir y evitar las peleas» (La 3233-3235; Yv 5957-5962), «estar enamorado» (Yv 21-23; Pe 4667-4671), «abrazar» (Yv 2385-2387; Pe 1975-1977), «besar» (Er 1787), «hablar de forma adecuada» (Yv 4372-4376; Yv 5957-5962; 6219-6220; Pe 918-919; Pe 4060-4061; Pe 4389-4390; Pe 7717-7718; Pe 7723-7724; Yv 95-99; Pe 7879-7882).

Y sólo dos personajes de la corte artúrica reciben el epíteto de «corteses»: Galván (Er 6765; Pe 7717-7718) e Yvaín (Yv 3186, 6219-6220; Pe 7900-7901).

Sin duda, el *hablar bien o de forma adecuada*, la *preocupación por los demás*, la *disponibilidad* y la *generosidad* constituyen los cuatro pilares fundamentales del espíritu cortés y de la cortesía.

Por otra parte, la «cortesía» se asocia a numerosos sustantivos, que atestiguan la indefinición del término, cuyos límites semánticos tienen que ser fijados mediante formas que funcionan, casi siempre, como dobletes léxicos. Se mantiene la tradición lingüística anterior, con abundante presencia de vocabulario feudal (*force, franchise, hautesce, parage, proesce, seignorie, vasselage*), pero se aprecia la lenta penetración del léxico propio del ámbito ético o moral, y del estético (*bien, debonereté, deduit, gentillesce, san, savoir; biauté*). En fin, las tres últimas obras de Chrétien muestran ya una clara especialización o difusión del término, pues apenas necesitan el apoyo de «casi sinónimos» o de dobletes, con un claro predominio de *san* 'sentido común, sensatez', que ha desplazado a *savoir*, mientras que *sages* sigue siendo el adjetivo más usado para caracterizar al caballero *corteis*. Queda lejos el binomio *proz-sages* de la *Chanson de Roland*:

	Erec	Cligès	Lancelot	Yvain	Perceval
Avoir 'riqueza'		200			
Biauté 'belleza'	1485	203; 5781			
Bien 'bondad'				5946	
Chevalerie 'hechos de armas'		201			
Debonereté 'bondad, dulzura, afabilidad'	1486				
Deduit 'entretenimiento, deleite'	3288				
Force 'fuerza'		201			
Franchise 'franqueza, nobleza'	4389				
Gentillesce 'nobleza, alcurnia'		200			
Hautesce 'linaje'		198			
Largesce 'generosidad'			586		
Parage 'alcurnia'				2123	
Proesce 'valor'		151; 202	585	79; 4015	
San 'sentido, prudencia'				98; 634; 2125; 3057	7703
Savoir 'sabiduría, experiencia'		199; 5781			
Seignorie 'poder, dominio'		202			
Vasselage 'fidelidad, valor'				2124	

A modo de conclusión

Hemos visto un par de cuadros que nos permiten delimitar con un poco de precisión el vocabulario asociado a la «cortesía» en las obras de Chrétien de Troyes. Son muchas las cuestiones que nos suscitan los resultados obtenidos, pero quizás la más llamativa sea que solamente dos de los caballeros del rey Arturo son considerados «corteses», Galván e Yvaín, ambos protagonistas destacados de los últimos *romans* de nuestro autor.

Está claro que Perceval pertenece a un ámbito completamente distinto y que Chrétien quería oponer la cortesía de Galván a la ignorancia de Perceval. Del enfrentamiento saldría malparada la caballería mundana, pues el triunfo era de carácter espiritual, y Perceval, como Galván, no son más que un símbolo, casi una alegoría de dos educaciones y dos comportamientos diferentes.

Bibliografía

Alvar, Carlos (2019) – «Urbanitas y cortesía. Apuntes acerca de un concepto cultural». *In* M. J. Lacarra, coord.; N. A. García, A. M. J. Ruiz y A. T. Ruberte, eds. – *Literatura medieval hispánica. Libros, lecturas y reescrituras.* San Millán de la Cogolla: Cilengua. P. 43-50.

Alvar, Carlos (2020) – «Las cantigas de amor y de amigo, revisitadas». *In* I. B. Dias, M. S. Alpalhão e M. E. Pina, eds. – *O Medievalismo no século xxi*. Berlim, Berna, Bruxelas: Peter Lang. P. 71-90.

Alvar, Carlos (2022) – «Perceval, caballero cortés y religioso?». In María Pilar Suárez e José Ramón Trujillo, eds. – La búsqueda en el universo artúrico. San Millán de la Cogolla: Cilengua. P. 69-91.

Alvar, Carlos y Alvar Nuño, Guillermo (2020) – *Normas de comportamiento en la mesa durante la Edad Media*. Madrid: Sial.

Bezzola, Reto R. (1967) – *Les origines et la formation de la littérature courtoise en Occident (500-1200)*. Paris: Honoré Champion. Parte 3, vol. 2, p. 406-430.

Burgess, Glyn Sheridan (1970) – *Contribution à l'étude du vocabulaire pré-courtois*. Genebra: Droz.

Déct: Dictionnaire Électronique de Chrétien de Troyes. lfa, Université d'Ottawa; atilf, cnrs; Université de Lorraine. Disponible en <http://www.atilf.fr/dect>. Consult. 27 jul. 2022.

Frappier, Jean (1959) – «Vues sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XIIe siècle». In *Cahiers de Civilisation médiévale*. A. 2, n.º 6 (abr.-jun.), p. 135-156.

Ver também *Amour courtois et Table Ronde*. Genebra: Droz, 1973. P. 1-31.

Frappier, Jean (1964) – «Remarques sur la peinture de la vie et des héros antiques dans la littérature française du XIIe et du XIIIe siècle». *In* Anthime Fourrier, ed. – *L'Humanisme médiéval dans les littératures romanes du XIIe au XIVe siècle*. Paris: Libr. Klincksieck. P. 13-54.

Frappier Jean (1968) – *Chrétien de Troyes*. Paris: Hatier – Connaissance des Lettres. P. 174-175.

Gerner, Hiltrud (s.d.) – «Courtois». In *Dictionnaire du Moyen Français (1330-1500)*. ATILF, CNRS; Université de Lorraine. Disponible en <http://www.atilf.fr/dmf/definition/courtois>. Consult. 27 jul. 2022.

Jaeger, C. Stephen (1985) – *The Origins of Courtliness. Civilizing Trends and the Formation of Courtly Ideals (939-1210)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. P. 236-254.

Payen, Jean-Charles (1967) – *Les origines de la courtoisie dans la littérature française médiévale: le roman*. Paris: Centre de Documentation Universitaire. Vol. 2.

Pickens, Rupert T., Busby, Keith y Williams, Andrea M. L. (2006) – «Perceval and the Grail: The Continuations, Robert de Boron and *Perlesvaus*». *In* G. S. Burgess y K. Pratt, eds. – *The Arthur of the French*. Cardiff: Univ. of Wales Press. P. 215-273.

Williams, Harry F. (1980-1981) – «Le *Conte du Graal* de Chrétien de Troyes: positions critiques et nouvelles perspectives». In *Oeuvres & critiques : revue internationale d'étude de la réception critique des oeuvres littéraires de langue française*. Paris. N.º 5, p. 119-123.

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

BNP
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
ESTUDOS

Editar não se resume a estabelecer texto; nem estabelecer texto, filologicamente, se faz sem edição, isto é, sem argumentação: prévia, paralela, posterior. Porém, se retirarmos o texto a editar ao estudo filológico, impõe-se, no resultado, a autonomia disciplinar ou a autorreflexão. Prova-o este mesmo volume de estudos filológicos, cujos autores, provocados com o repto da abstinência editorial, ou seja, com o repto da abstinência de texto a editar, responderam precisamente destas três formas: mantendo o texto nos seus estudos e assim declarando não haver, para a Filologia, nem antes nem depois da edição; voltando-se para a reflexão sobre os seus métodos, princípios e história; desviando-se para uma das disciplinas filológicas. Ou respondendo de várias destas formas, no mesmo estudo.

Ângela Correia, Antes e depois de editar. Estudos Filológicos. *What's in a name*?

ISBN 978-972-565-709-6
9 789725 657096